



**URGENTE**

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010  
Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

Ofício nº <sup>1685</sup> - AGU/PU/SE/AESVNC

Aracaju, 18 de outubro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor  
Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente  
Brasília/DF -

Senhor Consultor Jurídico,

Cientifico acerca da demanda proposta pelo MPF nos autos da ACP nº 08056791620194058500 tendo por objeto compeler a União a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacionaa –PNC, nos termos do Decreto N 8.157/2013 que regulamenta a Lei nº 9.966/2000, na forma dos pedidos da inicial e documentação anexa, e solicito, com a maior brevidade possível, seja atendido o quanto determinado pela nobre magistrada no prazo de 24 hs a partir das 15:40 do dia 18/10/2019, *in verbis*:

“(…)Em conformidade com o disposto no art. 2º, da Lei n. 8.437/92, entendo deva ser intimada, com urgência, a pessoa jurídica de direito público integrante do pólo passivo para, querendo, manifestarem-se sobre o pedido liminar proposto.

Não desconheço que o referido dispositivo legal fixa o prazo de 72h (setenta e duas horas) para a manifestação da demanda. Contudo, tendo em vista a gravidade dos fatos narrados na presente ACP, reduzo tal prazo deve, razão pela qual fixo o tempo de 24h (vinte e quatro horas) para que a UNIÃO se manifeste sobre os pedidos de tutela de urgência formulados pelo MPF, devendo, em especial, indicar, comprovando a este Juízo, se o PNC foi acionado, esclarecendo as providências já adotadas e aquelas eventualmente já planejadas para adoção decorrentes de tal acionamento, ou justificar, detalhadamente e com provas, o motivo de não o ter feito.

Transcorrido dito prazo, fazer a conclusão dos autos, com urgência, mesmo no plantão, esclarecendo-se que pela Resolução pertinente da Corregedoria do e. TRF5, a este Juízo cabe decidir, por se tratar de processo ele já distribuído. Na decisão a ser prolatada, observarei a necessidade ou não de realização de audiência com integrantes do referido plano.(…)”







mento. (AGARESP 201201507675, RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, STJ -TER-CEIRA TURMA, DJE DATA:27/02/2013)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVA PERICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS. ADIANTAMENTO PELO DEMANDADO. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. I - Em autos de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual visando apurar dano ambiental, foram deferidos, a perícia e o pedido de inversão do ônus e das custas respectivas, tendo a parte interposto agravo de instrumento contra tal decisão. II - Aquele que cria ou assume o risco de danos ambientais tem o dever de reparar os danos causados e, em tal contexto, transfere-se a ele todo o encargo de provar que sua conduta não foi lesiva. III - Cabível, na hipótese, a inversão do ônus da prova que, em verdade, se dá em prol da sociedade, que detém o direito de ver reparada ou compensada a eventual prática lesiva ao meio ambiente - artigo 6º, VIII, do CDC c/c o artigo 18, da lei nº 7.347/85. IV - Recurso improvido. (REsp 1049822/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/04/2009, DJe 18/05/2009)

Com efeito, **no caso em exame**, ante a iminente e gravíssima possibilidade de serem atingidas (ainda mais) áreas sensíveis ao longo de toda a costa da Região Nordeste, imprescindível que se de início, de imediato, à implementação do **“Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional”** (PNC). Afinal, como salientado, é evidente que o incidente, gravíssimo, é de **“SIGNIFICÂNCIA NACIONAL”**, porquanto impacta (e esse impacto aumenta a cada instante) os 09 Estados da Região Nordeste, isto é, 1/3 do Brasil; são danos socioambientais de toda ordem e de imensa magnitude, como visto. O incidente de petróleo cru se espalha, sendo identificado em mais de 2 mil quilômetros da costa brasileira, e de acordo com o balanço divulgado pelo IBAMA, 25 animais foram atingidos pelo óleo cru no Brasil. Dez estão vivos, 15 morreram (1 ave, 13 tartarugas e um golfinho). **Com efeito, além dos prejuízos de toda ordem, o óleo está se espalhando pelas regiões ambientais que são essenciais para o país, como a foz do rio São Francisco, localizada no município de Piaçabuçu, litoral extremo sul de Alagoas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), já são doze unidades de conservação federal atingidas pela poluição. Mais de 160 praias, mangues, estuários etc; prejuízos à economia, ao turismo, ao bem-estar, a uma infinidade de recursos naturais; risco à atividade pesqueira e à própria subsistência de comunidades tradicionais, populações ribeirinhas, quilombolas etc, etc e etc.**

#### 6.2.4) Princípio da reparação integral

É sabido que aquele que causa prejuízo a outrem é obrigado a reparar o dano. Em matéria ambiental, a questão é de maior complexidade, uma vez que o dano ambiental tem como característica a ampla dispersão de vítimas e a dificuldade de valoração.







são encontrados no art. 225, §1º, I da Constituição da República (incumbe ao Poder Público “preservar e restaurar os processos ecológicos e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas”) também no §2º do mesmo artigo (“aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida por órgão público competente, na forma da lei”); no art. 4º da Lei nº 6.938/81 (a PNMA visará “à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente”); e no art. 4º, XIV e XIII, ambos da Lei 9.985/00 que institui o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (o último inciso prevê a “restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original”).

A reparação integral pode inclusive superar o patrimônio do causador do dano, que assumiu o risco da atividade e tem o dever de garantir o retorno do meio ambiente à situação de equilíbrio anterior ao dano. Nesse sentido<sup>15</sup>:

A reparabilidade integral do dano ambiental pode implicar reparação superior à capacidade financeira do degradador. Todavia, a eventual aniquilação da capacidade econômica do agente não contradiz o princípio da reparação integral, pois este assumiu o risco de sua atividade e todos os ônus inerentes a esta.

A reparação se deve dar pela restauração ou recondução do meio ambiente ao *status quo ante*. Em não sendo possível restaurar, a obrigação de recuperar se impõe. Recuperar é repor ao meio ambiente funções ecológicas equivalentes às que existiam antes do evento danoso. Apenas quando não for possível reconduzir o meio ambiente ao *status quo ante* ou a recuperação, dever-se-á, como forma de recomposição subsidiária, ocorrer a compensação ambiental.

### 6.3) Da responsabilidade solidária do Poder Público por dano ao meio ambiente

O dever de defender o meio ambiente é solidário entre o Poder Público e a coletividade, de acordo com a Constituição da República:

Art. 225. Todos têm direito ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.** (grifou-se).

**A responsabilidade civil do Poder Público por dano ao meio ambiente é objetiva e decorre do risco administrativo, bastando a comprovação do dano e do**

15 LEITE, José Roberto Morato e AYALA, Patryck de Araújo. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 3 ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 224.

Rua José Carvalho Pinto, 280, Edifício Aracaju Boulevard, Jardins, 49.026-150, Aracaju (SE).

TELEFONE: (0xx79)3301-3700







Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum a que se refere esta Lei Complementar:

I - proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente;

II - garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais;

III - harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente;

IV - garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.

**O poder de polícia impõe ao Poder Público o dever de disciplinar, acompanhar, fiscalizar e se necessário interditar a atividade que possa causar ou esteja causando dano ao meio ambiente. Acaso o Poder Público seja omissor no exercício do poder de polícia, ele assume o risco por essa inação, sendo poluidor indireto, e, portando, solidariamente responsável pelo dano que vier a ocorrer.**

Cabe rememorar o conceito de poluidor disposto na Lei nº. 6.938/81:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

(...)

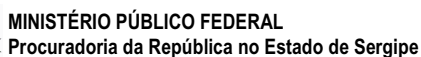
**IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;**

**Deveras, a pessoa jurídica de direito público ou privado que direta ou indiretamente for responsável pela atividade causadora de degradação ambiental é considerada poluidora. O Poder Público, quando poderia e deveria realizar um papel relevante na prevenção do dano, com capacidade de fiscalizar a atividade do terceiro, e é omissor ou ineficiente em sua atribuição constitucional, passa a ostentar a posição de poluidor indireto.**

**A omissão estatal, no caso concreto, decorre, dentre outras, da ausência de medidas de proteção a áreas ambientais sensíveis, em especial de rios (foz), pontos de captação de água, mangues, Unidades de Conservação etc, fatores que caracterizam sua responsabilidade indireta, de natureza também objetiva, com fundamento na circunstância de a Constituição da República estabelecer como dever do Estado a defesa do meio ambiente e sua preservação para as presentes e futuras gerações.**







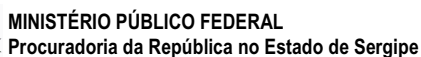
AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO CAUSADO AO MEIO AMBIENTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ENTE ESTATAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RESPONSÁVEL DIRETO E INDIRETO. SOLIDARIEDADE. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. ART. 267, IV DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 365 DO STF. [...] O art. 23, inc. VI da Constituição da República fixa a competência comum para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que se refere à proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas. No mesmo texto, o art. 225, caput, prevê o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O Estado recorrente tem o dever de preservar e fiscalizar a preservação do meio ambiente. Na hipótese, o Estado, no seu dever de fiscalização, deveria ter requerido o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório, bem como a realização de audiências públicas acerca do tema, ou até mesmo a paralisação da obra que causou o dano ambiental. O repasse das verbas pelo Estado do Paraná ao Município de Foz de Iguaçu (ação), a ausência das cautelas fiscalizatórias no que se refere às licenças concedidas e as que deveriam ter sido confeccionadas pelo ente estatal (omissão), concorreram para a produção do dano ambiental. Tais circunstâncias, pois, são aptas a caracterizar o nexo de causalidade do evento, e assim, legitimar a responsabilização objetiva do recorrente. Assim, **independentemente da existência de culpa, o poluidor, ainda que indireto (Estado recorrente) (art. 3º da Lei 6.938/81), é obrigado a indenizar e reparar o dano causado ao meio ambiente (responsabilidade objetiva)**. Fixada a legitimidade passiva do ente recorrente, eis que preenchidos os requisitos para a configuração da responsabilidade civil (ação ou omissão, nexo de causalidade e dano), ressalta-se também que tal responsabilidade (objetiva) é solidária, o que legitima a inclusão das três esferas de poder no pólo passivo da demanda, conforme realizado pelo Ministério Público (litisconsórcio facultativo). Recurso especial conhecido em parte e improvido. (STJ. RESP 604.725-PR, 2ª Turma, DJ 22.08.2005)

Outrossim, não obstante a responsabilidade solidária do Poder Público, fato é que, visando não onerar a sociedade com o custo ambiental e dar prioridade na execução da recuperação ao empreendedor particular, a doutrina aponta a figura da execução subsidiária em face do devedor ambiental estatal solidário, ou seja, quando da execução da condenação à re-

cuperação ou indenização ambiental, deve-se preferencialmente buscar o poluidor direto, e, apenas no caso de sua insolvência ou impossibilidade de cumprimento do objeto da execução, ainda que a impossibilidade seja técnica, deve o Poder Público ser chamado a assumir o ônus da recuperação e indenização ambiental, sempre assegurado o direito de regresso.

E igualmente, nesse sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça – STJ:

AMBIENTAL. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL (LEI 9.985/00). OCUPAÇÃO E CONSTRUÇÃO ILEGAL POR PARTICULAR NO PARQUE ESTADUAL DE JACUPIRANGA. TURBAÇÃO E ES-  
BULHO DE BEM PÚBLICO. DEVER-PODER DE CONTROLE E FISCALI-  
ZAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO. OMISSÃO. ART. 70, § 1º, DA LEI  
9.605/1998. DESFORÇO IMEDIATO. ART. 1.210, § 1º, DO CÓDIGO CIVIL.  
ARTIGOS 2º, I E V, 3º, IV, 6º E 14, § 1º, DA LEI 6.938/1981 (LEI DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE). CONCEITO DE POLUIDOR.  
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DE NATUREZA SOLIDÁRIA,  
OBJETIVA, ILIMITADA E DE EXECUÇÃO SUBSIDIÁRIA. LITISCONSÓR-  
CIO FACULTATIVO. 1. Já não se duvida, sobretudo à luz da Constituição Federal de 1988, que ao Estado a ordem jurídica abona, mais na fórmula de dever do que de direito ou faculdade, a função de implementar a letra e o espírito das determina-  
ções legais, inclusive contra si próprio ou interesses imediatos ou pessoais do Ad-  
ministrador. Seria mesmo um despropósito que o ordenamento constrangesse os  
particulares a cumprir a lei e atribuisse ao servidor a possibilidade, conforme a  
conveniência ou oportunidade do momento, de por ela zelar ou abandoná-la à pró-  
pria sorte, de nela se inspirar ou, frontal ou indiretamente, contradizê-la, de buscar  
realizar as suas finalidades públicas ou ignorá-las em prol de interesses outros. 2.  
Na sua missão de proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as  
presentes e futuras gerações, como patrono que é da preservação e restauração dos  
processos ecológicos essenciais, incumbe ao Estado “definir, em todas as unidades  
da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente pro-  
tegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada  
qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem  
sua proteção” (Constituição Federal, art. 225, § 1º, III). 3. A criação de Unidades  
de Conservação não é um fim em si mesmo, vinculada que se encontra a claros ob-  
jetivos constitucionais e legais de proteção da Natureza. Por isso, em nada resolve,  
freia ou mitiga a crise da biodiversidade – diretamente associada à insustentável e  
veloz destruição de habitat natural –, se não vier acompanhada do compromisso  
estatal de, sincera e eficazmente, zelar pela sua integridade físico-ecológica e pro-  
videnciar os meios para sua gestão técnica, transparente e democrática. A ser dife-  
rente, nada além de um “sistema de áreas protegidas de papel ou de fachada” exis-  
tirá, espaços de ninguém, onde a omissão das autoridades é compreendida pelos  
degradadores de plantão como autorização implícita para o desmatamento, a ex-  
ploração predatória e a ocupação ilícita. 4. **Qualquer que seja a qualificação ju-  
rídica do degradador, público ou privado, no Direito brasileiro a responsa-  
bilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimita-**



Rua José Carvalho Pinto, 280, Edifício Aracaju Boulevard, Jardins, 49.026-150, Aracaju (SE).

SEE D20704004048/20099759 /pgq.134







A comentada Convenção prevê que os Estados têm o direito de soberania para aproveitar os seus recursos naturais de acordo com a sua política em matéria de meio ambiente. Não obstante, essa soberania deve ser exercida em conformidade com o dever de proteger e preservar o meio marinho (arts. 192 e 193). Dentre esses deveres, prescreve o art. 194:

Medidas para **prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho**

1. Os Estados devem tomar, individual ou conjuntamente, como apropriado, **todas as medidas** compatíveis com a presente Convenção que **sejam necessárias para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho, qualquer que seja a sua fonte**, utilizando para este fim os meios mais viáveis de que disponham e de conformidade com as suas possibilidades, e devem esforçar-se por harmonizar as suas políticas a esse respeito.

2. Os Estados devem tomar **todas as medidas necessárias para garantir que as atividades sob sua jurisdição ou controle se efetuem de modo a não causar prejuízos por poluição a outros Estados e ao seu meio ambiente**, e que a poluição causada por incidentes ou atividades sob sua jurisdição ou controle não se estenda além das áreas onde exerçam direitos de soberania, de conformidade com a presente Convenção.

3 As medidas tomadas, de acordo com a presente Parte, **devem referir-se a todas as fontes de poluição do meio marinho**. Estas medidas devem incluir, inter alia, as destinadas a reduzir tanto quanto possível: a) a emissão de substâncias tóxicas, prejudiciais ou nocivas, especialmente as não degradáveis, provenientes de fontes terrestres, provenientes da atmosfera ou através dela, ou por alijamento;

(...) 5. As medidas tomadas de conformidade com a presente Parte devem incluir as necessárias para proteger e preservar os ecossistemas raros ou frágeis, bem como a habitat de espécies e outras formas de vida marinha em vias de extinção, ameaçadas ou em perigo.

#### **6.5) Os Planos Estratégicos de Proteção de Áreas Vulneráveis e as Cartas de Sensibilidade Ambiental e Derramamento de Óleo – Cartas SAO**

É relevante sedimentar que como parte integrante dos denominados Planos de Emergência para Vazamento de Óleo (PEVO's) existem os **PLANOS ESTRATÉGICOS DE PROTEÇÃO DE ÁREAS VULNERÁVEIS (PPAVs)** que são elaborados por potenciais poluidores e submetidos ao órgão ambiental competente, em regra, com a descrição detalhada, com procedimentos e fluxogramas relacionados a região de praias, região de manguezal, região fluvial e estratégias específicas para cada local, além de medidas em defesa da fauna.

De igual forma, cabe referir a importância das **Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamentos de Óleo – Cartas SAO**. Deveras, em atendimento à Lei 9.966/2000, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, em 2008, estabeleceu medidas para identificação, localização e definição dos limites das áreas ecologicamente sensíveis à poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas.

O mapeamento delas se deu pelas denominadas CARTAS SAO.



A maior parte das bacias nordestinas são mapeadas: Ceará e Potiguar (Rio Grande do Norte), em 2004; Sul da Bahia, em 2013; Sergipe-Alagoas/Pernambuco-Paraíba, em 2013; e Pará-Maranhão/Barreirinhas, em 2017.

## 7) DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

O princípio da precaução, cumpre reafirmar o quanto exposto em momento precedente, assume importância de relevo no caso em exame. Afinal, **não se deve esperar que os impactos aumentem e atinjam cada vez mais áreas sensíveis para que medidas sejam adotadas**. Neste sentido, o Princípio 15, da Declaração do Rio de Janeiro/92 (Eco 92), votada na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento consigna:

*“Para proteger o meio ambiente, medidas de precaução devem ser largamente aplicadas pelos Estados, segundo suas capacidades. Em caso de risco de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não deve servir de pretexto para procrastinar a adoção de medidas visando a prevenir a degradação do meio ambiente.”.*

O princípio da precaução também está presente na Convenção da Diversidade Biológica<sup>17</sup> (preâmbulo) e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática<sup>18</sup> (art. 3º). A respeito, é válido rememorar seus termos:

## Artigo 3

### Princípios

Em suas ações para alcançar o objetivo desta Convenção e implementar suas disposições, as Partes devem orientar-se *inter alia*, pelo seguinte: (...)

3. As Partes devem adotar medidas de precaução para prevenir, evitar ou minimizar as causas da mudança do clima e mitigar seus efeitos negativos. Quando surgirem ameaças de danos sérios ou irreversíveis, a falta de plena certeza científica não deve ser usada como razão para postergar essas medidas, levando em conta que as políticas e medidas adotadas para enfrentar a mudança do clima devem ser eficazes em função dos custos, de modo a assegurar benefícios mundiais ao menor custo possível. Para esse fim, essas políticas e medidas devem levar em conta os diferentes contextos sócio econômicos, ser abrangentes, cobrir todas as fontes, sumidouros e reservatórios significativos de gases de efeito estufa e adaptações, e abranger todos os setores econômicos. As Partes interessadas podem realizar esforços, em cooperação, para enfrentar a mudança do clima.

Deveras, basta o risco ou mera hipótese da ocorrência de dano ambiental para exigir do operador do direito ou mesmo do órgão ambiental esforço para evitar a prática do ato ou a sua continuidade. **Desta forma, a situação de ilegalidade apontada nesta ação civil pública deve ser contida de imediato, para que não se tornem irreversíveis eventuais danos causados ao meio ambiente e à sociedade como um todo.**

---

17 Promulgada no Brasil pelo Decreto Federal n. 2.519 de 16 de março de 1998.

18 Promulgada no Brasil pelo Decreto Federal n. 2.652, de 1º de julho de 1998.

Rua José Carvalho Pinto, 280, Edifício Aracaju Boulevard, Jardins, 49.026-150, Aracaju (SE).



A especificidade do bem ambiental, aliada à frequente irreversibilidade dos danos causados ao meio ambiente, justificam o caráter precautório do Direito Ambiental, transmutando o princípio da precaução em princípio estruturante deste ramo do Direito. O princípio da precaução tem como centro de gravidade a aversão ao risco, no exato sentido de que a ausência de certeza quanto à ocorrência de danos ambientais deve apontar para a adoção de providências capazes de impedir o resultado lesivo, obstando, se necessário, o desenvolvimento da atividade potencialmente causadora de prejuízo. À míngua de semelhantes providências, deve-se dar primazia ao meio ambiente, ou seja, *in dubio pro natura*, outro corolário do princípio da precaução.

O princípio da precaução fundamenta, ainda, a inversão do ônus da prova. Afinal, tudo que se apurou é que a União não está adotando as medidas adequadas em relação a esse desastre ambiental que já chegou a 2.100 quilômetros dos nove estados da região e é considerado o maior da história no litoral brasileiro em termos de extensão.

Observe-se que, não obstante a extrema gravidade do desastre ambiental, com todos os dados e impactos demonstrados, e ainda a decretação de EMERGÊNCIA pelos Estados de Sergipe e da Bahia, fato é que a União se mantém omissa, inerte, ineficiente e ineficaz. Não há, pois, razão plausível mínima para não se implementar, de imediato, o “Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional”. É, pela legislação e pelos fatos reais, medida que se impõe.

Ora pois, dois fundamentos distintos justificam a redistribuição do ônus da prova no caso da presente ação civil pública: um de ordem material, *ope legis*, decorrente de presunção de responsabilidade civil por força da aplicação do princípio da precaução; outro de ordem processual, *ope iudicis*, amparada em decisão judicial proferida com base no art. 6º, VIII, do CDC, nos casos em que for verossímil a alegação ou estar presente hipossuficiência econômica, informativa ou técnica, decorrente da natureza do interesse tutelado ou de disposição legal.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu que “a inversão do ônus da prova é de ordem substantiva e *ope legis*, direta ou indireta (esta última se manifesta, p. ex., na derivação inevitável do princípio da precaução), como também de cunho estritamente processual e *ope iudicis* (assim no caso de hipossuficiência da vítima, verossimilhança da alegação ou outras hipóteses inseridas nos poderes genéricos do juiz, emanação natural do seu ofício de condutor e administrador do processo)”<sup>19</sup>. É, pois, o caso dos autos.

Desse modo, no presente feito a questão probatória pode ser resolvida tanto pela aplicação da regra inserta no art. 6º, VIII, do CDC, que permite a inversão judicial do ônus da prova, ante a verossimilhança da alegação autoral e da presença da hipossuficiência em relação aos aspectos técnicos, quanto pela incidência do princípio da precaução, sendo esta última mais adequada à proteção do meio ambiente em uma sociedade marcada pela presença do risco.

19 REsp 883.656/RS. Ministro Herman Benjamin. Segunda Turma. Julgado em 09/03/2010. DJe 28/02/2012.  
Rua José Carvalho Pinto, 280, Edifício Aracaju Boulevard, Jardins, 49.026-150, Aracaju (SE).





Deveras, como trazido à colação, tem-se, no caso concreto, que é evidente que o incidente ambiental, gravíssimo, é de **“SIGNIFICÂNCIA NACIONAL”**. Afinal, impacta (e esse impacto aumenta a cada instante) os 09 Estados da Região Nordeste, isto é, 1/3 do Brasil; são danos socioambientais de toda ordem e de imensa magnitude, como visto. O incidente de petróleo cru se espalha, sendo identificado em mais de 2 mil quilômetros da costa brasileira, e de acordo com o balanço divulgado pelo IBAMA, 25 animais foram atingidos pelo óleo cru no Brasil. Dez estão vivos, 15 morreram (1 ave, 13 tartarugas e um golfinho). Com efeito, além dos prejuízos de toda ordem, o óleo está se espalhando pelas regiões ambientais que são essenciais para o país, como a foz do rio São Francisco, localizada no município de Piaçabuçu, litoral extremo sul de Alagoas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), já são doze unidades de conservação federal atingidas pela poluição. Mais de 160 praias, mangues, estuários etc; prejuízos à economia, ao turismo, ao bem-estar, a uma infinidade de recursos naturais; risco à atividade pesqueira e à própria subsistência de comunidades tradicionais, populações ribeirinhas, quilombolas etc, etc e etc. A situação se agrava e **apesar de tudo isso, sem qualquer justificativa plausível, a UNIÃO, embora figure como Autoridade Nacional, simplesmente insiste em não implementar o “Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional” (PNC), à luz do Decreto 8.127/2013 e da Lei 9.966/2000.**

A **UNIÃO**, aliás, se limita a fazer limpeza de praias, a passos lentos, e também prossegue em sua omissão reiterada de não adotar **medidas protetivas às áreas sensíveis, mesmo, como enfatizado, já tendo sido impactadas, remarque-se, pelo menos 12 (doze) Unidades de Conservação Federais, além de mangues, estuários etc.**

E aqui, por relevante, cabe destacar: servidores públicos municipais, estaduais e federais têm trabalhado e se dedicado muito, por toda a Região Nordeste, em atividades que levam à exaustão, fator que merece registro e reconhecimento. Na outra ponta, porém, uma falta de comando organizado e uma omissão sem precedentes, porquanto apesar de planos de ação inúmeros, nada é acionado, como se o Brasil não estivesse preparado para lidar com situações dessa gravidade.

Via de consequência, fato é que, caso não seja deferida a tutela provisória, as manchas de óleo de origem desconhecida e com imenso **potencial de contaminar praias, rios, foz, manguezais etc, podem ocorrer a qualquer momento, com grandes possibilidades de que ao final da demanda não exista mais equilíbrio ambiental a ser preservado e se desconfigure por completo a esplendorosa Região Nordeste que um dia conhecemos.**

É de se enfatizar que o pedido de tutela de urgência está em total harmonia com o §3.º do artigo 300 do CPC, uma vez que inexistente perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, por ser a necessidade de proteção da área medida inafastável.

## 9. DOS PEDIDOS

À luz do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer:

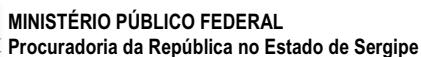
**9.1) A concessão de tutela de urgência,** com fulcro no artigo 300 do Código de Processo Civil brasileiro, para que seja determinado, sob pena de multa diária de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), à **UNIÃO** que:

**9.1.1) acione, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.157/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, de modo a ser efetivado, com a maior brevidade possível, o objetivo de assegurar “a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta” ao gravíssimo incidente ambiental de poluição por óleo que afeta todos os Estados da Região Nordeste, reconhecendo-se sua “significância nacional”;**

**9.1.2) faça atuar**, imediatamente após a implementação do **Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC**, a Autoridade Nacional, o Comitê Executivo, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, o Coordenador Operacional e o Comitê de Suporte, com a devida observância aos artigos 5.º a 11 do Decreto N.º 8.157/2013, **inclusive com a integral composição institucional nele prevista;**

**9.1.3) determine, em especial, ao Coordenador Operacional que cumpra fielmente seus deveres** (artigo 10 do Decreto N.º 8.157/2013) e apresente **relatórios semanais ao Juízo Federal**, quanto a:

- I** - garantir, em ordem de prioridade, a segurança da vida humana, a proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo;
- II** - estabelecer centro de operações;
- III** - exigir do poluidor ou dos responsáveis pelos Planos de Emergência Individuais e de Área, conforme o caso:
- a)** as ações de resposta e seu acompanhamento;
  - b)** o apoio logístico e as condições de trabalho adequadas para o pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental;



- c) relatório financeiro-administrativo consolidado, que discrimine recursos humanos e materiais aplicados no exercício de sua Coordenação e custos envolvidos na operação, com o objetivo de registrar as despesas para mitigação do incidente e o posterior ressarcimento pelo agente poluidor.

**9.1.4) observe, quanto ao Comitê de Suporte**, no que se refere à situação fática tratada nesta demanda judicial, o disposto no artigo 11, §4.º, do Decreto N.º 8.157/2013, **convidando a participar desse**







E, para provar o alegado, pretende o Ministério Público Federal valer-se dos documentos que instruem a inicial, oriundos dos Inquérito Civil n.º 1.35.000.001274/2019-63, além de todos os meios de prova admitidos em lei.

Outrossim, informa-se, em cumprimento ao disposto no artigo 319, VII, do CPC, que este MPF está à disposição para a realização de audiência de conciliação, **pugnando, porém, que seja designada oportunamente, após apreciado o pedido de tutela de urgência, em virtude da gravidade do caso que aflige toda a Região Nordeste.**

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão reais).

Aracaju-SE, data do protocolo eletrônico.

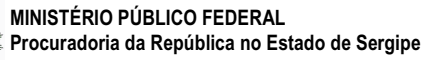
**RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA**  
Procurador da República em Sergipe

**LÍVIA NASCIMENTO TINOCO**  
Procuradora da República em Sergipe

**RAQUEL DE MELO TEIXEIRA**  
Procuradora da República em Alagoas

**VANESSA CRISTINA GOMES PREVITERA VICENTE**  
Procuradora da República na Bahia

**NILCE CUNHA RODRIGUES**  
Procuradora da República no Ceará





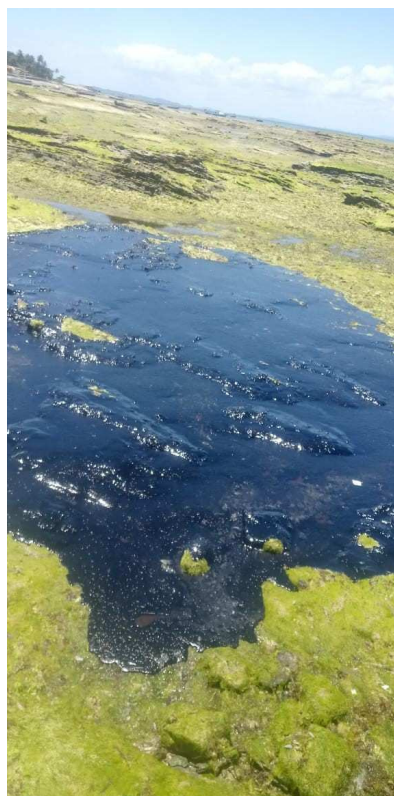


## Praia de Pituba





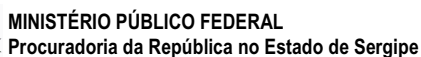
## Praia do Jabuti – Ilha de Itaparica



**Fontes/pesquisa:**

<https://www.viajenaviagem.com/2019/10/oleo-praias-nordeste/>  
<https://cn1.com.br/noticias/9/67780,bahia-tem-situacao-de-emergencia-decretada-por-cao-das-manchas-de-oleo.html>,<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/10/10/g1-da-giro-em-praias-atingidas-por-manchas-de-oleo-na-ba-no-de-locais-afetados-aumenta-para-18-praias-e-7-cidades.ghtml>; <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ibama-descarta-que-oleo-esteja-na-baia-de-todos-os-santos/>;[https://fotos.estadao.com.br/fotos/fotografia\\_limpeza,1045566](https://fotos.estadao.com.br/fotos/fotografia_limpeza,1045566);  
<https://oglobo.globo.com/sociedade/oleo-derramado-chega-salvador-atinge-reserva-extrativista-no-maranhao-24010751>;  
<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/salvador-retira-22-toneladas-de-oleo-em-apenas-8h-apos-chegada-de-novas-manchas.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/apos-novas-manchas-salles-diz-que-nao-sabe-quantidade-de-oleo-ainda-no-mar.shtml>[loggedpaywall](https://loggedpaywall); <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/10/16/ongs-auxiliam-limpeza-de-praias-do-nordeste/?loggedpaywall>; <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/11/manchas-de-oleo-desastre-afeta-reservas-turismo-e-comunidades-pesqueiras.ghtml>





§ 1º No caso de áreas onde se concentrem portos organizados, instalações portuárias ou plataformas, os planos de emergência individuais serão consolidados na forma de um único plano de emergência para toda a área sujeita ao risco de poluição, o qual deverá estabelecer os mecanismos de ação conjunta a serem implementados, observado o disposto nesta Lei e nas demais normas e diretrizes vigentes.

§ 2º A responsabilidade pela consolidação dos planos de emergência individuais em um único plano de emergência para a área envolvida cabe às entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias, e aos proprietários ou operadores de plataformas, sob a coordenação do órgão ambiental competente.

Art. 8º Os planos de emergência mencionados no artigo anterior serão consolidados pelo órgão ambiental competente, na forma de planos de contingência locais ou regionais, em articulação com os órgãos de defesa civil.

Parágrafo único. **O órgão federal de meio ambiente**, em consonância com o disposto na OPRC/90<sup>2</sup>, **consolidará os planos de contingência locais e regionais na forma do Plano Nacional de Contingência**, em articulação com os órgãos de defesa civil.

O Decreto 8.127/2013, a sua vez, regulamentando a Lei 9.966/2000, institui, no Brasil, em 22 de outubro de 2013, o **“Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional”** (PNC).

O PNC em questão, vale dizer, apresenta, dentre outras definições, aquela que corresponde a **“incidente de poluição por óleo”** (artigo 2.º, IV) como sendo:

“ocorrência que resulte ou possa resultar em descarga de óleo, inclusive aquelas de responsabilidade indeterminada, em águas sob jurisdição nacional e que represente ou possa representar ameaça à saúde humana, ao meio ambiente, ou a interesses correlatos de um ou mais Estados, e que exija ação de emergência ou outra resposta imediata”

2 **OPRC/90** = CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE PREPARO, RESPOSTA E COOPERAÇÃO EM CASO DE POLUIÇÃO POR ÓLEO, 1990, disponível em <https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80037/Cartas%20SAO/Legislacao/OPRC90.pdf>, acesso em 15/10/2019.



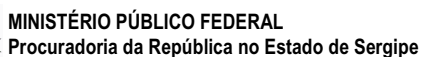












**"Como nem a companhia de turismo nem o hotel provocaram esse ato, estamos orientando a que se dê ao consumidor uma nova data para que ele possa se hospedar novamente sem multa, ou que seja remarcado o passeio, devido à vulnerabilidade do consumidor dentro da relação de consumo. Ele tem direito à vida, à saúde e à segurança. Ele não pode ser submetido a usufruir um produto que exponha sua vida, saúde e segurança",** explicou o diretor-executivo da Fundação Procon-SP, Fernando Capez.

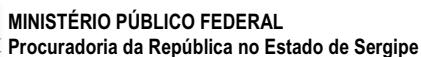
(<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,200-toneladas-de-oleo-foram-recolhidas-nas-praias-do-nordeste,70003049303>)

Um total de 198,5 toneladas de borra de petróleo já foi recolhido das praias do Nordeste brasileiro até esta segunda-feira, 14, apurou o Estado. O material retirado por equipes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de agentes estaduais e municipais tem sido levado para aterros industriais. Parte dele é incinerada.

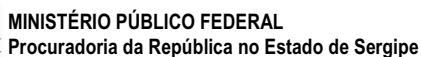
Já são 43 dias desde a primeira detecção do material. A preocupação neste momento é saber quanto do óleo ainda chegará às praias. Simplesmente não se sabe, neste momento, se a situação está controlada ou quanto do petróleo ainda chegará ao litoral, dado que se trata de uma matéria pesada, que avança no fundo do mar.

São, esses, pois, trechos de algumas das centenas de matérias jornalísticas, com repercussão nacional e até internacional. As matérias aqui transcritas, somente elas, retratam **mais de 70 municípios com mais de 165 locais atingidos**; os **impactos no turismo**, com órgão de defesa do consumidor enfatizando que **aqueles que compraram pacotes de viagem para o Nordeste podem cancelar ou remarcar a reserva sem pagamento de multa**; quase





Em 2008, uma [resolução](#) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabeleceu que esse mapeamento deveria ser representado pelas chamadas



“Estou realmente abismada e aborrecida. Estamos passando para os brasileiros que ouvem essas notícias há mais de um mês que a gente paga aos pesquisadores que não sabem dizer nada. Não posso ver uma coisa dessas e não reagir. Temos obrigação legal e cidadã de tentar con-













### 5.3) LEGITIMIDADE DA DEMANDADA

A UNIÃO, consabe-se, tem o dever de envidar esforços na proteção do meio ambiente, obrigação imposta pela Constituição, em seu artigo 23, inciso VI, no verbo:

**Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:**

$$(\dots)$$

**VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;**

**VII - preservar as florestas, a fauna e a flora.**

Outrossim, o caso em foco, relacionado aos impactos do óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que afeta a Zona Costeira brasileira (atingindo todos os Estados da Região Nordeste) como delineado, é de inafastável interesse federal. Afinal, as consequências abrangem **bens ambientais que pertencem à União**, uma vez que envolvem danos (concretizados ou potenciais) **a rios que banham mais de um Estado, ao mar territorial, à faixa de praia e áreas compreendidas como terrenos de marinha (Zona Costeira)**, aos recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, bem como lesões à fauna silvestre e à flora existente nos referidos espaços territoriais, em todos os Estados Nordestinos. Ademais, como explicitado, no **“Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional”** (PNC) é a União (Ministério do Meio Ambiente) que figura como Autoridade Nacional.

Art. 6º Compete à Autoridade Nacional do PNC (Decreto 8.127/2013):

I - coordenar e articular ações para facilitar e ampliar a prevenção, preparação e a capacidade de resposta nacional a incidentes de poluição por óleo;

II - articular os órgãos do SISNAMA, para apoiar as ações de resposta definidas pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação;

III - decidir pela necessidade de solicitar ou prestar assistência internacional no caso de incidente de poluição por óleo, em conjunto com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação;

$$(\dots)$$

VI - comunicar o acionamento do PNC aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.





cabendo ao Poder Público o dever de agir em sua defesa. Nenhum acordo ou ajuste pode transacionar com o que é indivisível e intransacionável, não cabendo ao Estado realizar concessões ou abrir mão do seu dever de proteção. Esse dever de proteção, atribuído constitucionalmente a todos os entes federativos, deve envolver políticas, ações e medidas, tanto de prevenção, quanto de reparação de danos ambientais. A proporcionalidade, nesse ponto, reforça a indisponibilidade do interesse público-ambiental como exigência de tutela necessária e suficiente. Se o Estado falha, por omissão total ou parcial, seja no exercício do poder de polícia administrativa, seja como agente de imputação de responsabilidade aos infratores ambientais, descumpre seu poder-dever de proteção.

**A tutela desproporcional, no caso**, revela-se nas graves deficiências estatais ao tratar do grave desastre ambiental que afeta toda a Região Nordeste, fator evidenciado (in)justamente pela falta de implementação do **“Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional”** (PNC).

### 6.2.2) Princípio do poluidor-pagador (e a não identificação da fonte do dano, no caso dos autos)

O princípio do poluidor-pagador sedimenta que é dever do poluidor arcar com as despesas referentes à prevenção e reparação da poluição, ou seja, a ação ou omissão do agente que cause poluição impõe o dever de evitar dano ambiental e de recuperar eventual dano causado. O custo social (externo) da poluição do meio ambiente deve ser internalizado pelo poluidor, ou seja, deve ser levado em conta quando da mensuração dos custos de produção e consequentemente assumidos pelo empreendedor. É a internalização dos custos externos.

**E no caso em exame**, do grave desastre ambiental que impacta a Zona Costeira brasileira, atingindo todos os Estados da Região Nordeste, cabe rememorar a **Lei 9.966/2000** que “**dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências**” e, em especial, sua regulamentação via Decreto 4.871/2003 que “**dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências**”.

É cediço, nesse toar, que o denominado “**Plano de Área**” com “**mecanismos de ação conjunta a serem implementados**” (artigo 3.º, §3.º) “**para resposta a quaisquer incidentes de poluição por óleo**” (artigo 3.º, §4.º) tem, dentre outros, como aspecto essencial a previsão normativa de que se estabeleçam “**critérios para a disponibilização e reposição ou ressarcimento dos recursos** previstos nos Planos de Emergência Individuais e utilizados pelo Plano de Área, **inclusive nos casos de incidentes de poluição por óleo de origem desconhecida**” (artigo 4.º, inciso V). E, de novo, a imperiosidade de se instituir “**procedi-**











### 3.7 ALAGOAS

Um levantamento realizado por órgãos ambientais mostrou a situação das praias alagoas atingidas pelas manchas de óleo, que se espalhou por quase todo Nordeste. **Em Alagoas, a substância foi vista em praias do Litoral Norte ao Litoral Sul, sendo em consistência diferente e maior concentrada. Em Piaçabucu, por exemplo, os biólogos encontraram o mar oleado e com diversas manchas. Já em Paripueira, que fica em um extremo, foram detectados vestígios e esparsos da substância.** Um golfinho foi encontrado morto e com manchas de óleo no corpo, no último sábado, 12, em praia do município Feliz Deserto, no litoral sul de Alagoas, segundo o portal UOL. A informação é do Instituto Biota de Conservação, que fez o recolhimento do golfinho para necropsia.



Tartaruga com óleo encontrada no Pontal de Coruripe, AL (Foto: Felipe Santos/Projeto Praia Limpa)



Mancha de óleo que surgiu na Lagoa do Pau, em Coruripe (AL) – Foto: Sinval Araújo/ Arquivo Pessoal





13.out.2019 - Golfinho é encontrado morto em praia no município de Feliz Deserto, no litoral sul de Alagoas (Imagem: Instituto Biota)



Extensa mancha de óleo é vista na praia do Pontal do Peba, vizinha à foz do Rio São Francisco em AL  
Imagem: Simone Santos/ Projeto Praia Limpa





## Óleo nas praias de Coruripe, Lagoa do Pau, Japaratingam Piaçabuçu, Sabiaguaba







**Fontes/pesquisa:**

<https://leianoticias.com.br/brasil/manchas-de-oleo-ja-atingem-138-locais-em-9-estados-diz-ibama/>

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/11/manchas-de-oleo-em-praias-do-nordeste-fotos.ghtml>

<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/10/13/boto-e-encontrado-morto-e-com-manchas-de-oleo-em-praia-de-alagoas.html>)

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/10/07/mancha-de-oleo-atinge-foz-do-rio-sao-francisco-em-alagoas.htm>

<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/347110/2019/10/09/quase-todo-litoral-alagoano-foi-atingido-pelas-manchas-de-oleo-confira-as-praias-mais-afetadas>)

<https://oglobo.globo.com/sociedade/oleo-derramado-chega-salvador-atinge-reserva-extrativista-no-maranhao-24010751>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/mancha-gigante-de-oleo-em-praia-de-al-ameaca-santuاريو-de-peixe-boi.shtml?loggedpaywall>

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/11/manchas-de-oleo-desastre-afeta-reservas-turismo-e-comunidades-pesqueiras.ghtml>

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/26/manchas-de-oleo-no-nordeste-o-que-se-sabe-sobre-o-problema.ghtml>

<https://www.instagram.com/p/B3rxFarH0JJ>

Rua José Carvalho Pinto, 280, Edifício Aracaju Boulevard, Jardins, 49.026-150, Aracaju (SE).

TELEPHONE: (0xx79)3301-3700



### 3.8 SERGIPE

Em Sergipe, as primeiras manchas de petróleo apareceram no dia 24 de setembro, segundo o governo do Estado. **Sergipe possui 193 km de litoral, com 17 praias, todas afetadas** com o problema que atinge diversos municípios nos nove estados do Nordeste. Desses, em 119 km existe o monitoramento da reprodução das tartarugas marinhas feitos pelo Tamar. **A situação no Estado chegou a ser considerada como a mais grave dentre todos os estados do Nordeste, fazendo com que o governo de Sergipe decretasse situação de emergência devido ao aumento de danos ambientais causados pelo óleo de origem desconhecida que vem tomando as praias do Nordeste do País desde setembro.**

Petróleo cru acumulado em ponto do litoral de Sergipe (SE) — Foto: Reprodução/TV Sergipe

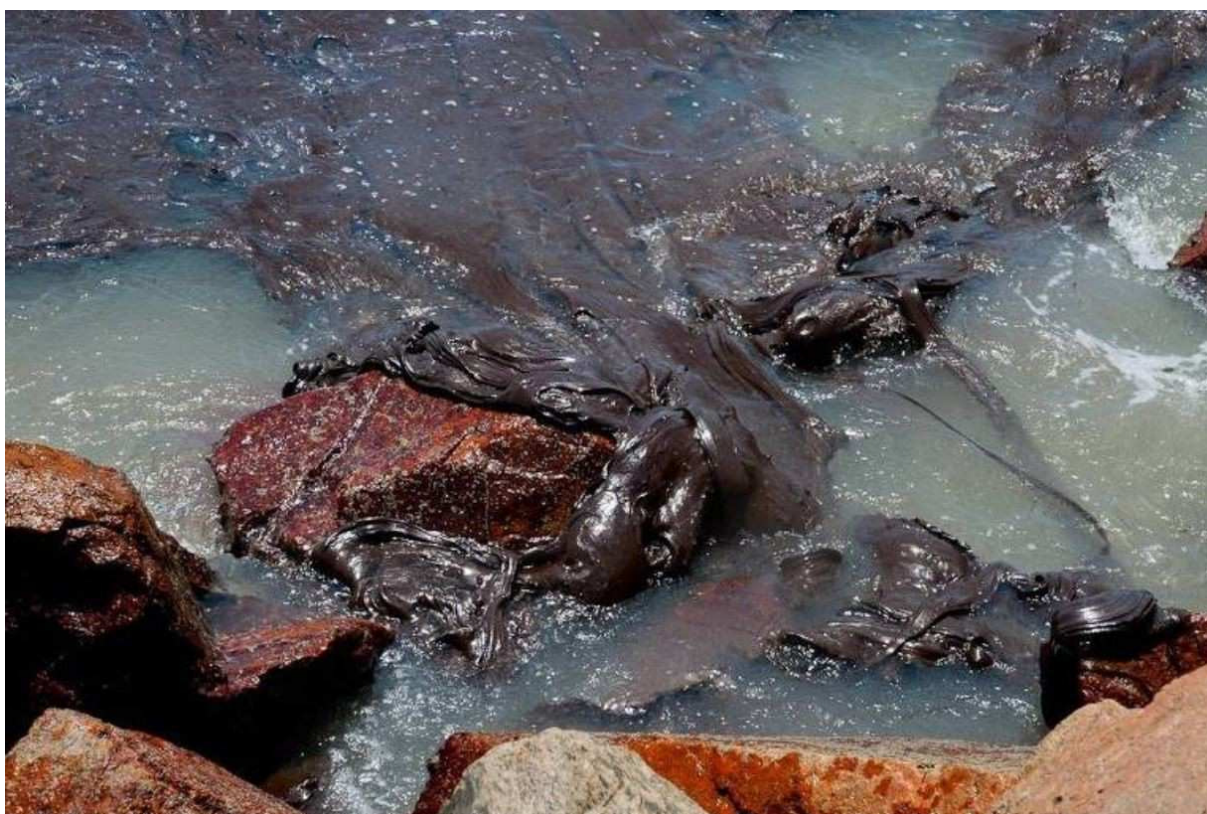
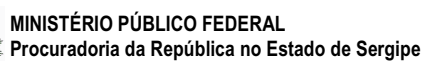












TELEFONE: (0xx79)3301-3700



**Fontes/pesquisa:**

<https://www.focandoanoticia.com.br/paraiba-tem-16-praias-atingidas-por-manchas-de-oleo-numero-sobe-para-132-no-nordeste/>  
<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/10/14/mais-de-100-toneladas-de-manchas-de-oleo-sao-recolhidas-em-sergipe.ghtml>  
<https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/sergipe-declara-situacao-de-emergencia-por-oleo-nas-praias,81e8dd28ff1dab1085f1d7b89e5b44842626we9e.html> <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/10/15/todas-as-praias-de-se-apresentaram-reincidencia-de-manchas-de-oleo-apos-limpeza-so-na-capital-foram-coletadas-mais-de-230-toneladas.ghtml>,  
<https://www.metropoles.com/brasil/justica-manda-uniao-protger-rios-das-manchas-de-oleo-em-sergipe>  
<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,manchas-de-oleo-chegam-a-praias-de-salvador,70003046309>  
<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-o-vazamento-de-petroleo-em-praias-do-nordeste,70003026922>  
<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,shell-tem-ate-quinta-para-informar-quem-vendeu-barris-de-petroleo-achados-em-sergipe,70003052542>  
<https://oglobo.globo.com/sociedade/oleo-derramado-chega-salvador-atinge-reserva-extrativista-no-maranhao-24010751>  
<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/apos-novas-manchas-salles-diz-que-nao-sabe-quantidade-de-oleo-ainda-no-mar.shtml?loggedpaywall>  
<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/veja-quais-praias-foram-atingidas-pelas-manchas-de-oleo-no-nordeste.shtml>

### 3.9 BAHIA

**A mancha de óleo no Nordeste continua se deslocando na direção sul.** No dia 11, sexta-feira, chegou a Salvador, onde foram identificados pequenos pontos de óleo na areia de seis praias da cidade. **Praia do Forte, que tinha sido classificada pelo Ibama na categoria mais grave, "manchas", entrou em processo de limpeza, juntamente com a vizinha Guarajuba.** O governador da Bahia em exercício, João Leão, assinou na tarde desta segunda-feira (14/10/19) o **Decreto Estadual de Emergência** para liberação de recursos para os oito municípios do estado que foram atingidos por manchas de óleo no litoral.

Das localidades afetadas, a praia de Guarajuba, em Camaçari, é a que tem o pior estado na região metropolitana de Salvador — Foto: Itana Alencar/G1 BA

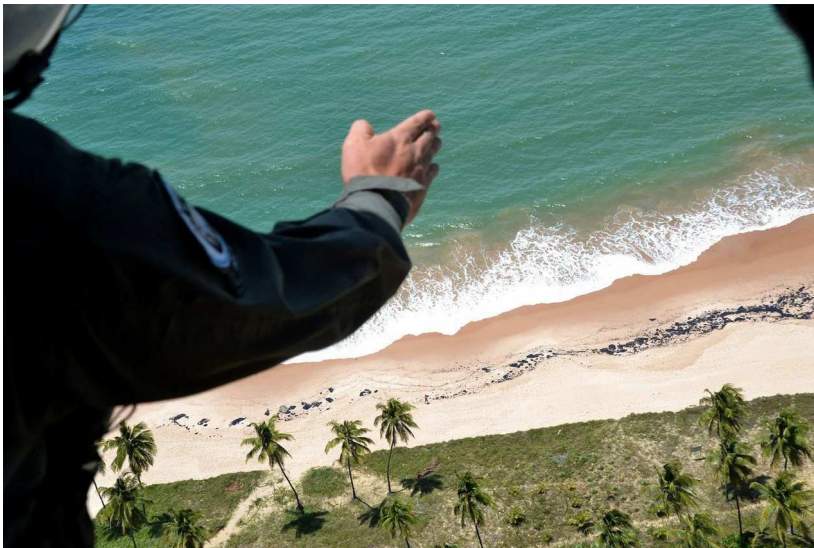


de



Na Praia do Forte, região turística da cidade de Mata São João, mancha de óleo afetou animais –

é



Mancha de óleo em praia do  
litoral norte de Salvador (BA)  
avistada durante sobrevoo de  
helicóptero da Marinha –  
Foto: Romildo de Jesus/  
Futura Press/ Estadão  
Conteúdo



Praia do Forte ficou irreconhecível (Foto: Arisson Marinho/ CORREIO)



Imagens  
do Sítio do Conde





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA \_\_\_\_  
VARA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, cadastrado no CNPJ sob o n. 26.989.715/0030-47, por intermédio dos Procuradores da República signatários, no regular exercício de suas atribuições legais e constitucionais, e com fulcro no artigo 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, no artigo 6.º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93, e nos artigos 1.º e seguintes da Lei n.º 7.347/1985, vem, à presença de Vossa Excelência, muito respeitosamente, ajuizar a presente

***AÇÃO CIVIL PÚBLICA***  
(com pedido de antecipação da tutela)

em desfavor da:

**UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno (CNPJ: 26.994.558/0001-23), a ser citada através da sua Procuradoria, na Avenida Beira Mar, n.º 53, Bairro 13 de julho, em Aracaju/SE ou no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco “H”, Lote 26/27, Brasília-DF, CEP: 70.070-110, telefone: (79) 3301-7200, e com endereço eletrônico - email: pu.se@agu.gov.br;

tendo por base os documentos anexos (digitalizados), contidos no Inquérito Civil n. 1.35.000.001274/2019-63<sup>1</sup> (que tramitou ordinariamente perante este Ministério Público Federal) e as razões de fato e de direito a seguir delineadas:

<sup>1</sup> As páginas mencionadas ao longo da presente petição referem-se à numeração constante no apuratório respectivo.





(que deveria ser dada e não foi, pelo Governo Federal) para a implementação das medidas de proteção às áreas sensíveis de Sergipe, o MPF pediu licença para se retirar, informou que precisava terminar Ação Civil Pública que estava elaborando e salientou que se, até às 16h, lhe fosse apresentado documento formal comprovando que foram determinadas as medidas de proteção (o que não ocorreu), este MPF, então, não ajuizaria demanda judicial com esse fim.

**É de se destacar, também, que diante do grave desastre ambiental em curso, têm grande relevância os denominados Planos Estratégicos de Proteção de Áreas Vulneráveis (PPAVs).** Incompreensivelmente, porém, apesar das reuniões realizadas (três, em sequência de dois dias), em nenhum momento, nem IBAMA e nem Petrobras **jamais mencionaram a existência de PPAVs aprovados e aptos a proteger toda a costa sergipana.** Foi somente na sexta-feira, 11/10/2019, que este MPF tomou conhecimento desse fato pelo Órgão Ambiental Estadual. À ocasião, o MPF recebeu esclarecimentos de como os PPAVs são detalhados e foi isso que permitiu a este Órgão Ministerial formular os correspondentes pedidos na ACP ajuizada (processo número 0805579-61.2019.4.05.8500 – 1.<sup>a</sup> Vara Federal) em relação a Sergipe, referindo-se a “procedimentos e fluxogramas relacionados a região de praias, região de manguezal, região fluvial e estratégias específicas” (isso consta nos PPAVs).

Com efeito, remarque-se por relevante, **o MPF, usando de seus próprios meios, não logrou êxito em obter os PPAVs. Afinal, não obteve nada. Repita-se, o MMA e o IBAMA não prestaram informações concretas quaisquer em resposta aos expedientes que lhes foram enviados e nas reuniões jamais mencionaram a existências dos PPAVs, muito menos os apresentaram ao Ministério Público Federal.**

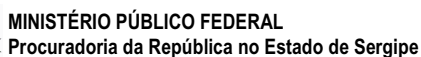
**O MPF, então, como cediço, ajuizou a Ação Civil Pública de número 0805579-61.2019.4.05.8500** (a primeira originária do IC anexo) requerendo:

**1) A concessão de tutela de urgência,** com fulcro no artigo 300 do Código de Processo Civil brasileiro, para que seja determinado, sob pena de multa diária de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

**1.1) à UNIÃO** que adote todas as **medidas necessárias para a contenção, o recolhimento e a adequada destinação do material poluente** (óleo decorrente do gravíssimo acidente ambiental que impacta a Zona Costeira brasileira, atingindo todos os Estados da Região Nordeste) **com foco na proteção de áreas sensíveis de Sergipe,** utilizando-se do **MAPEAMENTO AMBIENTAL PARA RESPOSTA À EMERGÊNCIA NO MAR – MAREM, com emprego das melhores e mais adequadas técnicas,** e em específico:

**1.1.1) que dê início, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas,** diretamente, por parcerias ou contratação, à implementação dos **PLANOS ESTRATÉGICOS DE PROTEÇÃO DE ÁREAS VULNERÁVEIS (PPAVs)** existentes e devidamente aprovados pelo **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA** em relação a toda a costa sergipana, abrangendo os rios São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza-Barris





Requer-se, ainda, seja determinado ao demandado **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA** que apresente perante esse DD. Juízo Federal integralmente todos os PLANOS ESTRATÉGICOS DE PROTEÇÃO DE ÁREAS VULNERÁVEIS (PPAVs) existentes e devidamente aprovados em relação a toda a costa sergipana. (...).

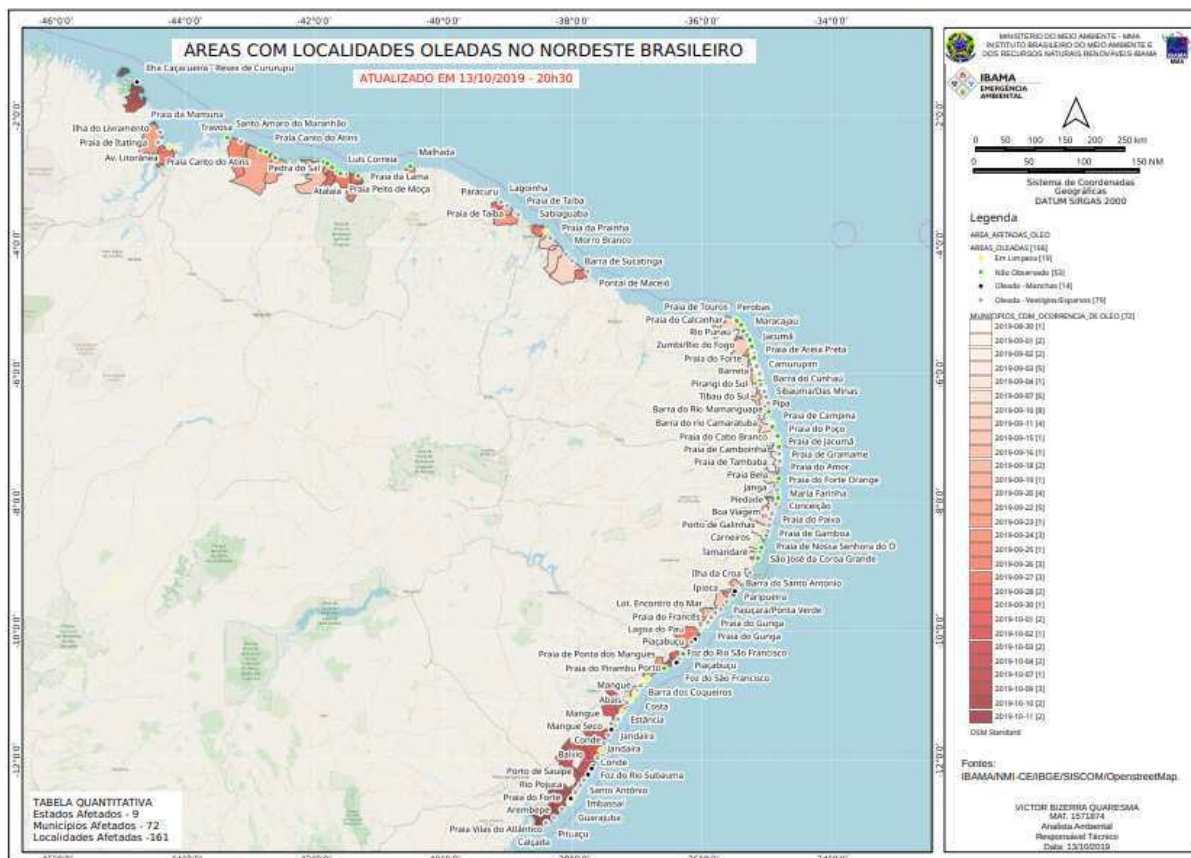




### 3. A “SIGNIFICÂNCIA NACIONAL” DO INCIDENTE DE POLUIÇÃO POR ÓLEO EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL: OS IMPACTOS RETRATADOS PELA IMPRENSA NACIONAL EM TODA REGIÃO NORDESTE

A extensão da zona costeira nordestina atingida pelas manchas de petróleo desde o dia 30 de agosto de 2019, registrado inicialmente em três praias do litoral paraibano, chegou a 2.100 quilômetros dos nove estados da região. **O acidente ambiental já é considerado o maior da história no litoral brasileiro em termos de extensão.**

A primeira localidade onde, segundo o relatório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a contaminação foi comunicada, fica na Praia Bela, em Pitimbu (PB), onde os fragmentos de óleo foram avistados em 30/08 2019. **A partir daí, a substância se espalhou pelos estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). O maior acidente ambiental no litoral brasileiro em termos de extensão, no entanto, parece passar ao largo da União em termos de observância à legislação de regência.** Fotos aqui e ali de manchas de óleo que já chegam a aproximadamente 160 praias são apenas uma pequena amostra do desastre que atinge o litoral nordestino e cujo impacto será sentido por décadas, com danos incalculáveis à natureza e à economia regional. **Observe-se os locais atingidos:**



Áreas com localidades oleadas no Nordeste Brasileiro. Fonte: [Ibama](#)



### 3.1 MARANHÃO

O Maranhão está entre os estados nordestinos cujo litoral está sendo dos mais afetados pelo derramamento de petróleo cru. Conforme identificado pelo Ibama, no último fim de semana (12/10/19), com a presença de petróleo na Ilha Caçacueira, na Reserva Extrativista (Resex) de Cururupu (maior reserva marinha e costeira do Brasil) no estado, agora contabilizam-se 12 focos no litoral maranhense. No Brasil, são mais de 150 locais em 71 municípios com registros do petróleo.

No Maranhão, em Araiões, uma tartaruga morreu na Ilha dos Poldos, por estar coberta pelo óleo. Já em Itatinga, praia localizada em Alcântara, também foi encontrada uma tartaruga-marinha coberta do poluente, mas foi resgatada a tempo, limpa e devolvida ao mar com vida. Na capital maranhense foram encontradas manchas de óleo na praia de São Marcos. **O óleo já atingiu 12 áreas de proteção ambiental e pode impactar espécies ameaçadas de extinção como o peixe-boi.** A última área com registro de manchas foi a Reserva Extrativista (Resex) Curupuru, no Maranhão, segundo os dados do Ibama.



Tartaruga encontrada morta na Ilha dos Poldros, localizada no Delta do rio Parnaíba, região que fica no território do Maranhão, próximo à divisa com o Piauí.



Imagens da praia de Alcântara, no Maranhão



Fontes/pesquisa:

<https://oimparcial.com.br/brasil-e>

[mundo/2019/10/manchas-de-oleo-atingem-reserva-extrativista-em-ilha-de-cururupu/](http://www.mundo/2019/10/manchas-de-oleo-atingem-reserva-extrativista-em-ilha-de-cururupu/)

<https://www.anda.jor.br/2019/09/tartaruga-e-encontrada-morta-com-corpo-coberto-por-oleo-em-praia-no-maranhao-amp/>

<https://oimparcial.com.br/cidades/2019/10/12-pontos-ja-foram-atingidos-por-manchas-de-oleo-no-maranhao/>

<https://oimparcial.com.br/brasil-e-mundo/2019/10/maranhao-e-o-6o-estado-mais-afetado-pelas-manchas-de-oleo/>

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/09/26/oleo-que-atinge-praias-do-maranhao-vem-de-fora-do-brasil/>

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/10/15/bancada-se-reunira-com-membros-da-marinha-para-contencao-de-oleo-no-ma/>; <https://oimparcial.com.br/cidades/2019/10/lavagem-de-navios-pode-ser-a-cao-de-oleo-nas-praias-do-nordeste/>

### 3.2 PIAUÍ

As manchas de óleo que vêm aparecendo no litoral nordestino desde o início de setembro já atingiram 7 das 16 praias do Piauí, de acordo com levantamento feito pelo G1, com base nos registros da Marinha do Brasil, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Tartarugas do Delta.

Ao todo, foram encontradas ocorrências nas praias: do Arrombado, Coqueiro, Itaqui, Peito de Moça e Atalaia, no Município de Luiz Correia, Pedra do Sal, na cidade de Parnaíba e Porto de Lama, em Cajueiro da Praia.



Galão de óleo encontrado na praia Peito de Moça, em Luíz Correia, litoral do Piauí.



Mancha de óleo achada em Cajueiro da Praia, litoral do Piauí



## Manhas de óleo na Ilha dos Poldros



**Fontes/pesquisa:**

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/10/09/manchas-de-oleo-atingiram-sete-praias-do-piaui-diz-levantamento.ghtml>

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/10/10/semar-monitora-praias-atingidas-por-manchas-de-oleo-no-piaui-e-faz-alerta-a-banhistas.ghtml>

### 3.3 CEARÁ

É fato que em ao menos sete praias cearenses já foram identificadas manchas de óleo. De acordo com o último relatório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a substância preta foi encontrada na Praia da Malhada, em Lagoinha, na Taíba, na Prainha, na Barra da Sucatinga e no Pontal de Maceió, além de Sabiaguaba - único trecho da Capital com registro no relatório. O Ibama está divulgando diariamente relatório com os locais afetados pelo óleo misterioso. No Ceará, as cidades de Fortim, Paraipaba e Jijoca de Jericoacoara são as mais atingidas. Ainda conforme o órgão federal, a Praia da Sabiaguaba, em Fortaleza, é a única do Estado em processo de limpeza. **No dia 05/10/19, um golfinho foi encontrado morto com manchas de óleo na orla da praia de Taíba, em São Gonçalo do Amarante, na grande Fortaleza. O animal foi resgatado pela prefeitura local e possuía manchas de óleo na boca e nas nadadeiras.**

De acordo com um relatório do IBAMA, pelo menos quatro animais já foram resgatados atingidos pelo material oleoso no Ceará. **Em Fortaleza, por exemplo, as manchas fizeram com que fosse interditada uma das praias mais frequentadas do Ceará, a Praia do Futuro.** A AEPF (Associação do Empresários da Praia do Futuro) afirmou que teve queda de 40% nas vendas das barracas na região no último fim de semana. Ao todo, 11 praias da zona leste da cidade encontravam-se impróprias para banho e isso já impactou o comércio local.







Fontes/pesquisa:

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/10/11/jericoacoara--taiba-e-pontal-de-maceio--confira-a-lista-de-praias-atingidas-pelas-manchas-de-oleo.html>

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/05/golfinho-com-manchas-de-oleo-e-encontrado-morto-na-praia-da-taiba-no-ceara.ghtml>; <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/08/manchas-de-oleo-retiradas-de-mar-no-ceara-sao-queimadas-em-forno-proprio-para-combustao-segundo-governo-do-estado.ghtml>

<https://aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-manchas-de-oleo-no-nordeste/>

<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/10/11/consumidores-podem-cancelar-ou-remarcas-sem-multa-viagens-para-praias-do-nordeste-atingidas-por-oleo.html>

### 3.4 RIO GRANDE DO NORTE

Ao teor de relatos do Ibama, o **Rio Grande do Norte tem 43 praias atingidas pelo derramamento de óleo** e os dados apontam que é o Estado com maior **número de áreas afetadas**. Considerada o "Caribe do Rio Grande do Norte", a praia de Maracajaú, no município de Maxaranguape, litoral norte do estado, foi atingida pelo derramamento de óleo cru, que vem ocorrendo no Nordeste desde o início de setembro. A substância foi encontrada flutuando em meio aos parrachos (piscinas naturais) de Maracajaú, que fica na APA (Área de Proteção Ambiental) Recife de Corais, no dia 14 de setembro de 2019.

Registrou-se ainda que chegou a sete o número de tartarugas marinhas encontradas cobertas de óleo, no litoral do Rio Grande do Norte. O último animal afetado pelos resíduos no RN foi avistado por pescadores no mar de Maxaranguape, entre quarta-feira (09/10) e sexta-feira (11/10). No entanto, a informação só chegou ao conhecimento dos biólogos no sábado (12/10) e divulgado no domingo (13/10). Isso porque os pescadores estavam sem comunicação em alto mar. Foram eles que tentaram limpar o excesso da substância do corpo do animal, que estava com dificuldades para se locomover e respirar.

E além da tartaruga avistada em Maxaranguape, outros seis animais com manchas de óleo foram encontrados no Rio Grande do Norte em um mês:

- **11/09** – tartaruga viva sem espécie identificada, na Praia de Jacumã (Ceará-Mirim);
- **22/09** – tartaruga morta da espécie **Chelonia mydas**, na Praia da Redinha Nova (Extremoz);
- **23/09** – tartaruga viva da espécie **Lepidochelys olivacea** na Praia da Redinha Nova (Extremoz);
- **06/10** – tartaruga viva sem espécie identificada, no mar (Maxaranguape);
- **08/10** – tartaruga morta da espécie **Chelonia mydas**, em Sagi (Baía Formosa);
- **11/10** – tartaruga viva da espécie **Chelonia mydas**, na Praia de Búzios (Nísia Floresta).





Manchas de óleo também vistas na praia de Camurupim, no RN



Tartaruga encontrada no litoral do RN coberta de óleo e limpa pela equipe do Aquário de Natal – Foto:  
Heloísa Guimarães/Inter TV Cabugi



Rua José Carvalho Pinto, 280, Edifício Aracaju Boulevard, Jardins, 49.026-150, Aracaju (SE).

SSB D20704004032/22099739 / ppg.767





Praia de Pipa



Praia de Tabatinga

**Fontes/pesquisa:**

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/10/09/manchas-oleosas-atingem-praia-chamada-de-caribe-do-rio-grande-do-norte.htm>; <https://www.op9.com.br/rn/noticias/video-mostra-setima-tartaruga-encontrada-coberta-por-oleo-no-rn/>; <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/10/02/policia-federal-investiga-origem-de-manchas-de-oleo-em-praias-do-nordeste.ghtml>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49943086>; <http://agorarn.com.br/cidades/mpf-recomenda-limpeza-imediata-de-manchas-de-oleo-no-litoral/>; <http://agorarn.com.br/cidades/marinha-do-brasil-nao-registra-novas-manchas-de-oleo-no-litoral-do-rn/>; <http://agorarn.com.br/cidades/litoral-do-rn-nao-tem-mais-manchas-de-oleo-afirma-abih/>

### 3.5 PARAÍBA

A Paraíba também foi um estado bastante afetado do Nordeste e manchas de óleo já atingem três reservas ambientais famosas na região (**Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape (PB)**; **Área de Relevante Interesse Ecológico manguezais da Foz do Rio Mamanguape (PB)**; e **Reserva Extrativista Acaúgoiana (PB)**). Os dados foram revelados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que registrou as áreas afetadas na noite de quinta-feira (10/10), em recente levantamento sobre o óleo nas praias. E ainda segundo o IBAMA, na Paraíba, as manchas de óleo podem ser vistas nas praias de Tambaba, Gramame, Praia do Amor e Jacumã.

Inicialmente, o problema atingiu 16 praias em seis cidades. Além do Conde, foram afetadas João Pessoa, Cabedelo, Mataraca, Rio Tinto e Pitimbu.



## Manchas de óleo nas praias



**Fontes/pesquisa:**

[http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/quatro-praias-da-paraiba-ainda-tem-registros-de-manchas-de-oleo.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/quatro-praias-da-paraiba-ainda-tem-registros-de-manchas-de-oleo.html)  
<https://www.polemicaparaiba.com.br/polemicas/vazamento-de-oleo-em-joao-pessoa-ibama-e-capitania-dos-portos-farao-inspecao-no-caribessa-na-proxima-semana/><https://portalsantateresinha.com/2019/10/11/28813/>  
<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/10/15/mpf-cobra-ao-ibama-medidas-para-minimizar-danos-provocados-por-oleo-no-litoral-da-paraiba.gh.html>; <https://www.cofemac.com.br/noticia/1983/mancha-de-oleo-atinge-16-areas-da-paraiba-origem-e-desconhecida.html>; <https://paraibaonline.com.br/2019/10/quatro-praias-da-paraiba-ainda-estao-com-manchas-de-oleo/>  
<https://www.pbhoje.com.br/noticias/70454/praias-da-paraiba-estao-limpas-apos-um-mes-do-surgimento-de-manchas-de-oleo-diz-sudema.html>



### 3.6 PERNAMBUCO

E no Estado de Pernambuco, **são 19 praias com vestígios de óleo**. São elas: São José da Coroa Grande (25 de setembro); Conceição (10 de setembro); Janga (10 de setembro); Maria Farinha (10 de setembro); Ponta de Pedras (7 de setembro); Catuama (7 de setembro); Tamandaré (7 de setembro); Paiva (4 de setembro); Candeias (3 de setembro); Boa Viagem (3 de setembro); Carneiros (3 de setembro); Del Chifre (2 de setembro); Gamboa (2 de setembro); Nossa Senhora do Ó (sem data); Porto de Galinhas (25 de setembro); Ilha Cocaia (sem data); Piedade (sem data); Pau Amarelo (18 de setembro); Forte Orange (sem data).

Ademais, sabe-se que **duas tartarugas foram encontradas mortas na Praia do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife.**

## Manchas de óleo nas praias



## Praia do Paiva



**Fontes/pesquisa:**

<https://tvjornal.ne10.uol.com.br/tv-jornal-meio-dia/2019/09/12/derramamento-de-oleo-causa-morte-de-animais-e-polui-o-litoral-de-pernambuco-176103>

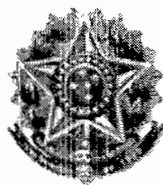
<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/10/numero-de-praias-atingidas-por-manchas-de-oleo-no-nordeste-sobe-para-1.html>

<https://www.destakjornal.com.br/brasil/detalhe/oleo-ja-chegou-a-19-praias-de-pernambuco;>

<https://g1.globo.com/pe/paranagu%C3%A1/noticia/2019/10/17/forca-tarefa-atua-em-alto-mar-para-retirar-oleo-visto-em-sobrevo-o-entre-paranagu%C3%A1-e-alagoas.ghtml>

<https://tvjornal.ne10.uol.com.br/tv-jornal-meio-dia/2019/09/12/derramamento-de-oleo-causa-morte-de-animais-e-polui-o-litoral-de-pernambuco-176103>; <http://www.acidadevotuporanga.com.br/geral/2019/10/parece-que-criminosamente-algo-foi-despejado-la-diz-bolsonaro-sobre-oleo-que-atingiu-praias-do-nordeste-n58180>;

<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/noticias/2019/09/05/NWS,115450,70,1358,NOTICIAS,2190-CPRH-INVESTIGA-ORIGEM-SUBSTANCIA-ENCONTRADA-PRAIA-PAIVA.aspx>



**Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL**



JUSTIÇA FEDERAL

**PODER JUDICIÁRIO**

**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE**

Fórum Min. Geraldo Barreto Sobral. Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500.

Centro Adm. Governador Augusto Franco. Aracaju/SE

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta das 09:00h às 18:00h

Tel. 3216-2259 - Home Page: [www.jfse.gov.br](http://www.jfse.gov.br)

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

**URGENTE - PLANTÃO**

**PROCESSO Nº: 0805679-16.2019.4.05.8500 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA  
CÍVEL**

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**RÉU: UNIÃO FEDERAL**

**1ª VARA FEDERAL - SE**

Clento em 18/10/2019 às 15:40 h.

*Miguel Angelo Feitosa Melo*  
Advogado da União  
Procurador - Chefia de União em Sergipe

**FINALIDADE**

INTIMAR A UNIÃO, na pessoa de um dos seus Advogados, com endereço na Av. Beira Mar, 53, 13 de

## ANEXOS

julho, Aracaju, para, querendo, manifestar-se sobre o pedido liminar proposto pelo MPF, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, em especial, para indicar, comprovando a este Juízo, se o PNC foi acionado, esclarecendo as providências já adotadas e aquelas eventualmente já planejadas para adoção decorrentes de tal acionamento, ou justificar, detalhadamente e com provas, o motivo de não o ter feito, conforme despacho em anexo.

Cópia integral do feito.

Denise de Sousa Montalvão Monteiro

Técnico Judiciário

De ordem do MM. Juiz Federal

(Portaria PRT.0001.000004-6/2011-JF-1ª Vara)



Processo: 0805679-16.2019.4.05.8500

Assinado eletronicamente por:

**Denise de Sousa Montalvão Monteiro -**

**Diretor de Secretaria**

**Data e hora da assinatura: 18/10/2019**

**12:01:25**

**Identificador: 4058500.3172209**



19101811483402200000003176325

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



**PROCESSO Nº: 0805679-16.2019.4.05.8500 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**  
**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RÉU: UNIÃO FEDERAL**  
**1ª VARA FEDERAL - SE**

**DESPACHO (URGENTE)**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF** ajuizou a presente ACP em face da **UNIÃO** tendo por objeto compelir a demanda a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, para, nos termos do Decreto n. 8.157/2013, que regulamenta a Lei n. 9.966/2000, dar início a todas as medidas necessárias "com o objetivo de permitir a atuação coordenada de órgãos da Administração Pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, e minimizar os danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública", em razão do gravíssimo incidente ambiental, provocado por óleo, que tem impactado a Zona Costeira Brasileira, atingindo todos os Estados da Região Nordeste, de modo que sejam empregadas as melhores e mais adequadas técnicas, em defesa do meio ambiente, de presentes e futuras gerações.

Fundamentou, em apertada síntese, que a **UNIÃO**, embora figure como Autoridade Nacional, insiste em não implementar o "Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC", à luz do Decreto n. 8.127/2013 e da Lei n. 9.966/2000, limitando-se a fazer limpeza de praias, a passos lentos, e prosseguindo em sua omissão de não adotar medidas protetivas às áreas sensíveis, mesmo já tendo sido impactadas, como se o Brasil não estivesse preparado para lidar com situações dessa gravidade.

Requeru, em sede de tutela de urgência:

**9.1) A concessão de tutela de urgência**, com fulcro no artigo 300 do Código de Processo Civil brasileiro, para que seja determinado, sob pena de multa diária de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), à **UNIÃO** que:

**9.1.1 ) acione, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, o **Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.157/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, de modo a ser efetivado, com a maior brevidade possível, o objetivo de assegurar "**a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta**" ao gravíssimo incidente ambiental de poluição por óleo que afeta todos os Estados da Região Nordeste, reconhecendo-se sua "significância nacional";

**9.1.2) faça atuar**, imediatamente após a implementação do **Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**, a Autoridade Nacional, o Comitê Executivo, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, o Coordenador Operacional e o Comitê de Suporte, com a devida observância aos artigos 5.º a 11 do Decreto N.º 8.157/2013, **inclusive com a integral composição institucional nele prevista** ;

**9.1.3) determine, em especial**, ao **Coordenador Operacional** que cumpra fielmente seus deveres (artigo 10 do Decreto N.º 8.157/2013) e apresente **relatórios semanais ao Juízo**

**Federal** , quanto a:

I - garantir, em ordem de prioridade, a segurança da vida humana, a proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo;

II - estabelecer centro de operações;

III - exigir do poluidor ou dos responsáveis pelos Planos de Emergência Individuais e de Área, conforme o caso:

a) as ações de resposta e seu acompanhamento;

b) o apoio logístico e as condições de trabalho adequadas para o pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental;

c) a disponibilidade, no local do incidente, dos equipamentos previstos nos Planos de Emergência Individual e de Área, e a colaboração quanto à mobilização dos equipamentos necessários;

d) a proteção das áreas ecologicamente sensíveis;

e) o resgate da fauna por pessoal treinado e seu transporte para centros de recuperação especializados;

f) o monitoramento ambiental da área atingida;

g) a adequação da coleta, do armazenamento, do transporte e da disposição dos resíduos gerados no incidente de poluição por óleo; e

h) o emprego das tecnologias e metodologias de resposta, em conformidade com a legislação;

IV - assegurar que:

a) as comunicações sejam realizadas adequadamente;

b) os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental estejam disponíveis; e

c) as ações e recursos materiais e humanos empregados pelos órgãos da administração pública sejam documentados e contabilizados;

V - manter a imprensa, as autoridades e o público informados da situação, e estabelecer centro de informações, quando couber;

VI - acionar a Defesa Civil, quando necessário, para a retirada de populações atingidas ou em risco eminente de serem atingidas pelos incidentes de poluição por óleo;

VII - realizar reuniões periódicas com os participantes da ação de resposta para acompanhamento e controle das ações planejadas; e

VIII - efetuar os registros do incidente, a serem entregues à Autoridade Nacional, que conterão, no mínimo:

a) relatório técnico, com a caracterização do incidente, os métodos e os procedimentos utilizados nas ações de resposta;

b) relatório das ações de comunicação social e institucional realizadas, que conterá os registros de comunicação ao poluidor, às autoridades, às comunidades envolvidas e ao público em geral, sobre o andamento das operações e desdobramentos do incidente, e as ações de recuperação previstas para a área atingida; e



<sup>1</sup> Sem prejuízo da adoção de todas as medidas necessárias à efetivação do provimento específico ou de seu resultado prático equivalente, nos moldes do que preconiza o art. 497, § único, do Novo Código de Processo Civil.

Em conformidade com o disposto no art. 2º, da Lei n. 8.437/92, entendo deva ser intimada, com urgência, a pessoa jurídica de direito público integrante do pólo passivo para, querendo, manifestarem-se sobre o pedido liminar proposto.

Não desconheço que o referido dispositivo legal fixa o prazo de 72h (setenta e duas horas) para a manifestação da demanda. Contudo, tendo em vista a gravidade dos fatos narrados na presente ACP, reduzo tal prazo deve, razão pela qual **fixo o tempo de 24h (vinte e quatro horas) para que a UNIÃO se manifeste sobre os pedidos de tutela de urgência formulados pelo MPF**, devendo, em especial, indicar, comprovando a este Juízo, se o PNC foi acionado, esclarecendo as providências já adotadas e aquelas eventualmente já planejadas para adoção decorrentes de tal acionamento, ou justificar, detalhadamente e com provas, o motivo de não o ter feito.

Transcorrido dito prazo, fazer a conclusão dos autos, com urgência, mesmo no plantão, esclarecendo-se que pela Resolução pertinente da Corregedoria do e. TRF5, a este Juízo cabe decidir, por se tratar de processo ele já distribuído. Na decisão a ser prolatada, observarei a necessidade ou não de realização de audiência com integrantes do referido plano.

**Telma Maria Santos Machado**

Juíza Federal



Processo: **0805679-16.2019.4.05.8500**

Assinado eletronicamente por:

**Denise de Sousa Montalvão Monteiro - Diretora de Secretaria**

Data e hora da assinatura: 18/10/2019 12:02:40

Identificador: 4058500.3172215

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



19101812022507800000003176331

Autenticidade: 00055810073145008212041925Y06485779) SFFD007040000338120099789 bpg.887





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

---

**DESPACHO n. 01216/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**  
**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**  
**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

Tendo em vista o teor do Ofício nº 1685-AGU/PU/SE/AESVNC, encareço ao apoio o envio destes autos à Secex, para ciência e manifestação, com urgência.

Brasília, 18 de outubro de 2019.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 332582906 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 18-10-2019 18:32. Número de Série: 17139232. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

---

**DESPACHO n. 01216/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**  
**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**  
**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

Tendo em vista o teor do Ofício nº 1685-AGU/PU/SE/AESVNC, encareço ao apoio o envio destes autos à Secex, para ciência e manifestação, com urgência.

Brasília, 18 de outubro de 2019.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 332582906 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 18-10-2019 18:32. Número de Série: 17139232. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

**DESPACHO Nº 39498/2019-MMA**

**Assunto: ACP 08056791620194058500.**

Senhor Consultor Jurídico,

Em atenção ao DESPACHO nº. 01216/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU, informo a Vossa Senhoria as providências adotadas, por este Ministério, quanto ao PNC - Plano Nacional de Contingência.

Atenciosamente,

**LUÍS GUSTAVO BIAGIONI**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 18/10/2019, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0484482** e o código CRC **ED13198A**.



### **LISTA DE DISTRIBUIÇÃO Nr 01**

Documento:

Exemplar nº	Destinatário	Obs
01/12	Casa Civil da Presidência da República	
02/12	Ministério da Justiça e Segurança Pública	
03/12	Ministério da Defesa	
04/12	Ministério das Relações Exteriores	
05/12	Ministério da Economia	
06/12	Ministério da Infraestrutura	
07/12	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	
08/12	Ministério da Saúde	
09/12	Ministério de Minas e Energia	
10/12	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	
11/12	Ministério do Desenvolvimento Regional	
12/12	Gabinete de Segurança Institucional	

Documento:

Exemplar nº	Destinatário	Obs
01/03	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	
02/03	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	
03/03	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	













MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR N° 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

Ao Ministro de Estado da Defesa  
Esplanada dos Ministérios, Bloco Q  
70049-900 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Ministro,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0481171** e o código CRC **1007ED4E**.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR Nº 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

Ao Ministro de Estado das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Palácio Itamaraty, Bloco H, Anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Ministro,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0481172** e o código CRC **E904351C**.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR Nº 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

Ao Ministro de Estado da Economia  
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Edifício Sede  
70048-900 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Ministro,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0481173** e o código CRC **7A6710D3**.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR N° 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

Ao Ministro de Estado da Infraestrutura  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar, sala 600  
70044-902 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Ministro,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **0481174** e o código CRC **F754DB3E**.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR N° 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

À Ministra de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento  
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Ed. Sede, 8º andar, sala 805  
70043-900 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhora Ministra,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RICARDO SALLES

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0481175** e o código CRC **39058715**.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR Nº 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

Ao Ministro de Estado da Saúde  
Esplanada dos Ministérios, Bloco G  
70058-900 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Ministro,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?)





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR Nº 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

Ao Ministro de Estado de Minas e Energia  
Esplanada dos Ministérios, Bloco U  
70065-900 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Ministro,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?)





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR N° 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

Ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala 424  
70067-900 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Ministro,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0481257** e o código CRC **AA5ECF9F**.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR Nº 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

Ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala 802  
70067-901 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Ministro,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?)





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR Nº 1132/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2019.

Ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República  
Palácio do Planalto, 4º andar, sala 406 - Praça dos Três Poderes  
70150-900 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Ministro,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 11/10/2019, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?)





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR N° 1132/MMA

Brasília, 14 de outubro de 2019.

Ao Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e  
dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama  
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede  
70818-900 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Presidente,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 14/10/2019, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?)





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR Nº 1132/MMA

Brasília, 14 de outubro de 2019.

Ao Presidente do Instituto Chico Mendes de  
Conservação da Biodiversidade – ICMBio  
EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo – Sudoeste  
70670-350 Brasília/DF

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Presidente,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 14/10/2019, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?)





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO CIRCULAR N° 1132/MMA

Brasília, 14 de outubro de 2019.

Ao Diretor-Geral da  
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
Avenida Rio Branco, 65, Centro  
20090-004 Rio de Janeiro/RJ

**Assunto: PNC/Designação do Coordenador Operacional aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte.**

Senhor Diretor-Geral,

Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6º, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 15/10/2019, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?)





# RECIBO

Em 11/10/2019

1. DOCUMENTO: Ofício Circular nº 1432/2019/MMA de  
11/10/19 - Exemplo Nr 01

**2. REMETENTE:** Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: St. Ministro Chefe da Casa Civil

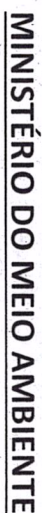
**4. RECEBIDO POR:**

1) Name: Dacey Anna Foxcroft

2) CPF: 694.840.906-72

3) Função: ASSE-8802

4) Assinatura: 



**RECIBO**

Em ...../ ...../ .....

1. DOCUMENTO: Ofício circular n.º 1132/2019/MH  
a 14/out/19. Exemplar Nº 03

**2. REMETENTE:** Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: Prof. Geral AND.

**4. RECEBIDO POR:**

1) Name: Alexander S. Grassl

2) CPF: 430.461.677/68

3) Função: Até 6/10/2019

4) Assinatura: Stefano G.





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em ...../...../.....

1. DOCUMENTO: Ofício Circular nº 1132/2019/MMA de  
11/10/2019 - Exemplar Nr 02

2. REMETENTE: Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: Ministro da Justiça e Segurança Pública

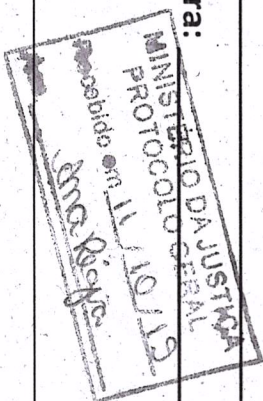
4. RECEBIDO POR:

1) Nome: \_\_\_\_\_

2) CPF: \_\_\_\_\_

3) Função: \_\_\_\_\_

4) Assinatura: \_\_\_\_\_



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em 11/10/19 / ...../...../.....

1. DOCUMENTO: Ofício Circular nº 1132/2019/MMA de  
11/10/19 - Exemplar Nr 03

2. REMETENTE: Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: Ministro de Estado da Defesa

4. RECEBIDO POR:

1) Nome: ENB LYNA LEAL

2) CPF: 021334857-12

3) Função: SCM GMS MD

4) Assinatura: \_\_\_\_\_



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em ...../...../.....

1. DOCUMENTO: Ofício laudatário nº 1132/2019/ MMA  
de 11/Out/19 - Exemplar Nº 05

2. REMETENTE: **Ministro de Estado do Meio Ambiente**

3. DESTINATÁRIO: Sr Ministro de Estado da Economia

4. RECEBIDO POR:

1) Nome: Thomaz  
2) CPF: 055.342.321-97  
3) Função: Ass. Técnico  
4) Assinatura: [Assinatura]

R0 m 9 P



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em ...../...../.....

1. DOCUMENTO: Ofício Circular nº 1132/2019/ MMA, de  
11/Out/19 - Exemplar 04

2. REMETENTE: **Ministro de Estado do Meio Ambiente**

3. DESTINATÁRIO: Sr Ministro de Estado das Cidades

4. RECEBIDO POR:

1) Nome: Valdir Almeida  
2) CPF: 221.634.581-34  
3) Função: AC  
4) Assinatura: [Assinatura]

**Valdir Almeida**  
Assistente de Chancelaria  
Carteira de Entrada da DCA





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em 11/07/19

1. DOCUMENTO: Ofício circular nº 1132/2019/MA, de 11/07/19 - EXEMPLAR 07

2. REMETENTE: Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

4. RECEBIDO POR:

1) Nome: Fátima

2) CPF: 209406301-68

3) Função: Assessora

4) Assinatura: [Assinatura]



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em ..... / ..... / .....

1. DOCUMENTO: Ofício circular nº 1132/2019/MA, de 11/07/19 - EXEMPLAR 06

2. REMETENTE: Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: Secretaria de Estado da Infraestrutura

4. RECEBIDO POR:

1) Nome: [Assinatura]

2) CPF: 047.536.261-64

3) Função: Assistente Administrativo

4) Assinatura: [Assinatura]

Pelo R



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em ...../...../.....

1. DOCUMENTO: Ofício Circular nº 1132/2019/MMA, de  
11/05/19 - EXTERNA 08

2. REMETENTE: Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: Se Ministro de Estado da Saúde

4. RECEBIDO POR:

1) Nome: \_\_\_\_\_

2) CPF: 2259.290.881-53

3) Função: Assessoria

4) Assinatura: \_\_\_\_\_

Marcia Aparecida Siqueira  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Substituta



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em ...../...../.....

1. DOCUMENTO: Ofício Circular nº 1132/2019/MMA,  
de 11/05/19 - EXTERNA 09

2. REMETENTE: Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: Se Ministro de Estado de Minas e Energia

4. RECEBIDO POR:

1) Nome: \_\_\_\_\_

2) CPF: \_\_\_\_\_

3) Função: \_\_\_\_\_

4) Assinatura: \_\_\_\_\_

Alfonso  
16.1.2032-SH10  
MME - PROTOCOLO GERAL  
Recebido às 17h46 horas  
Em 12/10/2019  
Delegado Gerson  
Assinatura  
Cavalcanti





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em ..... / ..... / .....

1. DOCUMENTO: Ofício circular nº 1132/2019/PMMA, de

11/007/19 - EXEMPTE 11

2. REMETENTE: **Ministro de Estado do Meio Ambiente**

3. DESTINATÁRIO: SE MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO

4. RECEBIDO POR: 10 REGIONAL

1) Nome: Térma Queiroz

2) CPF: 00274650.585

3) Função: Secretário

4) Assinatura: Térma Queiroz

Bloco E



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em ..... / ..... / .....

1. DOCUMENTO: Ofício circular nº 1132/2019/PMMA de

11/001/2019 - EXEMPTE NR 10

2. REMETENTE: **Ministro de Estado do Meio Ambiente**

3. DESTINATÁRIO: Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e

4. RECEBIDO POR: Inovação e Inovações

1) Nome: \_\_\_\_\_

2) CPF: 386701517-15

3) Função: \_\_\_\_\_

4) Assinatura: \_\_\_\_\_

Sérgio de Barros Trunfin  
Chefe de Unidade de Gestão do Gabinete do Ministro de Estado  
da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC



# RECIBO

Em 11/10/2019

1. DOCUMENTO: Ofício Circular nº 1132/2019/PMMA, de  
11/007/19 - EXEMPLAR 12

**2. REMETENTE:** Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: SR MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GOVERNORE

4. RECEBIDO POR: *de Secretaria Institucional*

1) Nome: Manuel Missak de Azevedo

2) CPF: 481.272.644-45

3) Função: Assessor Técnico

4) Assinatura: 

2611-1422



# RECIBO

Em ...../...../.....

1. DOCUMENTO: Quir lindeu n.º 1132 MM A di  
14/10/2019 (Recurado) Exemplar 01/02

**2. REMETENTE:** Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: Presidente do IBAMA.

**4. RECEBIDO POR:**

1) Nome: Ferdinando delle Gonne di Sesto

2) CPF: 26.166.488-88

3) Função: chefe de gabinete

4) Assinatura: \_\_\_\_\_





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**RECIBO**

Em ...../...../.....

1. DOCUMENTO: Ofício nº 1132/MMA de 14/10/2019  
(Resumido). Exemplo 02/02

2. REMETENTE: Ministro de Estado do Meio Ambiente

3. DESTINATÁRIO: Presidente do CNRho.

4. RECEBIDO POR:

1) Nome: entrega em mãos

2) CPF: \_\_\_\_\_

3) Função: \_\_\_\_\_

4) Assinatura: [Assinatura]

## **Relatório de Operações do SAPIENS:**

### **As seguintes operações foram realizadas com sucesso:**

Tarefa criada com sucesso no NUP 00744.000321/2019-29 para SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY!

Tramitação criada com sucesso no NUP 00744.000321/2019-29!





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

---

**DESPACHO n. 01239/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

Tendo em vista as diversas ações e decisões judiciais em vários Estados relacionadas ao vazamento de óleo que tem contaminado o litoral Nordeste brasileiro, a Procuradoria-Geral da União solicita manifestação deste Ministério sobre os prejuízos que tais medidas judiciais acarretam à ordem administrativa, especialmente à atuação coordenada dos órgãos e entidades administrativas federais para conter esse grave acidente.

Encareço o envio destes autos à Secretaria Executiva deste Ministério, para ciência e manifestação com urgência.

Brasília, 22 de outubro de 2019.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 333763459 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 22-10-2019 10:55. Número de Série: 17139232. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO APOIO ADMINISTRATIVO

**DESPACHO Nº 39858/2019-MMA**

**Assunto: ACP 08056791620194058500.**

Senhor Consultor Jurídico,

Em atenção ao DESPACHO nº 01239/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU, informo que as decisões judiciais proferidas em vários Estados do Região Nordeste sobre o tema tem dificultado o planejamento e as ações coordenadas dos órgãos e das entidades vinculadas a este Ministério, o que tem impactado na atuação das equipes destacadas para o enfrentamento do incidente.

É necessário, para obter um resultado mais eficiente, que haja uma centralização das ordens judiciais.

Ressalta-se que as inúmeras demandas judiciais/cíveis têm sobrecarregado a equipe técnica, que já está trabalhando exaustivamente, para solucionar uma situação sem precedentes.

Verifica-se, por exemplo, que de trinta Processos Administrativos referentes ao desastre, treze, referem-se a demandas do Ministério Público Federal ou da Justiça. Os prazos exíguos para resposta acabam por subtrair profissionais da área técnica, o que é prejudicial aos trabalhos já intensos que estão sendo desenvolvidos continuamente.

Atenciosamente,

**LUÍS GUSTAVO BIAGIONI**

Secretário Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 23/10/2019, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0485895** e o código CRC **0FFA820E**.





## **Relatório de Operações do SAPIENS:**

### **As seguintes operações foram realizadas com sucesso:**

Tarefa criada com sucesso no NUP 00744.000321/2019-29 para SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY!

Tramitação criada com sucesso no NUP 00744.000321/2019-29!





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

---

**DESPACHO n. 01247/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

Ciente do DESPACHO Nº 39858/2019-MMA (SEI 0485895).

Brasília, 23 de outubro de 2019.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 334646238 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 23-10-2019 15:25. Número de Série: 17139232. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSULTORIA JURÍDICA  
Serviço de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica

**DESPACHO Nº 40809/2019-MMA**

**Assunto: Resposta de comunicação SAPIENS**

Comunicação SAPIENS respondida no dia 18 de outubro de 2019, às 21:01h.



Documento assinado eletronicamente por **Iguaci Dias da Silva, Chefe de Divisão**, em 31/10/2019, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489351** e o código CRC **AC27E86D**.

Referência: Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489351



## William Tavares dos Santos

---

**De:** conjur <conjur@mma.gov.br>  
**Enviado em:** quinta-feira, 31 de outubro de 2019 10:15  
**Para:** William Tavares dos Santos  
**Assunto:** ENC: Cumprimento liminar Agravo n 0805679-16.2019.4.05.8500 originário da ACP nº 08056791620194058500 -Parecer Força Executória  
**Anexos:** 30outubro2019-08056791620194058500-Oficio-ConjurMinsiteriodoMeioAmbiente-derramamentooleo-cumprimento-parecerforçaexecutoria.pdf; comunicação-decisãoliminar-efeitoativo .pdf; liminarefeitoativo-comite-orgaoestadualambiental.pdf; termoaudiencia-30-10-2019-diligencias-cumprimento.pdf; outubro2019-08056791620194058500-Parecer- Força executória-CONJUR-MMA-MARINHA-PNC-derramamento.pdf

IGUACI DIAS  
Chefe de Divisão  
CONJUR/MMA



---

**De:** Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho [mailto:ana.elisa.carvalho@agu.gov.br]  
**Enviada em:** quarta-feira, 30 de outubro de 2019 19:53  
**Para:** conjur <conjur@mma.gov.br>  
**Assunto:** Cumprimento liminar Agravo n 0805679-16.2019.4.05.8500 originário da ACP nº 08056791620194058500 - Parecer Força Executória

Segue em anexo Ofício e Parecer de Força Executória para cumprimento da decisão liminar ativa nos autos do Agravo n **0805679-16.2019.4.05.8500** originário da **ACP nº 08056791620194058500** tendo por objeto compelir a União a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacionaa –PNC, nos termos do Decreto N 8.157/2013 que regulamenta a Lei nº 9.966/2000.<sup>9</sup>

Na sessão de audiência de hoje foi determinado o cumprimento pela União em 48hs, segundo decisão do Relator e consignado na ata da sessão.

Com efeito, a sobredita decisão para que a União promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado deve ser cumprida em até 48hs, razão pela qual atesto a força executória na forma do parecer anexo.

Na mesma oportunidade e em face da exiguidade do prazo da União, solicito resposta até **as 16hs do dia 1º/11/2019**, podendo ser antecipada para o e-mail [ana.elisa.carvalho@agu.gov.br](mailto:ana.elisa.carvalho@agu.gov.br) ou [pu.se@agu.gov.br](mailto:pu.se@agu.gov.br).

Em face do adiantado da hora a documentação pertinente ira logo pela manha via sapiens e digitalizada.

Ana Elisa Sobral  
Advogada da União –AGU/PU/SE





JUSTIÇA FEDERAL

## PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

## DIVISÃO DA 4ª TURMA

Comunico a decisão liminar proferida no presente processo. O referido é verdade. Dou fé.

Recife, 30 de Outubro de 2019



Processo: **0805679-16.2019.4.05.8500**

Assinado eletronicamente por:

**MARIA GORETTI FERREIRA DA SILVA**

**Data e hora da assinatura:** 30/10/2019 16:53:46

**Identificador:** 4050000.18379790



19103016534595800000003215402

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



30/10/2019

Número: **0814134-56.2019.4.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Partes	
Tipo	Nome
AGRAVANTE	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Documentos			
Id.	Data/Hora	Documento	Tipo
18378 672	30/10/2019 16:48	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



**PROCESSO Nº:** 0814134-56.2019.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**AGRAVANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**AGRAVADO:** UNIÃO FEDERAL e outros

**RELATOR(A):** Desembargador(a) Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto - 4ª Turma

**MAGISTRADO CONVOCADO:** Desembargador(a) Federal Carlos Vinicius Calheiros Nobre

**PROCESSO ORIGINÁRIO:** 0805679-16.2019.4.05.8500 - 1ª VARA FEDERAL - SE

## DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público Federal em face de decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Sergipe no bojo de Ação Civil Pública, tombada sob o n. 0805679-16.2019.4.05.8500, ajuizada em face da União com o objetivo de compelir a demandada *"a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, para, nos termos do Decreto n. 8.157/2013, que regulamenta a Lei n. 9.966/2000, dar início a todas as medidas necessárias 'com o objetivo de permitir a atuação coordenada de órgãos da Administração Pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, e minimizar os danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública" em razão "do gravíssimo incidente ambiental, provocado por óleo, que tem impactado a Zona Costeira Brasileira, atingindo todos os Estados da Região Nordeste, de modo que sejam empregadas as melhores e mais adequadas técnicas, em defesa do meio ambiente, de presentes e futuras gerações."*

Colhe-se na decisão agravada que o Juízo de Primeira Instância, após discorrer acerca das medidas adotadas pela União quanto ao Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob jurisdição nacional, determinou o seguinte (Id. 4058500.3175444): *"Diante das informações e documentação trazidas pela União, que relatam ações que têm sido adotadas, este Juízo, por ora, intima o MPF para: 1. emendar sua inicial (prazo de 05 dias), nos termos da fundamentação e 2. especificar (prazo de 15 dias) quais ações além das que a ré informou estar implementando, requer sejam impostas, a fim de que este Juízo possa avaliar a necessidade ou não de determinar medidas outras, diante do grave acidente ecológico em questão"*.

Relata o agravante que o Grupo de Acompanhamento e Avaliação - GAA, integrado pela União (Marinha), IBAMA e ANP teria se mostrado inapto perante a gravidade do desastre ambiental e diante das proporções do vazamento de óleo no litoral Nordestino, vez que detinha a obrigação de acionar o Plano Nacional de Contingência (PNC), nos termos dos arts. 8º e 9º, IV do Decreto 8.127/2013, o que não teria ocorrido.

**Acrescenta que, em face da urgência e gravidade do desastre ambiental, que já é**

considerado o maior acidente ambiental da história do litoral brasileiro em termos de extensão, não se afigura prudente prolongar a discussão acerca de quem deve integrar o polo passivo da ação originária, sob pena de se comprometer a essência desse processo judicial, no qual há registros e fotos dando conta de que as manchas de óleo já afetam 230 localidades em 88 municípios, constituindo pequena amostra do desastre que atinge o litoral nordestino, cujo impacto será sentido por décadas, com danos incalculáveis à natureza e à economia regional.

Defende que o reconhecimento da "significação nacional" do incidente, nos termos do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 8.127/2013, entremostra-se como elemento indispensável para o efetivo acionamento e implementação do mencionado Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC).

Adverte que o óleo estaria se espalhando por regiões ambientais que são essenciais para o País, a exemplo da Foz do Rio São Francisco, localizada no Município de Piaçabuçu, litoral extremo sul de Alagoas. Em sequência, registra que o PNC, em seu art. 2º, IV, estatui medidas a serem tomadas nos incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, incluindo aquelas cuja responsabilidade seja indeterminada.

Assevera que os documentos colacionados pela União apontariam que 99,9% das ações realizadas estariam relacionadas ao monitoramento em busca de manchas de óleo, à espera de que chegassem às praias para realizar sua limpeza em ritmo lento e sem o emprego da técnica e agilidade necessária.

Registra que inexistiria o alegado ineditismo do vazamento de óleo em questão, relacionando a existência de acidentes similares ocorridos em território nacional, nos quais teriam sido utilizadas medidas como a subducção do óleo, especialmente em áreas estuarinas ou com elevadas concentrações de material em suspensão. Nesse contexto, requer a concessão da tutela recursal de que trata o art. 1.019, I, do NCPC, para:

"10.1) conceder a tutela de urgência, com fulcro no artigo 300 do Código de Processo Civil brasileiro, determinando-se, sob pena de multa diária de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), à UNIÃO e às demais demandadas que, cada qual em suas atribuições:

10.1.1) acionem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regimentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.127/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, de modo a ser efetivado, com a maior brevidade possível, o objetivo de assegurar "a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta" ao gravíssimo incidente ambiental de poluição por óleo que afeta todos os Estados da Região Nordeste, reconhecendo-se sua "significância nacional";

10.1.2) façam atuar, imediatamente após a implementação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, a Autoridade Nacional, o Comitê Executivo, o





VIII - efetuar os registros do incidente, a serem entregues à Autoridade Nacional, que conterão, no mínimo:

a) relatório técnico, com a caracterização do incidente, os métodos e os procedimentos utilizados nas ações de resposta;

b) relatório das ações de comunicação social e institucional realizadas, que conterá os registros de comunicação ao poluidor, às autoridades, às comunidades envolvidas e ao público em geral, sobre o andamento das

operações e desdobramentos do incidente, e as ações de recuperação previstas para a área atingida; e

c) relatório financeiro-administrativo consolidado, que discrimine recursos humanos e materiais aplicados no exercício de sua Coordenação e custos envolvidos na operação, com o objetivo de registrar as despesas para mitigação do incidente e o posterior ressarcimento pelo agente poluidor.

10.1.4) observem quanto ao Comitê de Suporte, no que se refere à situação fática tratada nesta demanda judicial, o disposto no artigo 11, §4.º, do Decreto N.º 8.127/2013, convidando a participar desse específico colegiado "um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado";

10.1.5) utilizem todos os instrumentos previstos para garantir a efetividade do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, nos termos do artigo 21 do Decreto N.º 8.127/2013, quais sejam:

I - cartas de sensibilidade ambiental ao óleo e outros dados ambientais das áreas atingidas ou em risco de serem atingidas;

II - centros ou instalações estruturadas para resgate e salvamento da fauna atingida por incidente de poluição por óleo;

III - planos de ação dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais em incidentes de poluição por óleo;

IV - Planos de Emergência Individuais e de Área para combate a incidentes de poluição por óleo;

V - programas de exercícios simulados;

VI - redes e serviços de observação e previsão hidrometeorológica;

VII - serviço meteorológico marinho;

VIII - Sisnóleo;

IX - Sistema de Comando de Incidentes; e

X - termos de cooperação, convênios e instrumentos congêneres."

Requer-se, também, seja determinado à demandada UNIÃO, e às demais, que adotem todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes, a todos os órgãos e agentes envolvidos, públicos ou privados, para o efetivo cumprimento do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo



em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, nos termos em que imposto por esse DD. TRF (item precedente) e que comprovem, perante a Justiça Federal, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas.

Requer-se, a título cominatório, a imposição de astreintes em valor não inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por dia, em caso de descumprimento da decisão judicial, a ser revertido para ações socioambientais futuras na Região Nordeste.

É, em síntese, o relatório. Fundamento e decido.

A proteção de meio ambiente assumiu novo patamar com o advento da Constituição Federal de 1988, e o direito à sua integridade, à luz do que preconiza o art. 225, espelha típico direito de terceira dimensão, de titularidade coletiva, a consagrar o valor solidariedade nesse particular, em cujas notas características destaca-se a indisponibilidade. Dado, pois, seu caráter essencial, é dever que se impõe ao Poder Público *lato sensu* a adoção de medidas necessárias à sua preservação.

Na situação do incidente ambiental em análise, cujo óleo identificado na zona costeira brasileira tem impactado sobremaneira os Estados da Região Nordeste, afigura-se premente a adoção de medidas técnicas adequadas para fazer frente aos graves danos causados e, desse modo, promover a defesa do meio ambiente. Em relação a isso, à primeira vista, não há divergência. O ponto controvertido, na presente ação civil pública, diz respeito à implementação do Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, previsto no Decreto n. 8.157/2013, que regulamenta a Lei n. 9.966/2000.

De fato, a pretensão do Ministério Público Federal, ora renovada em sede recursal, guarda estreita relação com a observância das disposições do Decreto n. 8.157/2013. Basta realizar o cotejo entre os pedidos deduzidos e as disposições desse ato normativo para se concluir acerca desse estreito entrelaçamento, a saber: pedido 10.1.1 (acionar o PNC); 10.1.2 (estruturação organizacional do PNC, arts 5º a 11 do Decreto n. 8.127/2013); 10.1.3 (medidas previstas no art. 10 do Decreto n. 8.127/2013); 10.1.4 (Art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013); 10.1.5 (Art. 21 do Decreto n. 8.127/2013).

Pois bem. Não obstante a alvissareira atuação do Ministério Público, o quadro que se tem, ao menos nesse momento processual, é de que a União já teria acionado o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional. A decisão agravada, reportando-se a informações prestadas pela União, transcreve uma série de medidas que já teriam sido adotadas à luz da legislação de regência. Eis os dados repassados pelo ente demandado e levados em consideração pelo Juízo de Primeiro Grau, *ipsis litteris*:

O Incidente de poluição por óleo no litoral do Nordeste (NE) petróleo bruto é fato inédito na história do petróleo. O óleo em nível sub-superficial, causando uma espécie de solidificação e apresentação na costa de forma fragmentada e não fluída/líquida. Esse fenômeno diminui a bio-disponibilidade do óleo, mas impõe uma forma totalmente nova de abordar a questão, fazendo com que as estratégias pensadas para cenários dos vazamentos comuns, ainda que sem origem, identificáveis por satélites e sobrevoos e cuja dispersão pode ser evitada com barreiras, dispersão química etc., precisem ser adaptadas a esse diferente cenário.

O PNC prevê em sua estrutura organizacional uma estrutura composta pela Autoridade Nacional, exercida pelo Ministério do Meio Ambiente, um Comitê Executivo, contando com diversos órgãos. O Decreto 8.127/2013 (art. 8º) também cria o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), composto pela Marinha do Brasil, o Ibama e a ANP, órgão de elevada relevância do âmbito do PNC, que atua desde o dia 2 de setembro.

Cabe aos representantes da ANP, Ibama e da Marinha a avaliação do incidente, de acordo com suas atribuições institucionais, e da respectiva necessidade de estabelecer a comunicação entre os demais órgãos.

As reuniões e articulações entre Ibama, Marinha e ANP avaliaram o tipo de incidente no âmbito de cada órgão e entidade, tendo por fim recomendado à autoridade nacional, em reunião efetuada na cidade do Rio de Janeiro, domingo, dia 06/10/2019, que a Marinha fosse a coordenadora operacional do Plano. Tal decisão foi comunicada dia 08 de outubro ao MMA.

Essa articulação efetuada ao longo de setembro foi fundamental para se entender a magnitude e morfologia desse novo acidente com petróleo, tendo em vista o seu ineditismo, a ausência da fonte, caráter intermitente e errático, apresentando um dinamismo não rastreável por causa da sub-superficialidade do óleo.

Apesar dessas dificuldades, todo o acidente tem sido acompanhado pela Marinha, IBAMA E ANP. Quanto à Marinha, a Autoridade Marítima desde o início, em 02 de setembro de 2019, por intermédio da Diretoria de Portos e Costas (DPC) e dos Comandos do 2º, 3º e 4º Distritos Navais, tem adotado todas as providências que lhe competem para garantir a segurança da vida humana no mar e a proteção do meio ambiente.

Desde o início dos incidentes de poluição, a Marinha do Brasil realizou incrementalmente, Patrulhas Navais, Inspeções Navais, esclarecimentos aéreos, análises de amostras de óleo incidentes nas praias, análises do tráfego marítimo, análises meteoceanográficas, interagindo, também de forma crescente, com organizações e agências governamentais e a PETROBRAS, visando ao combate e à prevenção dos incidentes de poluição por óleo no mar, bem como à identificação da origem da poluição.

Na área de incluída na circunscrição do Comando do 2º Distrito Naval (Bahia e Sergipe), as ocorrências registradas pelas Capitânicas dos Portos subordinadas e suas respectivas Delegacias e Agências tiveram início no final do mês de setembro de 2019. Desde o início das ocorrências até hoje, foram realizadas inspeções navais, utilizando os navios distritais nas áreas litorâneas dos Estados da Bahia e de Sergipe.

Na área de circunscrição do Comando do 3º Distrito Naval, englobando os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas, as ocorrências registradas pelas Capitânicas dos Portos subordinadas



e suas respectivas Delegacias e Agências iniciaram-se no dia 2 de setembro, na Paraíba, e se estenderam até o final da segunda quinzena de setembro, com algumas novas ocorrências em outubro.

Desde o início das ocorrências até hoje, foram realizadas inspeções navais, utilizando os navios distritais nas áreas litorâneas dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Na área sob atuação do Comando do 4º Distrito Naval, que engloba os Estados do Piauí, Maranhão, Pará e Amapá, os incidentes de poluição por óleo registrados pelas Capitânicas dos Portos subordinadas e suas respectivas Delegacias e Agências iniciaram-se a partir da segunda quinzena do mês de setembro de 2019, nos litorais do Piauí e do Maranhão, estendendo-se até o final desse mesmo mês.

Desde o início das ocorrências até hoje, foram realizadas inspeções navais, utilizando os navios distritais nas áreas litorâneas dos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Amapá.

Assessorados pelo Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR), este último com relação a estudos do tráfego marítimo de interesse, as Capitânicas dos Portos nos estados afetados incrementaram a interação com os representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Agência Nacional de Petróleo (ANP), além dos órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo meio ambiente, a fim de somarem forças e articularem melhor as ações de resposta.

A Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC) reforçou aos Distritos Navais (DN) a importância da coleta e o envio de amostras de óleo recolhidas em todas as localidades atingidas para o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), visando à identificação da origem da poluição. As análises químicas realizadas indicaram que o produto encontrado nas praias consiste de petróleo bruto, com sinais leves de intemperismo (degradação do produto por exposição aos fatores ambientais, vento, sol, temperatura, etc), sugerindo um ou mais episódios de poluição por óleo ocorrido poucos dias antes da sua observação nas praias, possivelmente em prazo inferior a uma semana, não sendo nenhuma das amostras analisadas compatíveis com o petróleo produzido no Brasil.

A partir dos dados encaminhados pelas Capitânicas, Delegacias e Agências, a DPC iniciou um processo de investigação com o apoio do Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR). As Capitânicas, Delegacias e Agências foram orientadas a notificar todos os navios petroleiros que tivessem trafegado pela costa nordestina entre 25 de agosto e 03 de setembro e a coletarem amostras do óleo de carga.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil também realizou diversas análises meteoceanográficas relacionadas os fatos de ventos, ondas, correntes e modelagem, no sentido de contribuir com a identificação da poluição, bem como com o esforço da prevenção e combate à difusão das manchas de óleo.

Com a redução das ocorrências de poluição hídrica no Nordeste, estimava-se que os incidentes estivessem em fase de encerramento. Todavia, o ressurgimento de manchas de óleo cru, em 01 e 03 de outubro de 2019, nos litorais de Sergipe e da Bahia, tornou as estimativas de duração dos incidentes imprecisas.

#### IV. DO GABINETE DE CRISE. DO PNC

Em razão do ressurgimento das manchas, imediatamente a Marinha do Brasil/Comandante de Operações Navais ativou um Gabinete de Crise, com o propósito de avaliar as providências para o enfrentamento da situação e minimizar os danos ambientais. Em sequência, convidou os representantes do IBAMA, da PETROBRAS, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da TRANSPETRO, da Polícia Federal, da FAB, da DGN, da DPC e de diversas outras Organizações Militares para uma reunião, a fim de deliberar providências visando maior atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas, como também para ampliar a capacidade de resposta ao incidente e minimizar os danos ambientais.

O Ministro do Meio Ambiente, na condição de Autoridade Nacional do PNC (art. 4º, I, do Decreto nº. 8.127/2013), instruído pela recomendação do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) do PNC (art. 9º do Decreto nº. 8.127/2013), articulado e atuante desde o início dos incidentes, formalizou ao Ministro da Defesa a designação da Marinha do Brasil como 8.127/2013), o que foi comunicado Coordenador Operacional do PNC (art. 9º, V, do Decreto 8.127/2013), o que foi comunicado aos membros do PNC e outros órgãos mediante o Ofício Circular 1132/2019/MMA, recebido no Ibama em 14/10/2019, cuja natureza também serviu como comunicação ao Comitê Executivo do acionamento do PNC (art. 6, VI, do Decreto 8.127/13).

Tal Ofício aduz:

"Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação - GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob jurisdição Nacional - PNC, instituído pelo Decreto n 8127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9 do Decreto 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos."

Com vistas a trazer a este juízo a informação requisitada por meio do despacho judicial retro, a Advocacia-Geral da União pediu a manifestação da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente -Secex quanto ao determinado pela referida decisão.

Por meio do DESPACHO Nº 39498/2019 - MMA (SEI 0484482), em anexo, o Secretário Executivo informa "As providências adotadas, por este Ministério, quanto ao PNC - Plano Nacional de Contingência."

Ao se analisar a documentação encaminhada pela Secex (SEI 0484485), em anexo, constata-se que o Ministro de Estado do Meio Ambiente, como Autoridade Nacional do PNC, exerceu incompetência prevista no art. 6º, inciso IV, do Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, que estabelece: "Art. 6º Compete à Autoridade Nacional: (...) IV - comunicar o acionamento do PNC aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte".



Verifica-se também na documentação em anexo que, nessa comunicação enviada aos integrantes do Comitê de Suporte do PNC, previsto no art. 12 do Decreto nº. 8.127/2013, consta a informação da designação da Marinha do Brasil, conforme já dito acima, como o que demonstra a observância ao disposto no inciso I do Coordenador Operacional do PNC, parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2019: "Art. 9º Compete ao Grupo de Acompanhamento e Avaliação: (...) V - designar o Coordenador Operacional, em cada caso, entre um de seus integrantes, para acompanhamento e avaliação da resposta ao incidente de poluição por óleo, observados os critérios de tipologia e características do incidente; (...) Parágrafo único. A designação de que trata o inciso V do caput deve recair preferencialmente sobre: I - a Marinha do Brasil, no caso de incidente de poluição por óleo ocorrido em águas marítimas, bem com em águas interiores compreendidas entre a costa e a linha de base reta, a partir da qual se mede o mar territorial; (...)"

#### V. DO GAA (ART. 9º DO DECRETO Nº. 8.127/2013). AÇÕES E ESTRUTURA DOS CENTROS DE OPERAÇÕES.

Com a Marinha do Brasil designada Coordenador Operacional, nos termos do art. 9º, V, do 8.127/2013), o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA - art. 9º do Decreto 8.127/2013), articulado e atuante desde o início dos incidentes, estruturou seu Centro de Operações no Centro de Comando Naval de Área (CCNA) do Comando do 2º Distrito Naval (Marinha do Brasil).

Os Comandos do 2º, 3º e 4º Distritos Navais também ativaram os Centros de Operações para Incidentes de Poluição (COIP), nos respectivos CCNA, para apoio ao GAA (Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA - art. 9º do Decreto nº. 8.127/2013) em suas necessidades operacionais e administrativas, com pessoal e com recursos próprios.

Assim sendo, desde o início, a os órgãos federais previstos no Decreto nº. 8.127/2013 tem diuturnamente monitorado os incidentes de poluição hídrica, devendo ser destacada atuação dos órgãos do IBAMA, ICMBio e das Capitânicas dos Portos, estas realizando Patrulha Naval e Inspeção Naval por navios, Patrulha Aérea Marítima por aeronave da MB e da Força Aérea Brasileira (FAB), analisado o tráfego mercante de interesse, recolhido óleo e resíduos em diversas praias atingidas, efetuada a análise do óleo (biomarcadores), além de divulgado o incidente em Aviso aos Navegantes e por meio de nota a imprensa, solicitando a informação tempestiva da identificação de poluição hídrica por navios em trânsito nas Águas Jurisdicionais Brasileiras.

Ao todo, a Marinha do Brasil já empregou mais de 1.500 militares de 48 Organizações Militares, distribuídos em 15 Navios de Superfície, 2 helicópteros da MB, 1 aeronave de asa fixa da FAB, 63 viaturas, 2 Grupamentos de Fuzileiros Navais, 21 equipes de Inspeção Naval e 5 Centros de Comando das Operações, tendo realizado até hoje 1.062 Inspeções Navais.

Outrossim, no gerenciamento dos incidentes de poluição, o IBAMA, conforme a vasta documentação ora anexada aos autos, além de fazer a identificação de áreas sensíveis, tem monitorado as praias e coordenado os trabalhos de limpeza das prefeituras, dos órgãos estaduais de meio ambiente, além de atuar no planejamento operacional e estratégico, emitindo relatórios diários, em conformidade com o manual do PNC. O IBAMA já empregou, além do trabalho direto de servidores seus, 2 helicópteros e 1 aeronave de asa fixa.

A PETROBRAS, sob demanda do IBAMA, também tem contribuído com o GAA (art. 9º do Decreto nº. 8.127/2013) com meios aéreos (2 helicópteros), pessoal e recursos materiais. Além dos 100 (cem) funcionários da estatal disponibilizados, contratou mais 1700 para ajudar nas limpezas das praias, ativou 5 Centros de Defesa Ambiental e 9 Centros de Resposta a Emergência.

A partir do estabelecimento do Centro de Operações, o GAA (art. 9º do Decreto nº. 8.127/2013) continuou a emissão de boletins diários, ora anexados, em substituição ao IBAMA, assim como a divulgação de orientação técnica para a limpeza das praias, relatórios de localidades e fauna atingidas. A estruturação do GAA, aproveitando a infraestrutura de comando e controle da Marinha do Brasil no Comando do 2º Distrito Naval tem proporcionado condições de melhor coordenação das ações de respostas. Sem dúvida, em virtude da exemplar organização das estruturas da Marinha do Brasil, detentora de grande contingente de militares treinados e supervisionados, dotada a instituição de forte disciplina em sua atuação cartesianamente planejada, de equipamentos providos de atualidade do ponto de vista da técnica e em quantidade relevante, digna da maior força dos mares da América Latina, pode-se concluir que o GAA/PNC (Decreto nº. 8.127/2013), além de se encontrar em pleno funcionamento, dispõe da melhor estrutura e meios de atuação possível, forte na circunstância de sua instalação estar significativamente alicerçada na estrutura da Marinha do Brasil, aproveitando todo expertise (know-how) e os recursos humanos e materiais da referida Força.

Ainda sobre ações de resposta de todas as instituições federais envolvidas, durante as articulações efetuadas (reunião presencial, vistoria do local do incidente - incluindo sobrevoos sobre a(s) área(s) afetada(s), coleta de amostras, orientações a outros órgãos, investigação sobre a fonte do derramamento etc.), monitoramento e as respostas ao recolhimento do material foi-se formando doutrina, em constante avaliação, sobre qual a melhor forma de tratar da questão. Por enquanto essa forma é o monitoramento e recolhimento do óleo. Destaque-se que também foi realizada a requisição administrativa. A destinatária das requisições foi a Petrobrás e seu objeto foram mão de obra, equipamentos (v.g., EPIs, embarcações) e apoio técnico.

Percebe-se pela documentação anexa que ações estão sendo tomadas pelos órgãos envolvidos, comunicados pelo Ofício Circular 1132/2019/MMA, bem como por Estados e Municípios, pela liderança ou decisão do GAA, contribuindo para mitigar os danos ambientais decorrentes do aparecimento de óleo na costa nordestina brasileira.

Importante destacar esse aspecto porque o PNC preceitua que compete ao GAA requisitar "do responsável por qualquer instalação os bens e serviços listados nos respectivos Planos de Emergência Individuais e de Área necessários às ações de resposta, e outros bens e serviços disponíveis" (art. 27 do Dec. 8.127/2013).

Informa-se sobre a melhor metodologia porque os planos de emergência individuais e de área não trazem a melhor resposta a esse tipo de acidente com óleo, cuja morfologia é completamente diferente da usual, mas foram efetuadas diversas requisições à Petrobras, todas atendidas, inclusive requisições obtidas por meio da conciliação, como o efetuado no âmbito da audiência de conciliação nos autos da ACP 0805579-61.2019.4.05.8500), em trâmite neste juízo.

Da mesma forma as respostas previstas nos licenciamentos ambientais, incluindo ou não os planos de emergência individuais e de área, também não necessariamente se apresentam como adequadas, uma vez



que o ineditismo do presente desastre traz uma necessidade de adaptação ímpar, evitando usar solução prevista para cenários ordinários em um cenário inédito. Como bem destacado por este douto juízo nos autos da retrocitada ACP 0805579-61.2019.4.05.8500, a diferença de situações não permite uma aplicação pura e simples, sendo necessário se adaptar até para não potencializar os danos incorrendo em conduta inadequada para a presente situação.

Conforme a mancha se alastra, o GAA, via Coordenação-Geral de Emergências Ambientais (CGEMA) do Ibama, entendeu pela mobilização de toda a equipe emergência do Ibama no país, a contratação emergencial de EPs pelo Ibama para serem distribuído se a requisição de outras empresas que tenham bens e serviços disponíveis, providências que foram autorizadas e estão sendo operacionalizadas.

Embora haja uma comunicação do GAA, inicialmente formalizado somente pelo Ibama, atualmente formalizado pela ANP, Ibama e Marinha, com os outros entes federativos, incluindo neles órgãos ambientais, de emergência etc., destaque-se que a Defesa Civil Nacional/MDR colocou à disposição o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) para centralizar tais comunicações, especialmente pelo reconhecimento de situação que emergência que autoriza a intervenção da proteção e defesa civil. Exemplificadamente, cita-se trecho da Nota Técnica 36/2019/CGM EA/DIPRO (SEI 6179534), de 13/10/2019, no qual cita diversas providências tomadas pelo Ibama, dentre as quais se inclui a comunicação de diversos entes federativos e respectivos órgãos via ofício (2.3.18.), o que não exclui a comunicação direta, via telefone, e-mail e WhatsApp (grupos e individualmente):

- Direcionamento e acompanhamento das ações com fauna oleada incluindo apoio para resgate e transporte dos animais aos centros de reabilitação;
- Coordenação e realização de vistoria terrestres e levantamento de informações em todo o litoral dos estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e vistoria nas regiões afetadas dos demais estados;
- Revisitação periódica às áreas afetadas para verificar permanência ou ausência de óleo, limpeza natural ou com recursos humanos, dentre outras informações;
- Elaboração de relatório diário com as ações adotadas e planejamento das ações para o dia seguinte. Tal relatório é finalizado ao término das atividades de campo e encaminhado à diversos órgãos solicitantes, tais como Marinha do Brasil, Polícia Federal, Casa Civil, e aos servidores do Ibama envolvidos na ação (números SEI indicados no subitem 6.1 deste documento);
- Elaboração de mapas diários da região afetada contendo a informação da permanência ou ausência de óleo no local, dentre outras (números SEI indicados neste documento);
- Elaboração de mapas indicando os locais com aparecimento de fauna oleada;

- Coordenação e direcionamento das ações de limpeza realizadas pelo CDA - Petrobras em ambientes costeiros atingidos;

- Elaboração de documento com procedimentos para limpeza de praia para envio às prefeituras de todos os municípios atingidos;

- Contato com órgãos públicos nas diferentes esferas para repasse de informações e atuação conjunta.

- Importante ressaltar que, na ausência de poluidor, o Ibama efetuou requisição administrativa à Petrobras, para que providenciasse a limpeza de praias consideradas prioritárias pelo Ibama. A escolha da Petrobras se justifica pois é a empresa com maior quantitativo de equipamentos e maior capilaridade ao longo da costa brasileira, em decorrência de seus Centro de Defesa Ambiental - CDA. Apesar da citada requisição, permanece a necessidade de ampliar as ações de resposta à emergência com participação de outras empresas especializadas para maior eficiência na limpeza de praia, contenção e recolhimento de manchas de óleo localizadas no ambiente marinho e atuação no resgate e reabilitação de fauna oleada.

- Seguem anexos a este ofício os documentos elaborados pelo Ibama a respeito do fato:

- Relatórios diários - Formulário ICS 209: Documentos SEI 6012416, 6011436, 6011534, 6011586, 6011658, 6011770, 6011920, 6011998, 6012250, 6012382, 6022186, 6032685, 6046170, 6056166, 6056166, 6066875, 6066852, 6071422, 6079637, 6095117, 6123160, 6123177, 6123201, 6123477, 6151580, 6151586, 6162823, 6163132, 6179524, 6179363.

- Objetivos estabelecidos para cada período operacional - Formulário ICS 202: Documentos SEI 6011394, 6011467, 6011561, 6011609, 6011743, 6011808, 6011874, 6011955, 6012065, 6012300, 6056272, 6066830, 6079717

- Mapas diários: Documentos SEI 6056569, 6123180, 6123181, 6123182, 6123183, 6123184, 6123185, 6123186, 6123192, 6123193, 6123194, 6123195, 6123197, 6123197, 6123199, 6123200, 6123201, 6123478.

- Informações sobre fauna: Relatório 6098688, tabela com as instituições aptas a receberem fauna no nordeste - 6101820,

- Ofícios enviados às instituições parceiras, aos governos estaduais e municipais: Documentos SEI 5924814 (Petrobras), 5943267 (ALA 10), 5947184 (Projeto Cetáceos), 5956654 (Petrobras), 5959049



(PM/RN), 5964751 (Petrobras), 5968944 (CISMAR/Marinha), 5985944 (Corpo de Bombeiros do DF), 6010486 (Centro de Lançamento Barreira do Inferno), 6010486 (Petrobras), 6034025 (IDEMA/RN), 6045707 (ICBMio - PNLM), 6107306 (Diretoria de Portos e Costas - Marinha), 5921825 (Ata de reunião em Pernambuco), 6006507 (Refinaria Petrobras), 5923360 (Petrobras), 5932304 (Petrobras), 5933364 (Petrobras), 6033072 (Prefeitura de Caucaia), 6033113 (Prefeitura de Aquiraz), 6033204 (Prefeitura de Barroquinha), 6033225 (Prefeitura de Paracuru), 6033416 (Prefeitura de Cruz), 6033534 (Prefeitura de Paraipaba), 6033827 (Prefeitura de S. Gonçalo do Amarante), 6034104 (Prefeitura de Camocim), 6034116 (Prefeitura de Cascavel), 6034232 (Prefeitura de Aracati), 6034314 (Prefeitura de Amontada), 6034595 (Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara), 6034945 (Prefeitura de Itarema), 6034961 (Prefeitura de Acaraú), 6035203 (Prefeitura de Fortim), 6035754 (Prefeitura de Itapipoca), 6035796 (Prefeitura de Icapuí), 6035888

(Prefeitura de Trairi), 6035888 (Prefeitura de Fortaleza), 6036281 (Prefeitura de Beberibe), 5975252 (Capitania dos Portos -MA), 5975276 (Capitania dos Portos -PI), 6123381 (Tamar)

Em suma, o PNC está instaurado, com as soluções sendo tomadas com as devidas adaptações necessárias a uma resposta ambientalmente mais eficiente ao desastre, não sendo possível ou recomendável ter "irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos" do PNC, sob pena de diminuir a capacidade de resposta e poder contribuir para o agravamento do dano ambiental.

Seja informado também que, não obstante as ações coordenadas e integradas de resposta, conforme objetiva o Decreto nº. 8.127/2013, a atividade de investigação continua. O Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) tem realizado estudos, analisando os campos de velocidade superficial no Oceano Atlântico Tropical Sul, a fim de entender como as correntes marinhas, ventos e ondas contribuíram para o espalhamento das manchas de óleo pela grande extensão de praias do NE. Em função da complexidade do problema, o Centro de Hidrografia da Marinha buscou a cooperação de diferentes grupos em universidades e instituições de pesquisa, entre os quais se destacam: o Instituto Espacial de Pesquisas Espaciais (INPE), o Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia - LAMCE da UFRJ e o Laboratório de Análise Numérica e Sistemas Dinâmicos - LANSO da FURG. O CHM forneceu aos pesquisadores os dados ambientais de correntes e vento e informações das características físico-químicas do óleo encontrado nas praias do NE, analisadas pelo IEAPM. A Marinha tem recebido esses resultados e analisado conjuntamente a outros dados, como informações de tráfego marítimo.

Outrossim, a partir dos estudos do Centro de Hidrografia da Marinha, o CISMAR vem incrementando as análises de tráfego marítimo, ampliando a área marítima de investigação, fornecendo à DPC a identificação de navios a serem notificados, para a notificação dos armadores e países de bandeira. Nas suas análises, o CISMAR tem contado com o apoio da Guarda Costeira dos Estados Unidos da América, no que diz respeito à análise do tráfego marítimo e da (NOAA), no que se refere à National Oceanic and Atmospheric Administration obtenção de imageamento análise satelital.

No momento, os incidentes se concentram em uma faixa menor do litoral entre a Bahia e Pernambuco, não havendo registros de novas ocorrências nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

(...)

Conforme Ofício nº 328/2019/GAB-Sedec (MDR)/SEDEC (MDR)- MDR, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, em fase da crise vivenciada, tem atuado junto ao Comando de operações instalado no Distrito Naval em Salvador, onde, sob coordenação da Marinha do Brasil, esta Coordenadora Operacional do PNC e integrante do GAA, e do IBAMA, integrante do GAA, tem exercido as seguintes atribuições operacionais:

I - Fazer a interlocução entre o GAA e os demais integrantes do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil (Ministérios, Órgãos Públicos, Autarquias etc) que não estão diretamente pertencendo ao grupo;

II - Atuar como interlocutor do GAA e os Estados e Municípios através do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e seus órgãos de coordenação ou das prefeituras quando as Compdec não estiverem instaladas;

III - Implementar um sistema de inteligência, para contato com diário com as 156 cidades do litoral em risco, para verificação de aparecimento de manchas de óleo, situação de limpeza quando houver ou situação de anormalidade e emitir relatório até as 14:00 horas;

IV - Identificar riscos de gestão e assessorar o GAA para ações de mitigação e resposta.

V - Apoiar o GAA nos contatos com o setor privado para apoiar as ações de resposta ao desastre.

VI - O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), que funciona 24 horas por dia o órgão interlocutor com GAA.

VII - A Defesa Civil Nacional mantém um ou mais servidores no posto de comando do GAA para apoio ao grupo e interlocução com o CENAD.

VIII - Além das atribuições mencionadas, atua nas suas missões de ofício"

Como se vê, as informações noticiam que o Grupo de Acompanhamento e Avaliação - GAA (Ibama, Marinha e ANP) teria recomendado à autoridade nacional, em reunião efetuada na cidade do Rio de Janeiro, domingo, dia **06/10/2019**, que a Marinha fosse a coordenadora operacional do Plano. Tal decisão foi comunicada dia 08 de outubro ao MMA. O acionamento do PNC, ainda segundo essas informações prestadas ao Juízo de Primeiro Grau, teria se dado, ou ao menos sido comunicado, mediante o Ofício Circular 1132/2019/MMA, recebido no IBAMA em **14/10/2019**, o que também teria servido como comunicação ao Comitê Executivo do acionamento do PNC. Há notícia, ainda, de que teria ocorrido essa comunicação ao Comitê de Suporte, a teor do Despacho n. 39498/2019 - MMA (SEI 0484482) e documentação encaminhada pela Secex (SEI 0484485).

Ademais, noticia-se que, com a designação da Marinha do Brasil na qualidade de Coordenador Operacional, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação teria estruturado seu Centro de Operações no Centro de Comando Naval de Área (CCNA) do Comando do 2º



Distrito Naval (Marinha do Brasil). Verifica-se, ainda, que o estabelecimento do Centro de Operações teria dado continuidade à emissão de boletins diários, em substituição ao IBAMA, assim como a divulgação de orientação técnica para a limpeza das praias, relatórios de localidades e fauna atingidas.

Outro aspecto relevante constante nas informações é no sentido de que o GAA, via Coordenação-Geral de Emergências Ambientais do IBAMA (CGEMA), entendeu pela mobilização de toda a equipe de emergência do Ibama no país e a contratação emergencial de EPIs. Informou-se, ainda, que a Defesa Civil Nacional/MDR teria colocado à disposição o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) para centralizar comunicações com outros entes federativos, sobretudo diante do reconhecimento da situação de emergência.

A quantidade de informações prestadas explica de certo modo a decisão do Juízo de Primeiro Grau, que intimou o Ministério Público Federal a *"2. especificar (prazo de 15 dias) quais ações além das que a ré informou estar implementando, requer sejam impostas, a fim de que este Juízo possa avaliar a necessidade ou não de determinar medidas outras, diante do grave acidente ecológico em questão"*. Aliás, em despacho mais recente, Sua Excelência esclareceu o seguinte:

*"Vê-se que embora na segunda decisão este juízo tenha considerado, com base em documentos juntados pela União, que o PNC foi instalado e que ações anteriores já vinham sendo implementadas, não afirmou que referidas ações são suficientes para o problema, mesmo porque, pela complexidade da matéria, necessários esclarecimentos de órgãos técnicos ambientais, que demandam análise cautelosa, embora não demorada, para que se decida quais outras ações são necessárias para a ultimação de providências porventura ainda não adotadas."*

*A audiência de conciliação foi marcada justamente para que se possam dirimir determinadas questões, e evitar, por exemplo, determinação de medidas que já estejam sendo executadas, mesmo porque são vários os órgãos envolvidos neste processo."*

*Quanto ao pedido de adiamento da União (id 3198784), os motivos são plausíveis, tendo em vista outra audiência em Alagoas na mesma data, o que compromete a vinda de especialistas e técnicos que podem esclarecer as ações que estão sendo implementadas."*

*Assim, remarco a audiência para o dia 30/10/2019, às 15 horas. Durante ou após a remarco a audiência para o dia 30/10/2019, às 15 horas audiência, este juízo terá melhores subsídios para decidir sobre os pedidos do MPF."*

À luz dessas informações, reputa-se que o acionamento do PNC, sob o ponto de vista formal, e a despeito de ter ocorrido somente em outubro, já teria se dado. Há menção também à atuação da **Autoridade Nacional** e do **Grupo de Acompanhamento e Avaliação** e, ao menos no que tange ao endereçamento de comunicações, a membros do **Comitê-Executivo** e **Comitê de Suporte**. Esse acionamento, vale frisar, não constitui um fim em si mesmo. As medidas práticas a serem implementadas, norteadas pelas diretrizes estabelecidas no Decreto n. 8.127/2013, serão fundamentais para o enfrentamento do problema.

Outro ponto destacado no recurso manejado pelo Ministério Público Federal diz respeito à necessidade de reconhecimento da "significação nacional" do incidente, nos termos do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 8.127/2013. O dispositivo invocado preconiza o seguinte: "*Constatada a significância nacional do incidente, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação designará Coordenador Operacional e acionará o PNC*". Embora não se tenha identificado nos autos ato formal de reconhecimento da significância nacional do incidente, verifica-se que, a teor das informações prestadas, após a reunião realizada em 06/10/2019 na Cidade do Rio de Janeiro, a Marinha foi designada Coordenadora Operacional, e houve o acionamento do PNC. Portanto, tendo em vista que a designação do Coordenador Nacional e o acionamento do PNC pressupõem essa constatação da significância nacional do incidente, tem-se que esse reconhecimento resta caracterizado.

Isso não significa, em definitivo, que as legítimas preocupações veiculadas pelo Ministério Público Federal sejam desprovidas de fundamento. Não é isso. O que se está a reconhecer é que, ao menos em um cenário inicial, a estrutura organizacional do PNC para fazer frente a esse desastre ambiental já se desenha.

Contudo, à luz das informações passadas e com as limitações de cognição típicas da presente decisão, vislumbra-se regra prevista no Decreto n. 8.127/2013 ainda não atendida. De fato, o §3º do art. 11 prevê que, *em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*.

Essa integração, na estrutura organizacional do PNC, dos Estados afetados enseja, para além de um estreitamento sob o ponto de vista de um diálogo institucional, a otimização na coordenação nos trabalhos, já que tende a concentrar informações, uniformizar diretrizes e propiciar uma atuação concertada entre todos os entes políticos envolvidos. Além disso, essa medida não traz qualquer impacto significativo nos trabalhos que já vêm sendo realizados. Ou seja, em processo que se afigura com as características que se denomina em doutrina de processo estrutural, a participação dos estados permite a cooperação dos atores envolvidos, sem descuidar da necessidade de que essa regularização ocorra de modo proporcional e equânime, na forma do que prevê o parágrafo único do art. 21 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Cuida-se apenas de reconhecer, à luz do que prevê o Decreto n. 8.127/2013, a necessidade dessa participação. E, conquanto seja uma imposição legal, não se tem a menor dúvida de que essa ponte entre os Governos Federal e Estaduais, no seio do PNC, viabilizará soluções que atendam ao anseio de todos, que nada mais é do que enfrentar esse grave problema ambiental e minorar ao máximo os danos dele decorrentes.

Diante do exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** a antecipação de tutela da pretensão



recursal para determinar que a União, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, § 3º, do Decreto n. 8.127/2013, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Cumpra-se com **URGÊNCIA**.

Recife, 30 de outubro de 2019.

Juiz Federal Carlos Vinicius Calheiros Nobre

Convocado em Auxílio.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

**Processo nº 0805679-61.2019.4.05.8500**

**Classe:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**RÉUS:** UNIÃO, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA e AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Data: 30/10/2019

Horário: 15h00

Tipo/audiência: Conciliação

**Presidência:** Juíza Federal Telma Maria Santos Machado

Presentes:

**MPF:** Dr. Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida

**AGU:** Dra. Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho, Dr. Carlos Augusto M. Almeida, Dr. Miguel Ângelo Feitosa Melo

**Procurador Federal:** Dr. Eder Vasconcelos Borges, Dr. Julio Cesar Melo Borges e Dr. Carlos Augusto M. Almeida

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA:** Diretor José Luis Vargas, Chefe SFA/BA Cássio Ramos, Secretário de Aquicultura e Pesca Sr. Jorge Seif Júnior

**Superintendente da SFD/SE:** Sr. Haroldo Álvaro Freire Araújo Filho

**Ministério da Saúde:** Diretor Marcus Vinicius Quito

**Coordenador do IBAMA:** Marcelo Neiva de Amorim

**Marinha do Brasil:** Chefe do Estado Maior Alexandre Rabello de Faria, Capitão dos Portos Guilherme Conti Padão

**Assessores Jurídicos da Marinha:** Dra. Carmen Angela Mariz e Dr. Sandro Fernandes Resende

**Diretor da CENAD/Defesa Civil:** Sr. Armin Braun

**ABERTA A AUDIÊNCIA, a MM. Juíza Federal,** inicialmente, fez esclarecimentos sobre o processo, sendo gravada em mídia digital.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Na sequência, os representantes dos órgãos expuseram informações e responderam questionamentos da Magistrada e do Procurador da República.

A seguir, foi concedida a palavra ao **Procurador da República**, que apresentou proposta de conciliação, conforme transcrito abaixo, *in verbis*:

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, a respeito do objeto da Ação Civil Pública**, na presente audiência, manifesta-se nos seguintes termos:

**I.** É importante consignar que a demanda judicial em exame trata da **necessidade premente de acionamento e implementação, pelos demandados, do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC**, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.127/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, **notadamente com respeito à base técnica e científica que o fundamenta.**

**II.** O Plano Nacional de Contingência, tem regramento próprio que deve **ser observado**. Não é objeto desta Ação Civil Pública substituí-lo por uma versão judicial. **O modelo está na Lei e no Decreto. O que se almeja, judicialmente, é a determinação, remarque-se, para que o PNC seja devidamente acionado e implementado, cabendo, depois, a fiscalização pelo MPF (como explicitado na peça inaugural) em cada um dos 09 Estados do Nordeste, sob controle judicial.**

**III.** Cumpra lembrar, também, que medidas específicas são objeto de outras demandas judiciais, com especial ênfase na proteção de áreas sensíveis e vulneráveis. Nessa trilha, há Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em Sergipe e na Bahia com decisão desfavorável; e em Alagoas e Pernambuco com decisão favorável mantida pelo Presidente do Tribunal Regional Federal que indeferiu pedido da União e do Ibama em suspensão de liminar.

**IV.** A presente demanda judicial, vale frisar, envolve os 09 Estados do Nordeste e, portanto, seria inviável debater a situação de cada um deles sem a presença dos entes estaduais. **Todavia, registre-se mais uma vez, isso não é objeto desta Ação Civil Pública** (mas sim de outras, ajuizadas em 04 Estados e ainda na fase extrajudicial em 05 Estados).

Aracaju-SE, 30/10/2019.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

V. O caso é grave e cada vez mais urgente; a demora só tem ampliado os danos socioambientais. A legislação deve ser cumprida. O Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC deve ser acionado e implementado, de imediato, nos termos do regramento vigente e com a base técnica e científica que o fundamenta. Isso é inegociável, inconciliável.

A especificidade desta demanda judicial, por conseguinte, torna muito restrita a possibilidade de conciliação, limitada a eventuais prazos. Ainda assim, este MPF se esforçou ao máximo para propor algo concreto, a saber:

**PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO**

1. Que a **UNIÃO**, o **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA** e a **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, se comprometam, no prazo de 72 horas a:

1.1) acionar o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.127/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, de modo a ser efetivado, com a maior brevidade possível, o objetivo de assegurar “a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta” ao gravíssimo incidente ambiental de poluição por óleo que afeta todos os Estados da Região Nordeste, reconhecendo-se sua “significância nacional”;

1.2) fazer atuar, imediatamente após a implementação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, a Autoridade Nacional, o Comitê Executivo, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, o Coordenador Operacional e o Comitê de Suporte, com a devida observância aos artigos 5.º a 11 do Decreto N.º 8.127/2013, inclusive com a integral composição institucional nele prevista;





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

**1.3) determinar, em especial, ao Coordenador Operacional que cumpra fielmente seus deveres** (artigo 10 do Decreto N.º 8.127/2013) e apresente **relatórios semanais ao Juízo Federal**, quanto a:

**I** - garantir, em ordem de prioridade, a segurança da vida humana, a proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo;

**II** - estabelecer centro de operações;

**III** - exigir do poluidor ou dos responsáveis pelos Planos de Emergência Individuais e de Área, conforme o caso:

**a)** as ações de resposta e seu acompanhamento;

**b)** o apoio logístico e as condições de trabalho adequadas para o pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental;

**c)** a disponibilidade, no local do incidente, dos equipamentos previstos nos Planos de Emergência Individual e de Área, e a colaboração quanto à mobilização dos equipamentos necessários;

**d)** a proteção das áreas ecologicamente sensíveis;

**e)** o resgate da fauna por pessoal treinado e seu transporte para centros de recuperação especializados;

**f)** o monitoramento ambiental da área atingida;

**g)** a adequação da coleta, do armazenamento, do transporte e da disposição dos resíduos gerados no incidente de poluição por óleo; e

**h)** o emprego das tecnologias e metodologias de resposta, em conformidade com a legislação;

**IV** - assegurar que:

**a)** as comunicações sejam realizadas adequadamente;

**b)** os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental estejam disponíveis; e

**c)** as ações e recursos materiais e humanos empregados pelos órgãos da administração pública sejam documentados e contabilizados;

Aracaju-SE, 30/10/2019.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

**V** - manter a imprensa, as autoridades e o público informados da situação, e estabelecer centro de informações, quando couber;

**VI** - acionar a Defesa Civil, quando necessário, para a retirada de populações atingidas ou em risco eminente de serem atingidas pelos incidentes de poluição por óleo;

**VII** - realizar reuniões periódicas com os participantes da ação de resposta para acompanhamento e controle das ações planejadas; e

**VIII** - efetuar os registros do incidente, a serem entregues à Autoridade Nacional, que conterão, no mínimo:

**a)** relatório técnico, com a caracterização do incidente, os métodos e os procedimentos utilizados nas ações de resposta;

**b)** relatório das ações de comunicação social e institucional realizadas, que conterá os registros de comunicação ao poluidor, às autoridades, às comunidades envolvidas e ao público em geral, sobre o andamento das operações e desdobramentos do incidente, e as ações de recuperação previstas para a área atingida; e

**c) relatório financeiro-administrativo consolidado, que discrimine recursos humanos e materiais aplicados no exercício de sua Coordenação e custos envolvidos na operação, com o objetivo de registrar as despesas para mitigação do incidente e o posterior ressarcimento pelo agente poluidor.**

**1.4) observar, quanto ao Comitê de Suporte**, no que se refere à situação fática tratada nesta demanda judicial, o disposto no artigo 11, §4.º, do Decreto N.º 8.157/2013, **convidando a participar desse específico colegiado "um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado";**

**1.5) utilizar todos os instrumentos previstos para garantir a efetividade do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC**, nos termos do artigo 21 do Decreto N.º 8.157/2013, quais sejam:





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

- I** - cartas de sensibilidade ambiental ao óleo e outros dados ambientais das áreas atingidas ou em risco de serem atingidas;
- II** - centros ou instalações estruturadas para resgate e salvamento da fauna atingida por incidente de poluição por óleo;
- III** - planos de ação dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais em incidentes de poluição por óleo;
- IV** - Planos de Emergência Individuais e de Área para combate a incidentes de poluição por óleo;
- V** - programas de exercícios simulados;
- VI** - redes e serviços de observação e previsão hidrometeorológica;
- VII** - serviço meteorológico marinho;
- VIII** - Sisnóleo;
- IX** - Sistema de Comando de Incidentes; e
- X** - termos de cooperação, convênios e instrumentos congêneres.

2. Que a **UNIÃO**, o **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA** e a **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, se comprometam, de modo a **fielmente cumprir o pactuado no item precedente**, a adotar todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes, a todos os órgãos e agentes envolvidos, públicos ou privados, para o efetivo cumprimento do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, e que comprovem, perante esse DD. Juízo Federal, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas.

3. Que a **UNIÃO**, se comprometa a, **no prazo de 05 dias**, prestar e comprovar as seguintes informações perante esse DD. Juízo Federal:

3.1 se os colegiados (Comitê Executivo, Comitê de Suporte e Grupo de Acompanhamento e Avaliação) do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, foram, ou não, extintos pelo Decreto 9.759/2019. Juntar a nota técnica encaminhada à

Aracaju-SE, 30/10/2019.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com alerta dessa extinção e pedido de recriação dos colegiados, devendo informar e comprovar, também, o encaminhamento final ao pleito;

**3.2** se o documento apresentado ao MPF como sendo **o texto final e revisado do Manual do "Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional"**, inclusive contendo nomes de dezenas de pessoas que teriam sido envolvidas em sua elaboração, **datado de 2018** (juntado aos autos na última manifestação deste MPF), **foi aprovado, reprovado ou se encontra em qual fase e perante qual setor/órgão federal?**

**3.3** se o Comitê Executivo, a quem cabe a elaboração do Manual do PNC (art. 7º, IV do Decreto 8.127/2013) julga útil a aprovação imediata do manual que já está elaborado e a sua imediata aplicação neste desastre ambiental que afeta toda a Região Nordeste.

**3.4** os nomes dos membros integrantes do Comitê Executivo e do Comitê de Suporte, do PNC, a data e documento pelo qual foram designados e a quantidade de reuniões, presenciais ou não, realizadas.

**4.** Que a **UNIÃO** se comprometa a comprovar todas as respostas com os devidos registros internos e nos sistemas respectivos quanto à tramitação, fase a fase.

**5.** Que a **UNIÃO** e os demais demandados se comprometam a prestar todas as informações solicitadas e agir de forma concertada, com o MPF em cada um dos 09 Estados do Nordeste, de modo o bem cumprir o quanto pactuado nesta audiência judicial.

Foi entregue uma cópia da proposta de conciliação do MPF às partes e concedido um tempo de 10 min. para que as partes lessem os termos apresentados.

**Pela MM Juíza foi dito:** "Não foi possível chegar a um acordo em audiência. Foi pedida pelas partes o prazo de 10 (dez) dias corridos para se manifestarem sobre a proposta do MPF, sem prejuízo de este juízo, conforme dito

Aracaju-SE, 30/10/2019.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

em decisão anterior, proferir decisão em relação aos requerimentos do MPF antes desse prazo. Concedo o prazo requerido."

Em cumprimento à decisão do agravo, a União deve, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, promover convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Fazer conclusão.

Será disponibilizado nos autos link específico para acesso à gravação da audiência, que qualquer pessoa poderá acessar.

**Presentes intimados.**

Nada mais havendo a consignar, mandou a MM. Juíza encerrar a audiência, do que, para constar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes.

**Telma Maria Santos Machado**  
Juíza Federal

**MPF:** \_\_\_\_\_

**Diretor CENAD/Defesa Civil:** \_\_\_\_\_

**AGU:** \_\_\_\_\_

**Procuradores Federais:** \_\_\_\_\_

**MAPA:** \_\_\_\_\_



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Ministério da Saúde:

Marinha do Brasil:

IBAMA:

*[Assinaturas manuscritas]*  
Luiz Nunes Gonçalves  
F. M. G. P. P.  
Camargo da Silva

*[Assinatura manuscrita]*



Processo: 0805679-16.2019.4.05.8500

Assinado eletronicamente por:

ANDRÉ LUIZ NUNES GONÇALVES - Diretor de Secretaria

Data e hora da assinatura: 30/10/2019 18:03:38

Identificador: 4058500.3211202

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



19103018031951400000003215634





Ofício nº 794- AGU/PU/SE/AESVNC

A Sua Senhoria o Senhor  
Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente  
Brasília/DF -

Já cientificado a esse Ministério acerca da demanda proposta pelo MPF nos autos da ACP nº 08056791620194058500 tendo por objeto compelir a União a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacionaa –PNC, nos termos do Decreto N 8.157/2013 que regulamenta a Lei nº 9.966/2000.

Comunico a decisão liminar nos autos do Agravo de instrumento 0805679-16.2019.4.05.8500 que acolheu parcialmente o efeito ativo, nos seguintes termos:

“(…)Diante do exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** a antecipação de tutela da pretensão recursal para determinar que a União, no prazo de 48 quarenta e oito) horas, promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, § 3º, do Decreto n. 8.127/2013, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 cinquenta mil reais). Cumpra-se com **URGÊNCIA**.(…)”

Na sessão de audiência de hoje foi determinado o cumprimento pela União em 48hs, segundo decisão do Relator e consignado na ata da sessão.

Com efeito, a sobredita decisão para que a União promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um



representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado deve ser cumprida em até 48hs, razão pela qual atesto a força executória na forma do parecer anexo.

Na mesma oportunidade e em face da exiguidade do prazo da União, solicito resposta até as 16hs do dia 1º/11/2019, podendo ser antecipada para o e-mail [ana.elisa.carvalho@aqu.gov.br](mailto:ana.elisa.carvalho@aqu.gov.br) ou [pu.se@aqu.gov.br](mailto:pu.se@aqu.gov.br).

Atenciosamente,

Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho  
Advogada da União







**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

- COM2DN (Salvador): Avenida das Naus, S/N, Comércio, Salvador - BA, 40015-270;

- COM3DN (Natal): Rua Cel Flamínio, S/N, Santos Reis, Natal - RN, 59010-500;

- COM4DN (Belém): Praça Carneiro da Rocha, S/N, Cidade Velha, Belém-PA, 66020-150; e

- CISMAR (Centro Integrado de Segurança Marítima): Praça Barão de Ladário, S/N, Edifício Almirante Tamandaré - 6 andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, 20091-000.

Intimar.(...)”

O Parquet Federal emendou a inicial, assim como agravou da referida decisão, recurso este tombado sob o nº **0805679-16.2019.4.05.8500**

Em seguida houve a prolação dos despachos de 25/10/2019 e 26/10/2019, abaixo transcritos:

“(...)Em emenda à inicial determinada por este Juízo na decisão de 20/10/2019, o MPF requereu a inclusão do IBAMA e da ANP no polo passivo da presente demanda.

Defiro a inclusão de tais entes na lide.

Em conformidade com o disposto no art. 2º, da Lei n. 8.437/92, intimar os dois entes acima e a União, considerando que há novos pedidos, para, querendo, manifestarem-se sobre o pedido liminar. Mantenho o prazo legal de 72 horas, eis que a União, por ocasião de sua manifestação, apresentou documentos que indicam ter acionado o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.

Ultrapassado esse prazo, com ou sem manifestação dos réus, fazer conclusão dos autos para que este Juízo analise os pedidos liminares do Ministério Público Federal, ocasião em que também decidirá sobre a necessidade ou não de audiência de conciliação.(...)”

“(...)Conforme certificado no id. 4058500.3196535, não haverá expediente na JFSE na próxima quinta-feira e sexta-feira, dias 31/10/19 e 01/11/19.





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Assim, diante da gravidade da situação e deste longo feriado, em adendo ao despacho do id. 4058500.3195861, designo audiência de conciliação para o dia 29/10/2019, terça-feira, às 14h, na sede deste Juízo Federal. Até o dia da referida audiência os réus devem comprovar nos autos:

1. o que têm feito quanto ao recolhimento e destinação do material poluente retirados das áreas atingidas;
2. o nível de atendimento, resgate e habilitação de fauna, bem assim planos de ações de recuperação das áreas atingidas, nas quais houve prejuízo à biota, inclusive à dos manguezais;
3. se já providenciaram estudos quanto aos efeitos para a saúde das pessoas em consequência da contaminação dos peixes crustáceos e moluscos atingidos pelo óleo vazado;
4. se os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental foram acionados.
5. se as respectivas Defesas Cíveis foram comunicadas a fim se preparem para, se necessário, retirar a população atingida ou em risco eminente de ser atingida pelo incidente de poluição por óleo.
6. se as autoridades, o público e a imprensa estão sendo informados da situação e se foi estabelecido centro de informações.

Caso ainda não tenham sido tomadas as providências referidas nos itens acima, determino que os réus as implementem no prazo de 05 dias, a contar da intimação que se dará hoje.

Com a manifestação dos réus, este Juízo decidirá sobre outras providências requeridas pelo MPF cujo cumprimento ainda não tenha sido determinado e que ainda não tenham sido implementadas pelas demandadas (providências).

Intimar com urgência (regime de plantão).(...)"

União, Ibama e ANP pedem conjuntamente o adiamento da audiência, o que foi deferido por decisão de 28/10/2019 para que a sessão se realize no dia 30/10/2019, às 15hs.

Durante a realização da audiência foi comunicada a decisão liminar nos autos do Agravo de instrumento **0805679-16.2019.4.05.8500** que acolheu parcialmente o efeito ativo, nos seguintes termos:

"(...)Diante do exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** a antecipação de tutela da pretensão recursal para determinar que a União, no prazo



Cumpra-se com **URGÊNCIA**.(...)"

Logo a sobredita decisão para que a União promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado deve ser cumprida em até 48hs, razão pela qual atesto a força executória da sobredita determinação, inexistindo qualquer ato judicial posterior que a suspenda ou a revoque.

Aracaju(SE), 30 de outubro de 2019.

Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho  
Advogada da União- AGU/PU/SE



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Parecer AGU/PU/SE nº /2019-PU/SE:NAP:AESVNC  
1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe  
Proc. nº 0805679162019405850  
Autor: Ministério Público Federal  
Réus: União e outros

Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal em que se objetiva seja compelir a UNIÃO a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, para, nos termos do Decreto n. 8.157/2013, que regulamenta a Lei n. 9.966/2000.

Havendo pedido de provimento liminar para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, seja acionado o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, este juízo fixou o tempo de 24h (vinte e quatro horas) para que a UNIÃO se manifeste sobre os pedidos de tutela de urgência, devendo, em especial, indicar, comprovando ao juízo, se o PNC foi acionado, esclarecendo as providências já adotadas e aquelas eventualmente já planejadas para adoção decorrentes de tal acionamento, ou justificar, detalhadamente e com provas, o motivo de não o ter feito.

Considerando o despacho judicial, apresenta a União, apesar da extrema exiguidade do prazo estabelecido, as seguintes razões fáticas e jurídicas sobre o pedido de tutela provisória apontando para o acionamento do PNC, com a adoção de providências adotadas e o planejamento de ações decorrentes de tal acionamento, com a estrutura organizacional pertinente e devidamente informada, para tanto juntando vasta documentação comprobatória de tal acionamento.

Em seguida, foi proferida a decisão da magistrada, cuja parte dispositiva foi nos seguintes termos:

“(…)Diante das informações e documentação trazidas pela União, que relatam ações que têm sido adotadas, este Juízo, por ora, intima o MPF para: 1. emendar sua inicial (prazo de 05 dias), nos termos da fundamentação e 2. especificar (prazo de 15 dias) quais ações além das que a ré informou estar implementando, requer sejam impostas, a fim de que este Juízo possa avaliar a necessidade ou não de determinar medidas outras, diante do grave acidente ecológico em questão.

No mais, observo ainda que a União, no convite que fez ao MPF para acompanhar e fiscalizar os atos e atividades de execução, planejamento, comando e controle do Coordenador Operacional do PNC, declinou os seguintes endereços:





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

- COM2DN (Salvador): Avenida das Naus, S/N, Comércio, Salvador - BA, 40015-270;

- COM3DN (Natal): Rua Cel Flamínio, S/N, Santos Reis, Natal - RN, 59010-500;

- COM4DN (Belém): Praça Carneiro da Rocha, S/N, Cidade Velha, Belém-PA, 66020-150; e

- CISMAR (Centro Integrado de Segurança Marítima): Praça Barão de Ladário, S/N, Edifício Almirante Tamandaré - 6 andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, 20091-000.

Intimar.(...)”

O Parquet Federal emendou a inicial, assim como agravou da referida decisão, recurso este tombado sob o nº **0805679-16.2019.4.05.8500**

Em seguida houve a prolação dos despachos de 25/10/2019 e 26/10/2019, abaixo transcritos:

“(...)Em emenda à inicial determinada por este Juízo na decisão de 20/10/2019, o MPF requereu a inclusão do IBAMA e da ANP no polo passivo da presente demanda.

Defiro a inclusão de tais entes na lide.

Em conformidade com o disposto no art. 2º, da Lei n. 8.437/92, intimar os dois entes acima e a União, considerando que há novos pedidos, para, querendo, manifestarem-se sobre o pedido liminar. Mantenho o prazo legal de 72 horas, eis que a União, por ocasião de sua manifestação, apresentou documentos que indicam ter acionado o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.

Ultrapassado esse prazo, com ou sem manifestação dos réus, fazer conclusão dos autos para que este Juízo analise os pedidos liminares do Ministério Público Federal, ocasião em que também decidirá sobre a necessidade ou não de audiência de conciliação.(...)”

“(...)Conforme certificado no id. 4058500.3196535, não haverá expediente na JFSE na próxima quinta-feira e sexta-feira, dias 31/10/19 e 01/11/19.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Assim, diante da gravidade da situação e deste longo feriado, em adendo ao despacho do id. 4058500.3195861, designo audiência de conciliação para o dia 29/10/2019, terça-feira, às 14h, na sede deste Juízo Federal. Até o dia da referida audiência os réus devem comprovar nos autos:

1. o que têm feito quanto ao recolhimento e destinação do material poluente retirados das áreas atingidas;
2. o nível de atendimento, resgate e habilitação de fauna, bem assim planos de ações de recuperação das áreas atingidas, nas quais houve prejuízo à biota, inclusive à dos manguezais;
3. se já providenciaram estudos quanto aos efeitos para a saúde das pessoas em consequência da contaminação dos peixes crustáceos e moluscos atingidos pelo óleo vazado;
4. se os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental foram acionados.
5. se as respectivas Defesas Cíveis foram comunicadas a fim se preparem para, se necessário, retirar a população atingida ou em risco eminente de ser atingida pelo incidente de poluição por óleo.
6. se as autoridades, o público e a imprensa estão sendo informados da situação e se foi estabelecido centro de informações.

Caso ainda não tenham sido tomadas as providências referidas nos itens acima, determino que os réus as implementem no prazo de 05 dias, a contar da intimação que se dará hoje.

Com a manifestação dos réus, este Juízo decidirá sobre outras providências requeridas pelo MPF cujo cumprimento ainda não tenha sido determinado e que ainda não tenham sido implementadas pelas demandadas (providências).

Intimar com urgência (regime de plantão).(...)"

União, Ibama e ANP pedem conjuntamente o adiamento da audiência, o que foi deferido por decisão de 28/10/2019 para que a sessão se realize no dia 30/10/2019, às 15hs.

Durante a realização da audiência foi comunicada a decisão liminar nos autos do Agravo de instrumento **0805679-16.2019.4.05.8500** que acolheu parcialmente o efeito ativo, nos seguintes termos:

“(...)Diante do exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** a antecipação de tutela da pretensão recursal para determinar que a União, no prazo



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

de 48 quarenta e oito) horas, promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, § 3º, do Decreto n. 8.127/2013, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 cinquenta mil reais).

Cumpra-se com **URGÊNCIA**.(...)"

Na referida sessão foi determinado o cumprimento pela União em 48hs, segundo decisão do Relator e consignado na ata da sessão.

Logo a sobredita decisão para que a União promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado deve ser cumprida em até 48hs, razão pela qual atesto a força executória da sobredita determinação, inexistindo qualquer ato judicial posterior que a suspenda ou a revogue.

Aracaju(SE), 30 de outubro de 2019.

**Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho**  
**Advogada da União- AGU/PU/SE**





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

---

**DESPACHO n. 01293/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Distribuo o feito à Dra. Fernanda Fernandes para a análise cabível.

Brasília, 31 de outubro de 2019.

OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS  
ADVOGADO DA UNIÃO

---

Documento assinado eletronicamente por OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 338067348 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS. Data e Hora: 31-10-2019 10:46. Número de Série: 13973383. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

CERTIDÃO

Certifico que o presente processo foi encaminhado para o arquivo provisório.

31/10/2019

RAFHAEL DA SILVA CARNEIRO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

**COTA n. 00439/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. De acordo com o Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, que Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, mais precisamente no art. 11, que trata sobre o Comitê de Suporte, estabelece o § 1º que *"a Autoridade Nacional poderá solicitar a participação de outros órgãos e entidades federais, além de órgãos e entidades estaduais e municipais, e de entidades privadas"*. Outrossim, nos termos do § 2º do citado artigo, os representantes dos órgãos e entidades que compõem o Comitê de Suporte e seus suplentes deverão ser indicados, por meio de suas autoridades máximas, para fins de designação pela Autoridade Nacional. Já consoante o parágrafo único do art. 5º, o Ministério do Meio Ambiente exercerá a função de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.

2. Diante do exposto e do Ofício nº 1794-AGU/PU/SE/AESVNC, remeto os autos ao Apoio Administrativo para solicitar à SECEX/MMA que providencie o cumprimento da decisão judicial noticiada no referido expediente, promovendo o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do meio ambiente de cada Estado afetado, **informando a esta Consultoria Jurídica acerca do cumprimento da referida decisão até amanhã, 01.11.2019, às 14:00 horas.**

Brasília, 31 de outubro de 2019.

FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES NOGUEIRA  
ADVOGADA DA UNIÃO

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 338105611 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES. Data e Hora: 31-10-2019 12:13. Número de Série: 1704835042102943846. Emissor: AC CAIXA PF v2.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSULTORIA JURÍDICA  
Serviço de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica

**DESPACHO Nº 40810/2019-MMA**

**Assunto: Indenização por Dano Ambiental e outros**

Encaminhe-se à **Secretaria-Executiva**, conforme item 2 da **COTA nº 439/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU** (fls. 43 do Documento **sei!** nº 0489352), atentando-se à exiguidade do prazo judicial (**1º de novembro de 2019 - 14:00h**).



Documento assinado eletronicamente por **Iguaci Dias da Silva, Chefe de Divisão**, em 31/10/2019, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489353** e o código CRC **10FDE415**.

**Referência:** Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489353



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2019.

Ao Senhor  
Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco - SEMAS  
Av. Conselheiro Rosa e Silva, 1339, Afritos  
52020-220 Recife/PE

**Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

*Referência:* Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhor Secretário,

Faço referência à decisão liminar prolatada pela 1ª Vara Federal em Sergipe, nos autos do Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500, que determina "*à União, no prazo de 48 horas, que promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013*"; a referida decisão se reporta ao Decreto n. 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, cujo art. 11, §3º, estipula que "*em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*".

Nesse contexto, solicito a Vossa Senhoria que formalize a indicação, com a maior brevidade possível, de representante para atuar no Comitê de Suporte do PNC.

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 600 - Telefone: (61) 2028-1582  
CEP 70068-901 Brasília/DF - <http://www.mma.gov.br> - [se@mma.gov.br](mailto:se@mma.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 01/11/2019, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489558** e o código CRC **33984CED**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489558

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>,  
sepro@mma.gov.br, Telefone:(61)2028-1206





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

**COTA n. 00442/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Mediante o Ofício nº 1801-AGU/PU/SE/AESVNC (seq. 31), a Procuradoria da União no Estado de Sergipe, comunicou a esta Consultoria Jurídica que foi apresentada proposta de acordo pelo Ministério Público Federal em audiência, na Ação Civil Pública nº 08056791620194058500, tendo sido concedido o prazo de dez dias para que os demandados se manifestassem sobre os pontos que se relacionam com esta Pasta Ministerial.

2. Diante do exposto, solicite-se manifestação da SECEX/MMA acerca dos pontos da proposta de acordo feita pelo MPF, com a demonstração de eventuais concordâncias ou óbices aos termos apresentados, **até o dia 06.11.2019.**

Brasília, 31 de outubro de 2019.

FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES NOGUEIRA  
ADVOGADA DA UNIÃO

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 338248227 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES. Data e Hora: 31-10-2019 16:22. Número de Série: 1704835042102943846. Emissor: AC CAIXA PF v2.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2019.

Ao Senhor  
Secretário de Meio Ambiente do Ceará  
Av. Pontes Vieira, 2666, Dionísio Torres  
60135-238 Fortaleza/CE

**Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

*Referência:* Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhor Secretário,

Faço referência à decisão liminar prolatada pela 1ª Vara Federal em Sergipe, nos autos do Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500, que determina "*à União, no prazo de 48 horas, que promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013*"; a referida decisão se reporta ao Decreto n. 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, cujo art. 11, §3º, estipula que "*em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*".

Nesse contexto, solicito a Vossa Senhoria que formalize a indicação, com a maior brevidade possível, de representante para atuar no Comitê de Suporte do PNC.

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 600 - Telefone: (61) 2028-1582  
CEP 70068-901 Brasília/DF - <http://www.mma.gov.br> - [se@mma.gov.br](mailto:se@mma.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 01/11/2019, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489684** e o código CRC **E4FFA441**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489684

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>,  
sepro@mma.gov.br, Telefone:(61)2028-1206





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2019.

Ao Senhor  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH  
Rua Dona Maria Câmara, 1884, Capim Macio  
59082-430 Natal/RN

**Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

*Referência:* Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhor Secretário,

Faço referência à decisão liminar prolatada pela 1ª Vara Federal em Sergipe, nos autos do Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500, que determina "*à União, no prazo de 48 horas, que promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013*"; a referida decisão se reporta ao Decreto n. 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, cujo art. 11, §3º, estipula que "*em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*".

Nesse contexto, solicito a Vossa Senhoria que formalize a indicação, com a maior brevidade possível, de representante para atuar no Comitê de Suporte do PNC.

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 01/11/2019, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489685** e o código CRC **288FBD64**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489685

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br>,  
[sepro@mma.gov.br](mailto:sepro@mma.gov.br), Telefone:(61)2028-1206



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2019.

Ao Senhor  
Secretário da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente  
Centro Administrativo Estadual, Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe  
58015-900 João Pessoa/PB

**Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

*Referência:* Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhor Secretário,

Faço referência à decisão liminar prolatada pela 1ª Vara Federal em Sergipe, nos autos do Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500, que determina "*à União, no prazo de 48 horas, que promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013*"; a referida decisão se reporta ao Decreto n. 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, cujo art. 11, §3º, estipula que "*em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*".

Nesse contexto, solicito a Vossa Senhoria que formalize a indicação, com a maior brevidade possível, de representante para atuar no Comitê de Suporte do PNC.

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 600 - Telefone: (61) 2028-1582





Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 01/11/2019, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489686** e o código CRC **A9077D4B**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489686

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>, [sepro@mma.gov.br](mailto:sepro@mma.gov.br), Telefone:(61)2028-1206



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2019.

Ao Senhor  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos  
Rod. AL-101 Norte, Km 5, Jacarecica  
57038-640 Maceió/AL

**Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

*Referência:* Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhor Secretário,

Faço referência à decisão liminar prolatada pela 1ª Vara Federal em Sergipe, nos autos do Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500, que determina "*à União, no prazo de 48 horas, que promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013*"; a referida decisão se reporta ao Decreto n. 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, cujo art. 11, §3º, estipula que "*em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*".

Nesse contexto, solicito a Vossa Senhoria que formalize a indicação, com a maior brevidade possível, de representante para atuar no Comitê de Suporte do PNC.

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 600 - Telefone: (61) 2028-1582  
CEP 70068-901 Brasília/DF - <http://www.mma.gov.br> - [se@mma.gov.br](mailto:se@mma.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 01/11/2019, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489687** e o código CRC **7CF49ABC**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489687

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>,  
sepro@mma.gov.br, Telefone:(61)2028-1206





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2019.

Ao Senhor  
Secretário Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos  
Av. José Carlos Silva, 4444, Farolândia  
49030-640 Aracaju/SE

**Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

*Referência:* Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhor Secretário,

Faço referência à decisão liminar prolatada pela 1ª Vara Federal em Sergipe, nos autos do Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500, que determina "*à União, no prazo de 48 horas, que promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013*"; a referida decisão se reporta ao Decreto n. 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, cujo art. 11, §3º, estipula que "*em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*".

Nesse contexto, solicito a Vossa Senhoria que formalize a indicação, com a maior brevidade possível, de representante para atuar no Comitê de Suporte do PNC.

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 600 - Telefone: (61) 2028-1582



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 01/11/2019, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489688** e o código CRC **F92272CA**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489688

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>,  
[sepro@mma.gov.br](mailto:sepro@mma.gov.br), Telefone:(61)2028-1206



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2019.

Ao Senhor  
Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia  
Centro Administrativo da Bahia - CAB  
Av. Luís Viana Filho, 6ª Avenida, n. 600  
41745-900 Salvador/BA

**Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

*Referência:* Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhor Secretário,

Faço referência à decisão liminar prolatada pela 1ª Vara Federal em Sergipe, nos autos do Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500, que determina "*à União, no prazo de 48 horas, que promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013*"; a referida decisão se reporta ao Decreto n. 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, cujo art. 11, §3º, estipula que "*em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*".

Nesse contexto, solicito a Vossa Senhoria que formalize a indicação, com a maior brevidade possível, de representante para atuar no Comitê de Suporte do PNC.

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo





Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 01/11/2019, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489689** e o código CRC **BA970BB4**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489689

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br>,  
[sepro@mma.gov.br](mailto:sepro@mma.gov.br), Telefone:(61)2028-1206



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2019.

À Senhora  
Secretária Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí  
Rua Treze de Maio, 307, 5º andar  
64000-150 Teresina/PI

**Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

*Referência:* Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhora Secretária,

Faço referência à decisão liminar prolatada pela 1ª Vara Federal em Sergipe, nos autos do Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500, que determina "*à União, no prazo de 48 horas, que promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013*"; a referida decisão se reporta ao Decreto n. 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, cujo art. 11, §3º, estipula que "*em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*".

Nesse contexto, solicito a Vossa Senhoria que formalize a indicação, com a maior brevidade possível, de representante para atuar no Comitê de Suporte do PNC.

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 600 - Telefone: (61) 2028-1582



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 01/11/2019, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489690** e o código CRC **916CC21C**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489690

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>,  
[sepro@mma.gov.br](mailto:sepro@mma.gov.br), Telefone:(61)2028-1206





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Brasília, 31 de outubro de 2019.

Ao Senhor  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão  
Av. dos Holandeses, 04, Quadra 06, Edifício Manhattan, Calhau  
65071-380 São Luís/MA

**Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

*Referência:* Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhor Secretário,

Faço referência à decisão liminar prolatada pela 1ª Vara Federal em Sergipe, nos autos do Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500, que determina "*à União, no prazo de 48 horas, que promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013*"; a referida decisão se reporta ao Decreto n. 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, cujo art. 11, §3º, estipula que "*em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*".

Nesse contexto, solicito a Vossa Senhoria que formalize a indicação, com a maior brevidade possível, de representante para atuar no Comitê de Suporte do PNC.

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 01/11/2019, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0489691** e o código CRC **A54C2BFB**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0489691

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>,  
[sepro@mma.gov.br](mailto:sepro@mma.gov.br), Telefone:(61)2028-1206



**URGENTE**

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010  
Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

Ofício nº 3803 - AGU/PU/SE/AESVNC

Aracaju, 31 de outubro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor  
Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente  
Brasília/DF -

Senhor Consultor Jurídico,

Já cientificado a esse Ministério acerca da demanda proposta pelo MPF nos autos da ACP nº 08056791620194058500 tendo por objeto compelir a União a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional –PNC, nos termos do Decreto N 8.157/2013 que regulamenta a Lei nº 9.966/2000.

Comunico que foi apresentada proposta de Acordo pelo MPF em audiência, segundo consta copiado no termo de audiência anexo, e foi concedido o prazo de 10 dias corridos para que os demandados se manifestem nos pontos que se relacionam com essa pasta ministerial, cujo prazo se encerra em 09/11/2019.

Na mesma oportunidade e em face da exiguidade do prazo da União, solicito resposta até as 14hs do dia 08/11/2019, podendo ser antecipada para o e-mail ana.elisa.carvalho@agu.gov.br ou pu.se@agu.gov.br.

Atenciosamente,

Ana Elisa Sobral Vha Nova de Carvalho  
Advogada da União





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

**Processo nº 0805679-61.2019.4.05.8500**

**Classe:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**RÉUS:** UNIÃO, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA e AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Data: 30/10/2019

Horário: 15h00

Tipo/audiência: Conciliação

**Presidência:** Juíza Federal Telma Maria Santos Machado

Presentes:

**MPF:** Dr. Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida

**AGU:** Dra. Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho, Dr. Carlos Augusto M. Almeida, Dr. Miguel Ângelo Feitosa Melo

**Procurador Federal:** Dr. Eder Vasconcelos Borges, Dr. Julio Cesar Melo Borges e Dr. Carlos Augusto M. Almeida

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA:** Diretor José Luis Vargas, Chefe SFA/BA Cássio Ramos, Secretário de Aquicultura e Pesca Sr. Jorge Seif Júnior

**Superintendente da SFD/SE:** Sr. Haroldo Álvaro Freire Araújo Filho

**Ministério da Saúde:** Diretor Marcus Vinicius Quito

**Coordenador do IBAMA:** Marcelo Neiva de Amorim

**Marinha do Brasil:** Chefe do Estado Maior Alexandre Rabello de Faria, Capitão dos Portos Guilherme Conti Padão

**Assessores Jurídicos da Marinha:** Dra. Carmen Angela Mariz e Dr. Sandro Fernandes Resende

**Diretor da CENAD/Defesa Civil:** Sr. Armin Braun

**ABERTA A AUDIÊNCIA, a MM. Juíza Federal,** inicialmente, fez esclarecimentos sobre o processo, sendo gravada em mídia digital.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Na sequência, os representantes dos órgãos expuseram informações e responderam questionamentos da Magistrada e do Procurador da República.

A seguir, foi concedida a palavra ao **Procurador da República**, que apresentou proposta de conciliação, conforme transcrito abaixo, *in verbis*:

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, a respeito do objeto da Ação Civil Pública**, na presente audiência, manifesta-se nos seguintes termos:

**I. É importante consignar que a demanda judicial em exame trata da necessidade premente de acionamento e implementação, pelos demandados, do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC**, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.127/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, **notadamente com respeito à base técnica e científica que o fundamenta.**

**II. O Plano Nacional de Contingência, tem regramento próprio que deve ser observado.** Não é objeto desta Ação Civil Pública substituí-lo por uma versão judicial. **O modelo está na Lei e no Decreto. O que se almeja, judicialmente, é a determinação, remarque-se, para que o PNC seja devidamente acionado e implementado, cabendo, depois, a fiscalização pelo MPF (como explicitado na peça inaugural) em cada um dos 09 Estados do Nordeste, sob controle judicial.**

**III. Cumpre lembrar, também, que medidas específicas são objeto de outras demandas judiciais, com especial ênfase na proteção de áreas sensíveis e vulneráveis.** Nessa trilha, há Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em Sergipe e na Bahia com decisão desfavorável; e em Alagoas e Pernambuco com decisão favorável mantida pelo Presidente do Tribunal Regional Federal que indeferiu pedido da União e do Ibama em suspensão de liminar.

**IV. A presente demanda judicial, vale frisar, envolve os 09 Estados do Nordeste e, portanto, seria inviável debater a situação de cada um deles sem a presença dos entes estaduais. Todavia, registre-se mais uma vez, isso não é objeto desta Ação Civil Pública** (mas sim de outras, ajuizadas em 04 Estados e ainda na fase extrajudicial em 05 Estados).

Aracaju-SE, 30/10/2019.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

V. O caso é grave e cada vez mais urgente; a demora só tem ampliado os danos socioambientais. A legislação deve ser cumprida. O Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC deve ser acionado e implementado, de imediato, nos termos do regramento vigente e com a base técnica e científica que o fundamenta. Isso é inegociável, inconciliável.

A especificidade desta demanda judicial, por conseguinte, torna muito restrita a possibilidade de conciliação, limitada a eventuais prazos. Ainda assim, este MPF se esforçou ao máximo para propor algo concreto, a saber:

**PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO**

1. Que a **UNIÃO**, o **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA** e a **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, se comprometam, no prazo de 72 horas a:

1.1) acionar o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.127/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, de modo a ser efetivado, com a maior brevidade possível, o objetivo de assegurar “a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta” ao gravíssimo incidente ambiental de poluição por óleo que afeta todos os Estados da Região Nordeste, reconhecendo-se sua “significância nacional”;

1.2) fazer atuar, imediatamente após a implementação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, a Autoridade Nacional, o Comitê Executivo, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, o Coordenador Operacional e o Comitê de Suporte, com a devida observância aos artigos 5.º a 11 do Decreto N.º 8.127/2013, inclusive com a integral composição institucional nele prevista;

Aracaju-SE, 30/10/2019.

3





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

**1.3) determinar, em especial, ao Coordenador Operacional que cumpra fielmente seus deveres** (artigo 10 do Decreto N.º 8.127/2013) e apresente **relatórios semanais ao Juízo Federal**, quanto a:

**I** - garantir, em ordem de prioridade, a segurança da vida humana, a proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo;

**II** - estabelecer centro de operações;

**III** - exigir do poluidor ou dos responsáveis pelos Planos de Emergência Individuais e de Área, conforme o caso:

**a)** as ações de resposta e seu acompanhamento;

**b)** o apoio logístico e as condições de trabalho adequadas para o pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental;

**c)** a disponibilidade, no local do incidente, dos equipamentos previstos nos Planos de Emergência Individual e de Área, e a colaboração quanto à mobilização dos equipamentos necessários;

**d)** a proteção das áreas ecologicamente sensíveis;

**e)** o resgate da fauna por pessoal treinado e seu transporte para centros de recuperação especializados;

**f)** o monitoramento ambiental da área atingida;

**g)** a adequação da coleta, do armazenamento, do transporte e da disposição dos resíduos gerados no incidente de poluição por óleo; e

**h)** o emprego das tecnologias e metodologias de resposta, em conformidade com a legislação;

**IV** - assegurar que:

**a)** as comunicações sejam realizadas adequadamente;

**b)** os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental estejam disponíveis; e

**c)** as ações e recursos materiais e humanos empregados pelos órgãos da administração pública sejam documentados e contabilizados;

Aracaju-SE, 30/10/2019.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

**V** - manter a imprensa, as autoridades e o público informados da situação, e estabelecer centro de informações, quando couber;

**VI** - acionar a Defesa Civil, quando necessário, para a retirada de populações atingidas ou em risco eminente de serem atingidas pelos incidentes de poluição por óleo;

**VII** - realizar reuniões periódicas com os participantes da ação de resposta para acompanhamento e controle das ações planejadas; e

**VIII** - efetuar os registros do incidente, a serem entregues à Autoridade Nacional, que conterão, no mínimo:

**a)** relatório técnico, com a caracterização do incidente, os métodos e os procedimentos utilizados nas ações de resposta;

**b)** relatório das ações de comunicação social e institucional realizadas, que conterá os registros de comunicação ao poluidor, às autoridades, às comunidades envolvidas e ao público em geral, sobre o andamento das operações e desdobramentos do incidente, e as ações de recuperação previstas para a área atingida; e

**c) relatório financeiro-administrativo consolidado, que discrimine recursos humanos e materiais aplicados no exercício de sua Coordenação e custos envolvidos na operação, com o objetivo de registrar as despesas para mitigação do incidente e o posterior ressarcimento pelo agente poluidor.**

**1.4) observar, quanto ao Comitê de Suporte**, no que se refere à situação fática tratada nesta demanda judicial, o disposto no artigo 11, §4.º, do Decreto N.º 8.157/2013, **convidando a participar desse específico colegiado "um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado";**

**1.5) utilizar todos os instrumentos previstos para garantir a efetividade do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC**, nos termos do artigo 21 do Decreto N.º 8.157/2013, quais sejam:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

- I** - cartas de sensibilidade ambiental ao óleo e outros dados ambientais das áreas atingidas ou em risco de serem atingidas;
- II** - centros ou instalações estruturadas para resgate e salvamento da fauna atingida por incidente de poluição por óleo;
- III** - planos de ação dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais em incidentes de poluição por óleo;
- IV** - Planos de Emergência Individuais e de Área para combate a incidentes de poluição por óleo;
- V** - programas de exercícios simulados;
- VI** - redes e serviços de observação e previsão hidrometeorológica;
- VII** - serviço meteorológico marinho;
- VIII** - Sisnóleo;
- IX** - Sistema de Comando de Incidentes; e
- X** - termos de cooperação, convênios e instrumentos congêneres.

2. Que a **UNIÃO**, o **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA** e a **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, se comprometam, de modo a **fielmente cumprir o pactuado no item precedente**, a adotar todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes, a todos os órgãos e agentes envolvidos, públicos ou privados, para o efetivo cumprimento do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, e que comprovem, perante esse DD. Juízo Federal, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas.

3. Que a **UNIÃO**, se comprometa a, **no prazo de 05 dias**, prestar e comprovar as seguintes informações perante esse DD. Juízo Federal:

3.1 se os colegiados (Comitê Executivo, Comitê de Suporte e Grupo de Acompanhamento e Avaliação) do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, foram, ou não, extintos pelo Decreto 9.759/2019. Juntar a nota técnica encaminhada à

Aracaju-SE, 30/10/2019.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com alerta dessa extinção e pedido de recriação dos colegiados, devendo informar e comprovar, também, o encaminhamento final ao pleito;

**3.2** se o documento apresentado ao MPF como sendo **o texto final e revisado do Manual do "Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional"**, inclusive contendo nomes de dezenas de pessoas que teriam sido envolvidas em sua elaboração, **datado de 2018** (juntado aos autos na última manifestação deste MPF), **foi aprovado, reprovado ou se encontra em qual fase e perante qual setor/órgão federal?**

**3.3** se o Comitê Executivo, a quem cabe a elaboração do Manual do PNC (art. 7º, IV do Decreto 8.127/2013) julga útil a aprovação imediata do manual que já está elaborado e a sua imediata aplicação neste desastre ambiental que afeta toda a Região Nordeste.

**3.4** os nomes dos membros integrantes do Comitê Executivo e do Comitê de Suporte, do PNC, a data e documento pelo qual foram designados e a quantidade de reuniões, presenciais ou não, realizadas.

**4.** Que a **UNIÃO** se comprometa a comprovar todas as respostas com os devidos registros internos e nos sistemas respectivos quanto à tramitação, fase a fase.

**5.** Que a **UNIÃO** e os demais demandados se comprometam a prestar todas as informações solicitadas e agir de forma concertada, com o MPF em cada um dos 09 Estados do Nordeste, de modo o bem cumprir o quanto pactuado nesta audiência judicial.

Foi entregue uma cópia da proposta de conciliação do MPF às partes e concedido um tempo de 10 min. para que as partes lessem os termos apresentados.

**Pela MM Juíza foi dito:** "Não foi possível chegar a um acordo em audiência. Foi pedida pelas partes o prazo de 10 (dez) dias corridos para se manifestarem sobre a proposta do MPF, sem prejuízo de este juízo, conforme dito

Araçaju-SE, 30/10/2019.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

em decisão anterior, proferir decisão em relação aos requerimentos do MPF antes desse prazo. Concedo o prazo requerido."

Em cumprimento à decisão do agravo, a União deve, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, promover convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Fazer conclusão.

Será disponibilizado nos autos link específico para acesso à gravação da audiência, que qualquer pessoa poderá acessar.

**Presentes intimados.**

Nada mais havendo a consignar, mandou a MM. Juíza encerrar a audiência, do que, para constar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes.

**Telma Maria Santos Machado**  
Juíza Federal

**MPF:** \_\_\_\_\_

**Diretor CENAD/Defesa Civil:** \_\_\_\_\_

**AGU:** \_\_\_\_\_

**Procuradores Federais:** \_\_\_\_\_

**MAPA:** \_\_\_\_\_



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Ministério da Saúde:

Marinha do Brasil:

IBAMA:

*[Assinaturas manuscritas]*



Processo: 0805679-16.2019.4.05.8500

Assinado eletronicamente por:

ANDRE LUIZ NUNES GONCALVES - Diretor de Secretaria

Data e hora da assinatura: 30/10/2019 18:03:38

Identificador: 4058500.3211202

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



19103018031951400000003215634





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO APOIO ADMINISTRATIVO

**DESPACHO Nº 41004/2019-MMA**

**Assunto: Manifestação sobre proposta de acordo judicial - URGENTE**

Ao Chefe de Gabinete da Secretária de Qualidade Ambiental, Substituto,

Faço menção à COTA n. 00442/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU (0489683), por meio da qual a Consultoria Jurídica relata a propositura de acordo judicial, por parte do Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 08056791620194058500, nos termos constantes do Termo de Audiência (0490068).

Tendo em vista o estabelecimento de prazo judicial de 10 dias para manifestação da União quanto à sua eventual concordância com o teor do acordo, solicito a essa Secretaria de Qualidade Ambiental que proceda à análise dos termos da avença constantes do Termo de Audiência (0490068), restituindo os autos a esta Secretaria Executiva até a data de 05 de novembro, devidamente instruído com manifestação formal que permita subsidiar o posicionamento deste Ministério.

Atenciosamente,

**FERNANDO MAFRA PELANDA**

Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Mafrá Pelanda, Chefe de Gabinete**, em 01/11/2019, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0490086** e o código CRC **313FBFC4**.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA

Brasília, 01 de novembro de 2019.

Ao Senhor  
Chefe de Gabinete do Presidente do  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA  
SCEN Trecho 2, Edifício Sede,  
70818-900 Brasília/DF

**Assunto: Manifestação sobre proposta de acordo judicial - URGENTE**

Referência: Processo nº 02000.012767/2019-25.

Senhor Chefe de Gabinete,

Refiro-me à Ação Civil Pública n. 08056791620194058500, que tramita perante a 1ª Vara Federal em Sergipe, tendo por objeto compelir a União a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC; nos termos da COTA n. 00442/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU (0489683), comunica-se a apresentação de proposta de acordo pelo Ministério Público Federal em audiência na referida ação, tendo sido concedido o prazo de dez dias para que os demandados se manifestassem sobre os pontos que se relacionam com esta Pasta Ministerial.

Diante do exposto, solicito a Vossa Senhoria que proceda à análise dos termos da avença constantes do Termo de Audiência (0490068), restituindo os autos a esta Secretaria Executiva até a data de 05 de novembro, devidamente instruído com manifestação formal que permita subsidiar o posicionamento desta Pasta.

Anexos: I - COTA n. 00442/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU (SEI nº 0489683);  
II - Ofício nº 1801-AGU/PU/SE/AESVNC (SEI nº 0490060);  
III - Termo de Audiência (SEI nº 0490068).

Atenciosamente,

FERNANDO MAFRA PELANDA

Chefe de Gabinete

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 600 - Telefone: (61) 2028-1582

CEP 70068-901 Brasília/DF - <http://www.mma.gov.br> - [se@mma.gov.br](mailto:se@mma.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Mafra Pelanda, Chefe de Gabinete**, em 01/11/2019, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0490195** e o código CRC **1FED9F1E**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0490195

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br>, [sepro@mma.gov.br](mailto:sepro@mma.gov.br), Telefone:(61)2028-1206



**Data de Envio:**

01/11/2019 14:49:49

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

sexec@sema.ce.gov.br

**Assunto:**

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

**Anexos:**

Oficio\_Circular\_0489684.html



**Data de Envio:**

01/11/2019 14:52:01

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

gabinetesemam@hotmail.com  
abelardojurema@terra.com.br

**Assunto:**

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

**Anexos:**

Oficio\_Circular\_0489686.html



**Data de Envio:**

01/11/2019 14:54:45

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

fernando.pereira@semarh.al.gov.br  
semarh@semarh.al.gov.br

**Assunto:**

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

**Anexos:**

Oficio\_Circular\_0489687.html



**Data de Envio:**

01/11/2019 14:57:46

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

dilmasuellen\_ps@hotmail.com

**Assunto:**

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

**Anexos:**

Oficio\_Circular\_0489684.html



**Data de Envio:**

01/11/2019 14:58:35

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

gabinete.sema@sema.ba.gov.br

**Assunto:**

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

**Anexos:**

Oficio\_Circular\_0489689.html

**Data de Envio:**

01/11/2019 15:00:02

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

secsemar@semar.pi.gov.br

**Assunto:**

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

**Anexos:**

Oficio\_Circular\_0489690.html

**Data de Envio:**

01/11/2019 15:05:27

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

gabinete@sema.ma.gov.br

**Assunto:**

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

**Anexos:**

Oficio\_Circular\_0489691.html



**Data de Envio:**

01/11/2019 15:07:36

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

gabinetesemama@gmail.com

**Assunto:**

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA.

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

**Anexos:**

Oficio\_Circular\_0489691.html

**Data de Envio:**

01/11/2019 15:10:36

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

semurb.gabinete@gmail.com

**Assunto:**

OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA.

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

**Anexos:**

Oficio\_Circular\_0489685.html

01/11/2019 15:32:42

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

presid.sede@ibama.gov.br

OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA - Manifestação sobre proposta de acordo judicial - URGENTE

OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA - Manifestação sobre proposta de acordo judicial - URGENTE

Favor confirmar recebimento deste e-mail e anexos.

OFICIO\_0490195.html  
Cota\_0489683\_COTA\_n\_00442\_2019\_CONJUR\_MMA\_CGU\_AGU.pdf  
OFICIO\_0490060\_d3348458d247f842be282ba1119113b7.pdf  
Termo\_0490068\_d87abb5dc1debff9eaa36a0b09ff07c5.pdf



**Data de Envio:**

01/11/2019 15:44:15

**De:**

MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Para:**

presid.sede@ibama.gov.br

**Assunto:**

OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA

**Mensagem:**

Encaminho OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA. Assunto: Manifestação sobre proposta de acordo judicial - URGENTE&#8203;

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento.

**Anexos:**

OFICIO\_0490195.html

Cota\_0489683\_COTA\_n.\_00442\_2019\_CONJUR\_MMA\_CGU\_AGU.pdf

OFICIO\_0490060\_d3348458d247f842be282ba1119113b7.pdf

Termo\_0490068\_d87abb5dc1debbf9eaa36a0b09ff07c5.pdf

## Silvana da Silva Nascimento

---

**De:** Presidencia IBAMA <presid.sede@ibama.gov.br>  
**Enviado em:** sexta-feira, 1 de novembro de 2019 15:46  
**Para:** Coordenação Apoio Administrativo - SECEX  
**Cc:** presid.sede.ibama  
**Assunto:** Re: OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA - Manifestação sobre proposta de acordo judicial - URGENTE&#8203;

Prezados,

Confirmamos o recebimento.

Atenciosamente,

Marilene Ferreira  
Secretária Executiva

**Gabinete da Presidência do IBAMA**

 +55 61 3316.1001 / 1002 / 1003

[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

---

**De:** MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>  
**Enviado:** sexta-feira, 1 de novembro de 2019 15:32  
**Para:** Presidencia IBAMA <presid.sede@ibama.gov.br>  
**Assunto:** OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA - Manifestação sobre proposta de acordo judicial - URGENTE&#8203;

OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA - Manifestação sobre proposta de acordo judicial - URGENTE&#8203;

Favor confirmar recebimento deste e-mail e anexos.

## Silvana da Silva Nascimento

---

**De:** Gabinete Sema <gabinetesemama@gmail.com>  
**Enviado em:** sexta-feira, 1 de novembro de 2019 15:09  
**Para:** Coordenação Apoio Administrativo - SECEX  
**Assunto:** Re: OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA.

Recebido!

Em sex, 1 de nov de 2019 às 15:07, MMA/Coordenação Apoio Administrativo <[coad@mma.gov.br](mailto:coad@mma.gov.br)> escreveu:  
Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

--

**GABINETE | SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO MARANHÃO**

*AV. dos Holandeses, n° 04, Quadra 06, Edifício Manhattan, Calhau, São Luis - Maranhão. CEP: 65.071-380*  
*Daiany Mesquita | Assessora Sênior*  
*Fone: (98) 99175-9959*





## Silvana da Silva Nascimento

---

**De:** DILMA SUELLEN PINHEIRO SALES DAS CHAGAS  
<dilmasuellen\_ps@hotmail.com>  
**Enviado em:** sexta-feira, 1 de novembro de 2019 15:05  
**Para:** Coordenação Apoio Administrativo - SECEX  
**Assunto:** RE: OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Prezada Maria,

Confirmo o recebimento do ofício circular 1155/MMA.

Atenciosamente,  
Dilma Sales  
Assessoria de Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará

---

**De:** MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>  
**Enviado:** sexta-feira, 1 de novembro de 2019 14:57  
**Para:** dilmasuellen\_ps@hotmail.com <dilmasuellen\_ps@hotmail.com>  
**Assunto:** OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

## Silvana da Silva Nascimento

---

**De:** SEMURB GABINETE <semurb.gabinete@gmail.com>  
**Enviado em:** segunda-feira, 4 de novembro de 2019 08:16  
**Para:** Coordenação Apoio Administrativo - SECEX  
**Assunto:** Re: OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA.

Bom dia!!!

Acuso o recebimento!

Atenciosamente,

--

Juliana da Costa Medeiros  
**Chefe de Gabinete/SEMURB**  
**(84) 3616-9809**

Em sex, 1 de nov de 2019 às 15:10, MMA/Coordenação Apoio Administrativo <[coad@mma.gov.br](mailto:coad@mma.gov.br)> escreveu:  
Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX

 Responder a todos |   Excluir Lixo eletrônico |  ...



## RE: OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA



Gabinete Semam <gabinetesemam@hotmail.com>

 Responder a todos | 

Para: Coordenação Apoio Administrativo - SECEX; 

10:34

Caixa de Entrada (Coordenação Apoio Administrativo - SECEX)

recebido oficio circular 1155/19 MMA, pela secretaria de meio ambiente

Gerlane Leite  
083 3218 9209

---

**De:** MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>

**Enviado:** 1 de novembro de 2019 15:22

**Para:** gabinetesemam@hotmail.com <gabinetesemam@hotmail.com>; abelardojurema@terra.com.br  
<abelardojurema@terra.com.br>

**Assunto:** OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX



 Responder a todos | 

 Excluir

 Lixo eletrônico | 





## Ofício nº 500/2019 - SEMA/GASEC - Representação SEMA - BA - PNC

Gabinete Sema &lt;gabinete.sema@sema.ba.gov.br&gt;

ter 05/11/2019 17:37

Para: Coordenação Apoio Administrativo - SECEX &lt;coad@mma.gov.br&gt;;

Cc: marcia.telles.inema <marcia.telles@inema.ba.gov.br>; Clarissa Maria de Azevedo Amaral <clarissa.amaral@sema.ba.gov.br>;  
angelica.silva.inema <angelica.silva@inema.ba.gov.br>; Victor Vinicius Santana Arouca <victor.arouca@inema.ba.gov.br>; 1 anexo (413 KB)

Ofício nº 500\_2019\_GASEC.pdf;

Senhor Secretário-Executivo

A pedido do Secretário João Carlos Oliveira, segue **Ofício nº 500/2019 - GASEC**, referente ao processo nº 00744.000321/2019-29 o qual solicita indicação de representante para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.

Atenciosamente,

**Mônica Lopes**

Secretária de Gabinete

Gabinete do Secretário

Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

(71) 3118-5307 / 5320

**De:** MMA/Coordenação Apoio Administrativo <coad@mma.gov.br>**Enviado:** sexta-feira, 1 de novembro de 2019 14:58**Para:** Gabinete Sema <gabinete.sema@sema.ba.gov.br>**Assunto:** OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA

Encaminho OFÍCIO CIRCULAR N° 1155/MMA. Assunto: Convite para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC

Favor confirmar o recebimento.

att,

COAD/SECEX





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
Secretaria do Meio Ambiente  
**Gabinete do Secretário**

Salvador, 04 de novembro de 2019.

**Ofício nº 500/2019 - GASEC.**

**Ref.: Processo nº 00744.000321/2019-29 – indicação para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**

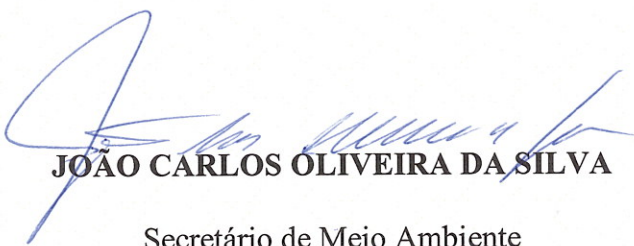
Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o antecipadamente, em referência ao Ofício Circular nº 1155/MMA, que solicita indicação desta Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia para participação no Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, indicamos a Diretora Geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, conforme informações abaixo:

Nome – Marcia Cristina Telles de Araújo Lima  
Cargo – Diretora Geral  
Telefone – (71)3118-4256  
E-mail – marcia.telles@inema.ba.gov.br

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



**JOÃO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA**  
Secretário de Meio Ambiente

Ao  
Ilmo. Sr.  
**LUÍS GUSTAVO BIAGIONI**  
Secretário Executivo  
Ministério do Meio Ambiente  
Nesta



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Secretaria de Qualidade Ambiental

**DESPACHO Nº 41539/2019-MMA**

**Assunto: Manifestação sobre proposta de acordo judicial - URGENTE**

À SECEX,

Em atenção ao Despacho nº 41004/2019-MMA (SEI nº 0490086), restituo os autos com a sugestão de encaminhamento ao IBAMA, instituição que está atuando diretamente no local e que está responsável por representar o MMA sobre o assunto em tela, para efeitos de audiências e atendimento a ofícios e demandas judiciais.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Felisberto França, Secretário(a)**, em 05/11/2019, às 21:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0491969** e o código CRC **75B70909**.

Referência: Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0491969

Ofício No. **2848/2019-SEC/GAB/SEMA**

Fortaleza, 05 de novembro de 2019

O Senhor

Luís Gustavo Biagioni

Secretário Executivo - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**Assunto: Representante**

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta ao Ofício Circular n ° 1155/MMA, estamos enviando a Vossa Excelência um representante desta Secretaria - SEMA.

**SARAH MAIA PIANOWSKI.**

Orientadora da Célula de Políticas Públicas e Projetos Ambientais.

E-mail : [sarah.pianowski@sema.ce.gov.br](mailto:sarah.pianowski@sema.ce.gov.br)

Telefone: (85) 3108-02776

Atenciosamente,



Artur José Vieira Bruno  
SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE





**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO IBAMA**

OFÍCIO Nº 953/2019/GABIN

Brasília, 11 de novembro de 2019.

Ao Senhor

**FERNANDO MAFRA PELANDA**

Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 6º andar  
CEP: 70.068-900 - Brasília/DF

**Assunto:** Resposta ao OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA. Ação Civil Pública n. 08056791620194058500.

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02000.012767/2019-25.

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Cumprimentando-o, faço referência ao OFÍCIO Nº 7738/2019/MMA de 01 de novembro de 2019 para encaminhar a NOTA TÉCNICA Nº 59/2019/CGEMA/DIPRO (SEI 6341843) e PARECER n. 00081/2019/COJUD/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU, contendo manifestação desta Autarquia acerca da proposta de acordo pelo Ministério Público Federal conforme Termo de Audiência lavrado no âmbito da Ação Civil Pública n. 0805679-61.2019.4.05.8500.
2. Por oportuno, informo que foi expedido o Ofício nº 35/2019/GAA-DF em conjunto com a Marinha do Brasil e encaminhado à Procuradoria da União no Estado de Sergipe (SEI 6379046) com a manifestação acima mencionada.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**FERNANDO LEME GODOY DOS SANTOS**  
Chefe de Gabinete da Presidência do Ibama



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO LEME GODOY DOS SANTOS, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 11/11/2019, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6388198** e o código CRC **97970F30**.

SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco B - Sub-Solo - Telefone: (61) 3316-1212  
CEP 70818-900 Brasília/DF - [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)



# INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

## NOTA TÉCNICA Nº 54/2019/CGEMA/DIPRO

### PROCESSO Nº 02000.012767/2019-25

INTERESSADO: SECEX-MMA

#### 1. ASSUNTO

1.1. Este documento visa atender ao Ofício n. 3271756/2019-DPU BA/2OFC SSA, encaminhado pelo Despacho GABIN 6297676.

#### 2. HISTÓRICO

2.1. De início, cumpre esclarecer que o Ibama está atuando ativamente neste acidente desde o dia 2 de setembro, conforme consta no documento 6133219, atualizado até o início de outubro.

2.2. A seguir, especificam-se os principais Processos Administrativos do Ibama referentes ao caso, que estão à disposição para consulta:

Processo	Assunto
02006.002308/2019-83	ACP Bahia
02001.029758/2019-63	ACP Rio Grande do Norte
00807.005732/2019-29	ACP Sergipe
02001.029947/2019-36	ACP Sergipe
02021.001674/2019-27	Demanda do MPF/RN
02006.002287/2019-04	Demanda MPF-BA
02006.002289/2019-95	Demanda MPF-BA
02006.002294/2019-06	Demanda MPF-BA
00807.005780/2019-17	Demanda MPF-BA
00744.000322/2019-73	Demanda MPF-BA
02001.030308/2019-13	Demanda MPF-PE
00744.000323/2019-18	Demanda MPF-PE
02001.028436/2019-05	Fauna
02022.004067/2019-17	Formulários ICS da Petrobras
02001.030383/2019-84	Formulários ICS e demais documentos PNC
02021.001671/2019-93	Formulários ICS IBAMA
02001.030500/2019-18	MPF - Câmara de Coordenação e Revisão
02021.001625/2019-94	Notificação 714088-E - RN - Notificação à Petrobras para coleta de amostras
02003.002120/2019-65	Processo do acidente em AL
02007.003125/2019-75	Processo do acidente em CE
02001.025670/2019-72	Processo do acidente em PE
02001.026730/2019-74	Processo do acidente em SE
02006.002218/2019-92	Processo do acidente na Bahia
02001.026873/2019-86	Processo do acidente no MA
02021.001629/2019-72	Processo do acidente no RN - os ofícios do PC estão também neste processo



02001.029046/2019-44	relatórios de monitoramento aéreo
02022.003845/2019-42	Resposta da Petrobras à Notificação 714088-E - documento migrado para o processo correspondente (02021.001625/2019-94) e ENCERRADO
02001.027663/2019-13	Solicitação de horas extras
02001.028266/2019-51	Solicitações de diárias e passagens sobre o acidente
02001.030452/2019-50	Suprimento de fundos

2.3. Em resumo, o Ibama vem adotando as seguintes ações:

- a) Monitoramento aéreo com sensores especializados no litoral do Nordeste;
- b) Inspeção de imagens de radar e satélites disponíveis para a área, realizadas pelo Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais do Ibama - CENIMA;
- c) Monitoramento aéreo com helicóptero do Ibama;
- d) Notificações à Petrobras solicitando coleta de amostras;
- e) Direcionamento e acompanhamento das ações com fauna oleada incluindo apoio para resgate e transporte dos animais aos centros de reabilitação;
- f) Coordenação e realização de vistorias terrestres em todo o litoral dos 9 estados afetados;
- g) Revisitação periódica às áreas afetadas para verificar permanência ou ausência de óleo, limpeza natural ou com recursos humanos, dentre outras informações;
- h) Elaboração de relatório diário com as ações adotadas e planejamento das ações para o dia seguinte. Tal relatório é finalizado ao término das atividades de campo e encaminhado à diversos órgãos solicitantes, tais como Marinha do Brasil, Polícia Federal, Casa Civil etc;
- i) Elaboração de mapas diários da região afetada contendo a informação da permanência ou ausência de óleo no local, dentre outras;
- j) Coordenação e direcionamento das ações de limpeza realizadas pela Petrobras, que responde ao acidente após Requisição Administrativa feita pelo Ibama, que deverá ressarcir os custos à empresa;
- k) Elaboração de guias técnicos com procedimentos para limpeza de praia e manejo de resíduos, distribuídos às instituições envolvidas e também disponíveis no site do Ibama;
- l) Participação no Grupo de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Contingência.
- m) Contato com órgãos públicos nas diferentes esferas para repasse de informações e atuação conjunta, dentre outros.

### 3. DO CONTEXTO

3.1. Importante frisar que o evento que atinge o nordeste brasileiro é inédito no mundo. Ou seja, é a primeira vez que um derramamento de óleo de origem desconhecida atinge tantas localidades de forma recorrente e por tão vasta extensão. Ademais, o comportamento do óleo neste caso é totalmente diverso do que o esperado em acidentes em que há derramamento de óleo na água.

3.2. Ao ser derramado na água, o petróleo sofre uma série de processos físicos e químicos, quais sejam: evaporação, dissolução, espalhamento, emulsificação, oxidação, sedimentação e biodegradação. De maneira geral, os óleos são mais leves do que a água e, assim, tendem a se mover na sua superfície, causando diferenças de rugosidade no mar. Os radares, instrumentos usuais para detecção de óleo no mar, diferenciam o óleo da água por esta característica. É notório que, até o momento, nenhuma imagem de satélite (radar ou ótica) conseguiu captar a origem do derramamento e, assim, tecer predições sobre seu deslocamento.

3.3. De fato, as manchas de óleo são perceptíveis apenas a poucos metros da costa, já na área de arrebentação das ondas do mar. Considerando que este evento se desenvolve há mais de quarenta dias, resta comprovado que este óleo, após passar pelos processos físicos e químicos iniciais, se desloca abaixo da superfície da água, fazendo com que as técnicas usuais de identificação e resposta ao derramamento sejam ineficazes nesta situação.

3.4. Ante ao ineditismo e à complexidade do tema, já no mês de setembro, o Ibama solicitou a presença e apoio da ITOPF – instituição internacional com maior expertise no mundo em derramamentos de óleo, sediada em Londres (<http://www.itopf.org/>). Ressalta-se que apenas o Ibama, ao que se saiba até o momento, buscou especialistas internacionais para apoiar nas estratégias de resposta ao derramamento.

3.5. Registra-se que cerca de 2.500 km de costa foram atingidos, com centenas de localidades já afetadas e várias delas recorrentes, conforme mapas que são disponibilizados diariamente no site do Ibama. Não há, ainda, embasamento técnico que consiga prever quais serão os próximos locais a serem afetados. Um estudo dos pontos de toque ao longo desses mais de quarenta dias deixará claro que não há um padrão de recorrência.

#### 4. ANÁLISE

4.1. Neste item são apresentadas considerações técnicas sobre os itens imputados à União, especificamente aos assuntos de competência deste Instituto.

*1 - Houve o acionamento por parte do governo federal do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por óleo?*

Em outubro de 2019, o senhor Ministro de Meio Ambiente acionou o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), sob coordenação da Marinha do Brasil com base no Decreto 8.127/2013.

*2 - Em caso positivo, quais providências efetivas foram adotadas?*

*3 - O Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por óleo prevê o acionamento de Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), formado pelo Ibama, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Marinha. Há notícias de que o Plano de Acompanhamento já foi instaurado, mas que não se verificou nenhuma ato concreto de instituição do Plano Nacional de Contingência.*

Desde de o acionamento do PNC, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), composto por representantes do Ibama, da Marinha do Brasil e a Agência Nacional de Petróleo (ANP), vêm trabalhando conjuntamente para responder ao derramamento de óleo que atingiu escala regional. Atualmente o GAA está sediado no Centro de Operações Conjuntas (COC), situado no 5º andar do Ministério da Defesa em Brasília-DF.

A partir deste comando unificado, do qual participa também a Defesa Civil Nacional e ICMBio, são definidos os objetivos, estratégias e ações operacionais para resposta ao evento. O Grupo também congrega as informações situacionais sobre a emergência, com informações sobre os últimos locais atingidos e status de cada localidade. Além disso, os documentos produzidos pelo GAA são distribuídos diariamente à Autoridades federais e estaduais diretamente envolvidas com o tema.

O GAA se articula com as autoridades estaduais por meio dos Comandos Unificados estaduais, instalados nas organizações militares da Marinha do Brasil (Distrito Navais e Capitânicas dos Portos) em todos os estados do nordeste, dos quais participam representantes do Ibama, da Marinha do Brasil e de OEMAs (órgão estaduais de meio ambiente).

Registra-se que todos os instrumentos previstos para garantir a efetividade do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição Óleo em Águas Jurisdicionais Nacionais, definidos no artigo 21 do Decreto nº 8.127/2019, foram adotado (quando aplicáveis) como, por exemplo, o Sistema de Comando de Incidente (SCI), que determina o preenchimento diário de relatórios e, entre eles o ICS 209 que trata das ações concretas realizadas diariamente, os quais estão disponíveis no processo SEI 02021.001671/2019-93.

Importante ressaltar que, na ausência de poluidor, o Ibama efetuou requisição administrativa à Petrobras, para que providenciasse a limpeza de praias consideradas prioritárias pelo

Ibama. A escolha da Petrobras se justifica pois é a empresa com maior quantitativo de equipamentos e maior capilaridade ao longo da costa brasileira em decorrência da localização de seus Centro de Defesa Ambiental - CDA.

No âmbito do PNC foram mobilizados recursos da Marinha, Ibama e ANP que realizam as seguintes atividades diárias, incluindo finais de semana e feriados:

- Direcionamento e acompanhamento das ações com fauna oleada incluindo apoio para resgate e transporte dos animais aos centros de reabilitação;
- Vistoria terrestres e levantamento de informações em todo o litoral dos estados do Nordeste;
- Revisitação periódica às áreas afetadas para verificar permanência ou ausência de óleo, limpeza natural ou com recursos humanos, dentre outras informações;
- Elaboração de Relatório de Vistoria e Boletim Diários com as ações adotadas e planejamento das ações para o dia seguinte;
- Elaboração de Mapas Diários das Localidades Afetada contendo a informação da permanência ou ausência de óleo no local, dentre outras (<http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>);
- Coordenação e direcionamento das ações de limpeza realizadas pelo Centro de Defesa Ambiental – CDA da Petrobras em ambientes costeiros atingidos;

7 - Além dos militares que auxiliam o trabalho de investigação e limpeza das áreas afetadas, o governo federal pretende contratar outras forças de trabalho, sobretudo, para a limpeza de praias e estuários marinhos?

O GAA, por intermédio do Ibama, requisitou administrativamente à Petrobras, para desencadear ações de limpeza de ambientes atingidos, sob orientação desse Instituto. Além disso, foram empregados brigadistas contratados pelo IBAMA na limpeza de ambientes sensíveis como estuários e mangues, além de praias e costões rochosos.

9 - Em tempo, requeremos a inclusão da DPU nas reuniões a serem realizadas sobre o tema no Estado da Bahia.

Em relação à participação nas reuniões realizadas, sugere-se entrar em contato com o 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil em Salvador/BA, que coordena as atividades naquele estado.

Sugere-se que os questionamentos referentes aos itens 5, 6 e 8 sejam encaminhados aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e do Desenvolvimento Regional - MD, por competência.

## 5. CONCLUSÃO

5.1. O Ibama desde 02 de setembro de 2019, quando as primeiras manchas de óleo atingiram o litoral brasileiro vem promovendo as medidas de proteção cabíveis e de sua competência no tocante ao aparecimento de óleo no nordestino do Brasil.

5.2. Destaca-se que Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, formado pela ANP, Ibama e Marinha do Brasil, tem adotado todas as ações necessárias a uma resposta ambientalmente mais eficiente ao desastre, não sendo possível ou recomendável ter irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos do PNC, sob pena de diminuir a capacidade de resposta e poder contribuir para o agravamento do dano ambiental.

5.3. Importante frisar, ainda, que o PNC foi especialmente concebido para incidentes com poluidor conhecido, e que o desastre que acomete o nordeste é inédito no mundo, pela combinação de recorrência, extensão e poluidor ausente.

5.4. Cabe lembrar, por fim, que o Ibama não tem a competência exclusiva para promover as medidas de proteção ambiental, cabendo, também ao Governo do Estado da Bahia as Prefeituras



Municipais atingidas pelas manchas de óleo de origem desconhecida a adoção das ações mitigadoras nas áreas atingidas pelo óleo.

5.5. Por fim, é importante ressaltar que as inúmeras demandas judiciais/cíveis têm sobrecarregado a equipe técnica do Ibama, que já está trabalhando exaustivamente há mais de sessenta dias, com carga horária de mais de 12 horas de trabalho diário, visando solucionar uma situação sem precedentes e extremamente complexa. Infelizmente, observa-se que Ibama vem sendo cobrado pelo Ministério Público Federal como se o poluidor fosse, e não como o órgão técnico que está à frente deste trabalho, direcionando as ações de resposta com base nas melhores práticas factíveis na circunstância inédita. Os prazos exíguos para resposta acabam por subtrair profissionais da área técnica, o que é prejudicial aos trabalhos já intensos que estão sendo desenvolvidos continuamente.

5.6. Entende-se assim, que os órgãos judiciários e de controle deveriam agir em favor do GAA, auxiliando na definição de prioridades e distribuição da capacidade operacional disponível, envidando ações para o fortalecimento dos órgãos envolvidos.

*(assinado eletronicamente)*

**Marcelo Neiva de Amorim**

Coordenador de Atendimento a Acidentes Tecnológicos e Naturais



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO NEIVA DE AMORIM, Coordenador**, em 05/11/2019, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6324469** e o código CRC **4E967293**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - SEDE  
COJUD - COORDENAÇÃO NACIONAL DE CONTENCIOSO JUDICIAL - PFE-IBAMA/SEDE

**PARECER n. 00081/2019/COJUD/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU**

**NUP: 00807.006149/2019-35 (REF. 00430.027511/2019-27)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

**EMENTA:**

- I - Ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal em face de União, Ibama e ANP, em que se discute o acionamento do Plano Nacional de Contingências (Decreto nº 8.127/2013) quanto ao evento do derramamento de óleo nas praias do Nordeste brasileiro;
- II - Proposta de conciliação apresentada pela parte autora;
- III - Coordenação Operacional do Grupo de Acompanhamento e Avaliação - GAA e Presidência do Ibama contrárias à anuência, em razão de já estar acionado o PNC e por já estarem sendo adotadas medidas muito além das previstas no Decreto nº 8.127/2013;
- IV - Indicação de possíveis compromissos adicionais;
- V - Inexistência de relutância dos entes federais à conciliação, comprovada pelos termos de compromisso firmados nas ações civis públicas em trâmite na seção judiciária de Pernambuco e de Alagoas (que versam a respeito do evento do derramamento do óleo, de nº 0820173-98.2019.405.8300 e 0808516-89.2019.405.8000, respectivamente);
- VI - Preocupação dos entes federais com a condução cooperativa do processo;
- VII - Pela inexistência de interesse na proposta de conciliação tal como apresentada.

Senhor Coordenador Nacional de Contencioso Judicial,

**I - RELATÓRIO**

1. Versa a presente demanda acerca da ação civil pública nº 0805679-61.2019.4.05.8500, ajuizada pelo Ministério Público Federal em face, originariamente, da União, consubstanciados nos seguintes os pedidos a título de tutela de urgência formulados na petição inicial (seqs. 1 a 29 do NUP 00430.027511/2019-27):

(...)

**9. DOS PEDIDOS**

À luz do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer:

**9.1) A concessão de tutela de urgência**, com fulcro no artigo 300 do Código de Processo Civil brasileiro, para que seja determinado, sob pena de multa diária de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), à **UNIÃO** que:

**9.1.1) acione, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.157/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, de modo a ser efetivado, com a maior brevidade possível, o objetivo de assegurar **"a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta" ao gravíssimo incidente ambiental de poluição por óleo que afeta todos os Estados da Região Nordeste, reconhecendo-se sua "significância nacional"**;

**9.1.2) faça atuar**, imediatamente após a implementação do **Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**, a Autoridade Nacional, o Comitê Executivo, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, o Coordenador Operacional e o Comitê de Suporte, com a devida observância aos artigos 5.º a 11 do Decreto N.º 8.157/2013, **inclusive com a integral composição institucional nele prevista**;

**9.1.3) determine, em especial, ao Coordenador Operacional que cumpra fielmente seus deveres** (artigo 10 do Decreto N.º 8.157/2013) e apresente **relatórios semanais ao Juízo Federal**, quanto a:

I - garantir, em ordem de prioridade, a segurança da vida humana, a proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo;

II - estabelecer centro de operações;

III - exigir do poluidor ou dos responsáveis pelos Planos de Emergência Individuais e de Área, conforme o caso:

a) as ações de resposta e seu acompanhamento;

b) o apoio logístico e as condições de trabalho adequadas para o pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental;

c) a disponibilidade, no local do incidente, dos equipamentos previstos nos Planos de Emergência Individual e de Área, e a colaboração quanto à mobilização dos equipamentos necessários;

d) a proteção das áreas ecologicamente sensíveis;

e) o resgate da fauna por pessoal treinado e seu transporte para centros de recuperação especializados;

f) o monitoramento ambiental da área atingida;

g) a adequação da coleta, do armazenamento, do transporte e da disposição dos resíduos gerados no incidente de poluição por óleo; e

h) o emprego das tecnologias e metodologias de resposta, em conformidade com a legislação;

IV - assegurar que:

a) as comunicações sejam realizadas adequadamente;

b) os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental estejam disponíveis; e

c) as ações e recursos materiais e humanos empregados pelos órgãos da administração pública sejam documentados e contabilizados;

V - manter a imprensa, as autoridades e o público informados da situação, e estabelecer centro de informações, quando couber;

VI - acionar a Defesa Civil, quando necessário, para a retirada de populações atingidas ou em risco eminente de serem atingidas pelos incidentes de poluição por óleo;

VII - realizar reuniões periódicas com os participantes da ação de resposta para acompanhamento e controle das ações planejadas; e

VIII - efetuar os registros do incidente, a serem entregues à Autoridade Nacional, que conterão, no mínimo:

a) relatório técnico, com a caracterização do incidente, os métodos e os procedimentos utilizados nas ações de resposta;

b) relatório das ações de comunicação social e institucional realizadas, que conterá os registros de comunicação ao poluidor, às autoridades, às comunidades envolvidas e ao público em geral, sobre o andamento das operações e desdobramentos do incidente, e as ações de recuperação previstas para a área atingida; e

c) **relatório financeiro-administrativo consolidado, que discrimine recursos humanos e materiais aplicados no exercício de sua Coordenação e custos envolvidos na operação, com o objetivo de registrar as despesas para mitigação do incidente e o posterior ressarcimento pelo agente poluidor.**

**9.1.4) observe, quanto ao Comitê de Suporte**, no que se refere à situação fática tratada nesta demanda judicial, o disposto no artigo 11, §4.º, do Decreto N.º 8.157/2013, **convidando a participar desse específico colegiado "um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado"**;

**9.1.5) utilize** todos os instrumentos previstos para garantir a efetividade do **Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**, nos termos do artigo 21 do Decreto N.º 8.157/2013, quais sejam:

I - cartas de sensibilidade ambiental ao óleo e outros dados ambientais das áreas atingidas ou em risco de serem atingidas;

II - centros ou instalações estruturadas para resgate e salvamento da fauna atingida por incidente de poluição por óleo;

III - planos de ação dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais em incidentes de poluição por óleo;

IV - Planos de Emergência Individuais e de Área para combate a incidentes de poluição por óleo;

V - programas de exercícios simulados;

VI - redes e serviços de observação e previsão hidrometeorológica;

VII - serviço meteorológico marinho;

VIII - Sisinóleo;

IX - Sistema de Comando de Incidentes; e

X - termos de cooperação, convênios e instrumentos congêneres.

**Requer-se, também, seja determinado** à demandada **UNIÃO** que adote todas as



providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes, a todos os órgãos e agentes envolvidos, públicos ou privados, para o efetivo cumprimento do **Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**, nos termos em que imposto por esse Juízo Federal (item precedente) e **que comprove, perante esse DD. Juízo Federal, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas.**

**Requer-se, a título cominatório, a imposição de astreintes<sup>1</sup> em valor não inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por dia, em caso de descumprimento da decisão judicial, a ser revertido para ações socioambientais futuras na Região Nordeste.**

(...)

2. O pedido de urgência fora indeferido (Seq. 84 do NUP 00430.027511/2019-27) após a manifestação da União (Seq. 38/82 do NUP 00430.027511/2019-27).

3. O MPF, por sua vez, promoveu emenda à inicial " *para incluir o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no polo passivo da contenda*". Ainda disse: " *Outrossim, considerando que esse DD. Juízo Federal entende que os referidos entes devem figurar no polo passivo, este MPF, consequentemente, requer que, em conjunto com a UNIÃO, sejam também condenados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na medida de suas atribuições e nos termos dos pedidos constantes da peça inaugural desta Ação Civil Pública (...)*" (Seq. 88 do NUP 00430.027511/2019-27), tendo Ibama e ANP sido notificados a apresentar manifestação prévia à deliberação judicial acerca do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

4. Antes, porém, da intimação do Ibama e da ANP, o juízo, sem provocação, exarou despacho, no sábado (26/10/2019), nestes termos (Seq. 100 do NUP 00430.027511/2019-27):

**PROCESSO Nº: 0805679-16.2019.4.05.8500 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**RÉU: UNIÃO e outros**

**1ª VARA FEDERAL - SE**

#### **DESPACHO**

Conforme certificado no id. 4058500.3196535, não haverá expediente na JFSE na próxima quinta-feira e sexta-feira, dias 31/10/19 e 01/11/19.

Assim, diante da gravidade da situação e deste longo feriado, em adendo ao despacho do id. 4058500.3195861, designo audiência de conciliação para o dia 29/10/2019, terça-feira, às 14h, na sede deste Juízo Federal. Até o dia da referida audiência os réus devem comprovar nos autos:

1. o que têm feito quanto ao recolhimento e destinação do material poluente retirados das áreas atingidas;

2. o nível de atendimento, resgate e habilitação de fauna, bem assim planos de ações de recuperação das áreas atingidas, nas quais houve prejuízo à biota, inclusive à dos manguezais;

3. se já providenciaram estudos quanto aos efeitos para a saúde das pessoas em consequência da contaminação dos peixes crustáceos e moluscos atingidos pelo óleo vazado;

4. se os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental foram acionados.

5. se as respectivas Defesas Cíveis foram comunicadas a fim se preparem para, se necessário, retirar a população atingida ou em risco eminente de ser atingida pelo incidente de poluição por óleo.

6. se as autoridades, o público e a imprensa estão sendo informados da situação e se foi estabelecido centro de informações.

Caso ainda não tenham sido tomadas as providências referidas nos itens acima, determino que os réus as implementem no prazo de 05 dias, a contar da intimação que se dará hoje.

Com a manifestação dos réus, este Juízo decidirá sobre outras providências requeridas pelo MPF cujo cumprimento ainda não tenha sido determinado e que ainda não tenham sido implementadas pelas demandadas (providências).

Intimar com urgência (regime de plantão).

**Telma Maria Santos Machado**  
**Juíza Federal**

5. O MPF apresentou agravo de instrumento (AGTR nº 0814134-56.2019.4.05.0000 - Seq. 114 do NUP 00430.027511/2019-27), ao tempos em que União, IBAMA e ANP pleitearam a redesignação da audiência (Seqs. 115/119 do NUP 00430.027511/2019-27).

6. Na audiência redesignada para o dia 30/10/2019, o MPF apresentou proposta de acordo, vindo o Juízo a conceder o prazo de 10 dias para que as partes requeridas se manifestem (ata ao seq. 01 deste NUP).

7. No presente momento, a Procuradoria Federal no Estado de Sergipe, por meio do OFÍCIO n. 00021/2019/GABAMB/PFSE/PGF/AGU (seq. 01), provoca esta PFE-Ibama-Sede a fim de que *"a entidade autárquica analise e se manifeste sobre proposta de acordo para que possa levar ao Juízo a devida resposta."*

8. Fora a Coordenação-Geral de Emergências Ambientais do Ibama (CGEMA) instada a se manifestar, tendo sido emitido o Ofício 35/2019/GAA-DF, conjuntamente assinado pelo Coordenador Operacional do Grupo de Acompanhamento e Avaliação - GAA e pelo Presidente do Ibama, em anexo (SEI 6379046)

9. É o relatório.

## **II - ANÁLISE DA DEMANDA**

10. A proposta de conciliação formulada pelo MPF em audiência se deu nos seguintes termos, conforme se depreende da ata ao seq. 01 deste NUP:

**1. Que a UNIÃO, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP, se comprometam, no prazo de 72 horas a:**

**1.1) acionar o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.727/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, de modo a ser efetivado, com a maior brevidade possível, o objetivo de assegurar **"a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta"** ao gravíssimo incidente ambiental de poluição por óleo que afeta todos os Estados da Região Nordeste, reconhecendo-se sua "significância nacional";

**1.2) fazer atuar, imediatamente após a implementação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC**, a Autoridade Nacional, o Comitê Executivo, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, o Coordenador Operacional e o Comitê de Suporte, com a devida observância aos artigos 5º a 11 do Decreto N.º 8.127/2013, **inclusive com a integral composição institucional nele prevista;**

**1.3) determinar, em especial, ao Coordenador Operacional que cumpra fielmente seus deveres** (artigo 10 do Decreto N.º 8.127/2013) e apresente **relatórios semanais ao Juízo Federal**, quanto a:

I - garantir, em ordem de prioridade, a segurança da vida humana, a proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo;

II - estabelecer centro de operações;

III - exigir do poluidor ou dos responsáveis pelos Planos de Emergência Individuais e de Área, conforme o caso:

a) as ações de resposta e seu acompanhamento;

b) o apoio logístico e as condições de trabalho adequadas para o pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental;

c) a disponibilidade, no local do incidente, dos equipamentos previstos nos Planos de Emergência Individual e de Área, e a colaboração quanto à mobilização dos equipamentos necessários;

d) a proteção das áreas ecologicamente sensíveis;

e) o resgate da fauna por pessoal treinado e seu transporte para centros de recuperação especializados;

f) o monitoramento ambiental da área atingida;

g) a adequação da coleta, do armazenamento, do transporte e da disposição dos resíduos gerados no incidente de poluição por óleo; e

h) o emprego das tecnologias e metodologias de resposta, em conformidade com a legislação;

IV - assegurar que:

a) as comunicações sejam realizadas adequadamente;

b) os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental estejam disponíveis; e

c) as ações e recursos materiais e humanos empregados pelos órgãos da administração pública sejam documentados e contabilizados;

V - manter a imprensa, as autoridades e o público informados da situação, e estabelecer centro de informações, quando couber;

VI - acionar a Defesa Civil, quando necessário, para a retirada de populações atingidas ou em risco eminente de serem atingidas pelos incidentes de poluição por óleo;

VII - realizar reuniões periódicas com os participantes da ação de resposta para acompanhamento e controle das ações planejadas; e

VIII - efetuar os registros do incidente, a serem entregues à Autoridade Nacional, que conterão, no mínimo:

a) relatório técnico, com a caracterização do incidente, os métodos e os procedimentos utilizados nas ações de resposta;

b) relatório das ações de comunicação social e institucional realizadas, que conterá os registros de comunicação ao poluidor, às autoridades, às comunidades envolvidas e ao público em geral, sobre o andamento das operações e desdobramentos do incidente, e as ações de recuperação previstas para a área atingida; e

c) relatório financeiro-administrativo consolidado, que discrimine recursos humanos e materiais aplicados no exercício de sua Coordenação e custos envolvidos na operação, com o objetivo de registrar as despesas para mitigação do incidente e o posterior ressarcimento pelo agente poluidor.

1.4) observar, **quanto ao Comitê de Suporte**, no que se refere à situação fática tratada nesta demanda judicial, o disposto no artigo 11, §4º, do Decreto N.º 8.127/2013, **convidando a participar desse específico colegiado "um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado"**;

1.5) utilizar todos os instrumentos previstos para garantir a efetividade do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição Óleo em Águas Jurisdicionais Nacionais, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 8.127/2019, quais sejam:

I - cartas de sensibilidade ambiental ao óleo e outros dados ambientais das áreas atingidas ou em risco de serem atingidas;

II - centros ou instalações estruturadas para resgate e salvamento da fauna atingida por incidente de poluição por óleo;

III - planos de ação dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais em incidentes de poluição por óleo;

e

IV - Planos de Emergência Individuais e de Área para combate a incidentes de poluição por óleo;

V - programas de exercícios simulados;

VI - redes e serviços de observação e previsão hidrometeorológica;

VII - serviço meteorológico marinho;

VIII - Sisnóleo;

IX - Sistema de Comando de Incidentes; e

X - termos de cooperação, convênios e instrumentos congêneres.

2. Que a **UNIÃO, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se comprometam, de modo a fielmente cumprir o pactuado no item precedente**, a adotar todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes, a todos os órgãos e agentes envolvidos, públicos ou privados, para o efetivo cumprimento do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, e que comprovem, perante esse DD. Juízo Federal, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas.

3. Que a UNIÃO, se comprometa a. no prazo de 05 dias, prestar e comprovar as seguintes informações perante esse DD. Juízo Federal:

3.1 Se os colegiados (Comitê Executivo, Comitê de Suporte, Grupo de Acompanhamento e Avaliação) do Plano Nacional de Contingência para



*Incidentes de Poluição Por Óleo em Águas Sob Jurisdição Nacional – PNC, foram, ou não extintos pelo Decreto 9.759/2019. Juntar a nota técnica encaminhada à Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com alerta dessa extinção e pedido de recriação dos colegiados, devendo informar e comprovar, também, o encaminhamento final ao pleito;*

*3.2 se o documento apresentado ao MPF como sendo o texto final e revisado do Manual do “**Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por óleo em Águas sob Jurisdição Nacional**”, inclusive contendo nomes de dezenas de pessoas que teriam sido envolvidas em sua elaboração, **datado de 2018** (juntado aos autos na última manifestação deste MPF), **foi aprovado, reprovado ou se encontra em qual fase e perante qual setor/órgão federal?***

*3.3 se o Comitê Executivo, a quem cabe a elaboração do Manual do PNC (art. 70, IV do Decreto 8.127/2013) julga útil a aprovação imediata do manual que já está elaborado e a sua imediata aplicação neste desastre ambiental que afeta toda a Região Nordeste.*

*3.4 os nomes dos membros integrantes do **Comitê Executivo e do Comitê de Suporte**, do PNC, a data e documento pelo qual foram designados e a quantidade de reuniões, presenciais ou não, realizadas.*

*4. Que a **UNIÃO** se comprometa a comprovar todas as respostas com os devidos registros internos e nos sistemas respectivos quanto à tramitação, fase a fase.*

*5. Que a **UNIÃO** e os demais demandados se comprometam a prestar todas as informações solicitadas e agir de forma concertada, com o MPF em cada um dos 09 Estados do Nordeste, de modo o bem cumprir o quanto pactuado nesta audiência judicial. (Grifos originais)*

11. Da leitura atenta de tais cláusulas podem-se depreender duas conclusões: 1) houve a reprodução dos pedidos da petição inicial em forma de proposta de conciliação; e 2) tais pedidos configuram reprodução de parte do Decreto nº 8.127/2013.

12. De fato, como preâmbulo da apresentação de sua proposta, o *Parquet* afirma que “*A especificidade desta demanda judicial, por conseguinte, torna muito restrita a possibilidade de conciliação, limitada a eventuais prazos. Ainda assim, este MPF se esforçou ao máximo para propor algo concreto, a saber:*”.

13. Ao ser a proposta submetida à análise por parte do Grupo de Acompanhamento e Avaliação - GAA, houve a elaboração de detalhada manifestação (Ofício 35/2019/GAA-DF), conjuntamente assinada pelo Coordenador Operacional do Grupo de Acompanhamento e Avaliação - GAA e pelo Presidente do Ibama, pela qual se discorreu minuciosamente a respeito do pleito ministerial, tendo-se assim concluído:

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, estando demonstrado que o PNC foi devidamente acionado e que estão sendo adotadas medidas muito além das previstas no Decreto nº 8.127/2013, como prova o grande incremento do emprego de recursos humanos, de meios navais e aéreos, bem como o forte engajamento da academia, que concentra os principais pesquisadores do país no trato do assunto em lide, a despeito da aparente estabilização das ocorrências observadas nos últimos 9 dias, a Coordenação Operacional do GAA entende não ser possível a aceitação da proposta de conciliação da forma apresentada pelo MPF, na audiência do dia 30 de outubro de 2019.

Não obstante, buscando avançar ainda mais nas ações de resposta, bem como aprimorar todo o planejamento e trabalho que vem sendo realizado, a Coordenação Operacional do GAA vislumbra assumir os compromissos a seguir listados, a lém de outros a serem posteriormente propostos e avaliados:

a) disponibilização de espaços para o MPF acompanhar as ações em andamento, atinentes ao PNC em Brasília, bem como nos demais Centros de Operações para Incidentes de Poluição (COIP), localizados em Salvador, Recife e Belém, estendendo o convite a peritos técnicos a seu critério, para trabalharem junto ao GAA;

b) realização de novas coletiva de imprensa; e

c) avaliação dos Planos de Trabalho de Restabelecimento pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, no prazo emergencial de cinco dias. Para tanto, é necessário o apoio do ente interessado, quando do fornecimento de dados acessórios ao processo de decisão e correções em documentações constantes do processo em análise. Ressalte-se

que os entes interessados deverão observar a Instrução Normativa nº 02, de 20 de dezembro de 2016, do então Ministério da Integração Nacional, que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

14. A despeito das várias medidas genéricas previstas na proposta de conciliação (tais como *garantir, em ordem de prioridade, a segurança da vida humana, a proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo; dotar todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes, a todos os órgãos e agentes envolvidos, públicos ou privados, para o efetivo cumprimento do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC*), o Ofício do GAA demonstra ações variadas e concretas que vêm sendo desempenhadas por todos os entes envolvidos, além, inclusive, do que prevê o próprio Decreto 8.127/2013.

15. Como exemplo cita-se a criação de Grupos de Trabalho, com representantes da comunidade científica que visa a estudar e delinear ações de proteção e recuperação de áreas degradadas. Destaque-se que foram criados pelo GAA Grupos de Trabalho dos diferentes ecossistemas sensíveis, tais como manguezais, recifes de corais, praias e principalmente áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas, dentre outras), cuja composição se faz por especialistas da área científica conjuntamente com entes ambientais. Além, pois, da avaliação dos impactos, tais GTs *"irão propor medidas de recuperação desses ecossistemas com a utilização de tecnologias científicas associadas a um programa de monitoramento ambiental"*.

16. Outrossim, tem o GAA atuado em prol de serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental, isso tudo além do acionamento da Defesa Civil; do fornecimento, suprimento e orientação quanto aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI); intenso emprego de recursos humanos (militares da Marinha, Força Aérea e Exército, além de servidores do Ibama e ICMBio); alocação de submarino, navios, helicópteros, veículos; instalação de barreiras de contenção em áreas sensíveis em algumas localidades; limpeza de praias; elaboração de boletins diários, além dos Formulários do Sistema de Comando de Incidentes; divulgação constante em meios institucionais ([www.ibama.gov.br/manchasdeoleo](http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo) e [www.marinha.mil.br/manchasdeoleo](http://www.marinha.mil.br/manchasdeoleo)); resgate de fauna; coleta, armazenamento e transporte de resíduos; dentre outras medidas citadas no referido Ofício.

17. Tudo isso, somado à reiterada confirmação do acionamento do PNC, leva à firmeza na afirmação de que tudo o que fora proposto pelo MPF como conciliação já foi ou vem sendo devidamente atendido, o que, por sua vez, conduz à impossibilidade de anuência aos termos da minuta de acordo.

18. Advirta-se, porém, que, ao contrário do afirmado nos autos pela parte autora, não há relutância dos entes federais ora réus à conciliação. Tanto o é que nas ações civis públicas ora em trâmite na seção judiciária de Pernambuco e de Alagoas (que versam a respeito do evento do derramamento do óleo, de nº 0820173-98.2019.405.8300 e 0808516-89.2019.405.8000, respectivamente) foram firmados termos de compromisso, de sorte que é preocupação dos entes federais a condução cooperativa do processo.

19. Contudo, a proposta tal como apresentada não se mostra apta a ser assumida, em razão de já estar devidamente acionado o PNC e de já estarem sendo adotadas medidas muito além das previstas no Decreto nº 8.127/2013.

20. Por outro lado, em acréscimo a todo o trabalho que vem exaustivamente sendo desempenhado, indicou a Coordenação Operacional do GAA como compromissos possíveis a serem assumidos (numa postura, portanto, de *"avançar ainda mais nas ações de resposta, bem como aprimorar todo o planejamento e trabalho que vem sendo realizado"*), além de outros que porventura vierem a ser concretamente propostos e avaliadas, os seguintes:

a) disponibilização de espaços para o MPF acompanhar as ações em andamento, atinentes ao PNC em Brasília, bem como nos demais Centros de Operações para Incidentes de Poluição (COIP), localizados em Salvador, Recife e Belém, estendendo o convite a peritos técnicos a seu critério, para trabalharem junto ao GAA;

b) realização de novas coletiva de imprensa; e

c) avaliação dos Planos de Trabalho de Restabelecimento pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, no prazo emergencial de cinco dias. Para tanto, é necessário o apoio do ente interessado, quando do fornecimento de dados acessórios ao processo de decisão e correções em documentações constantes do processo em análise. Ressalte-se que os entes interessados deverão observar a Instrução Normativa nº 02, de 20 de dezembro de 2016, do então Ministério da Integração Nacional, que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

21. Dessa sorte, ante as informações trazidas pela Coordenação Operacional do GAA,

chanceladas pelo Presidente do Ibama, entende-se por não ser passível de aquiescência a proposta conciliatória elaborada pelo MPF, não obstante sejam apresentados os adicionais compromissos elencados no parágrafo anterior.

### III - CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, opina-se pela falta de interesse do Ibama na aceitação da proposta de acordo formulada pelo MPF no bojo da ação civil pública nº 0805679-61.2019.4.05.8500 tal como apresentada, não obstante sejam apresentados os adicionais compromissos assumidos como possíveis pela Coordenação Operacional do GAA.

23. Uma vez que já há posicionamento da Presidência do Ibama a respeito da proposta ministerial de conciliação e, ainda, tendo em vista que este opinativo também conclui pela impossibilidade de anuência à proposta tal como está, sugere-se que, caso aprovada esta manifestação, seja encaminhada **com urgência à Procuradoria Federal em Sergipe**, para fins de peticionamento nos autos, e à Presidência da autarquia, para ciência.

24. À consideração superior.

Brasília, 09 de novembro de 2019.

(assinado eletronicamente)  
DANIELLA RIBEIRO DE PINHO  
Procuradora Federal  
PFE/IBAMA/SEDE





OFÍCIO Nº 977/2019/CGEMA/DIPRO

Brasília, 08 de novembro de 2019.

CEP: 49.020-010 Aracaju/SE

**Assunto: Ratifica ofício.**

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00807.006149/2019-35.

Sra. Advogada,

1. Ratifico, na íntegra, o Ofício nº. 35/2019/GAA-DF, registrado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ibama sob número 6379046, no Processo Administrativo número 00807.006149/2019-35.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
EDUARDO FORTUNATO BIM  
Presidente do Ibama



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO FORTUNATO BIM, Presidente**, em 08/11/2019, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6379047** e o código CRC **C2E47AFD**.

SEI nº 6379047

SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco B - Sub-Solo - Telefone:  
CEP 70818-900 Brasília/DF - [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)



Brasília, 8 de novembro de 2019.

Ofício nº 35/2019/GAA-DF

À Senhora:

**ANA ELISA SOBRAL VILA NOVA DE CARVALHO**

Advogada da União

Procuradoria da União no Estado de Sergipe

Avenida Beira Mar, 53 - Bairro 13 de Julho

Aracaju-SE - CEP 49.020-010

Assunto: **Ação Civil Pública nº 0805679-61.2019.4.05.8500**

Senhora Advogada,

1. Em atendimento aos Ofícios nº 1796/AGU/PU/SE/AESVNC e 1797/AGU/PU/SE/AESVNC, dessa Procuradoria, recebidos em 1ª de novembro do corrente ano, referente à Ação Civil Pública nº 0805679-61.2019.4.05.8500, interposta na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, em face da União, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que objetiva compelir as partes demandadas a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), incumbiu-me o Comandante de Operações Navais, Coordenador Operacional do PNC, de transmitir a manifestação, contendo os Anexos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R e S, acerca da proposta de conciliação apresentada pelo Ministério Público Federal na audiência do dia 30 de outubro:

#### **Do acionamento do PNC**

Inicialmente, cumpre ressaltar que, conforme já exaustivamente mencionado nos autos, o PNC já se encontra acionado.

O Decreto nº 8.127/2013, que cria o PNC, prevê uma estrutura organizacional composta pela Autoridade Nacional, exercida pelo Ministério do Meio Ambiente, e também cria o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), composto pelo IBAMA, ANP e pela Marinha do Brasil (MB), que se articulou **desde o dia 2 de setembro**, quando do aparecimento dos primeiros incidentes, em função de ser desse grupo que emanam as ações de resposta.

Essa articulação efetuada ao longo de setembro foi fundamental para se entender a magnitude e morfologia desse novo acidente com petróleo, tendo em vista o seu ineditismo, a ausência da fonte, caráter intermitente e errático, apresentando um dinamismo não rastreável por causa da subsuperficialidade do deslocamento do óleo.

Para tanto, a MB, desde o início dos incidentes de poluição, realizou, incrementalmente, Patrulhas Navais, Inspeções Navais, esclarecimentos aéreos, análises de amostras de óleo dos incidentes nas praias, análises do tráfego marítimo, análises meteoceanográficas, interagindo, também de forma crescente, com organizações e agências governamentais e a PETROBRAS, visando ao combate e à prevenção dos incidentes de poluição por óleo no mar, bem como à identificação da origem da poluição.

Com a redução das ocorrências de poluição, estimava-se que os incidentes estivessem em fase de encerramento. Todavia, em razão do ressurgimento das manchas em 1º a 3 de outubro, o Comandante de Operações Navais imediatamente ativou um Gabinete de Crise, no dia 4 de outubro, com o propósito de avaliar as providências para o enfrentamento da situação e



minimizar os danos ambientais. Em sequência, convidou os representantes do IBAMA, da PETROBRAS, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da TRANSPETRO, da Polícia Federal, da Força Aérea Brasileira (FAB), da Diretoria Geral de Navegação (DGN), da Diretoria de Portos e Costas (DPC), da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e de diversas outras Organizações Militares para uma reunião, em 6 de outubro, a fim de deliberar providências de forma coordenada e integrada. Na reunião, concluiu-se a necessidade de se propor a ativação do PNC, com fulcro no Decreto nº 8.127/2013, visando maior atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas, como também para ampliar a capacidade de resposta ao incidente.

O Ministro do Meio Ambiente, na condição de Autoridade Nacional do PNC, comunicou ao Ministro da Defesa a designação da MB como Coordenador Operacional do referido plano, instruído pela recomendação do GAA, articulado e atuante desde o dia 2 de setembro, tendo o Comandante da Marinha designado seu representante o Comandante de Operações Navais, também atuante desde o início dos incidentes.

O PNC, portanto, encontra-se acionado, em consonância com o Decreto nº 8.127/2013, e adota todas as medidas possíveis para combater esse desastre ambiental no litoral do Nordeste.

### **Da atuação do GAA**

O GAA é uma estrutura permanente, que atua quando acionado por qualquer dos seus componentes ou pela Autoridade Nacional, de acordo com o art. 9º do Decreto nº 8.127/2013. No entanto, o PNC só será acionado e o Coordenador Operacional designado, em incidentes de poluição por óleo, se julgados estes de significância nacional pelo GAA (julgamento técnico objetivo). Enquanto isso não ocorrer, as ações serão tomadas de forma localizadas, o que efetivamente foi feito neste incidente no início dos trabalhos.

Como citado, desde o primeiro incidente, o GAA se articulou de modo a entender a magnitude e morfologia desse inédito incidente com petróleo, tendo em vista, principalmente, a forma e a ausência da fonte poluidora. No momento em que incidente foi avaliado como de significância nacional, o GAA acionou o PNC e designou o Coordenador Operacional. Por sua vez, a Autoridade Nacional comunicou o acionamento do PNC aos integrantes do Comitê de Suporte, sendo adotadas todas as providências para permitir a atuação coordenada dos órgãos, à medida que as necessidades apareciam, a fim de ampliar a capacidade de resposta e minimizar os danos ambientais.

Convém esclarecer que está prevista no próprio art. 18 do Decreto nº 8.127/2013 a possibilidade de outras soluções caso existam evidências de que os procedimentos adotados não são adequados, que os equipamentos e materiais necessários para o combate não são suficientes, e, ainda, se os procedimentos e estrutura previstos nos planos de áreas não se mostrem adequados à resposta de incidente de poluição por óleo de origem desconhecida. É necessário, portanto, observar o caso concreto. No evento específico, de características inéditas, foi necessária uma análise técnica aprofundada para que se pudesse reagir da forma mais eficiente. Apesar do Decreto nº 8.127/2013 orientar as ações de resposta, **é fundamental a adaptação das medidas ao caso concreto, sob pena de agravar o incidente.**

Em cumprimento ao determinado no Decreto nº 8.127/2013, o GAA adotou o Sistema de Comando de Incidentes (SCI, do termo em inglês Incident Command System), concebido e adotado pela Agência Federal de Gestão de Emergências (Federal Emergency Management Agency - FEMA), do Departamento de Segurança Interna dos EUA (US Department of Homeland Security), que determina o preenchimento diário de relatórios e, entre eles o ICS 209 que trata das ações concretas realizadas diariamente, que estão disponíveis no processo SEI 02021.001671/2019-93.



Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

Não obstante o contato estreito com os órgãos ambientais estaduais, foi encaminhado o Ofício Circular nº 2/2019, convidando tais órgãos para participar no Comitê de Suporte (Anexo A).

### Da coordenação operacional do PNC

Desde o início, a MB, diuturnamente, tem monitorado os incidentes de poluição hídrica por meio de suas Capitânias dos Portos, Delegacias e Agências, realizando Patrulha Naval e Inspeção Naval por navios, Patrulha Aérea Marítima por aeronave da MB e da Força Aérea Brasileira (FAB), analisado o tráfego mercante de interesse, recolhido óleo e resíduos em diversas praias atingidas, efetuada a análise do óleo (biomarcadores), além de divulgado o incidente em Aviso aos Navegantes (Anexo B) e por meio de nota à imprensa.

Até o momento, a MB contabiliza o emprego de mais de 3.800 militares, distribuídos em 26 Navios de Superfície, 9 helicópteros, 69 viaturas, 6 Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, 28 equipes de Inspeção Naval e 5 Centros de Comando das Operações, tendo realizado mais de 1.400 Inspeções Navais, em toda a costa nordestina e norte do Espírito Santo.

O Exército Brasileiro (EB) também colocou a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, com um contingente de 5.000 militares, à disposição para integrar a operação para conter a poluição por óleo e reforçar a limpeza das praias, além de 140 viaturas.

O ICMBio empregou 80 funcionários e o IBAMA, 140 servidores, 16 viaturas, 2 helicópteros e 1 aeronave de asa fixa. A PETROBRAS, sob demanda do IBAMA, também tem contribuído com o GAA com meios aéreos (2 helicópteros), 4 navios, 440 funcionários e recursos materiais. Além dos 100 (cem) funcionários disponibilizados, contratou mais 1.700 para ajudar nas limpezas das praias, ativou 11 Centros de Defesa Ambiental (CDA) e 5 Centros de Resposta a Emergência (CRE).

No que diz respeito à segurança da vida humana, convém registrar a preocupação e esforço do Coordenador Operacional, em conjunto com o GAA, de providenciar esforços para a correta equipagem de agentes, pelo fornecimento e suprimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), assim como orientar os voluntários sobre a correta ação de resposta, no que se refere ao emprego de EPI. Tal esforço é solidário e compartilhado com as outras instâncias de governo, na área ambiental. Exemplo da efetiva atuação do Coordenador e do GAA nesse sentido é o envio de mais de 21.000 kits de EPI ao Nordeste, doados pela Marinha do Brasil, fornecidas pela PETROBRAS por demanda do IBAMA e doadas pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, para distribuição coordenada às localidades afetadas. A esse esforço, registre-se pela importância, as doações locais de materiais de EPI, cuja distribuição vem sendo realizada sob o controle e coordenação de órgãos de governo estaduais e municipais, bem como por organizações colaboradoras. Ainda cumpre registrar que, por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, desde o início engajada com o GAA no gerenciamento do problema, outras articulações foram e continuam sendo feitas com o Ministério da Saúde, ANVISA e Ministério da Agricultura Pecuária e Pesca, no que diz respeito a estudos do impacto da poluição em pescados (Anexo C). Adicionalmente, encontra-se em andamento uma outra aquisição de grande vulto, para que não falte material em locais afetados.

Foi realizada reunião na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, a fim de reunir órgãos da esfera federal para apresentarem as ações em curso e novas potencialidades. Na Ata (Anexo D), constam os nomes dos representantes dos Órgãos integrantes do Comitê de Suporte.

No que se refere à proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo, as seguintes informações são pertinentes:



- desde o início dos incidentes de poluição, a MB realizou, incrementalmente, Patrulhas Navais, Inspeções Navais, esclarecimentos aéreos, análises de amostras de óleo dos incidentes nas praias, análises do tráfego marítimo, análises meteoceanográficas, interagindo, também de forma crescente, com organizações e agências governamentais e a PETROBRAS, visando ao combate e à prevenção dos incidentes de poluição por óleo no mar, bem como à identificação da origem da poluição;

- Especificamente no que diz respeito ao emprego do pessoal, essa parcela da Força se dedica, solidária, coordenada e conjuntamente com outros agentes e voluntários, incluindo efetivos do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, com empenho, no recolhimento das manchas nas praias, tão logo incidam e a maré permita, de forma a mitigar os efeitos da poluição do meio ambiente, sendo essa a recomendação técnica emitida pelo IBAMA para o caso em questão.

- No que diz respeito ao emprego de helicópteros e navios, as ações visam à detecção antecipada das manchas, ainda no mar, visando ao seu recolhimento por equipes dos navios, de forma a evitar que elas incidam nas praias e áreas sensíveis. De acordo com o levantamento feito pelo IBAMA, foram contabilizadas, aproximadamente, 4.300 toneladas de resíduos de óleo retirados das praias nordestinas, até o dia de hoje. A contagem desse material, não inclui somente óleo, mas também é composta por areia, lonas, EPI e outros materiais utilizados para a coleta. O descarte é feito pelas Secretarias de Meio Ambiente dos Estados.

- para a proteção de estuários e manguezais, a PETROBRAS instalou barreiras de contenção em áreas sensíveis, nas seguintes localidades: Rio Real – divisa SE/BA; Rio Sergipe – Aracaju/SE; Molhes de Coroa do Meio – Aracaju/SE; Rio Tatuamunha – AL; e Rios Persinunga e Mambucaba – PE. Além disso, a PETROBRAS disponibilizou barreiras para a instalação por órgãos públicos, nas seguintes localidades: Baía de Todos os Santos – Salvador/BA; Aracaju/SE; Fortaleza/CE e Maceió/AL.

- Desde o dia 5 de novembro, a MB também realiza, em conjunto com o EB e a FAB, a Operação Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida, com incremento expressivo de pessoal, meios navais, terrestres, aéreos, aeronavais e de Fuzileiros Navais, com foco em ações humanitárias relacionadas ao meio ambiente, dentre as quais a cooperação nas ações de resposta em andamento e na recuperação de áreas marítimas atingidas e monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Serão empregados cerca de 3.400 militares, distribuídos em 2 Comandos de Força, 11 navios, 1 submarino, 3 embarcações de desembarque e 6 aeronaves. Trata-se da Operação DRAGÃO, inicialmente planejada para ocorrer na segunda quinzena de novembro, no litoral do Espírito Santo, com emprego de contingente expressivo de pessoal e relevante inventário de meios navais, aeronavais e de fuzileiro navais, que foi antecipada para início de novembro e redirecionada para o Nordeste. O objetivo da operação também foi alterado, passando a focar a realização de ações humanitárias, relacionadas ao meio ambiente, dentre as quais a cooperação nas ações de resposta em andamento e na recuperação de áreas marítimas sensíveis. Haverá, por exemplo, um incremento de mais de 40 mergulhadores, em ações de recuperação do meio ambiente.

Importante ressaltar que, na ausência de poluidor, o IBAMA efetuou requisição administrativa à PETROBRAS, para que providenciasse a limpeza de praias consideradas prioritárias pelo IBAMA. A escolha da Petrobras se justifica, pois é a empresa com maior quantitativo de equipamentos e maior capilaridade ao longo da costa brasileira para ação dessa natureza, em decorrência da localização de seus Centros de Defesa Ambiental - CDA.

O GAA, articulado e atuante desde o início dos incidentes, estruturou inicialmente seu Centro de Operações no Centro de Comando Naval de Área (CCNA) do Com2ºDN. Os Comandos do 3º e 4º DN também ativaram os Centros de Operações para Incidentes de Poluição (COIP), nos respectivos CCNA, para apoio ao GAA em suas necessidades operacionais e administrativas.



Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

Em 26 de outubro, com o aumento do efetivo empregado no combate às manchas de óleo no litoral nordestino e visando à ampliação da capacidade de comando e controle de todas as ações que estavam sendo desempenhadas pelos diversos órgãos componentes do Comitê de Suporte, o GAA, assim como a estrutura do Coordenador Operacional, foram transferidos para as instalações do Centro de Operações Conjuntas, na sede do Ministério da Defesa, em Brasília-DF. Os Centros Operacionais das cidades de Salvador/BA, Recife/PE e Belém/PA continuam ativados, coordenando as ações de resposta locais, em estreito contato com o GAA.

**Importante enfatizar que o poluidor ainda não é conhecido.** As investigações prosseguem, visando a identificar as circunstâncias e fatores envolvidos nesse derramamento (se acidental ou intencional), as dimensões da mancha de óleo original, assim como mensurar o volume de óleo derramado, estimar a probabilidade de existência de manchas residuais e ratificar o padrão de dispersão observado. O ineditismo dessa ocorrência exigiu o estabelecimento de protocolo próprio de investigação, demandando a integração e coordenação de diferentes organizações e setores da sociedade. A MB, a Polícia Federal e demais colaboradores permanecem conduzindo a investigação até que todas as questões envolvidas sejam elucidadas.

Sendo assim, o GAA adotou todas as ações necessárias a uma resposta ambientalmente mais eficiente ao desastre, que serão a seguir demonstradas.

#### **Apoio Logístico e condições de trabalho ao pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental**

O GAA providencia apoio e condições adequadas ao pessoal envolvido nas ações de limpeza. Um exemplo é a seção de espaços nas Capitânicas, Delegacias e Agências, para realização de planejamento e coordenação das ações de resposta, assim como posto logístico para a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Outro exemplo, são as ações do EB, que montou postos de banho e de alimentação, a fim de facilitar a ação dos voluntários (Anexo E).

As 6 aeronaves da FAB, além do monitoramento, têm efetuado o transporte para os Estados atingidos de mais de 12 toneladas de EPI, adquiridos pela MB e pela PETROBRAS, constando luvas, macacões, botas, calças, máscaras, óculos de sol e sacos de lixo. Além disso, os EPI estão sendo adquiridos pelas Defesas Civas de cada Estado, e também pela PETROBRAS, assim como outros itens e equipamentos (pás, carro de mão, peneiras, canos, *big-bags* - sacos com capacidade para 1.000kg) para redistribuição aos estados e municípios, para apoio às ações de resposta. Também foram doados pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) 6.000 kits de EPI.

Assim como os voluntários, os militares e funcionários empregados na limpeza das praias do litoral nordestino estão utilizando os EPI, conforme o preconizado nas orientações da ITOPF (International Tanker Owners Pollution Federation Limited), consultoria internacional sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção de uma resposta efetiva a derrames de petróleo e outras substâncias químicas no mar. De acordo com a ITOPF, a necessidade da utilização do EPI deve ser avaliada caso a caso, tendo em consideração a substância em causa, o ambiente em que a substância e o indivíduo se encontram, o tempo de exposição do indivíduo à substância, e o tipo de atividade a ser desenvolvido. A ITOPF esclarece ainda em suas orientações que o uso de proteção ocular e macacão tipo *Tyvek* não são imprescindíveis para a coleta de “pelotas” durante a “limpeza fina” das praias. Os militares da MB estão sendo empregados diariamente para limpeza de pequenos vestígios de óleo, em lugares abertos e sem contato direto com a pele, motivo pelo qual utilizam luvas, máscaras e botas. Visando à salvaguarda e preservação da integridade física e saúde dos voluntários, a Marinha disponibilizou orientações do IBAMA com relação ao manuseio de resíduos de óleo, prevendo o uso do EPI básico completo (luvas, botas, proteção ocular e macacão tipo *Tyvek*), de acordo com cada caso. ([https://ibama.gov.br/images/manchas\\_oleo/orientacoes/2.pdf](https://ibama.gov.br/images/manchas_oleo/orientacoes/2.pdf)).













**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis



Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

### **Emprego das tecnologias e metodologias de resposta**

Ante ao ineditismo e à complexidade do tema, já no mês de setembro, o IBAMA solicitou a presença e apoio da ITOPF – instituição internacional com maior expertise no mundo em derramamentos de óleo, sediada em Londres (<http://www.itopf.org/>).

Registra-se que cerca de 2.500 km de costa foram atingidos, com centenas de localidades já afetadas e várias delas recorrentes, conforme mapas que são disponibilizados diariamente no site do IBAMA. Não há, ainda, embasamento técnico que consiga predizer quais serão os próximos locais a serem afetados. Um estudo dos pontos de toque ao longo desses mais de sessenta dias deixará claro que não há um padrão de recorrência.

O Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) também realizou estudos e analisou os campos de velocidade superficial no Oceano Atlântico Tropical Sul, a fim de entender como as correntes marinhas, ventos e ondas contribuíram para o espalhamento das manchas de óleo pela grande extensão de praias do NE. Em função da complexidade do problema, o CHM buscou a cooperação de diferentes grupos em universidades e instituições de pesquisa, entre os quais se destacam: o Instituto Espacial de Pesquisas Espaciais (INPE), o Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia - LAMCE da UFRJ e o Laboratório de Análise Numérica e Sistemas Dinâmicos - LANSO da FURG. O CHM forneceu aos pesquisadores os dados ambientais de correntes e vento e informações das características físico-químicas do óleo encontrado nas praias do NE, analisadas pelo IEAPM. A Marinha tem recebido esses resultados e analisado conjuntamente a outros dados, de forma a empregar as ações de resposta mais eficientes.

### **Uso adequado das comunicações**

O GAA conta com todo o tipo de comunicação para que as soluções e medidas apresentadas possam chegar ao seu destino final. Não só a rede de comunicação do Ministério da Defesa está sendo utilizada, como a da MB, que conta com os Centros Operacionais locais, além das redes do IBAMA, da Defesa Civil, da PETROBRAS e dos diversos órgãos envolvidos.

Cabe lembrar que as Forças Armadas estão acostumadas com operações de grande envergadura, que exigem o emprego considerável de pessoal e material e de ações integradas das forças navais, terrestres e aéreas.

### **Serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental**

O Secretário de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde foi oficiado, a fim de indicar representante para integrar a equipe de órgãos do governo que compõe o GAA (Anexo M), no uso das atribuições previstas na Lei nº 9.782/1999, e assim, poder proporcionar o conhecimento e a detecção de mudanças do meio ambiente que possam interferir na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde. Da mesma forma, foi encaminhado ofício ao Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (Anexo N).

Nesse contexto, a Secretaria de Vigilância de Saúde emitiu um informe com as recomendações para a população e profissionais de saúde (Anexo O), em seguida, juntamente com a Defesa Civil e a Assessoria de Comunicação, emitiu cartilha de recomendações e orientações à população sobre o derramamento de óleo (Anexo P). Em 31 de outubro, a Secretaria de Vigilância de Saúde também emitiu Boletim epidemiológico (Anexo Q).

No mesmo sentido, o MAPA, em 29 de outubro 2019, publicou no Diário Oficial da União a Instrução Normativa nº 52, de 25 de outubro, que estabeleceu excepcionalmente períodos



de defeso adicionais para o ano de 2019, em decorrência de provável contaminação química por derramamento de óleo no litoral da região nordeste, proibindo a atividade pesqueira de camarão e lagosta (Anexo R).

Recentemente, a FIOCRUZ emitiu nota reafirmando o compromisso de integrar a rede colaborativa institucional de resposta ao derrame de petróleo, oferecendo para isso apoio estratégico ao Ministério da Saúde e ao SUS na participação do setor de saúde na resposta, disponibilização da competência técnico-científica e infraestrutura da instituição, suporte técnico-científico aos governos e sociedade dos estados afetados, apoio às populações atingidas no cuidado, monitoramento e assistência, dentre outros (Anexo S).

### **Registros das ações e dos recursos materiais e humanos**

Não obstante a grande monta de pessoal e material despendidos e dos diversos órgãos envolvidos, tanto públicos como privados, em razão das complexas medidas exigidas para minimizar os prejuízos ambientais, sociais e financeiros, as ações e recursos estão sendo registrados para constar do relatório final, de acordo com o disposto no Decreto nº 8.127/2013.

### **Informação ao público, autoridades e imprensa**

Desde o início de setembro, a Marinha vem dando ampla publicidade ao aparecimento de óleo nas praias do Nordeste. Em nível local, as Capitânias da área do Comando do 3º Distrito Naval, que engloba os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba, primeiros afetados pela poluição por óleo, estavam divulgando notas para as mídias regionais informando sobre as providências tomadas. Conforme as incidências foram aumentando e com o incremento na coordenação com outros órgãos, intensificou-se a transparência na divulgação das informações através da emissão de notas diárias e da criação do *hotsite* (<https://www.marinha.mil.br/manchasdeoleo>), em que é possível obter todas as informações atualizadas, além de material audiovisual. Em paralelo, foram concedidas diversas entrevistas por militares da Marinha e de componentes do GAA diretamente envolvidos no caso aos principais veículos de comunicação nacionais e regionais, de rádio, jornais e TVs, além de terem sido realizadas coletivas de imprensa, com a presença de órgãos envolvidos na coordenação das atividades de resposta ao aparecimento de óleo nas praias do litoral nordestino.

### **Acionamento da Defesa Civil**

Por meio da Defesa Civil Nacional, que mantém representantes diariamente no Centros de Operações, todas as Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil dos Estados afetados participam ativamente dos processos de resposta, apoiando as defesas civis municipais envolvidas, conforme previsto na política nacional de proteção e defesa civil.

Ressalta-se que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil compõe o Comitê de Suporte e se encontra em contato permanente com as defesas civis estaduais e municipais para as ações de monitoramento, orientações e apoio complementar quando demandado.

Após a análise das características do desastre pela Defesa Civil Nacional, evidenciadas nos processos de monitoramento, não foi vislumbrada a necessidade de evacuação de comunidades afetadas. Esta providência não se aplica ao presente caso, uma vez que não foram identificados riscos à integridade física da população para serem neutralizados ou mitigados mediante a remoção das comunidades, tais como riscos de colapso de edificações, do terreno ou contaminação do ar por emissão de plumas radioativas ou compostas por gases tóxicos.





anp  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis



Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

Considerado o contexto fático relacionado a este desastre, não existem fundamentos técnicos e jurídicos para a adoção da excepcional medida de remoção, conforme deixa claro o disposto no art. 3º-B, caput, *in fine*, §1º, inciso I, todos da Lei 12.340/2010, com redação dada pela Lei 12.608/2012:

*Art. 3º-B. Verificada a existência de ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, o município adotará as providências para redução do risco, dentre as quais, a execução de plano de contingência e de obras de segurança e, quando necessário, a remoção de edificações e o reassentamento dos ocupantes em local seguro.*

*§ 1º A efetivação da remoção somente se dará mediante a prévia observância dos seguintes procedimentos:*

*I - realização de vistoria no local e elaboração de laudo técnico que demonstre os riscos da ocupação para a integridade física dos ocupantes ou de terceiros; e*

Acrescente-se que a evacuação das comunidades constitui ato de natureza excepcional e deve ser aplicada observando a **proporcionalidade** entre o risco enfrentado e a medida.

A observância ao princípio da proporcionalidade neste caso assume indubitável caráter normativo, sobretudo porque promover a remoção de uma comunidade é medida drástica que gera efeitos traumáticos na população, por representar a ruptura de laços e vínculos afetivos, normalmente antigos, existentes entre os cidadãos e o espaço ocupado, suas residências, laços familiares, referências históricas e culturais, bem como com relações de trabalho e subsistência.

E medida portanto que atinge a condição de cidadania da população, razão pela qual só deve ser adotada se for absolutamente necessária para a preservação das vidas em jogo, o que não ocorre neste caso.

Ratifica-se, por fim, ser inaplicável remoção, por ausência de proporcionalidade entre o riscos e a medida, bem como de fundamentação técnica, jurídica para sua implementação.

### **Dos instrumentos do PNC**

As Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamentos de Óleo (Cartas SAO) são organizadas em Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo, que possuem, além das cartas, informações complementares e adicionais, tais como: descrição dos habitats costeiros; informações sobre a previsão do comportamento e da persistência do óleo descarregado; lista recursos biológicos e dados ecológicos; informações complementares sobre as atividades socioeconômicas; dados sobre a infraestrutura da região necessária para ações de limpeza e contenção.

Os Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo e as Cartas SAO podem ser acessados por meio do link: <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/cartas-de-sensibilidade-ao-oleo>

**Destaca-se que o GAA está utilizando o Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar (MAREM) - <http://www.marem-br.com.br/> - que, além das Cartas SAO, integram outros dados ambientais de todo o litoral brasileiro e ilhas costeiras para servir de suporte para o planejamento e gestão de uma operação de resposta a acidentes envolvendo derramamento de óleo no mar, disposto em banco de dados georreferenciado, de modo a permitir uma análise detalhada, mas ágil, da região eventualmente afetada por um derramamento de óleo.**







Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) realizou diversas análises meteoceanográficas relacionadas aos fatos de ventos, ondas, correntes e modelagem, no sentido de contribuir com a identificação da poluição, bem como com o esforço da prevenção e combate à difusão das manchas de óleo. Como anteriormente mencionado, o Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) tem realizado estudos, a fim de entender como as correntes marinhas, ventos e ondas contribuíram para o espalhamento das manchas de óleo pela grande extensão de praias do NE, com a cooperação de diferentes grupos em universidades e instituições de pesquisa.

O CHM fornece previsão meteorológica marinha especial para o litoral do Nordeste, diária e para as 96 horas seguintes, e encaminha para o GAA.

Para o alcance dos resultados, é utilizado o modelo HYCOM, um programa computacional que resolve as equações que regem o movimento das correntes oceânicas. Ele é operado na MB por meio de um termo de cooperação entre o CHM e a PETROBRAS.

O Sistema de Informações sobre Incidentes de Poluição por Óleo em Águas Sob Jurisdição Nacional (Sisnóleo) é um sistema de gestão de acidentes ambientais composto módulos.

Entre os módulos, destacam-se o Sistema Nacional de Emergências Ambientais (Siema) que é uma ferramenta informatizada de comunicação de acidentes ambientais, visualização de mapas interativos e geração de dados estatísticos dos acidentes ambientais registrados pelo IBAMA (<https://siema.ibama.gov.br/>). O poluidor responsável por empreendimentos ou atividades licenciadas ou autorizadas pelo IBAMA deverá comunicar de imediato, via Siema, a ocorrência de acidentes ambientais, independente das medidas tomadas para seu controle (Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 6 de outubro de 2014).

Além do sistema de comunicação, também está em funcionamento o Programa de Monitoramento Preventivo de Incidentes de Poluição por Óleo do Sisnóleo/PNC, que, desde 2016, usa imagens de satélite com cobertura nas bacias sedimentares (plataformas marítimas de óleo/gás) em águas brasileiras visando identificar feições suspeitas. O serviço é executado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima) do IBAMA. As imagens usadas são: Sentinel 1, 2 e 3, Terra/Modis, Aqua/Modis, Landsat 7 e 8, Cbers 4, Radarsat-2 (Campo de Frade, na Bacia de Campos) e Cosmo-Skymed (região do Pré-Sal).

Para o evento em questão, o IBAMA solicitou o direcionamento dos satélites CosmoSkymed para o Nordeste. A constelação de satélites vinha imageando a Bacia de Campos, por força de um Termo de Compromisso firmado entre o IBAMA e a PETROBRAS.

Ademais, o IBAMA solicitou à Agência Espacial Europeia a ampliação da área de cobertura do satélite Sentinel 1, visando abranger áreas mais *offshore* do Brasil no Nordeste.

Sistema de Comando de Incidentes (SCI) é uma ferramenta de gerenciamento de incidentes padronizada, que permite a seu usuário adotar estrutura organizacional integrada para suprir complexidades e demandas de incidentes únicos ou múltiplos, independentemente do local em que ocorram.

Desde o dia 2 de setembro, o GAA já adota o SCI tanto na elaboração dos formulários (ICS 209, 202, 204 e 215, por exemplo) quanto na montagem do organograma.

Até a presente data, não foram estabelecidos termos de cooperação ou similar diretamente com o GAA ou Ministério do Meio Ambiente. O GAA, por intermédio do IBAMA, conta com a colaboração informal da ITOPF, desde 2016 na realização de simulados Tier 2 e 3.

Especificamente, o IBAMA celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), o que resultou no mapeamento MAREM, já descrito acima.

Ressalta-se que os Termos de Cooperação são instrumentos que devem ser firmados previamente, e não durante a emergência.



### **Ações de resposta do GAA – MB, IBAMA e ANP**

Enfatiza-se que as ações estão sendo tomadas de forma coordenada e científica, considerando a gravidade do incidente. Nenhum incidente por óleo, em nenhum lugar do mundo, permite que se restabeleça, de imediato, o *status quo ante* ambiental logo após a ação dos grupos de combate à poluição. Portanto, trata-se de processo complexo, custoso e crescente ao longo do tempo, não havendo uma solução tão mais rápida e efetiva como pretende o Ministério Público. Todos os esforços estão sendo feitos para minimizar os impactos ambientais.

Os registros fotográficos das ações de respostas estão disponíveis ao Ministério Público, ao Juízo e à sociedade por meio das inúmeras Notas à Imprensa e nas seguintes páginas:

- Governo Federal (<https://www.gov.br/manchanolitoral/>);
- Marinha (<https://www.marinha.mil.br/manchasdeoleo>); e
- IBAMA (<http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>).

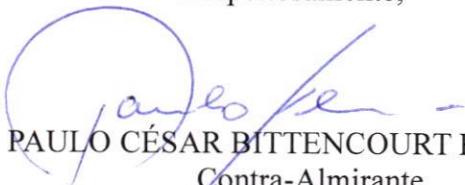
### **Conclusão**

Diante do exposto, estando demonstrado que o PNC foi devidamente acionado e que estão sendo adotadas medidas muito além das previstas no Decreto nº 8.127/2013, como prova o grande incremento do emprego de recursos humanos, de meios navais e aéreos, bem como o forte engajamento da academia, que concentra os principais pesquisadores do país no trato do assunto em lide, a despeito da aparente estabilização das ocorrências observadas nos últimos 9 dias, a Coordenação Operacional do GAA entende não ser possível a aceitação de proposta de conciliação da forma apresentada pelo MPF, na audiência do dia 30 de outubro de 2019.

Não obstante, buscando avançar ainda mais nas ações de resposta, bem como aprimorar todo o planejamento e trabalho que vem sendo realizado, a Coordenação Operacional do GAA vislumbra assumir os compromissos a seguir listados, além de outros a serem posteriormente propostos e avaliados:

- a) disponibilização de espaços para o MPF acompanhar as ações em andamento, atinentes ao PNC em Brasília, bem como nos demais Centros de Operações para Incidentes de Poluição (COIP), localizados em Salvador, Recife e Belém, estendendo o convite a peritos técnicos a seu critério, para trabalharem junto ao GAA;
- b) realização de novas coletivas de imprensa; e
- c) avaliação dos Planos de Trabalho de Restabelecimento pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, no prazo emergencial de cinco dias. Para tanto, é necessário o apoio do ente interessado, quando do fornecimento de dados acessórios ao processo de decisão e correções em documentações constantes do processo em análise. Ressalta-se que os entes interessados deverão observar a Instrução Normativa nº 02, de 20 de dezembro de 2016, do então Ministério da Integração Nacional, que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Respeitosamente,

  
PAULO CÉSAR BITTENCOURT FERREIRA  
Contra-Almirante  
Coordenação Operacional  
[gaa.secom@defesa.mil.br](mailto:gaa.secom@defesa.mil.br)  
Telefone contato (61) 3312-4206

EDUARDO FORTUNATO BIM  
Presidente do IBAMA





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - SEDE  
COJUD - COORDENAÇÃO NACIONAL DE CONTENCIOSO JUDICIAL - PFE-IBAMA/SEDE

---

**DESPACHO n. 01841/2019/COJUD/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU**

**NUP: 00807.006149/2019-35 (REF. 00430.027511/2019-27)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

Aprovo, por seus próprios fundamentos, o **PARECER n. 00081/2019/COJUD/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU**, da lavra da procuradora federal Daniella Ribeiro de Pinho, que conclui no sentido da *"falta de interesse do Ibama na aceitação da proposta de acordo formulada pelo MPF no bojo da ação civil pública nº 0805679-61.2019.4.05.8500 tal como apresentada"*.

À consideração do Procurador-Chefe Nacional desta PFE-IBAMA.

Brasília, 10 de novembro de 2019.

JÚLIO CÉSAR MELO BORGES  
PROCURADOR FEDERAL  
COORDENADOR NACIONAL DO CONTENCIOSO JUDICIAL

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR MELO BORGES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 341835622 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR MELO BORGES. Data e Hora: 10-11-2019 13:59. Número de Série: 17175170. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - SEDE  
GABINETE/PFE/IBAMA-SEDE

SCEN - SETOR DE CLUBES ESPORTIVOS NORTE - TRECHO 2 - BL. A - ED. SEDE DO IBAMA CEP.: 70.818-900 BRASÍLIA/DF

**DESPACHO n. 00919/2019/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU**

**NUP: 00807.006149/2019-35 (REF. 00430.027511/2019-27)**  
**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**  
**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

**URGENTE**

1. A presente demanda remete-se à **Ação Civil Pública n. 0805679-61.2019.4.05.8500**, proposta pelo Ministério Público Federal em desfavor da União e outros.
2. Aportaram os autos nesta Procuradoria em atenção ao OFÍCIO n. 00021/2019/GABAMB/PFSE/PGF/AGU da Procuradoria Federal do Estado do Sergipe (Seq. 1 e ss), solicitando manifestação acerca do acordo proposto pelo MPF na referida ACP.
3. Nesse sentido, **acompanho**, por seus próprios fundamentos, o **DESPACHO n. 01841/2019/COJUD/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU**, o qual aprovou o **PARECER n. 00081/2019/COJUD/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU**, que conclui no sentido da *"falta de interesse do Ibama na aceitação da proposta de acordo formulada pelo MPF no bojo da ação civil pública nº 0805679-61.2019.4.05.8500 tal como apresentada"*.
4. Por fim, solicita-se **ao Serviço de Apoio Administrativo desta Procuradoria (Seaproc)** o envio dos autos, com urgência, à **Procuradoria Federal no Estado de Sergipe**, para ciência e demais providências pertinentes ao prosseguimento do feito, notadamente no que diz respeito à reprodução da posição do IBAMA em Juízo.
5. Ato contínuo, dê-se ciência à Presidência do IBAMA.

Brasília/DF, 11 de novembro de 2019.

THIAGO ZUCCHETTI CARRION  
PROCURADOR FEDERAL  
Matrícula SIAPE n. 2139154 - OAB/DF 57.538  
Procurador-Chefe Nacional  
Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos  
Naturais Renováveis

Documento assinado eletronicamente por THIAGO ZUCCHETTI CARRION, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 342177910 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): THIAGO ZUCCHETTI CARRION. Data e Hora: 11-11-2019 14:12. Número de Série: 6814385240974877878. Emissor: AC CAIXA PF v2.



Brasília, 8 de novembro de 2019.

Ofício nº 35/2019/GAA-DF

À Senhora:

**ANA ELISA SOBRAL VILA NOVA DE CARVALHO**

Advogada da União

Procuradoria da União no Estado de Sergipe

Avenida Beira Mar, 53 - Bairro 13 de Julho

Aracaju-SE - CEP 49.020-010

Assunto: **Ação Civil Pública nº 0805679-61.2019.4.05.8500**

Senhora Advogada,

1. Em atendimento aos Ofícios nº 1796/AGU/PU/SE/AESVNC e 1797/AGU/PU/SE/AESVNC, dessa Procuradoria, recebidos em 1ª de novembro do corrente ano, referente à Ação Civil Pública nº 0805679-61.2019.4.05.8500, interposta na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, em face da União, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que objetiva compelir as partes demandadas a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), incumbiu-me o Comandante de Operações Navais, Coordenador Operacional do PNC, de transmitir a manifestação, contendo os Anexos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R e S, acerca da proposta de conciliação apresentada pelo Ministério Público Federal na audiência do dia 30 de outubro:

#### **Do acionamento do PNC**

Inicialmente, cumpre ressaltar que, conforme já exaustivamente mencionado nos autos, o PNC já se encontra acionado.

O Decreto nº 8.127/2013, que cria o PNC, prevê uma estrutura organizacional composta pela Autoridade Nacional, exercida pelo Ministério do Meio Ambiente, e também cria o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), composto pelo IBAMA, ANP e pela Marinha do Brasil (MB), que se articulou **desde o dia 2 de setembro**, quando do aparecimento dos primeiros incidentes, em função de ser desse grupo que emanam as ações de resposta.

Essa articulação efetuada ao longo de setembro foi fundamental para se entender a magnitude e morfologia desse novo acidente com petróleo, tendo em vista o seu ineditismo, a ausência da fonte, caráter intermitente e errático, apresentando um dinamismo não rastreável por causa da subsuperficialidade do deslocamento do óleo.

Para tanto, a MB, desde o início dos incidentes de poluição, realizou, incrementalmente, Patrulhas Navais, Inspeções Navais, esclarecimentos aéreos, análises de amostras de óleo dos incidentes nas praias, análises do tráfego marítimo, análises meteoceanográficas, interagindo, também de forma crescente, com organizações e agências governamentais e a PETROBRAS, visando ao combate e à prevenção dos incidentes de poluição por óleo no mar, bem como à identificação da origem da poluição.

Com a redução das ocorrências de poluição, estimava-se que os incidentes estivessem em fase de encerramento. Todavia, em razão do ressurgimento das manchas em 1º a 3 de outubro, o Comandante de Operações Navais imediatamente ativou um Gabinete de Crise, no dia 4 de outubro, com o propósito de avaliar as providências para o enfrentamento da situação e



minimizar os danos ambientais. Em sequência, convidou os representantes do IBAMA, da PETROBRAS, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da TRANSPETRO, da Polícia Federal, da Força Aérea Brasileira (FAB), da Diretoria Geral de Navegação (DGN), da Diretoria de Portos e Costas (DPC), da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e de diversas outras Organizações Militares para uma reunião, em 6 de outubro, a fim de deliberar providências de forma coordenada e integrada. Na reunião, concluiu-se a necessidade de se propor a ativação do PNC, com fulcro no Decreto nº 8.127/2013, visando maior atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas, como também para ampliar a capacidade de resposta ao incidente.

O Ministro do Meio Ambiente, na condição de Autoridade Nacional do PNC, comunicou ao Ministro da Defesa a designação da MB como Coordenador Operacional do referido plano, instruído pela recomendação do GAA, articulado e atuante desde o dia 2 de setembro, tendo o Comandante da Marinha designado seu representante o Comandante de Operações Navais, também atuante desde o início dos incidentes.

O PNC, portanto, encontra-se acionado, em consonância com o Decreto nº 8.127/2013, e adota todas as medidas possíveis para combater esse desastre ambiental no litoral do Nordeste.

### **Da atuação do GAA**

O GAA é uma estrutura permanente, que atua quando acionado por qualquer dos seus componentes ou pela Autoridade Nacional, de acordo com o art. 9º do Decreto nº 8.127/2013. No entanto, o PNC só será acionado e o Coordenador Operacional designado, em incidentes de poluição por óleo, se julgados estes de significância nacional pelo GAA (julgamento técnico objetivo). Enquanto isso não ocorrer, as ações serão tomadas de forma localizadas, o que efetivamente foi feito neste incidente no início dos trabalhos.

Como citado, desde o primeiro incidente, o GAA se articulou de modo a entender a magnitude e morfologia desse inédito incidente com petróleo, tendo em vista, principalmente, a forma e a ausência da fonte poluidora. No momento em que incidente foi avaliado como de significância nacional, o GAA acionou o PNC e designou o Coordenador Operacional. Por sua vez, a Autoridade Nacional comunicou o acionamento do PNC aos integrantes do Comitê de Suporte, sendo adotadas todas as providências para permitir a atuação coordenada dos órgãos, à medida que as necessidades apareciam, a fim de ampliar a capacidade de resposta e minimizar os danos ambientais.

Convém esclarecer que está prevista no próprio art. 18 do Decreto nº 8.127/2013 a possibilidade de outras soluções caso existam evidências de que os procedimentos adotados não são adequados, que os equipamentos e materiais necessários para o combate não são suficientes, e, ainda, se os procedimentos e estrutura previstos nos planos de áreas não se mostrem adequados à resposta de incidente de poluição por óleo de origem desconhecida. É necessário, portanto, observar o caso concreto. No evento específico, de características inéditas, foi necessária uma análise técnica aprofundada para que se pudesse reagir da forma mais eficiente. Apesar do Decreto nº 8.127/2013 orientar as ações de resposta, **é fundamental a adaptação das medidas ao caso concreto, sob pena de agravar o incidente.**

Em cumprimento ao determinado no Decreto nº 8.127/2013, o GAA adotou o Sistema de Comando de Incidentes (SCI, do termo em inglês Incident Command System), concebido e adotado pela Agência Federal de Gestão de Emergências (Federal Emergency Management Agency - FEMA), do Departamento de Segurança Interna dos EUA (US Department of Homeland Security), que determina o preenchimento diário de relatórios e, entre eles o ICS 209 que trata das ações concretas realizadas diariamente, que estão disponíveis no processo SEI 02021.001671/2019-93.



Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

Não obstante o contato estreito com os órgãos ambientais estaduais, foi encaminhado o Ofício Circular nº 2/2019, convidando tais órgãos para participar no Comitê de Suporte (Anexo A).

## Da coordenação operacional do PNC

Desde o início, a MB, diuturnamente, tem monitorado os incidentes de poluição hídrica por meio de suas Capitânias dos Portos, Delegacias e Agências, realizando Patrulha Naval e Inspeção Naval por navios, Patrulha Aérea Marítima por aeronave da MB e da Força Aérea Brasileira (FAB), analisado o tráfego mercante de interesse, recolhido óleo e resíduos em diversas praias atingidas, efetuada a análise do óleo (biomarcadores), além de divulgado o incidente em Aviso aos Navegantes (Anexo B) e por meio de nota à imprensa.

Até o momento, a MB contabiliza o emprego de mais de 3.800 militares, distribuídos em 26 Navios de Superfície, 9 helicópteros, 69 viaturas, 6 Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, 28 equipes de Inspeção Naval e 5 Centros de Comando das Operações, tendo realizado mais de 1.400 Inspeções Navais, em toda a costa nordestina e norte do Espírito Santo.

O Exército Brasileiro (EB) também colocou a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, com um contingente de 5.000 militares, à disposição para integrar a operação para conter a poluição por óleo e reforçar a limpeza das praias, além de 140 viaturas.

O ICMBio empregou 80 funcionários e o IBAMA, 140 servidores, 16 viaturas, 2 helicópteros e 1 aeronave de asa fixa. A PETROBRAS, sob demanda do IBAMA, também tem contribuído com o GAA com meios aéreos (2 helicópteros), 4 navios, 440 funcionários e recursos materiais. Além dos 100 (cem) funcionários disponibilizados, contratou mais 1.700 para ajudar nas limpezas das praias, ativou 11 Centros de Defesa Ambiental (CDA) e 5 Centros de Resposta a Emergência (CRE).

No que diz respeito à segurança da vida humana, convém registrar a preocupação e esforço do Coordenador Operacional, em conjunto com o GAA, de providenciar esforços para a correta equipagem de agentes, pelo fornecimento e suprimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), assim como orientar os voluntários sobre a correta ação de resposta, no que se refere ao emprego de EPI. Tal esforço é solidário e compartilhado com as outras instâncias de governo, na área ambiental. Exemplo da efetiva atuação do Coordenador e do GAA nesse sentido é o envio de mais de 21.000 kits de EPI ao Nordeste, doados pela Marinha do Brasil, fornecidas pela PETROBRAS por demanda do IBAMA e doadas pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, para distribuição coordenada às localidades afetadas. A esse esforço, registre-se pela importância, as doações locais de materiais de EPI, cuja distribuição vem sendo realizada sob o controle e coordenação de órgãos de governo estaduais e municipais, bem como por organizações colaboradoras. Ainda cumpre registrar que, por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, desde o início engajada com o GAA no gerenciamento do problema, outras articulações foram e continuam sendo feitas com o Ministério da Saúde, ANVISA e Ministério da Agricultura Pecuária e Pesca, no que diz respeito a estudos do impacto da poluição em pescados (Anexo C). Adicionalmente, encontra-se em andamento uma outra aquisição de grande vulto, para que não falte material em locais afetados.

Foi realizada reunião na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, a fim de reunir órgãos da esfera federal para apresentarem as ações em curso e novas potencialidades. Na Ata (Anexo D), constam os nomes dos representantes dos Órgãos integrantes do Comitê de Suporte.

No que se refere à proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo, as seguintes informações são pertinentes:



- desde o início dos incidentes de poluição, a MB realizou, incrementalmente, Patrulhas Navais, Inspeções Navais, esclarecimentos aéreos, análises de amostras de óleo dos incidentes nas praias, análises do tráfego marítimo, análises meteoceanográficas, interagindo, também de forma crescente, com organizações e agências governamentais e a PETROBRAS, visando ao combate e à prevenção dos incidentes de poluição por óleo no mar, bem como à identificação da origem da poluição;

- Especificamente no que diz respeito ao emprego do pessoal, essa parcela da Força se dedica, solidária, coordenada e conjuntamente com outros agentes e voluntários, incluindo efetivos do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, com empenho, no recolhimento das manchas nas praias, tão logo incidam e a maré permita, de forma a mitigar os efeitos da poluição do meio ambiente, sendo essa a recomendação técnica emitida pelo IBAMA para o caso em questão.

- No que diz respeito ao emprego de helicópteros e navios, as ações visam à detecção antecipada das manchas, ainda no mar, visando ao seu recolhimento por equipes dos navios, de forma a evitar que elas incidam nas praias e áreas sensíveis. De acordo com o levantamento feito pelo IBAMA, foram contabilizadas, aproximadamente, 4.300 toneladas de resíduos de óleo retirados das praias nordestinas, até o dia de hoje. A contagem desse material, não inclui somente óleo, mas também é composta por areia, lonas, EPI e outros materiais utilizados para a coleta. O descarte é feito pelas Secretarias de Meio Ambiente dos Estados.

- para a proteção de estuários e manguezais, a PETROBRAS instalou barreiras de contenção em áreas sensíveis, nas seguintes localidades: Rio Real – divisa SE/BA; Rio Sergipe – Aracaju/SE; Molhes de Coroa do Meio – Aracaju/SE; Rio Tatuamunha – AL; e Rios Persinunga e Mambucaba – PE. Além disso, a PETROBRAS disponibilizou barreiras para a instalação por órgãos públicos, nas seguintes localidades: Baía de Todos os Santos – Salvador/BA; Aracaju/SE; Fortaleza/CE e Maceió/AL.

- Desde o dia 5 de novembro, a MB também realiza, em conjunto com o EB e a FAB, a Operação Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida, com incremento expressivo de pessoal, meios navais, terrestres, aéreos, aeronavais e de Fuzileiros Navais, com foco em ações humanitárias relacionadas ao meio ambiente, dentre as quais a cooperação nas ações de resposta em andamento e na recuperação de áreas marítimas atingidas e monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Serão empregados cerca de 3.400 militares, distribuídos em 2 Comandos de Força, 11 navios, 1 submarino, 3 embarcações de desembarque e 6 aeronaves. Trata-se da Operação DRAGÃO, inicialmente planejada para ocorrer na segunda quinzena de novembro, no litoral do Espírito Santo, com emprego de contingente expressivo de pessoal e relevante inventário de meios navais, aeronavais e de fuzileiro navais, que foi antecipada para início de novembro e redirecionada para o Nordeste. O objetivo da operação também foi alterado, passando a focar a realização de ações humanitárias, relacionadas ao meio ambiente, dentre as quais a cooperação nas ações de resposta em andamento e na recuperação de áreas marítimas sensíveis. Haverá, por exemplo, um incremento de mais de 40 mergulhadores, em ações de recuperação do meio ambiente.

Importante ressaltar que, na ausência de poluidor, o IBAMA efetuou requisição administrativa à PETROBRAS, para que providenciasse a limpeza de praias consideradas prioritárias pelo IBAMA. A escolha da Petrobras se justifica, pois é a empresa com maior quantitativo de equipamentos e maior capilaridade ao longo da costa brasileira para ação dessa natureza, em decorrência da localização de seus Centros de Defesa Ambiental - CDA.

O GAA, articulado e atuante desde o início dos incidentes, estruturou inicialmente seu Centro de Operações no Centro de Comando Naval de Área (CCNA) do Com2ºDN. Os Comandos do 3º e 4º DN também ativaram os Centros de Operações para Incidentes de Poluição (COIP), nos respectivos CCNA, para apoio ao GAA em suas necessidades operacionais e administrativas.



Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

Em 26 de outubro, com o aumento do efetivo empregado no combate às manchas de óleo no litoral nordestino e visando à ampliação da capacidade de comando e controle de todas as ações que estavam sendo desempenhadas pelos diversos órgãos componentes do Comitê de Suporte, o GAA, assim como a estrutura do Coordenador Operacional, foram transferidos para as instalações do Centro de Operações Conjuntas, na sede do Ministério da Defesa, em Brasília-DF. Os Centros Operacionais das cidades de Salvador/BA, Recife/PE e Belém/PA continuam ativados, coordenando as ações de resposta locais, em estreito contato com o GAA.

**Importante enfatizar que o poluidor ainda não é conhecido.** As investigações prosseguem, visando a identificar as circunstâncias e fatores envolvidos nesse derramamento (se acidental ou intencional), as dimensões da mancha de óleo original, assim como mensurar o volume de óleo derramado, estimar a probabilidade de existência de manchas residuais e ratificar o padrão de dispersão observado. O ineditismo dessa ocorrência exigiu o estabelecimento de protocolo próprio de investigação, demandando a integração e coordenação de diferentes organizações e setores da sociedade. A MB, a Polícia Federal e demais colaboradores permanecem conduzindo a investigação até que todas as questões envolvidas sejam elucidadas.

Sendo assim, o GAA adotou todas as ações necessárias a uma resposta ambientalmente mais eficiente ao desastre, que serão a seguir demonstradas.

#### **Apoio Logístico e condições de trabalho ao pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental**

O GAA providencia apoio e condições adequadas ao pessoal envolvido nas ações de limpeza. Um exemplo é a seção de espaços nas Capitânicas, Delegacias e Agências, para realização de planejamento e coordenação das ações de resposta, assim como posto logístico para a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Outro exemplo, são as ações do EB, que montou postos de banho e de alimentação, a fim de facilitar a ação dos voluntários (Anexo E).

As 6 aeronaves da FAB, além do monitoramento, têm efetuado o transporte para os Estados atingidos de mais de 12 toneladas de EPI, adquiridos pela MB e pela PETROBRAS, constando luvas, macacões, botas, calças, máscaras, óculos de sol e sacos de lixo. Além disso, os EPI estão sendo adquiridos pelas Defesas Civas de cada Estado, e também pela PETROBRAS, assim como outros itens e equipamentos (pás, carro de mão, peneiras, canos, *big-bags* - sacos com capacidade para 1.000kg) para redistribuição aos estados e municípios, para apoio às ações de resposta. Também foram doados pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) 6.000 kits de EPI.

Assim como os voluntários, os militares e funcionários empregados na limpeza das praias do litoral nordestino estão utilizando os EPI, conforme o preconizado nas orientações da ITOPF (International Tanker Owners Pollution Federation Limited), consultoria internacional sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção de uma resposta efetiva a derrames de petróleo e outras substâncias químicas no mar. De acordo com a ITOPF, a necessidade da utilização do EPI deve ser avaliada caso a caso, tendo em consideração a substância em causa, o ambiente em que a substância e o indivíduo se encontram, o tempo de exposição do indivíduo à substância, e o tipo de atividade a ser desenvolvido. A ITOPF esclarece ainda em suas orientações que o uso de proteção ocular e macacão tipo *Tyvek* não são imprescindíveis para a coleta de “pelotas” durante a “limpeza fina” das praias. Os militares da MB estão sendo empregados diariamente para limpeza de pequenos vestígios de óleo, em lugares abertos e sem contato direto com a pele, motivo pelo qual utilizam luvas, máscaras e botas. Visando à salvaguarda e preservação da integridade física e saúde dos voluntários, a Marinha disponibilizou orientações do IBAMA com relação ao manuseio de resíduos de óleo, prevendo o uso do EPI básico completo (luvas, botas, proteção ocular e macacão tipo *Tyvek*), de acordo com cada caso. ([https://ibama.gov.br/images/manchas\\_oleo/orientacoes/2.pdf](https://ibama.gov.br/images/manchas_oleo/orientacoes/2.pdf)).



Convém ainda mencionar que a empresa Shell do Brasil confeccionou um vídeo informativo sobre a importância e o uso correto dos EPI, para divulgação aos voluntários e envolvidos na limpeza das praias. (<https://vimeo.com/371397740> e também disponível no site do IBAMA).

No dia 7 de novembro, foi iniciado o programa de capacitação, conduzido pela Petrobras, para limpeza de ambientes costeiros afetados pelo óleo, sendo o primeiro dos nove treinamentos a serem realizados na Bahia, na cidade de Ilhéus, estando previstos também para ocorrerem em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, bem como a bordo dos navios da Marinha.

### **Proteção das áreas ecologicamente sensíveis**

Cabe esclarecer que os impactos ambientais são de difícil mensuração, sendo necessárias análises laboratoriais específicas, realizadas por especialistas de órgãos ambientais (IBAMA, INEMA, órgãos municipais de meio ambiente e Universidades) para qualificar e quantificar os danos.

Assim sendo, foi criado um Grupo de Trabalho, no âmbito do GAA, com representantes da comunidade científica, que visa estudar e delinear ações de proteção e recuperação das áreas degradadas. O Comitê de Suporte, por intermédio da Defesa Civil Nacional, articula contatos com a Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação em Redução de Riscos e Desastres ABP-RRD que, por sua expertise, também ajudará na interlocução do GAA com a comunidade científica, captando e analisando as ofertas de apoio e socializando as demandas do GAA (Anexo F).

O GAA constituiu GT dos diferentes ecossistemas sensíveis, tais como manguezais, recifes de corais, praias e principalmente áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas, dentre outras). Estes GT são compostos por especialistas da área científica trabalhando em conjunto com os órgãos ambientais. Além da avaliação dos impactos, irão propor medidas de recuperação desses ecossistemas com a utilização de tecnologias científicas associadas a um programa de monitoramento ambiental. No âmbito das medidas emergenciais, está sendo estabelecida uma rede de avaliação do consumo alimentar de organismos provenientes das áreas impactadas com medições de toxicidade presentes nos principais organismos marinhos consumidos pela população. Esse programa é liderado pelo MAPA, MS, associados a Universidades Federais.

No dia 7 de novembro, uma equipe composta por profissionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Secretaria de Estado da Agricultura de Sergipe (Seagri), com o apoio da MB, realizou coleta de sedimentos, água e pescado, pelo terceiro dia, no rio Japarutuba e nas praias de Ponta dos Mangues e Pacatuba, em Sergipe. As análises químicas servirão para mensurar o grau de contaminação, por óleo, nas amostras.

Ressalta-se ainda que na página do IBAMA foram disponibilizadas orientações técnicas para limpeza de praias, manguezais, áreas rochosas, bem como guias de gestão de resíduos e cartilha sobre fauna oleada - <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>.

Em Abrolhos, por exemplo, o monitoramento no mar foi ampliado com o reforço das Fragatas “Independência” e “Constituição”, do Navio Varredor “Atalaia”, Navio Oceanográfico “Antares” e Navio de Desembarque de Carros de Combate “Almirante Sabóia”, Corveta “Caboclo” e Navio Tanque “Almirante Gastão Mota”, todos da Marinha, além dos navios “Mar Limpo IV” e “Viking Surf”, da PETROBRAS, que se juntaram ao Navio de Pesquisa Hidroceanográfico “Vital de Oliveira”, da MB.

No momento, o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico “Vital de Oliveira” realiza buscas na área marítima ao sul da Bahia, empregando ecobatímetros multifeixe e monofeixe, sonar









**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis



Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

### **Emprego das tecnologias e metodologias de resposta**

Ante ao ineditismo e à complexidade do tema, já no mês de setembro, o IBAMA solicitou a presença e apoio da ITOPF – instituição internacional com maior expertise no mundo em derramamentos de óleo, sediada em Londres (<http://www.itopf.org/>).

Registra-se que cerca de 2.500 km de costa foram atingidos, com centenas de localidades já afetadas e várias delas recorrentes, conforme mapas que são disponibilizados diariamente no site do IBAMA. Não há, ainda, embasamento técnico que consiga prever quais serão os próximos locais a serem afetados. Um estudo dos pontos de toque ao longo desses mais de sessenta dias deixará claro que não há um padrão de recorrência.

O Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) também realizou estudos e analisou os campos de velocidade superficial no Oceano Atlântico Tropical Sul, a fim de entender como as correntes marinhas, ventos e ondas contribuíram para o espalhamento das manchas de óleo pela grande extensão de praias do NE. Em função da complexidade do problema, o CHM buscou a cooperação de diferentes grupos em universidades e instituições de pesquisa, entre os quais se destacam: o Instituto Espacial de Pesquisas Espaciais (INPE), o Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia - LAMCE da UFRJ e o Laboratório de Análise Numérica e Sistemas Dinâmicos - LANSO da FURG. O CHM forneceu aos pesquisadores os dados ambientais de correntes e vento e informações das características físico-químicas do óleo encontrado nas praias do NE, analisadas pelo IEAPM. A Marinha tem recebido esses resultados e analisado conjuntamente a outros dados, de forma a empregar as ações de resposta mais eficientes.

### **Uso adequado das comunicações**

O GAA conta com todo o tipo de comunicação para que as soluções e medidas apresentadas possam chegar ao seu destino final. Não só a rede de comunicação do Ministério da Defesa está sendo utilizada, como a da MB, que conta com os Centros Operacionais locais, além das redes do IBAMA, da Defesa Civil, da PETROBRAS e dos diversos órgãos envolvidos.

Cabe lembrar que as Forças Armadas estão acostumadas com operações de grande envergadura, que exigem o emprego considerável de pessoal e material e de ações integradas das forças navais, terrestres e aéreas.

### **Serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental**

O Secretário de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde foi oficiado, a fim de indicar representante para integrar a equipe de órgãos do governo que compõe o GAA (Anexo M), no uso das atribuições previstas na Lei nº 9.782/1999, e assim, poder proporcionar o conhecimento e a detecção de mudanças do meio ambiente que possam interferir na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde. Da mesma forma, foi encaminhado ofício ao Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (Anexo N).

Nesse contexto, a Secretaria de Vigilância de Saúde emitiu um informe com as recomendações para a população e profissionais de saúde (Anexo O), em seguida, juntamente com a Defesa Civil e a Assessoria de Comunicação, emitiu cartilha de recomendações e orientações à população sobre o derramamento de óleo (Anexo P). Em 31 de outubro, a Secretaria de Vigilância de Saúde também emitiu Boletim epidemiológico (Anexo Q).

No mesmo sentido, o MAPA, em 29 de outubro 2019, publicou no Diário Oficial da União a Instrução Normativa nº 52, de 25 de outubro, que estabeleceu excepcionalmente períodos



de defeso adicionais para o ano de 2019, em decorrência de provável contaminação química por derramamento de óleo no litoral da região nordeste, proibindo a atividade pesqueira de camarão e lagosta (Anexo R).

Recentemente, a FIOCRUZ emitiu nota reafirmando o compromisso de integrar a rede colaborativa institucional de resposta ao derrame de petróleo, oferecendo para isso apoio estratégico ao Ministério da Saúde e ao SUS na participação do setor de saúde na resposta, disponibilização da competência técnico-científica e infraestrutura da instituição, suporte técnico-científico aos governos e sociedade dos estados afetados, apoio às populações atingidas no cuidado, monitoramento e assistência, dentre outros (Anexo S).

### **Registros das ações e dos recursos materiais e humanos**

Não obstante a grande monta de pessoal e material despendidos e dos diversos órgãos envolvidos, tanto públicos como privados, em razão das complexas medidas exigidas para minimizar os prejuízos ambientais, sociais e financeiros, as ações e recursos estão sendo registrados para constar do relatório final, de acordo com o disposto no Decreto nº 8.127/2013.

### **Informação ao público, autoridades e imprensa**

Desde o início de setembro, a Marinha vem dando ampla publicidade ao aparecimento de óleo nas praias do Nordeste. Em nível local, as Capitânicas da área do Comando do 3º Distrito Naval, que engloba os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba, primeiros afetados pela poluição por óleo, estavam divulgando notas para as mídias regionais informando sobre as providências tomadas. Conforme as incidências foram aumentando e com o incremento na coordenação com outros órgãos, intensificou-se a transparência na divulgação das informações através da emissão de notas diárias e da criação do *hotsite* (<https://www.marinha.mil.br/manchasdeoleo>), em que é possível obter todas as informações atualizadas, além de material audiovisual. Em paralelo, foram concedidas diversas entrevistas por militares da Marinha e de componentes do GAA diretamente envolvidos no caso aos principais veículos de comunicação nacionais e regionais, de rádio, jornais e TVs, além de terem sido realizadas coletivas de imprensa, com a presença de órgãos envolvidos na coordenação das atividades de resposta ao aparecimento de óleo nas praias do litoral nordestino.

### **Acionamento da Defesa Civil**

Por meio da Defesa Civil Nacional, que mantém representantes diariamente no Centros de Operações, todas as Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil dos Estados afetados participam ativamente dos processos de resposta, apoiando as defesas civis municipais envolvidas, conforme previsto na política nacional de proteção e defesa civil.

Ressalta-se que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil compõe o Comitê de Suporte e se encontra em contato permanente com as defesas civis estaduais e municipais para as ações de monitoramento, orientações e apoio complementar quando demandado.

Após a análise das características do desastre pela Defesa Civil Nacional, evidenciadas nos processos de monitoramento, não foi vislumbrada a necessidade de evacuação de comunidades afetadas. Esta providência não se aplica ao presente caso, uma vez que não foram identificados riscos à integridade física da população para serem neutralizados ou mitigados mediante a remoção das comunidades, tais como riscos de colapso de edificações, do terreno ou contaminação do ar por emissão de plumas radioativas ou compostas por gases tóxicos.



Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

Considerado o contexto fático relacionado a este desastre, não existem fundamentos técnicos e jurídicos para a adoção da excepcional medida de remoção, conforme deixa claro o disposto no art. 3º-B, caput, *in fine*, §1º, inciso I, todos da Lei 12.340/2010, com redação dada pela Lei 12.608/2012:

*Art. 3º-B. Verificada a existência de ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, o município adotar as providências para redução do risco, dentre as quais, a execução de plano de contingência e de obras de segurança e, quando necessário, a remoção de edificações e o reassentamento dos ocupantes em local seguro.*

*§ 1º A efetivação da remoção somente se dará mediante a prévia observância dos seguintes procedimentos:*

*I - realização de vistoria no local e elaboração de laudo técnico que demonstre os riscos da ocupação para a integridade física dos ocupantes ou de terceiros; e*

Acrescente-se que a evacuação das comunidades constitui ato de natureza excepcional e deve ser aplicada observando a **proporcionalidade** entre o risco enfrentado e a medida.

A observância ao princípio da proporcionalidade neste caso assume indubitável caráter normativo, sobretudo porque promover a remoção de uma comunidade é medida drástica que gera efeitos traumáticos na população, por representar a ruptura de laços e vínculos afetivos, normalmente antigos, existentes entre os cidadãos e o espaço ocupado, suas residências, laços familiares, referências históricas e culturais, bem como com relações de trabalho e subsistência.

E medida portanto que atinge a condição de cidadania da população, razão pela qual só deve ser adotada se for absolutamente necessária para a preservação das vidas em jogo, o que não ocorre neste caso.

Ratifica-se, por fim, ser inaplicável remoção, por ausência de proporcionalidade entre o riscos e a medida, bem como de fundamentação técnica, jurídica para sua implementação.

### **Dos instrumentos do PNC**

As Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamentos de Óleo (Cartas SAO) são organizadas em Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo, que possuem, além das cartas, informações complementares e adicionais, tais como: descrição dos habitats costeiros; informações sobre a previsão do comportamento e da persistência do óleo descarregado; lista recursos biológicos e dados ecológicos; informações complementares sobre as atividades socioeconômicas; dados sobre a infraestrutura da região necessária para ações de limpeza e contenção.

Os Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo e as Cartas SAO podem ser acessados por meio do link: <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/cartas-de-sensibilidade-ao-oleo>

**Destaca-se que o GAA está utilizando o Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar (MAREM) - <http://www.marem-br.com.br/> - que, além das Cartas SAO, integram outros dados ambientais de todo o litoral brasileiro e ilhas costeiras para servir de suporte para o planejamento e gestão de uma operação de resposta a acidentes envolvendo derramamento de óleo no mar, disposto em banco de dados georreferenciado, de modo a permitir uma análise detalhada, mas ágil, da região eventualmente afetada por um derramamento de óleo.**







A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) realizou diversas análises meteorológicas relacionadas aos fatos de ventos, ondas, correntes e modelagem, no sentido de contribuir com a identificação da poluição, bem como com o esforço da prevenção e combate à difusão das manchas de óleo. Como anteriormente mencionado, o Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) tem realizado estudos, a fim de entender como as correntes marinhas, ventos e ondas contribuíram para o espalhamento das manchas de óleo pela grande extensão de praias do NE, com a cooperação de diferentes grupos em universidades e instituições de pesquisa.

O CHM fornece previsão meteorológica marinha especial para o litoral do Nordeste, diária e para as 96 horas seguintes, e encaminha para o GAA.

Para o alcance dos resultados, é utilizado o modelo HYCOM, um programa computacional que resolve as equações que regem o movimento das correntes oceânicas. Ele é operado na MB por meio de um termo de cooperação entre o CHM e a PETROBRAS.

O Sistema de Informações sobre Incidentes de Poluição por Óleo em Águas Sob Jurisdição Nacional (Sisnóleo) é um sistema de gestão de acidentes ambientais composto módulos.

Entre os módulos, destacam-se o Sistema Nacional de Emergências Ambientais (Siema) que é uma ferramenta informatizada de comunicação de acidentes ambientais, visualização de mapas interativos e geração de dados estatísticos dos acidentes ambientais registrados pelo IBAMA (<https://siema.ibama.gov.br/>). O poluidor responsável por empreendimentos ou atividades licenciadas ou autorizadas pelo IBAMA deverá comunicar de imediato, via Siema, a ocorrência de acidentes ambientais, independente das medidas tomadas para seu controle (Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 6 de outubro de 2014).

Além do sistema de comunicação, também está em funcionamento o Programa de Monitoramento Preventivo de Incidentes de Poluição por Óleo do Sisnóleo/PNC, que, desde 2016, usa imagens de satélite com cobertura nas bacias sedimentares (plataformas marítimas de óleo/gás) em águas brasileiras visando identificar feições suspeitas. O serviço é executado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima) do IBAMA. As imagens usadas são: Sentinel 1, 2 e 3, Terra/Modis, Aqua/Modis, Landsat 7 e 8, Cbers 4, Radarsat-2 (Campo de Frade, na Bacia de Campos) e Cosmo-Skymed (região do Pré-Sal).

Para o evento em questão, o IBAMA solicitou o direcionamento dos satélites CosmoSkymed para o Nordeste. A constelação de satélites vinha imageando a Bacia de Campos, por força de um Termo de Compromisso firmado entre o IBAMA e a PETROBRAS.

Ademais, o IBAMA solicitou à Agência Espacial Europeia a ampliação da área de cobertura do satélite Sentinel 1, visando abranger áreas mais *offshore* do Brasil no Nordeste.

Sistema de Comando de Incidentes (SCI) é uma ferramenta de gerenciamento de incidentes padronizada, que permite a seu usuário adotar estrutura organizacional integrada para suprir complexidades e demandas de incidentes únicos ou múltiplos, independentemente do local em que ocorram.

Desde o dia 2 de setembro, o GAA já adota o SCI tanto na elaboração dos formulários (ICS 209, 202, 204 e 215, por exemplo) quanto na montagem do organograma.

Até a presente data, não foram estabelecidos termos de cooperação ou similar diretamente com o GAA ou Ministério do Meio Ambiente. O GAA, por intermédio do IBAMA, conta com a colaboração informal da ITOPE, desde 2016 na realização de simulados Tier 2 e 3.

Especificamente, o IBAMA celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), o que resultou no mapeamento MAREM, já descrito acima.

Ressalta-se que os Termos de Cooperação são instrumentos que devem ser firmados previamente, e não durante a emergência.



Continuação do Ofício nº 35/2019 do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA-DF).

### **Ações de resposta do GAA – MB, IBAMA e ANP**

Enfatiza-se que as ações estão sendo tomadas de forma coordenada e científica, considerando a gravidade do incidente. Nenhum incidente por óleo, em nenhum lugar do mundo, permite que se restabeleça, de imediato, o *status quo ante* ambiental logo após a ação dos grupos de combate à poluição. Portanto, trata-se de processo complexo, custoso e crescente ao longo do tempo, não havendo uma solução tão mais rápida e efetiva como pretende o Ministério Público. Todos os esforços estão sendo feitos para minimizar os impactos ambientais.

Os registros fotográficos das ações de respostas estão disponíveis ao Ministério Público, ao Juízo e à sociedade por meio das inúmeras Notas à Imprensa e nas seguintes páginas:

- Governo Federal (<https://www.gov.br/manchanolitoral/>);
- Marinha (<https://www.marinha.mil.br/manchasdeoleo>); e
- IBAMA (<http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>).

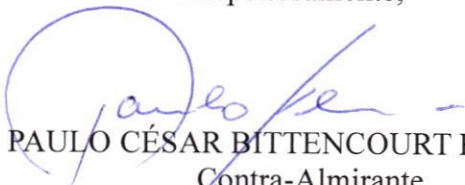
### **Conclusão**

Diante do exposto, estando demonstrado que o PNC foi devidamente acionado e que estão sendo adotadas medidas muito além das previstas no Decreto nº 8.127/2013, como prova o grande incremento do emprego de recursos humanos, de meios navais e aéreos, bem como o forte engajamento da academia, que concentra os principais pesquisadores do país no trato do assunto em lide, a despeito da aparente estabilização das ocorrências observadas nos últimos 9 dias, a Coordenação Operacional do GAA entende não ser possível a aceitação de proposta de conciliação da forma apresentada pelo MPF, na audiência do dia 30 de outubro de 2019.

Não obstante, buscando avançar ainda mais nas ações de resposta, bem como aprimorar todo o planejamento e trabalho que vem sendo realizado, a Coordenação Operacional do GAA vislumbra assumir os compromissos a seguir listados, além de outros a serem posteriormente propostos e avaliados:

- a) disponibilização de espaços para o MPF acompanhar as ações em andamento, atinentes ao PNC em Brasília, bem como nos demais Centros de Operações para Incidentes de Poluição (COIP), localizados em Salvador, Recife e Belém, estendendo o convite a peritos técnicos a seu critério, para trabalharem junto ao GAA;
- b) realização de novas coletivas de imprensa; e
- c) avaliação dos Planos de Trabalho de Restabelecimento pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, no prazo emergencial de cinco dias. Para tanto, é necessário o apoio do ente interessado, quando do fornecimento de dados acessórios ao processo de decisão e correções em documentações constantes do processo em análise. Ressalta-se que os entes interessados deverão observar a Instrução Normativa nº 02, de 20 de dezembro de 2016, do então Ministério da Integração Nacional, que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Respeitosamente,

  
PAULO CÉSAR BITTENCOURT FERREIRA  
Contra-Almirante  
Coordenação Operacional  
[gaa.secom@defesa.mil.br](mailto:gaa.secom@defesa.mil.br)  
Telefone contato (61) 3312-4206

EDUARDO FORTUNATO BIM  
Presidente do IBAMA





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

**DESPACHO Nº 42670/2019-MMA**

**Assunto: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS .**

À Consultoria Jurídica,

Em atenção à COTA n. 00442/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU, encaminho o presente processo contendo o Ofício Nº 953/2019/GABIN e anexos, que trata da manifestação do IBAMA acerca da proposta de acordo pelo Ministério Público Federal conforme Termo de Audiência lavrado no âmbito da Ação Civil Pública n. 0805679-61.2019.4.05.8500.

Esclareço, por oportuno que o IBAMA informa a expedição do Ofício nº 35/2019/GAA-DF em conjunto com a Marinha do Brasil à Procuradoria da União no Estado de Sergipe com a manifestação acima mencionada.

Atenciosamente,

SECEX em, 12/11/2019.

**FERNANDO MAFRA PELANDA**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Maфра Pelanda, Chefe de Gabinete**, em 12/11/2019, às 19:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0495791** e o código CRC **42B353BE**.





Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010  
Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

Ofício nº 1794 - AGU/PU/SE/AESVNC

Aracaju, 30 de outubro de 2019.

**A Sua Senhoria o Senhor**  
**Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**  
**Brasília/DF -**

Senhor Consultor Jurídico,

Já cientificado a esse Ministério acerca da demanda proposta pelo MPF nos autos da **ACP nº 08056791620194058500** tendo por objeto compelir a União a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacionaa –PNC, nos termos do Decreto N 8.157/2013 que regulamenta a Lei nº 9.966/2000.

Comunico a decisão liminar nos autos do Agravo de instrumento 0805679-16.2019.4.05.8500 que acolheu parcialmente o efeito ativo, nos seguintes termos:

“(…)Diante do exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** a antecipação de tutela da pretensão recursal para determinar que a União, no prazo de 48 quarenta e oito) horas, promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, § 3º, do Decreto n. 8.127/2013, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 cinquenta mil reais). Cumpra-se com **URGÊNCIA**.(…)”

Na sessão de audiência de hoje foi determinado o cumprimento pela União em 48hs, segundo decisão do Relator e consignado na ata da sessão.

Com efeito, a sobredita decisão para que a União promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um

Processo ProCS-REUS 74-500-2012-9050562514) SED02007431401482202017529/pgp26869





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010

Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado deve ser cumprida em até 48hs, razão pela qual atesto a força executória na forma do parecer anexo.

Na mesma oportunidade e em face da exiguidade do prazo da União, solicito resposta até as 16hs do dia 1º/11/2019, podendo ser antecipada para o e-mail [ana.elisa.carvalho@agu.gov.br](mailto:ana.elisa.carvalho@agu.gov.br) ou [pu.se@agu.gov.br](mailto:pu.se@agu.gov.br).

Atenciosamente,

Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho  
Advogada da União



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Parecer AGU/PU/SE nº 32 /2019-PU/SE:NAP:AESVNC  
1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe  
Proc. nº 0805679162019405850  
Autor: Ministério Público Federal  
Réus: União e outros

Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal em que se objetiva seja compelir a UNIÃO a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, para, nos termos do Decreto n. 8.157/2013, que regulamenta a Lei n. 9.966/2000.

Havendo pedido de provimento liminar para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, seja acionado o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, este juízo fixou o tempo de 24h (vinte e quatro horas) para que a UNIÃO se manifeste sobre os pedidos de tutela de urgência, devendo, em especial, indicar, comprovando ao juízo, se o PNC foi acionado, esclarecendo as providências já adotadas e aquelas eventualmente já planejadas para adoção decorrentes de tal acionamento, ou justificar, detalhadamente e com provas, o motivo de não o ter feito.

Considerando o despacho judicial, apresenta a União, apesar da extrema exiguidade do prazo estabelecido, as seguintes razões fáticas e jurídicas sobre o pedido de tutela provisória apontando para o acionamento do PNC, com a adoção de providências adotadas e o planejamento de ações decorrentes de tal acionamento, com a estrutura organizacional pertinente e devidamente informada, para tanto juntando vasta documentação comprobatória de tal acionamento.

Em seguida, foi proferida a decisão da magistrada, cuja parte dispositiva foi nos seguintes termos:

“(...)Diante das informações e documentação trazidas pela União, que relatam ações que têm sido adotadas, este Juízo, por ora, intima o MPF para: 1. emendar sua inicial (prazo de 05 dias), nos termos da fundamentação e 2. especificar (prazo de 15 dias) quais ações além das que a ré informou estar implementando, requer sejam impostas, a fim de que este Juízo possa avaliar a necessidade ou não de determinar medidas outras, diante do grave acidente ecológico em questão.

No mais, observo ainda que a União, no convite que fez ao MPF para acompanhar e fiscalizar os atos e atividades de execução, planejamento, comando e controle do Coordenador Operacional do PNC, declinou os seguintes endereços:



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

- COM2DN (Salvador): Avenida das Naus, S/N, Comércio, Salvador - BA, 40015-270;

- COM3DN (Natal): Rua Cel Flamínio, S/N, Santos Reis, Natal - RN, 59010-500;

- COM4DN (Belém): Praça Carneiro da Rocha, S/N, Cidade Velha, Belém-PA, 66020-150; e

- CISMAR (Centro Integrado de Segurança Marítima): Praça Barão de Ladário, S/N, Edifício Almirante Tamandaré - 6 andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, 20091-000.

Intimar.(...)”

O Parquet Federal emendou a inicial, assim como agravou da referida decisão, recurso este tombado sob o nº **0805679-16.2019.4.05.8500**

Em seguida houve a prolação dos despachos de 25/10/2019 e 26/10/2019, abaixo transcritos:

“(...)Em emenda à inicial determinada por este Juízo na decisão de 20/10/2019, o MPF requereu a inclusão do IBAMA e da ANP no polo passivo da presente demanda.

Defiro a inclusão de tais entes na lide.

Em conformidade com o disposto no art. 2º, da Lei n. 8.437/92, intimar os dois entes acima e a União, considerando que há novos pedidos, para, querendo, manifestarem-se sobre o pedido liminar. Mantenho o prazo legal de 72 horas, eis que a União, por ocasião de sua manifestação, apresentou documentos que indicam ter acionado o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.

Ultrapassado esse prazo, com ou sem manifestação dos réus, fazer conclusão dos autos para que este Juízo analise os pedidos liminares do Ministério Público Federal, ocasião em que também decidirá sobre a necessidade ou não de audiência de conciliação.(...)”

“(...)Conforme certificado no id. 4058500.3196535, não haverá expediente na JFSE na próxima quinta-feira e sexta-feira, dias 31/10/19 e 01/11/19.





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Assim, diante da gravidade da situação e deste longo feriado, em adendo ao despacho do id. 4058500.3195861, designo audiência de conciliação para o dia 29/10/2019, terça-feira, às 14h, na sede deste Juízo Federal. Até o dia da referida audiência os réus devem comprovar nos autos:

1. o que têm feito quanto ao recolhimento e destinação do material poluente retirados das áreas atingidas;
2. o nível de atendimento, resgate e habilitação de fauna, bem assim planos de ações de recuperação das áreas atingidas, nas quais houve prejuízo à biota, inclusive à dos manguezais;
3. se já providenciaram estudos quanto aos efeitos para a saúde das pessoas em consequência da contaminação dos peixes crustáceos e moluscos atingidos pelo óleo vazado;
4. se os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental foram acionados.
5. se as respectivas Defesas Cíveis foram comunicadas a fim se preparem para, se necessário, retirar a população atingida ou em risco eminente de ser atingida pelo incidente de poluição por óleo.
6. se as autoridades, o público e a imprensa estão sendo informados da situação e se foi estabelecido centro de informações.

Caso ainda não tenham sido tomadas as providências referidas nos itens acima, determino que os réus as implementem no prazo de 05 dias, a contar da intimação que se dará hoje.

Com a manifestação dos réus, este Juízo decidirá sobre outras providências requeridas pelo MPF cujo cumprimento ainda não tenha sido determinado e que ainda não tenham sido implementadas pelas demandadas (providências).

Intimar com urgência (regime de plantão).(..."

União, Ibama e ANP pedem conjuntamente o adiamento da audiência, o que foi deferido por decisão de 28/10/2019 para que a sessão se realize no dia 30/10/2019, às 15hs.

Durante a realização da audiência foi comunicada a decisão liminar nos autos do Agravo de instrumento **0805679-16.2019.4.05.8500** que acolheu parcialmente o efeito ativo, nos seguintes termos:

"(...)Diante do exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** a antecipação de tutela da pretensão recursal para determinar que a União, no prazo



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

de 48 quarenta e oito) horas, promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, § 3º, do Decreto n. 8.127/2013, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 cinquenta mil reais).

Cumpra-se com **URGÊNCIA**.(...)"

Na referida sessão foi determinado o cumprimento pela União em 48hs, segundo decisão do Relator e consignado na ata da sessão.

Logo a sobredita decisão para que a União promova o convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado deve ser cumprida em até 48hs, razão pela qual atesto a força executória da sobredita determinação, inexistindo qualquer ato judicial posterior que a suspenda ou a revogue.

Aracaju(SE), 30 de outubro de 2019.

  
**Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho**  
**Advogada da União- AGU/PU/SE**



30/10/2019

Número: **0814134-56.2019.4.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Partes	
Tipo	Nome
AGRAVANTE	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Documentos			
Id.	Data/Hora	Documento	Tipo
18378 672	30/10/2019 16:48	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



**PROCESSO ORIGINÁRIO:** 0805679-16.2019.4.05.8500 - 1ª VARA FEDERAL - SE

considerado o maior acidente ambiental da história do litoral brasileiro em termos de extensão, não se afigura prudente prolongar a discussão acerca de quem deve integrar o polo passivo da ação originária, sob pena de se comprometer a essência desse processo judicial, no qual há registros e fotos dando conta de que as manchas de óleo já afetam 230 localidades em 88 municípios, constituindo pequena amostra do desastre que atinge o litoral nordestino, cujo impacto será sentido por décadas, com danos incalculáveis à natureza e à economia regional.

Defende que o reconhecimento da "significação nacional" do incidente, nos termos do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 8.127/2013, entremostra-se como elemento indispensável para o efetivo acionamento e implementação do mencionado Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC).

Adverte que o óleo estaria se espalhando por regiões ambientais que são essenciais para o País, a exemplo da Foz do Rio São Francisco, localizada no Município de Piaçabuçu, litoral extremo sul de Alagoas. Em sequência, registra que o PNC, em seu art. 2º, IV, estatui medidas a serem tomadas nos incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, incluindo aquelas cuja responsabilidade seja indeterminada.

Assevera que os documentos colacionados pela União apontariam que 99,9% das ações realizadas estariam relacionadas ao monitoramento em busca de manchas de óleo, à espera de que chegassem às praias para realizar sua limpeza em ritmo lento e sem o emprego da técnica e agilidade necessária.

Registra que inexistiria o alegado ineditismo do vazamento de óleo em questão, relacionando a existência de acidentes similares ocorridos em território nacional, nos quais teriam sido utilizadas medidas como a subducção do óleo, especialmente em áreas estuarinas ou com elevadas concentrações de material em suspensão. Nesse contexto, requer a concessão da tutela recursal de que trata o art. 1.019, I, do NCPC, para:

"10.1) conceder a tutela de urgência, com fulcro no artigo 300 do Código de Processo Civil brasileiro, determinando-se, sob pena de multa diária de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), à UNIÃO e às demais demandadas que, cada qual em suas atribuições:

10.1.1) acionem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.127/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, de modo a ser efetivado, com a maior brevidade possível, o objetivo de assegurar "a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta" ao gravíssimo incidente ambiental de poluição por óleo que afeta todos os Estados da Região Nordeste, reconhecendo-se sua "significância nacional";

10.1.2) façam atuar, imediatamente após a implementação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, a Autoridade Nacional, o Comitê Executivo, o

Grupo de Acompanhamento e Avaliação, o Coordenador Operacional e o Comitê de Suporte, com a devida observância aos artigos 5.º a 11 do Decreto N.º 8.127/2013, inclusive com a integral composição institucional nele prevista;

10.1.3) determinem, em especial, ao Coordenador Operacional que cumpra fielmente seus deveres (artigo 10 do Decreto N.º 8.127/2013 e apresente relatórios semanais ao Juízo Federal, quanto a:

I - garantir, em ordem de prioridade, a segurança da vida humana, a proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo;

II - estabelecer centro de operações;

III - exigir do poluidor ou dos responsáveis pelos Planos de Emergência Individuais e de Área, conforme o caso:

a) as ações de resposta e seu acompanhamento;

b) o apoio logístico e as condições de trabalho adequadas para o pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental;

c) a disponibilidade, no local do incidente, dos equipamentos previstos nos Planos de Emergência Individual e de Área, e a colaboração quanto à mobilização dos equipamentos necessários;

d) a proteção das áreas ecologicamente sensíveis;

e) o resgate da fauna por pessoal treinado e seu transporte para centros de recuperação especializados;

f) o monitoramento ambiental da área atingida;

g) a adequação da coleta, do armazenamento, do transporte e da disposição dos resíduos gerados no incidente de poluição por óleo; e

h) o emprego das tecnologias e metodologias de resposta, em conformidade com a legislação;

IV - assegurar que:

a) as comunicações sejam realizadas adequadamente;

b) os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental estejam disponíveis; e

c) as ações e recursos materiais e humanos empregados pelos órgãos da administração pública sejam documentados e contabilizados;

V - manter a imprensa, as autoridades e o público informados da situação, e estabelecer centro de informações, quando couber;

VI - acionar a Defesa Civil, quando necessário, para a retirada de populações atingidas ou em risco eminente de serem atingidas pelos incidentes de poluição por óleo;

VII - realizar reuniões periódicas com os participantes da ação de resposta para acompanhamento e controle das ações planejadas; e



VIII - efetuar os registros do incidente, a serem entregues à Autoridade Nacional, que conterão, no mínimo:

a) relatório técnico, com a caracterização do incidente, os métodos e os procedimentos utilizados nas ações de resposta;

b) relatório das ações de comunicação social e institucional realizadas, que conterá os registros de comunicação ao poluidor, às autoridades, às comunidades envolvidas e ao público em geral, sobre o andamento das

operações e desdobramentos do incidente, e as ações de recuperação previstas para a área atingida; e

c) relatório financeiro-administrativo consolidado, que discrimine recursos humanos e materiais aplicados no exercício de sua Coordenação e custos envolvidos na operação, com o objetivo de registrar as despesas para mitigação do incidente e o posterior ressarcimento pelo agente poluidor.

10.1.4) observem quanto ao Comitê de Suporte, no que se refere à situação fática tratada nesta demanda judicial, o disposto no artigo 11, §4.º, do Decreto N.º 8.127/2013, convidando a participar desse específico colegiado "um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado";

10.1.5) utilizem todos os instrumentos previstos para garantir a efetividade do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, nos termos do artigo 21 do Decreto N.º 8.127/2013, quais sejam:

I - cartas de sensibilidade ambiental ao óleo e outros dados ambientais das áreas atingidas ou em risco de serem atingidas;

II - centros ou instalações estruturadas para resgate e salvamento da fauna atingida por incidente de poluição por óleo;

III - planos de ação dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais em incidentes de poluição por óleo;

IV - Planos de Emergência Individuais e de Área para combate a incidentes de poluição por óleo;

V - programas de exercícios simulados;

VI - redes e serviços de observação e previsão hidrometeorológica;

VII - serviço meteorológico marinho;

VIII - Sisnóleo;

IX - Sistema de Comando de Incidentes; e

X - termos de cooperação, convênios e instrumentos congêneres."

Requer-se, também, seja determinado à demandada UNIÃO, e às demais, que adotem todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes, a todos os órgãos e agentes envolvidos, públicos ou privados, para o efetivo cumprimento do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo

em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, nos termos em que imposto por esse DD. TRF (item precedente) e que comprovem, perante a Justiça Federal, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas.

Requer-se, a título cominatório, a imposição de astreintes em valor não inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por dia, em caso de descumprimento da decisão judicial, a ser revertido para ações socioambientais futuras na Região Nordeste.

É, em síntese, o relatório. Fundamento e decido.

A proteção de meio ambiente assumiu novo patamar com o advento da Constituição Federal de 1988, e o direito à sua integridade, à luz do que preconiza o art. 225, espelha típico direito de terceira dimensão, de titularidade coletiva, a consagrar o valor solidariedade nesse particular, em cujas notas características destaca-se a indisponibilidade. Dado, pois, seu caráter essencial, é dever que se impõe ao Poder Público *lato sensu* a adoção de medidas necessárias à sua preservação.

Na situação do incidente ambiental em análise, cujo óleo identificado na zona costeira brasileira tem impactado sobremaneira os Estados da Região Nordeste, afigura-se premente a adoção de medidas técnicas adequadas para fazer frente aos graves danos causados e, desse modo, promover a defesa do meio ambiente. Em relação a isso, à primeira vista, não há divergência. O ponto controvertido, na presente ação civil pública, diz respeito à implementação do Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, previsto no Decreto n. 8.157/2013, que regulamenta a Lei n. 9.966/2000.

De fato, a pretensão do Ministério Público Federal, ora renovada em sede recursal, guarda estreita relação com a observância das disposições do Decreto n. 8.157/2013. Basta realizar o cotejo entre os pedidos deduzidos e as disposições desse ato normativo para se concluir acerca desse estreito entrelaçamento, a saber: pedido 10.1.1 (acionar o PNC); 10.1.2 (estruturação organizacional do PNC, arts 5º a 11 do Decreto n. 8.127/2013); 10.1.3 (medidas previstas no art. 10 do Decreto n. 8.127/2013); 10.1.4 (Art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013); 10.1.5 (Art. 21 do Decreto n. 8.127/2013).

Pois bem. Não obstante a alvissareira atuação do Ministério Público, o quadro que se tem, ao menos nesse momento processual, é de que a União já teria acionado o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional. A decisão agravada, reportando-se a informações prestadas pela União, transcreve uma série de medidas que já teriam sido adotadas à luz da legislação de regência. Eis os dados repassados pelo ente demandado e levados em consideração pelo Juízo de Primeiro Grau, *ipsis litteris*:

O Incidente de poluição por óleo no litoral do Nordeste (NE) petróleo bruto é fato inédito na história do petróleo. O óleo em nível sub-superficial, causando uma espécie de solidificação e apresentação na costa de forma fragmentada e não fluída/líquida. Esse fenômeno diminui a bio-disponibilidade do óleo, mas impõe uma forma totalmente nova de abordar a questão, fazendo com que as estratégias pensadas para cenários dos vazamentos comuns, ainda que sem origem, identificáveis por satélites e sobrevoos e cuja dispersão pode ser evitada com barreiras, dispersão química etc., precisem ser adaptadas a esse diferente cenário.

O PNC prevê em sua estrutura organizacional uma estrutura composta pela Autoridade Nacional, exercida pelo Ministério do Meio Ambiente, um Comitê Executivo, contando com diversos órgãos. O Decreto 8.127/2013 (art. 8º) também cria o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), composto pela Marinha do Brasil, o Ibama e a ANP, órgão de elevada relevância do âmbito do PNC, que atua desde o dia 2 de setembro.

Cabe aos representantes da ANP, Ibama e da Marinha a avaliação do incidente, de acordo com suas atribuições institucionais, e da respectiva necessidade de estabelecer a comunicação entre os demais órgãos.

As reuniões e articulações entre Ibama, Marinha e ANP avaliaram o tipo de incidente no âmbito de cada órgão e entidade, tendo por fim recomendado à autoridade nacional, em reunião efetuada na cidade do Rio de Janeiro, domingo, dia 06/10/2019, que a Marinha fosse a coordenadora operacional do Plano. Tal decisão foi comunicada dia 08 de outubro ao MMA.

Essa articulação efetuada ao longo de setembro foi fundamental para se entender a magnitude e morfologia desse novo acidente com petróleo, tendo em vista o seu ineditismo, a ausência da fonte, caráter intermitente e errático, apresentando um dinamismo não rastreável por causa da sub-superficialidade do óleo.

Apesar dessas dificuldades, todo o acidente tem sido acompanhado pela Marinha, IBAMA E ANP. Quanto à Marinha, a Autoridade Marítima desde o início, em 02 de setembro de 2019, por intermédio da Diretoria de Portos e Costas (DPC) e dos Comandos do 2º, 3º e 4º Distritos Navais, tem adotado todas as providências que lhe competem para garantir a segurança da vida humana no mar e a proteção do meio ambiente.

Desde o início dos incidentes de poluição, a Marinha do Brasil realizou incrementalmente, Patrulhas Navais, Inspeções Navais, esclarecimentos aéreos, análises de amostras de óleo incidentes nas praias, análises do tráfego marítimo, análises meteoceanográficas, interagindo, também de forma crescente, com organizações e agências governamentais e a PETROBRAS, visando ao combate e à prevenção dos incidentes de poluição por óleo no mar, bem como à identificação da origem da poluição.

Na área de incluída na circunscrição do Comando do 2º Distrito Naval (Bahia e Sergipe), as ocorrências registradas pelas Capitânicas dos Portos subordinadas e suas respectivas Delegacias e Agências tiveram início no final do mês de setembro de 2019. Desde o início das ocorrências até hoje, foram realizadas inspeções navais, utilizando os navios distritais nas áreas litorâneas dos Estados da Bahia e de Sergipe.

Na área de circunscrição do Comando do 3º Distrito Naval, englobando os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas, as ocorrências registradas pelas Capitânicas dos Portos subordinadas





#### IV. DO GABINETE DE CRISE. DO PNC

Em razão do ressurgimento das manchas, imediatamente a Marinha do Brasil/Comandante de Operações Navais ativou um Gabinete de Crise, com o propósito de avaliar as providências para o enfrentamento da situação e minimizar os danos ambientais. Em sequência, convidou os representantes do IBAMA, da PETROBRAS, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da TRANSPETRO, da Polícia Federal, da FAB, da DGN, da DPC e de diversas outras Organizações Militares para uma reunião, a fim de deliberar providências visando maior atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas, como também para ampliar a capacidade de resposta ao incidente e minimizar os danos ambientais.

O Ministro do Meio Ambiente, na condição de Autoridade Nacional do PNC (art - 4º, I, do Decreto nº. 8.127/2013), instruído pela recomendação do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) do PNC (art. 9º do Decreto nº. 8.127/2013), articulado e atuante desde o início dos incidentes, formalizou ao Ministro da Defesa a designação da Marinha do Brasil como 8.127/2013), o que foi comunicado Coordenador Operacional do PNC (art. 9º, V, do Decreto 8.127/2013), o que foi comunicado aos membros do PNC e outros órgãos mediante o Ofício Circular 1132/2019/MMA, recebido no Ibama em 14/10/2019, cuja natureza também serviu como comunicação ao Comitê Executivo do acionamento do PNC (art. 6, VI, do Decreto 8.127/13).

Tal Ofício aduz:

"Tendo em vista comunicação recebida na data de 08 de outubro p.p., instruída com a recomendação adotada pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação - GAA, na condição de Autoridade Nacional do Plano de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob jurisdição Nacional - PNC, instituído pelo Decreto n 8127, de 22 de outubro de 2013, e com fundamento na competência estabelecida no inciso VI do Art. 6, venho comunicar aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte, a designação da Marinha do Brasil como Coordenador Operacional, nos termos do inciso I, parágrafo único do Art. 9 do Decreto 8.127, de 2013, para o prosseguimento das medidas previstas nos dispositivos retro referidos."

Com vistas a trazer a este juízo a informação requisitada por meio do despacho judicial retro, a Advocacia-Geral da União pediu a manifestação da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente -Secex quanto ao determinado pela referida decisão.

Por meio do DESPACHO Nº 39498/2019 - MMA (SEI 0484482), em anexo, o Secretário Executivo informa "As providências adotadas, por este Ministério, quanto ao PNC - Plano Nacional de Contingência."

Ao se analisar a documentação encaminhada pela Secex (SEI 0484485), em anexo, constata-se que o Ministro de Estado do Meio Ambiente, como Autoridade Nacional do PNC, exerceu incompetência prevista no art. 6º, inciso IV, do Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, que estabelece: "Art. 6º Compete à Autoridade Nacional: (...) IV - comunicar o acionamento do PNC aos órgãos e instituições integrantes do Comitê de Suporte".

Verifica-se também na documentação em anexo que, nessa comunicação enviada aos integrantes do Comitê de Suporte do PNC, previsto no art. 12 do Decreto nº. 8.127/2013, consta a informação da designação da Marinha do Brasil, conforme já dito acima, como o que demonstra a observância ao disposto no inciso I do Coordenador Operacional do PNC, parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 8.127, de 2019: "Art. 9º Compete ao Grupo de Acompanhamento e Avaliação: (...) V - designar o Coordenador Operacional, em cada caso, entre um de seus integrantes, para acompanhamento e avaliação da resposta ao incidente de poluição por óleo, observados os critérios de tipologia e características do incidente; (...) Parágrafo único. A designação de que trata o inciso V do caput deve recair preferencialmente sobre: I - a Marinha do Brasil, no caso de incidente de poluição por óleo ocorrido em águas marítimas, bem com em águas interiores compreendidas entre a costa e a linha de base reta, a partir da qual se mede o mar territorial; (...)"

#### V. DO GAA (ART. 9º DO DECRETO Nº. 8.127/2013). AÇÕES E ESTRUTURA DOS CENTROS DE OPERAÇÕES.

Com a Marinha do Brasil designada Coordenador Operacional, nos termos do art. 9º, V, do 8.127/2013), o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA - art. 9º do Decreto 8.127/2013), articulado e atuante desde o início dos incidentes, estruturou seu Centro de Operações no Centro de Comando Naval de Área (CCNA) do Comando do 2º Distrito Naval (Marinha do Brasil).

Os Comandos do 2º, 3º e 4º Distritos Navais também ativaram os Centros de Operações para Incidentes de Poluição (COIP), nos respectivos CCNA, para apoio ao GAA (Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA - art. 9º do Decreto nº. 8.127/2013) em suas necessidades operacionais e administrativas, com pessoal e com recursos próprios.

Assim sendo, desde o início, a os órgãos federais previstos no Decreto nº. 8.127/2013 tem diuturnamente monitorado os incidentes de poluição hídrica, devendo ser destacada atuação dos órgãos do IBAMA, ICMBio e das Capitânicas dos Portos, estas realizando Patrulha Naval e Inspeção Naval por navios, Patrulha Aérea Marítima por aeronave da MB e da Força Aérea Brasileira (FAB), analisado o tráfego mercante de interesse, recolhido óleo e resíduos em diversas praias atingidas, efetuada a análise do óleo (biomarcadores), além de divulgado o incidente em Aviso aos Navegantes e por meio de nota a imprensa, solicitando a informação tempestiva da identificação de poluição hídrica por navios em trânsito nas Águas Jurisdicionais Brasileiras.

Ao todo, a Marinha do Brasil já empregou mais de 1.500 militares de 48 Organizações Militares, distribuídos em 15 Navios de Superfície, 2 helicópteros da MB, 1 aeronave de asa fixa da FAB, 63 viaturas, 2 Grupamentos de Fuzileiros Navais, 21 equipes de Inspeção Naval e 5 Centros de Comando das Operações, tendo realizado até hoje 1.062 Inspeções Navais.

Outrossim, no gerenciamento dos incidentes de poluição, o IBAMA, conforme a vasta documentação ora anexada aos autos, além de fazer a identificação de áreas sensíveis, tem monitorado as praias e coordenado os trabalhos de limpeza das prefeituras, dos órgãos estaduais de meio ambiente, além de atuar no planejamento operacional e estratégico, emitindo relatórios diários, em conformidade com o manual do PNC. O IBAMA já empregou, além do trabalho direto de servidores seus, 2 helicópteros e 1 aeronave de asa fixa.



A PETROBRAS, sob demanda do IBAMA, também tem contribuído com o GAA (art. 9º do Decreto nº. 8.127/2013) com meios aéreos (2 helicópteros), pessoal e recursos materiais. Além dos 100 (cem) funcionários da estatal disponibilizados, contratou mais 1700 para ajudar nas limpezas das praias, ativou 5 Centros de Defesa Ambiental e 9 Centros de Resposta a Emergência.

A partir do estabelecimento do Centro de Operações, o GAA (art. 9º do Decreto nº. 8.127/2013) continuou a emissão de boletins diários, ora anexados, em substituição ao IBAMA, assim como a divulgação de orientação técnica para a limpeza das praias, relatórios de localidades e fauna atingidas. A estruturação do GAA, aproveitando a infraestrutura de comando e controle da Marinha do Brasil no Comando do 2º Distrito Naval tem proporcionado condições de melhor coordenação das ações de respostas. Sem dúvida, em virtude da exemplar organização das estruturas da Marinha do Brasil, detentora de grande contingente de militares treinados e supervisionados, dotada a instituição de forte disciplina em sua atuação cartesianamente planejada, de equipamentos providos de atualidade do ponto de vista da técnica e em quantidade relevante, digna da maior força dos mares da América Latina, pode-se concluir que o GAA/PNC (Decreto nº. 8.127/2013), além de se encontrar em pleno funcionamento, dispõe da melhor estrutura e meios de atuação possível, forte na circunstância de sua instalação estar significativamente alicerçada na estrutura da Marinha do Brasil, aproveitando todo expertise (know-how) e os recursos humanos e materiais da referida Força.

Ainda sobre ações de resposta de todas as instituições federais envolvidas, durante as articulações efetuadas (reunião presencial, vistoria do local do incidente - incluindo sobrevoos sobre a(s) área(s) afetada(s), coleta de amostras, orientações a outros órgãos, investigação sobre a fonte do derramamento etc.), monitoramento e as respostas ao recolhimento do material foi-se formando doutrina, em constante avaliação, sobre qual a melhor forma de tratar da questão. Por enquanto essa forma é o monitoramento e recolhimento do óleo. Destaque-se que também foi realizada a requisição administrativa. A destinatária das requisições foi a Petrobrás e seu objeto foram mão de obra, equipamentos (v.g., EPIs, embarcações) e apoio técnico.

Percebe-se pela documentação anexa que ações estão sendo tomadas pelos órgãos envolvidos, comunicados pelo Ofício Circular 1132/2019/MMA, bem como por Estados e Municípios, pela liderança ou decisão do GAA, contribuindo para mitigar os danos ambientais decorrentes do aparecimento de óleo na costa nordestina brasileira.

Importante destacar esse aspecto porque o PNC preceitua que compete ao GAA requisitar "do responsável por qualquer instalação os bens e serviços listados nos respectivos Planos de Emergência Individuais e de Área necessários às ações de resposta, e outros bens e serviços disponíveis" (art. 27 do Dec. 8.127/2013).

Informa-se sobre a melhor metodologia porque os planos de emergência individuais e de área não trazem a melhor resposta a esse tipo de acidente com óleo, cuja morfologia é completamente diferente da usual, mas foram efetuadas diversas requisições à Petrobras, todas atendidas, inclusive requisições obtidas por meio da conciliação, como o efetuado no âmbito da audiência de conciliação nos autos da ACP 0805579-61.2019.4.05.8500), em trâmite neste juízo.

Da mesma forma as respostas previstas nos licenciamentos ambientais, incluindo ou não os planos de emergência individuais e de área, também não necessariamente se apresentam como adequadas, uma vez

Conforme a mancha se alastra, o GAA, via Coordenação-Geral de Emergências Ambientais (CGEMA) do Ibama, entendeu pela mobilização de toda a equipe emergência do Ibama no país, a contratação emergencial de EPs pelo Ibama para serem distribuído se a requisição de outras empresas que tenham bens e serviços disponíveis, providências que foram autorizadas e estão sendo operacionalizadas.

- Direcionamento e acompanhamento das ações com fauna oleada incluindo apoio para resgate e transporte dos animais aos centros de reabilitação;
- Coordenação e realização de vistoria terrestres e levantamento de informações em todo o litoral dos estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e vistoria nas regiões afetadas dos demais estados;
- Revisitação periódica às áreas afetadas para verificar permanência ou ausência de óleo, limpeza natural ou com recursos humanos, dentre outras informações;
- Elaboração de relatório diário com as ações adotadas e planejamento das ações para o dia seguinte. Tal relatório é finalizado ao término das atividades de campo e encaminhado à diversos órgãos solicitantes, tais como Marinha do Brasil, Polícia Federal, Casa Civil, e aos servidores do Ibama envolvidos na ação (números SEI indicados no subitem 6.1 deste documento);
- Elaboração de mapas diários da região afetada contendo a informação da permanência ou ausência de óleo no local, dentre outras (números SEI indicados neste documento);
- Elaboração de mapas indicando os locais com aparecimento de fauna oleada;

- Coordenação e direcionamento das ações de limpeza realizadas pelo CDA - Petrobras em ambientes costeiros atingidos;

- Elaboração de documento com procedimentos para limpeza de praia para envio às prefeituras de todos os municípios atingidos;

- Contato com órgãos públicos nas diferentes esferas para repasse de informações e atuação conjunta.

- Importante ressaltar que, na ausência de poluidor, o Ibama efetuou requisição administrativa à Petrobras, para que providenciasse a limpeza de praias consideradas prioritárias pelo Ibama. A escolha da Petrobras se justifica pois é a empresa com maior quantitativo de equipamentos e maior capilaridade ao longo da costa brasileira, em decorrência de seus Centro de Defesa Ambiental - CDA. Apesar da citada requisição, permanece a necessidade de ampliar as ações de resposta à emergência com participação de outras empresas especializadas para maior eficiência na limpeza de praia, contenção e recolhimento de manchas de óleo localizadas no ambiente marinho e atuação no resgate e reabilitação de fauna oleada.

- Seguem anexos a este ofício os documentos elaborados pelo Ibama a respeito do fato:

- Relatórios diários - Formulário ICS 209: Documentos SEI 6012416, 6011436, 6011534, 6011586, 6011658, 6011770, 6011920, 6011998, 6012250, 6012382, 6022186, 6032685, 6046170, 6056166, 6056166, 6066875, 6066852, 6071422, 6079637, 6095117, 6123160, 6123177, 6123201, 6123477, 6151580, 6151586, 6162823, 6163132, 6179524, 6179363.

- Objetivos estabelecidos para cada período operacional - Formulário ICS 202: Documentos SEI 6011394, 6011467, 6011561, 6011609, 6011743, 6011808, 6011874, 6011955, 6012065, 6012300, 6056272, 6066830, 6079717

- Mapas diários: Documentos SEI 6056569, 6123180, 6123181, 6123182, 6123183, 6123184, 6123185, 6123186, 6123192, 6123193, 6123194, 6123195, 6123197, 6123197, 6123199, 6123200, 6123201, 6123478.

- Informações sobre fauna: Relatório 6098688, tabela com as instituições aptas a receberem fauna no nordeste - 6101820,

- Ofícios enviados às instituições parceiras, aos governos estaduais e municipais: Documentos SEI 5924814 (Petrobras), 5943267 (ALA 10), 5947184 (Projeto Cetáceos), 5956654 (Petrobras), 5959049



(PM/RN), 5964751 (Petrobras), 5968944 (CISMAR/Marinha), 5985944 (Corpo de Bombeiros do DF), 6010486 (Centro de Lançamento Barreira do Inferno), 6010486 (Petrobras), 6034025 (IDEMA/RN), 6045707 (ICBMio - PNLM), 6107306 (Diretoria de Portos e Costas - Marinha), 5921825 (Ata de reunião em Pernambuco), 6006507 (Refinaria Petrobras), 5923360 (Petrobras), 5932304 (Petrobras), 5933364 (Petrobras), 6033072 (Prefeitura de Caucaia), 6033113 (Prefeitura de Aquiraz), 6033204 (Prefeitura de Barroquinha), 6033225 (Prefeitura de Paracuru), 6033416 (Prefeitura de Cruz), 6033534 (Prefeitura de Paraipaba), 6033827 (Prefeitura de S. Gonçalo do Amarante), 6034104 (Prefeitura de Camocim), 6034116 (Prefeitura de Cascavel), 6034232 (Prefeitura de Aracati), 6034314 (Prefeitura de Amontada), 6034595 (Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara), 6034945 (Prefeitura de Itarema), 6034961 (Prefeitura de Acaraú), 6035203 (Prefeitura de Fortim), 6035754 (Prefeitura de Itapipoca), 6035796 (Prefeitura de Icapuí), 6035888

(Prefeitura de Trairi), 6035888 (Prefeitura de Fortaleza), 6036281 (Prefeitura de Beberibe), 5975252 (Capitania dos Portos -MA), 5975276 (Capitania dos Portos -PI), 6123381 (Tamar)

Em suma, o PNC está instaurado, com as soluções sendo tomadas com as devidas adaptações necessárias a uma resposta ambientalmente mais eficiente ao desastre, não sendo possível ou recomendável ter "irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos" do PNC, sob pena de diminuir a capacidade de resposta e poder contribuir para o agravamento do dano ambiental.

Seja informado também que, não obstante as ações coordenadas e integradas de resposta, conforme objetiva o Decreto nº. 8.127/2013, a atividade de investigação continua. O Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) tem realizado estudos, analisando os campos de velocidade superficial no Oceano Atlântico Tropical Sul, a fim de entender como as correntes marinhas, ventos e ondas contribuíram para o espalhamento das manchas de óleo pela grande extensão de praias do NE. Em função da complexidade do problema, o Centro de Hidrografia da Marinha buscou a cooperação de diferentes grupos em universidades e instituições de pesquisa, entre os quais se destacam: o Instituto Espacial de Pesquisas Espaciais (INPE), o Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia - LAMCE da UFRJ e o Laboratório de Análise Numérica e Sistemas Dinâmicos - LANSO da FURG. O CHM forneceu aos pesquisadores os dados ambientais de correntes e vento e informações das características físico-químicas do óleo encontrado nas praias do NE, analisadas pelo IEAPM. A Marinha tem recebido esses resultados e analisado conjuntamente a outros dados, como informações de tráfego marítimo.

Outrossim, a partir dos estudos do Centro de Hidrografia da Marinha, o CISMAR vem incrementando as análises de tráfego marítimo, ampliando a área marítima de investigação, fornecendo à DPC a identificação de navios a serem notificados, para a notificação dos armadores e países de bandeira. Nas suas análises, o CISMAR tem contado com o apoio da Guarda Costeira dos Estados Unidos da América, no que diz respeito à análise do tráfego marítimo e da (NOAA), no que se refere à National Oceanic and Atmospheric Administration obtenção de imageamento análise satelital.

No momento, os incidentes se concentram em uma faixa menor do litoral entre a Bahia e Pernambuco, não havendo registros de novas ocorrências nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

(...)

Conforme Ofício nº 328/2019/GAB-Sedec (MDR)/SEDEC (MDR)- MDR, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, em fase da crise vivenciada, tem atuado junto ao Comando de operações instalado no Distrito Naval em Salvador, onde, sob coordenação da Marinha do Brasil, esta Coordenadora Operacional do PNC e integrante do GAA, e do IBAMA, integrante do GAA, tem exercido as seguintes atribuições operacionais:

I - Fazer a interlocução entre o GAA e os demais integrantes do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil (Ministérios, Órgãos Públicos, Autarquias etc) que não estão diretamente pertencendo ao grupo;

II - Atuar como interlocutor do GAA e os Estados e Municípios através do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e seus órgãos de coordenação ou das prefeituras quando as Compdec não estiverem instaladas;

III - Implementar um sistema de inteligência, para contato com diário com as 156 cidades do litoral em risco, para verificação de aparecimento de manchas de óleo, situação de limpeza quando houver ou situação de anormalidade e emitir relatório até as 14:00 horas;

IV - Identificar riscos de gestão e assessorar o GAA para ações de mitigação e resposta.

V - Apoiar o GAA nos contatos com o setor privado para apoiar as ações de resposta ao desastre.

VI - O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), que funciona 24 horas por dia o órgão interlocutor com GAA.

VII - A Defesa Civil Nacional mantém um ou mais servidores no posto de comando do GAA para apoio ao grupo e interlocução com o CENAD.

VIII - Além das atribuições mencionadas, atua nas suas missões de ofício"

Como se vê, as informações noticiam que o Grupo de Acompanhamento e Avaliação - GAA (Ibama, Marinha e ANP) teria recomendado à autoridade nacional, em reunião efetuada na cidade do Rio de Janeiro, domingo, dia **06/10/2019**, que a Marinha fosse a coordenadora operacional do Plano. Tal decisão foi comunicada dia 08 de outubro ao MMA. O acionamento do PNC, ainda segundo essas informações prestadas ao Juízo de Primeiro Grau, teria se dado, ou ao menos sido comunicado, mediante o Ofício Circular 1132/2019/MMA, recebido no IBAMA em **14/10/2019**, o que também teria servido como comunicação ao Comitê Executivo do acionamento do PNC. Há notícia, ainda, de que teria ocorrido essa comunicação ao Comitê de Suporte, a teor do Despacho n. 39498/2019 - MMA (SEI 0484482) e documentação encaminhada pela Secex (SEI 0484485).

Ademais, noticia-se que, com a designação da Marinha do Brasil na qualidade de Coordenador Operacional, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação teria estruturado seu Centro de Operações no Centro de Comando Naval de Área (CCNA) do Comando do 2º

Distrito Naval (Marinha do Brasil). Verifica-se, ainda, que o estabelecimento do Centro de Operações teria dado continuidade à emissão de boletins diários, em substituição ao IBAMA, assim como a divulgação de orientação técnica para a limpeza das praias, relatórios de localidades e fauna atingidas.

Outro aspecto relevante constante nas informações é no sentido de que o GAA, via Coordenação-Geral de Emergências Ambientais do IBAMA (CGEMA), entendeu pela mobilização de toda a equipe de emergência do Ibama no país e a contratação emergencial de EPIs. Informou-se, ainda, que a Defesa Civil Nacional/MDR teria colocado à disposição o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) para centralizar comunicações com outros entes federativos, sobretudo diante do reconhecimento da situação de emergência.

A quantidade de informações prestadas explica de certo modo a decisão do Juízo de Primeiro Grau, que intimou o Ministério Público Federal a *"2. especificar (prazo de 15 dias) quais ações além das que a ré informou estar implementando, requer sejam impostas, a fim de que este Juízo possa avaliar a necessidade ou não de determinar medidas outras, diante do grave acidente ecológico em questão"*. Aliás, em despacho mais recente, Sua Excelência esclareceu o seguinte:

*"Vê-se que embora na segunda decisão este juízo tenha considerado, com base em documentos juntados pela União, que o PNC foi instalado e que ações anteriores já vinham sendo implementadas, não afirmou que referidas ações são suficientes para o problema, mesmo porque, pela complexidade da matéria, necessários esclarecimentos de órgãos técnicos ambientais, que demandam análise cautelosa, embora não demorada, para que se decida quais outras ações são necessárias para a ultimação de providências porventura ainda não adotadas."*

*A audiência de conciliação foi marcada justamente para que se possam dirimir determinadas questões, e evitar, por exemplo, determinação de medidas que já estejam sendo executadas, mesmo porque são vários os órgãos envolvidos neste processo."*

*Quanto ao pedido de adiamento da União (id 3198784), os motivos são plausíveis, tendo em vista outra audiência em Alagoas na mesma data, o que compromete a vinda de especialistas e técnicos que podem esclarecer as ações que estão sendo implementadas."*

*Assim, remarco a audiência para o dia 30/10/2019, às 15 horas. Durante ou após a remarco a audiência para o dia 30/10/2019, às 15 horas audiência, este juízo terá melhores subsídios para decidir sobre os pedidos do MPF."*

À luz dessas informações, reputa-se que o acionamento do PNC, sob o ponto de vista formal, e a despeito de ter ocorrido somente em outubro, já teria se dado. Há menção também à atuação da **Autoridade Nacional** e do **Grupo de Acompanhamento e Avaliação** e, ao menos no que tange ao endereçamento de comunicações, a membros do **Comitê-Executivo** e **Comitê de Suporte**. Esse acionamento, vale frisar, não constitui um fim em si mesmo. As medidas práticas a serem implementadas, norteadas pelas diretrizes estabelecidas no Decreto n. 8.127/2013, serão fundamentais para o enfrentamento do problema.



Outro ponto destacado no recurso manejado pelo Ministério Público Federal diz respeito à necessidade de reconhecimento da "significação nacional" do incidente, nos termos do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 8.127/2013. O dispositivo invocado preconiza o seguinte: "*Constatada a significância nacional do incidente, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação designará Coordenador Operacional e acionará o PNC*". Embora não se tenha identificado nos autos ato formal de reconhecimento da significância nacional do incidente, verifica-se que, a teor das informações prestadas, após a reunião realizada em 06/10/2019 na Cidade do Rio de Janeiro, a Marinha foi designada Coordenadora Operacional, e houve o acionamento do PNC. Portanto, tendo em vista que a designação do Coordenador Nacional e o acionamento do PNC pressupõem essa constatação da significância nacional do incidente, tem-se que esse reconhecimento resta caracterizado.

Isso não significa, em definitivo, que as legítimas preocupações veiculadas pelo Ministério Público Federal sejam desprovidas de fundamento. Não é isso. O que se está a reconhecer é que, ao menos em um cenário inicial, a estrutura organizacional do PNC para fazer frente a esse desastre ambiental já se desenha.

Contudo, à luz das informações passadas e com as limitações de cognição típicas da presente decisão, vislumbra-se regra prevista no Decreto n. 8.127/2013 ainda não atendida. De fato, o §3º do art. 11 prevê que, *em caso de incidente de poluição de óleo de significância nacional, constatado o risco de toque de óleo na costa brasileira ou quando ocorrer em águas interiores, deve ser convidado a participar do Comitê de Suporte um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado*.

Essa integração, na estrutura organizacional do PNC, dos Estados afetados enseja, para além de um estreitamento sob o ponto de vista de um diálogo institucional, a otimização na coordenação nos trabalhos, já que tende a concentrar informações, uniformizar diretrizes e propiciar uma atuação concertada entre todos os entes políticos envolvidos. Além disso, essa medida não traz qualquer impacto significativo nos trabalhos que já vêm sendo realizados. Ou seja, em processo que se afigura com as características que se denomina em doutrina de processo estrutural, a participação dos estados permite a cooperação dos atores envolvidos, sem descuidar da necessidade de que essa regularização ocorra de modo proporcional e equânime, na forma do que prevê o parágrafo único do art. 21 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Cuida-se apenas de reconhecer, à luz do que prevê o Decreto n. 8.127/2013, a necessidade dessa participação. E, conquanto seja uma imposição legal, não se tem a menor dúvida de que essa ponte entre os Governos Federal e Estaduais, no seio do PNC, viabilizará soluções que atendam ao anseio de todos, que nada mais é do que enfrentar esse grave problema ambiental e minorar ao máximo os danos dele decorrentes.

Diante do exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** a antecipação de tutela da pretensão





**URGENTE**

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010  
Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

Ofício nº 803 - AGU/PU/SE/AESVNC

Aracaju, 31 de outubro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor  
Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente  
Brasília/DF -

Senhor Consultor Jurídico,

Já cientificado a esse Ministério acerca da demanda proposta pelo MPF nos autos da ACP nº 08056791620194058500 tendo por objeto compelir a União a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional –PNC, nos termos do Decreto N 8.157/2013 que regulamenta a Lei nº 9.966/2000.

Comunico que foi apresentada proposta de Acordo pelo MPF em audiência, segundo consta copiado no termo de audiência anexo, e foi concedido o prazo de 10 dias corridos para que os demandados se manifestem nos pontos que se relacionam com essa pasta ministerial, cujo prazo se encerra em 09/11/2019.

Na mesma oportunidade e em face da exiguidade do prazo da União, solicito resposta até as 14hs do dia 08/11/2019, podendo ser antecipada para o e-mail ana.elisa.carvalho@agu.gov.br ou pu.se@agu.gov.br.

Atenciosamente,

Ana Elisa Sobral Vha Nova de Carvalho  
Advogada da União





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

**Processo nº 0805679-61.2019.4.05.8500**

**Classe:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**RÉUS:** UNIÃO, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA e AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Data: 30/10/2019

Horário: 15h00

Tipo/audiência: Conciliação

**Presidência:** Juíza Federal Telma Maria Santos Machado

Presentes:

**MPF:** Dr. Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida

**AGU:** Dra. Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho, Dr. Carlos Augusto M. Almeida, Dr. Miguel Ângelo Feitosa Melo

**Procurador Federal:** Dr. Eder Vasconcelos Borges, Dr. Julio Cesar Melo Borges e Dr. Carlos Augusto M. Almeida

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA:** Diretor José Luis Vargas, Chefe SFA/BA Cássio Ramos, Secretário de Aquicultura e Pesca Sr. Jorge Seif Júnior

**Superintendente da SFD/SE:** Sr. Haroldo Álvaro Freire Araújo Filho

**Ministério da Saúde:** Diretor Marcus Vinicius Quito

**Coordenador do IBAMA:** Marcelo Neiva de Amorim

**Marinha do Brasil:** Chefe do Estado Maior Alexandre Rabello de Faria, Capitão dos Portos Guilherme Conti Padão

**Assessores Jurídicos da Marinha:** Dra. Carmen Angela Mariz e Dr. Sandro Fernandes Resende

**Diretor da CENAD/Defesa Civil:** Sr. Armin Braun

**ABERTA A AUDIÊNCIA, a MM. Juíza Federal,** inicialmente, fez esclarecimentos sobre o processo, sendo gravada em mídia digital.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Na sequência, os representantes dos órgãos expuseram informações e responderam questionamentos da Magistrada e do Procurador da República.

A seguir, foi concedida a palavra ao **Procurador da República**, que apresentou proposta de conciliação, conforme transcrito abaixo, *in verbis*:

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, a respeito do objeto da Ação Civil Pública**, na presente audiência, manifesta-se nos seguintes termos:

**I.** É importante consignar que a demanda judicial em exame trata da **necessidade premente de acionamento e implementação, pelos demandados, do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC**, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.127/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, **notadamente com respeito à base técnica e científica que o fundamenta.**

**II. O Plano Nacional de Contingência, tem regramento próprio que deve ser observado.** Não é objeto desta Ação Civil Pública substituí-lo por uma versão judicial. **O modelo está na Lei e no Decreto. O que se almeja, judicialmente, é a determinação, remarque-se, para que o PNC seja devidamente acionado e implementado, cabendo, depois, a fiscalização pelo MPF (como explicitado na peça inaugural) em cada um dos 09 Estados do Nordeste, sob controle judicial.**

**III. Cumpre lembrar, também, que medidas específicas são objeto de outras demandas judiciais, com especial ênfase na proteção de áreas sensíveis e vulneráveis.** Nessa trilha, há Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em Sergipe e na Bahia com decisão desfavorável; e em Alagoas e Pernambuco com decisão favorável mantida pelo Presidente do Tribunal Regional Federal que indeferiu pedido da União e do Ibama em suspensão de liminar.

**IV. A presente demanda judicial, vale frisar, envolve os 09 Estados do Nordeste e, portanto, seria inviável debater a situação de cada um deles sem a presença dos entes estaduais. Todavia, registre-se mais uma vez, isso não é objeto desta Ação Civil Pública** (mas sim de outras, ajuizadas em 04 Estados e ainda na fase extrajudicial em 05 Estados).

Aracaju-SE, 30/10/2019.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

V. O caso é grave e cada vez mais urgente; a demora só tem ampliado os danos socioambientais. A legislação deve ser cumprida. O Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC deve ser acionado e implementado, de imediato, nos termos do regramento vigente e com a base técnica e científica que o fundamenta. Isso é inegociável, inconciliável.

A especificidade desta demanda judicial, por conseguinte, torna muito restrita a possibilidade de conciliação, limitada a eventuais prazos. Ainda assim, este MPF se esforçou ao máximo para propor algo concreto, a saber:

**PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO**

1. Que a **UNIÃO**, o **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA** e a **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, se comprometam, no prazo de 72 horas a:

1.1) acionar o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, com irrestrita observância de todas as diretrizes, regramentos e procedimentos estabelecidos no Decreto N.º 8.127/2013, que regulamenta a Lei 9.966/2000, de modo a ser efetivado, com a maior brevidade possível, o objetivo de assegurar “a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta” ao gravíssimo incidente ambiental de poluição por óleo que afeta todos os Estados da Região Nordeste, reconhecendo-se sua “significância nacional”;

1.2) fazer atuar, imediatamente após a implementação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, a Autoridade Nacional, o Comitê Executivo, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, o Coordenador Operacional e o Comitê de Suporte, com a devida observância aos artigos 5.º a 11 do Decreto N.º 8.127/2013, inclusive com a integral composição institucional nele prevista;

Aracaju-SE, 30/10/2019.

3





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

**1.3) determinar, em especial, ao Coordenador Operacional que cumpra fielmente seus deveres** (artigo 10 do Decreto N.º 8.127/2013) e apresente **relatórios semanais ao Juízo Federal**, quanto a:

**I** - garantir, em ordem de prioridade, a segurança da vida humana, a proteção do meio ambiente e a integridade das propriedades e instalações ameaçadas ou atingidas pela descarga de óleo;

**II** - estabelecer centro de operações;

**III** - exigir do poluidor ou dos responsáveis pelos Planos de Emergência Individuais e de Área, conforme o caso:

**a)** as ações de resposta e seu acompanhamento;

**b)** o apoio logístico e as condições de trabalho adequadas para o pessoal envolvido nas ações de limpeza ambiental;

**c)** a disponibilidade, no local do incidente, dos equipamentos previstos nos Planos de Emergência Individual e de Área, e a colaboração quanto à mobilização dos equipamentos necessários;

**d)** a proteção das áreas ecologicamente sensíveis;

**e)** o resgate da fauna por pessoal treinado e seu transporte para centros de recuperação especializados;

**f)** o monitoramento ambiental da área atingida;

**g)** a adequação da coleta, do armazenamento, do transporte e da disposição dos resíduos gerados no incidente de poluição por óleo; e

**h)** o emprego das tecnologias e metodologias de resposta, em conformidade com a legislação;

**IV** - assegurar que:

**a)** as comunicações sejam realizadas adequadamente;

**b)** os serviços de atenção às urgências, de assistência especializada e de vigilância em saúde ambiental estejam disponíveis; e

**c)** as ações e recursos materiais e humanos empregados pelos órgãos da administração pública sejam documentados e contabilizados;

Aracaju-SE, 30/10/2019.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

**V** - manter a imprensa, as autoridades e o público informados da situação, e estabelecer centro de informações, quando couber;

**VI** - acionar a Defesa Civil, quando necessário, para a retirada de populações atingidas ou em risco eminente de serem atingidas pelos incidentes de poluição por óleo;

**VII** - realizar reuniões periódicas com os participantes da ação de resposta para acompanhamento e controle das ações planejadas; e

**VIII** - efetuar os registros do incidente, a serem entregues à Autoridade Nacional, que conterão, no mínimo:

**a)** relatório técnico, com a caracterização do incidente, os métodos e os procedimentos utilizados nas ações de resposta;

**b)** relatório das ações de comunicação social e institucional realizadas, que conterá os registros de comunicação ao poluidor, às autoridades, às comunidades envolvidas e ao público em geral, sobre o andamento das operações e desdobramentos do incidente, e as ações de recuperação previstas para a área atingida; e

**c) relatório financeiro-administrativo consolidado, que discrimine recursos humanos e materiais aplicados no exercício de sua Coordenação e custos envolvidos na operação, com o objetivo de registrar as despesas para mitigação do incidente e o posterior ressarcimento pelo agente poluidor.**

**1.4) observar, quanto ao Comitê de Suporte**, no que se refere à situação fática tratada nesta demanda judicial, o disposto no artigo 11, §4.º, do Decreto N.º 8.157/2013, **convidando a participar desse específico colegiado "um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado";**

**1.5) utilizar todos os instrumentos previstos para garantir a efetividade do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC**, nos termos do artigo 21 do Decreto N.º 8.157/2013, quais sejam:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Seção Judiciária do Estado de Sergipe

1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

- I** - cartas de sensibilidade ambiental ao óleo e outros dados ambientais das áreas atingidas ou em risco de serem atingidas;
- II** - centros ou instalações estruturadas para resgate e salvamento da fauna atingida por incidente de poluição por óleo;
- III** - planos de ação dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais em incidentes de poluição por óleo;
- IV** - Planos de Emergência Individuais e de Área para combate a incidentes de poluição por óleo;
- V** - programas de exercícios simulados;
- VI** - redes e serviços de observação e previsão hidrometeorológica;
- VII** - serviço meteorológico marinho;
- VIII** - Sisnóleo;
- IX** - Sistema de Comando de Incidentes; e
- X** - termos de cooperação, convênios e instrumentos congêneres.

**2. Que a UNIÃO, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, se comprometam, de modo a fielmente cumprir o pactuado no item precedente, a adotar todas as providências que se mostrem necessárias para disponibilizar os recursos (materiais e humanos) suficientes, a todos os órgãos e agentes envolvidos, públicos ou privados, para o efetivo cumprimento do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, e que comprovem, perante esse DD. Juízo Federal, inclusive com registros fotográficos, o cumprimento das medidas adotadas.**

**3. Que a UNIÃO, se comprometa a, no prazo de 05 dias, prestar e comprovar as seguintes informações perante esse DD. Juízo Federal:**

**3.1** se os colegiados (Comitê Executivo, Comitê de Suporte e Grupo de Acompanhamento e Avaliação) do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, foram, ou não, extintos pelo Decreto 9.759/2019. Juntar a nota técnica encaminhada à

Aracaju-SE, 30/10/2019.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com alerta dessa extinção e pedido de recriação dos colegiados, devendo informar e comprovar, também, o encaminhamento final ao pleito;

**3.2** se o documento apresentado ao MPF como sendo **o texto final e revisado do Manual do "Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional"**, inclusive contendo nomes de dezenas de pessoas que teriam sido envolvidas em sua elaboração, **datado de 2018** (juntado aos autos na última manifestação deste MPF), **foi aprovado, reprovado ou se encontra em qual fase e perante qual setor/órgão federal?**

**3.3** se o Comitê Executivo, a quem cabe a elaboração do Manual do PNC (art. 7º, IV do Decreto 8.127/2013) julga útil a aprovação imediata do manual que já está elaborado e a sua imediata aplicação neste desastre ambiental que afeta toda a Região Nordeste.

**3.4** os nomes dos membros integrantes do Comitê Executivo e do Comitê de Suporte, do PNC, a data e documento pelo qual foram designados e a quantidade de reuniões, presenciais ou não, realizadas.

**4.** Que a **UNIÃO** se comprometa a comprovar todas as respostas com os devidos registros internos e nos sistemas respectivos quanto à tramitação, fase a fase.

**5.** Que a **UNIÃO** e os demais demandados se comprometam a prestar todas as informações solicitadas e agir de forma concertada, com o MPF em cada um dos 09 Estados do Nordeste, de modo o bem cumprir o quanto pactuado nesta audiência judicial.

Foi entregue uma cópia da proposta de conciliação do MPF às partes e concedido um tempo de 10 min. para que as partes lessem os termos apresentados.

**Pela MM Juíza foi dito:** "Não foi possível chegar a um acordo em audiência. Foi pedida pelas partes o prazo de 10 (dez) dias corridos para se manifestarem sobre a proposta do MPF, sem prejuízo de este juízo, conforme dito

Aracaju-SE, 30/10/2019.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

em decisão anterior, proferir decisão em relação aos requerimentos do MPF antes desse prazo. Concedo o prazo requerido."

Em cumprimento à decisão do agravo, a União deve, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, promover convite de modo a viabilizar a efetiva participação no colegiado do Comitê de Suporte de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado afetado, à luz do disposto no art. 11, §3º, do Decreto n. 8.127/2013, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Fazer conclusão.

Será disponibilizado nos autos link específico para acesso à gravação da audiência, que qualquer pessoa poderá acessar.

**Presentes intimados.**

Nada mais havendo a consignar, mandou a MM. Juíza encerrar a audiência, do que, para constar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes.

**Telma Maria Santos Machado**  
Juíza Federal

**MPF:** \_\_\_\_\_

**Diretor CENAD/Defesa Civil:** \_\_\_\_\_

**AGU:** \_\_\_\_\_

**Procuradores Federais:** \_\_\_\_\_

**MAPA:** \_\_\_\_\_



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
Seção Judiciária do Estado de Sergipe  
1ª Vara Federal

Processo n. 0805679-16.2019.4.05.8500

Ministério da Saúde:

Marinha do Brasil:

IBAMA:

*[Assinaturas manuscritas]*  
Luiz Nunes Gonçalves  
F. M. G. P. P.  
Camargo da Silva

*[Assinatura manuscrita]*



Processo: 0805679-16.2019.4.05.8500

Assinado eletronicamente por:

ANDRE LUIZ NUNES GONCALVES - Diretor de Secretaria

Data e hora da assinatura: 30/10/2019 18:03:38

Identificador: 4058500.3211202

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.trfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



19103018031951400000003215634





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

---

**DESPACHO n. 01298/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Distribuo o feito à Dra. Fernanda Fernandes para a análise jurídica cabível.

Brasília, 31 de outubro de 2019.

OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS  
ADVOGADO DA UNIÃO

---

Documento assinado eletronicamente por OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 338249371 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS. Data e Hora: 31-10-2019 15:27. Número de Série: 13973383. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

CERTIDÃO

Certifico que o presente processo foi encaminhado para o arquivo provisório.

31/10/2019

RAFHAEL DA SILVA CARNEIRO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

---

**COTA n. 00442/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Mediante o Ofício nº 1801-AGU/PU/SE/AESVNC (seq. 31), a Procuradoria da União no Estado de Sergipe, comunicou a esta Consultoria Jurídica que foi apresentada proposta de acordo pelo Ministério Público Federal em audiência, na Ação Civil Pública nº 08056791620194058500, tendo sido concedido o prazo de dez dias para que os demandados se manifestassem sobre os pontos que se relacionam com esta Pasta Ministerial.

2. Diante do exposto, solicite-se manifestação da SECEX/MMA acerca dos pontos da proposta de acordo feita pelo MPF, com a demonstração de eventuais concordâncias ou óbices aos termos apresentados, **até o dia 06.11.2019.**

Brasília, 31 de outubro de 2019.

FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES NOGUEIRA  
ADVOGADA DA UNIÃO

---

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 338248227 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES. Data e Hora: 31-10-2019 16:22. Número de Série: 1704835042102943846. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO-CONJUR

---

**CERTIDÃO n. 01810/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Certifico que o processo em comento foi enviado à Secretaria-Executiva na data de hoje.

Brasília, 31 de outubro de 2019.

ELISANGELA DE SOUZA CASTRO

CERTIDÃO

Certifico que o presente processo foi encaminhado para o arquivo provisório.

31/10/2019

ELISANGELA DE SOUZA CASTRO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

**NOTA n. 00348/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Mediante o Ofício nº 1801-AGU/PU/SE/AESVNC (seq. 31), a Procuradoria da União no Estado de Sergipe comunicou a esta Consultoria Jurídica que foi apresentada proposta de acordo pelo Ministério Público Federal em audiência, na Ação Civil Pública nº 08056791620194058500, tendo sido concedido o prazo de dez dias para que os demandados se manifestassem sobre os pontos que se relacionam com esta Pasta Ministerial.

2. Instada a se manifestar, por intermédio da Cota n. 00442/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU, até o presente momento não chegou a resposta da SECEX/MMA.

3. Contudo, muito embora esta Consultoria Jurídica ainda não tenha sido formalmente cientificada, tem-se notícia de que foi deferida parcialmente, pelo Superior Tribunal de Justiça, medida liminar em Conflito de Competência, CC nº 169151, suscitado pela União e pelo IBAMA<sup>[1]</sup>, com fundamento no art. 105, I, d, da Constituição Federal, relativamente às diversas ações civis públicas que foram ajuizadas nos Juízos Federais de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia, em relação ao desastre ambiental de derramamento de óleo no litoral nordestino, nos seguintes termos:

Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE A LIMINAR para:

- a) assentar, precariamente, a competência do Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe/SE, onde fora proposta a primeira ação civil versando sobre a controvérsia em discussão (0805579-61.2019.4.05.8500), e onde também já se encontra em curso a ação n. 0805679-16.2019.4.05.8500, para decidir eventuais requerimentos de urgência relativos aos processos: 0808516-89.2019.4.05.8000 - 13ª Vara Federal/AL; 0820173-98.2019.4.05.8300 - 12ª Vara Federal/PE, e, 1012418-15.2019.4.01.3300 - 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária da Bahia;
- b) analisar a pertinência de eventual revisão das decisões liminares deferidas pelos respectivos juízos;
- c) sobrestar o trâmite dos mencionados processos, ressalvada a análise dos requerimentos de urgência, conforme item a, e, d) determinar a remessa ao Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe/SE dos referidos processos.

4. Diante disso, verifica-se que o Juízo Federal de Sergipe passará a processar as demais ações correntes que versam sobre o tema em questão, o que poderá impactar na proposta de acordo formulada, para talvez abarcar nas negociações as demais ações judiciais que tramitam em outros estados, considerando a atuação coordenada que o Poder Público federal vem dando ao caso.

5. Assim, recomenda-se que a Procuradoria da União no Estado de Sergipe seja indagada acerca da subsistência dos termos da proposta acima, se ainda persistem, ou se serão negociadas levando-se em consideração as demais ações judiciais a serem reunidas no Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe.

6. À consideração do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos.

Brasília, 08 de novembro de 2019.

FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES NOGUEIRA  
ADVOGADA DA UNIÃO

Notas

1. <sup>^</sup> Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?sequencial=102749262&tipo\\_documento=documento&num\\_registro=201903227729&data=20191108&formato=pdf](https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?sequencial=102749262&tipo_documento=documento&num_registro=201903227729&data=20191108&formato=pdf)  
Acesso em 08.11.2019.

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 341381625 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES. Data e Hora: 08-11-2019 12:43. Número de Série: 1704835042102943846. Emissor: AC CAIXA PF v2.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF/CONJUR-MMA

---

**DESPACHO n. 01364/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Com fulcro no §3º do art. 20 do Guia de Fluxo Consultivo desta CONJUR/MMA, aprovo a **NOTA n. 00348/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU, da Dra. Fernanda Fernandes.** Desnecessária a ciência do aludido dispositivo, posto que este mesmo Coordenador-Geral exercerá a função de Consultor Jurídico Substituto em 11/11/2019, em razão das férias do Consultor Jurídico deste MMA.

2. De fato, s.m.j, restou prejudicada a proposta dos autos, conforme o CC decidido pelo STJ. Assim, concordo com a cautelosa manifestação da Dra. Fernanda Fernandes, sendo o caso de aguardar as consequências processuais da reunião para processo e julgamento conjunto das ACPs no Juízo prevento.

3. Ao Apoio/CONJUR-MMA para remessa dos autos à PU/SE.

Brasília, 08 de novembro de 2019.

OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA EM EXERCÍCIO.

---

Documento assinado eletronicamente por OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 341601586 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS. Data e Hora: 08-11-2019 17:51. Número de Série: 13973383. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

CERTIDÃO

Certifico que o presente processo foi encaminhado para o arquivo provisório.

08/11/2019

RAFHAEL DA SILVA CARNEIRO



**URGENTE**

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

✉ Avenida Beira Mar, n.º 53, Praia 13 de Julho, Aracaju/SE, CEP 49.020-010 - ☎ (79) 33017200 – E-mail: pu.se@agu.gov.br

**OFÍCIO 01884/2019/SEJUD/PUSE/PGU/AGU**

Aracaju, 14 de novembro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor  
**Sérgio Eduardo de Freitas Tapety**  
Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar, sala 837  
70068-900 - Brasília - DF

Senhor Consultor Jurídico,

1. Cumprimentando-o, em referência ao processo nº 0805679-16.2019.4.05.8500, acuso o recebimento da NOTA n. 00352 2019 CONJUR-MMA CGU AGU e DESPACHO n. 01376 2019 CONJUR-MMA CGU AGU, ao tempo em que solicito que se determine um prazo para uma resposta conclusiva sobre o contido no 01025/2019/ADV/PUSE/PGU/AGU em referência.
2. Assim, a resposta deverá ser encaminhada a esta Procuradoria da União até o dia 22/11/2019.

Atenciosamente,

**Ana Elisa Sobral Vilã Nova de Carvalho**  
Advogada da União





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
PROTOCOLO

---

**CERTIDÃO n. 01895/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Certifico que os documentos do presente NUP constantes do Sistema SEI! estão disponíveis para acesso externo mediante o seguinte endereço eletrônico: [https://sei.mma.gov.br/sei/processo\\_acesso\\_externo\\_consulta.php?id\\_acesso\\_externo=5725&infra\\_hash=6a2cdf9bbe454e4ac925b5eaf4213715](https://sei.mma.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=5725&infra_hash=6a2cdf9bbe454e4ac925b5eaf4213715)

Brasília, 18 de novembro de 2019.

IGUACI DIAS  
Chefe de Divisão



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

---

**DESPACHO n. 01383/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. À Dra. Fernanda Fernandes.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CMFSubstituto.

---

Documento assinado eletronicamente por OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 344921324 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS. Data e Hora: 18-11-2019 13:48. Número de Série: 13973383. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

CERTIDÃO

Certifico que o presente processo foi encaminhado para o arquivo provisório.

18/11/2019

RAFHAEL DA SILVA CARNEIRO





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

**NOTA n. 00360/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Trata-se do Ofício n. 01884/2019/SEJUD/PUSE/PGU/AGU (seq. 41), enviado a esta Consultoria Jurídica pela Procuradoria da União no Estado de Sergipe, dilatando-se o prazo para resposta a o Ofício n. 01025/2019/ADV/PUSE/PGU/AGU (seq. 440, NUP: 00580.003610/2019-08), por meio do qual solicitou-se subsídios jurídicos sobre a responsabilidade comum de proteção do meio ambiente, incluindo não só a União, mas também os estados e municípios, especificando-se o limite de responsabilidade material dos entes estaduais e municipais num dano ambiental de abrangência nacional.

2. Na Nota n. 00352/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU (seq. 521, NUP: 00580.003610/2019-08), foram indicadas algumas questões que inviabilizaram a manifestação conclusiva sobre o tema, as quais não dependem apenas da elasticidade do prazo. Isto porque persiste ainda a generalidade do questionamento e, portanto, de forma geral remete-se à Constituição Federal, à Lei Complementar nº 140/2011, à Lei nº 6.938/81 e toda a legislação ambiental aplicável, anteriormente citados.

3. O pedido de subsídios em exame levou em consideração o pleito do MPF para que a União marcasse reunião extraordinária do Comitê de Suporte, para a semana que se passou, de 11 a 17/11/2019, convidando os estados do Nordeste, e para que os entes estaduais pudessem apresentar e debater as suas reivindicações, *"demonstrando o que se faz necessário em termos de operações de limpeza de todas as áreas atingidas (praias, mangues, estuários etc), bem como de restauração do meio ambiente, recomposição de perdas socioeconômicas das comunidades tradicionais e dos mais diversos setores como comércio, turismo, serviços em geral etc."* Ora, não se sabe ainda quais reivindicações eventualmente serão feitas, tampouco se dirão respeito ao enquadramento em algum programa federal e sobre as possibilidades orçamentárias. Outrossim, não ficou claro se a dúvida reside quanto aos limites da obrigação de fazer de cada ente, ou no suposto direito de reivindicar algo, inclusive verbas, da União. Assim, persistem também a abrangência, sensibilidade e complexidade do tema, cujo tratamento específico não pode ser dado sem os dados necessários. Isso não impede que, diante de algum pleito concreto de determinado Estado, havendo alguma dúvida do órgão competente para apreciá-lo, haja o devido esclarecimento.

4. Diante do exposto, sugiro que se dê ciência à Procuradoria da União no Estado de Sergipe acerca da presente manifestação.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES NOGUEIRA  
ADVOGADA DA UNIÃO

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 346394489 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES. Data e Hora: 20-11-2019 15:30. Número de Série: 1704835042102943846. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

---

**DESPACHO n. 01424/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. De acordo com a NOTA n. 00360/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU.
2. Ao CONJUR/MMA.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CMFSubstituto.

---

Documento assinado eletronicamente por OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 347642218 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS. Data e Hora: 22-11-2019 17:20. Número de Série: 13973383. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

---

**DESPACHO n. 01426/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Aprovo a NOTA n. 00360/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU e o DESPACHO n. 01424/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU. Ao apoio para as providências administrativas.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 347647357 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 22-11-2019 17:43. Número de Série: 17139232. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010  
Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

Ofício nº 01942/2019/SEJUD/PUSE/PGU/AGU

Aracaju, 22 de novembro de 2019.

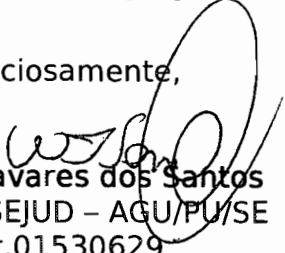
A Sua Senhoria o Senhor  
**Sérgio Eduardo de Freitas Tapety**  
Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar, sala 837  
70068-900 - Brasília - DF

Senhor Consultor Jurídico,

De ordem da Advogada da União, Drª Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho, visando atender determinação judicial do despacho de Id nº 4058500.3284210 de 22/11/2019 no processo nº 0805679-16.2019.4.05.8500, solicito que se manifestem sobre os itens 1 e 2 da manifestação do MPF juntada no Id 4058500.3275003, que se embasou sobre a nota pública dos Servidores públicos federais do MMA, IBAMA, ICMBio e SFB, segundo documentação anexa.

Nestes termos e em face da exiguidade do prazo da União, solicito resposta aos questionamentos supra até **as 16hs do dia 27/11/2019**, podendo ser antecipada para o e-mail [ana.elisa.carvalho@agu.gov.br](mailto:ana.elisa.carvalho@agu.gov.br) ou [pu.se@agu.gov.br](mailto:pu.se@agu.gov.br).

Atenciosamente,

  
William Tavares dos Santos  
Chefe da SEJUD – AGU/PU/SE  
Mat.01530629





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

OFÍCIO Nº 972/2019/SE-MAPA

Brasília, 18 de novembro de 2019.

À Sua Excelência a Senhora

**MARTHA CARVALHO DIAS DE FIGUEIREDO**

Procuradora da República em Sergipe

Ministério Público Federal

Rua José Carvalho Pinto, nº 280, Edifício Aracaju Boulevard, Bairro Jardins

CEP: 49026-150 Aracajú/SE

Assunto: **Inquérito Civil nº 1.35.000.001404/2019-68**

Referência: **21000.081419/2019-42**

Senhora Procuradora,

Ao cumprimentá-la, refiro-me ao OFÍCIO Nº 571/2019/MPF/PRDC/SE, de 07/11/2019, por meio do qual Vossa Excelência requisita informações acerca da notícia divulgada no site deste Ministério (<http://www.agricultura.gov.br/noticias/ministra-garante-pagamento-a-pescadores-artesanais-da-regiao-nordeste-afetada-pelo-oleo>), sobre o pagamento do Seguro Defeso para os profissionais de pesca afetados pelo vazamento de óleo no litoral do Nordeste.

Na oportunidade, comunico que o assunto foi analisado pela Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP, que se manifestou por intermédio do Despacho nº 5422, de 13/11/2019 (9102579), acompanhado da NOTA TÉCNICA Nº 151/2019/DEPOP/SAP/MAPA, cópias anexas, contendo os seguintes esclarecimentos:

- a) A Instrução Normativa MAPA nº 52, de 25 de outubro de 2019, subsidiada pelo Decreto nº 10.080, de 24 de outubro de 2019, estabelece, excepcionalmente, períodos de defeso adicionais para o ano de 2019 em decorrência da grave situação ambiental resultante de provável contaminação química por derramamento de óleo no litoral da região Nordeste. Apesar desse esforço em publicar um ato normativo em tempo emergencial para beneficiar o setor pesqueiro nordestino, foi necessária sua revogação, tendo em vista que ainda não se tem um laudo comprovando a contaminação do pescado. Dessa forma, foi publicada a Instrução Normativa MAPA nº 55, de 30 de outubro de 2019, que revoga a Instrução Normativa MAPA nº 52, de 2019. Outra motivação para a revogação deve-se ao fato de que o pagamento do seguro defeso beneficiaria apenas os pescadores de camarões e lagosta, sendo que os marisqueiros e pescadores de peixe, por exemplo, ficariam sem acesso a esse benefício. Não houve nenhum ato administrativo/normativo que respaldou tal decisão. Como explicado, a decisão em revogar a Instrução Normativa MAPA nº 52, de 2019, foi a não abrangência de seus atos a todos os pescadores necessitados. O ato administrativo que subsidiou tal revogação é a Nota Técnica nº 151/2019/DEPOP/SAP/MAPA (em anexo).



- b) Não há nenhum ato normativo/administrativo que materializa a decisão do Governo de estender o benefício aos profissionais pescadores/marisqueiros não cadastrados junto ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP justamente por não haver a possibilidade de pagamento àqueles que não possuem o RGP. O inciso XXII do Art. 2º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, define pescador profissional como: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica. Ou seja, há a necessidade do indivíduo ser licenciado para poder obter algum benefício do governo direcionado aos pescadores profissionais.
- c) Não haverá pagamento a pessoas que não possuam o RGP, logo, a SAP/MAPA não fará nenhuma identificação, nesse momento, de pessoas que pratiquem a pesca sem registro.
- d) O que a SAP/MAPA, em articulação com outros órgãos do Governo Federal, está propondo é a instituição do Auxílio Emergencial Pecuniário para os Pescadores Profissionais Artesanais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira com atuação em área estuarina e/ou marinha, domiciliados nos municípios atingidos pelas manchas de óleo. A intenção é fornecer dois salários mínimos a esses pescadores. Não é um valor alto, mas considera-se suficiente para proporcionar o mínimo para que as famílias dos pescadores não passem necessidades. Apesar da situação de desespero dos pescadores artesanais nordestinos, não há possibilidade de realizar o pagamento para aqueles que não estão nos municípios atingidos. Logo, o recorte a ser utilizado para o pagamento do auxílio considerou as informações do Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SISRGP e a lista dos municípios atingidos publicada formalmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Assim, o pescador deverá estar com o RGP ativo, comprovar que é pescador profissional artesanal, pescar em áreas estuarinas e/ou marinhas e ter domicílio no município atingido pelas manchas de óleo, nos estados declarados pelo IBAMA. Caso o acidente se prolongue, haverá a necessidade dos órgãos do Governo Federal se reunirem novamente para verificarem uma nova ação a ser tomada. Para a liberação do Auxílio, há a necessidade de publicação de Medida Provisória. Os procedimentos para tal já foram iniciados e a SAP/MAPA estará enviando à Casa Civil, em breve, a Medida Provisória para sanção presidencial.
- e) É importante esclarecer que nos casos de desastres causados por ação humana, quem indeniza os atingidos não é o Governo Federal, mas o causador do desastre. Contudo, como ainda não foi identificado o causador do dano e um dos públicos alvos do MAPA está em situação de calamidade é necessária uma ação urgente.

Atenciosamente,



**MARCIO ELI ALMEIDA LEANDRO**

Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO DA PESCA

**NOTA TÉCNICA Nº 151/2019/DEPOP/SAP/MAPA**

**PROCESSO Nº 21000.077056/2019-41**

**INTERESSADO: SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA - SAP/MAPA**

**1. ASSUNTO**

1.1. A presente Nota Técnica versa sobre a revogação da Instrução Normativa MAPA nº 52, de 25 outubro de 2019, que estabelece excepcionalmente períodos de defeso adicionais para o ano de 2019, em decorrência da grave situação ambiental resultante de provável contaminação química por derramamento de óleo no litoral da região nordeste, proibindo a atividade pesqueira.

**2. REFERÊNCIAS**

- 2.1. Instrução Normativa MAPA nº 52, de outubro de 2019 (8927641).
- 2.2. Decreto nº 10.080, de 24 de outubro de 2019 (8954950).
- 2.3. Serviço de Inspeção Federal (<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif>).
- 2.4. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.

**3. SUMÁRIO EXECUTIVO**

3.1. Em setembro de 2019 começaram a aparecer manchas de óleo em praias do nordeste brasileiro. Posteriormente averiguou-se que se tratava de petróleo bruto, porém, até o momento não se sabe a origem desse petróleo, apenas que não é das reservas brasileiras.

3.2. Um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA aponta que, em 29 de outubro de 2019, 282 localidades foram oleadas. Dessas, 22 possuem mais de 10% de contaminação; 162 até 10% de contaminação e 98 praias já foram limpas, não sendo mais observado manchas de óleo. São 97 municípios afetados espalhados em 9 estados, do Maranhão a Bahia (8952997).

3.3. Dessa forma, como a pesca, principalmente a artesanal, é uma atividade econômica de importância expressiva nessa região e devido a publicação do Decreto nº 10.080, de 24 de outubro de 2019 (8954950), que permite que excepcionalmente, nas hipóteses de grave contaminação por agentes químicos, físicos e biológicos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA poderá prolongar o período de defeso para as áreas e os grupos específicos atingidos, nos termos previstos na legislação, pensou-se em prolongar o período de defeso para as espécies de áreas afetadas pelo desastre ambiental provocado pelas manchas de óleo no litoral do nordeste brasileiro, sendo essa medida oriunda das discussões no âmbito governamental sobre as políticas públicas existentes e que pudessem atender os atingidos no caso das manchas de óleo no litoral Nordeste brasileiro, conforme apontado pela Nota Técnica nº 147/2019/DEPOP/SAP/MAPA (8907146).

3.4. Logo, em 29 de outubro de 2019, foi publicada no Diário Oficial da União a Instrução Normativa MAPA nº 52, de 25 de outubro de 2019, que estabelece excepcionalmente períodos de defeso adicionais para o ano de 2019, em decorrência da grave situação ambiental resultante de provável contaminação química por derramamento de óleo no litoral da região nordeste, proibindo a atividade pesqueira (8927641).



3.5. Apesar desse esforço em publicar um ato normativo em tempo emergencial para beneficiar o setor pesqueiro nordestino, a medida não surtiu o efeito esperado. Dessa forma, a presente Nota Técnica versa sobre a revogação da citada Instrução Normativa.

#### 4. ANÁLISE

4.1. Como comentado, a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAP/MAPA preocupada com a saúde, bem estar da população e principalmente com os pescadores nordestinos, editou a Instrução Normativa nº 52, de 2019, prorrogando o período de defeso dos camarões e lagostas. Porém, a Câmara Setorial da Produção e Indústria de Pescados alertou a SAP/MAPA que esses recursos pesqueiros não apresentavam riscos à sociedade quando oriundos de estabelecimentos sob o regime do Serviço de Inspeção Federal (8953740).

4.2. O Serviço de Inspeção Federal, conhecido mundialmente pela sigla SIF e vinculado ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA do MAPA, é o responsável por assegurar a qualidade de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis destinados ao mercado interno e externo, bem como de produtos importados. Atualmente, o SIF tem atuação em mais de 5 mil estabelecimentos brasileiros, todos sob a supervisão do DIPOA. Até receber o carimbo do SIF, o produto atravessa diversas etapas de fiscalização e inspeção, cujas ações são orientadas e coordenadas pelo DIPOA/MAPA. Todos os produtos de origem animal sob responsabilidade do MAPA são registrados e aprovados pelo SIF visando garantir produtos com certificação sanitária e tecnológica para o consumidor brasileiro, respeitando as legislações nacionais e internacionais vigentes (<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animais/sif>).

4.3. Além disso, a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, estabelece a obrigatoriedade da prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito, incluindo o pescados e seus derivados.

4.4. Assim sendo, essas informações corroboram com o que a Associação Brasileira das Indústrias de Pescados; Associação Brasileira dos Criadores de Camarão - ABCC; Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura - CONEPE; Sindicato da Indústria da Pesca, de Doces e de Conservas Alimentícias do Rio Grande do Sul; Sindicato das Indústrias de Pesca e Frio do Estado do Ceará; Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras e Produtoras, Proprietárias de Embarcações de Pesca do Estado do Pará - SINPESCA; Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região - SINDIPI; Sindicato dos Armadores do Rio Grande do Norte (8953740) dizem: "*os produtos que estão sendo vendidos pelas indústrias brasileiras são inspecionados e próprios para o consumo, não causando qualquer malefício aos consumidores finais*".

4.5. Como ainda não foi apresentado nenhum laudo oficial que comprove que os camarões e lagostas estão contaminados pelo petróleo bruto espalhado pelo nordeste brasileiro, a Instrução Normativa MAPA nº 52, de 2019, perde seu objeto. Logo, é necessária sua revogação.

4.6. Porém, os transtornos com esse desastre continuam afetando os pescadores nordestinos. Dessa forma, está sendo formulado um Plano de Apoio ao Pescadores Atingidos por Manchas de Óleo no Litoral Brasileiro (8955269). As ações desse Plano consistem em:

- I - Identificar os locais atingidos pelas manchas de óleo;
- II - Apoiar ações de limpeza dos locais em que a pesca foi/pode ser atingida;
- III - Investigar os locais atingidos pelas manchas de óleo;
- IV - Cadastrar os pescadores das localidades atingidas;
- V - Criar o bolsa pesca;
- VI - Pagamento do bolsa pesca.

4.7. Nesse sentido, iniciou-se as discussões para que pudéssemos definir um outro tipo de auxílio financeiro aos pescadores atingidos pelo desastre ambiental, o qual encontra-se em processo de formalização em conjunto com todos os órgãos governamentais pertinentes (Ministério da Economia,

Ministério da Cidadania, Casa Civil), visando englobar todos os Grupos de pescadores atingidos e não somente os beneficiários do Seguro-defeso. Também, ressalta-se as discussões ocorridas no âmbito do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, nas quais estão sendo definidas ações para monitoramento biológico do pescado, buscando garantir a segurança alimentar.

4.8. Assim, mesmo com a revogação da Instrução Normativa nº 52, de 2019, ações serão tomadas para mitigar os impactos do desastre ocorrido pelo derramamento de petróleo bruto na região nordeste.

## 5. CONCLUSÃO

5.1. Considerando o Serviço de Inspeção Federal;

5.2. Considerando a falta de laudos que atestem a contaminação de camarões e lagostas pelo petróleo presente nas praias e águas do nordeste brasileiro;

5.3. Considerando a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950;

5.4. Considerando a perda de objeto da Instrução Normativa MAPA nº 52, de 2019;

5.5. Considerando a formulação de um Plano de Apoio ao Pescadores Atingidos por Manchas de Óleo no Litoral Brasileiro;

5.6. Considerando as ações já em curso para mitigar os impactos e auxiliar os pescadores atingidos;

5.7. Considerando as discussões no âmbito do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD.

5.8. Solicita-se a revogação da Instrução Normativa MAPA nº 52, de 25 de outubro de 2019.

5.9. Logo, apresenta-se a Minuta de Instrução Normativa (8955470) para os encaminhamentos pertinentes.

*(assinado eletronicamente)*

**VALDIMERE FERREIRA**

Coordenadora da Pesca Marinha

*(assinado eletronicamente)*

**SANDRA SILVESTRE DE SOUZA**

Coordenadora da Pesca Marinha

*(assinado eletronicamente)*

**ELIELMA RIBEIRO BORCEM**

Coordenadora Geral da Pesca Marinha

De acordo. Encaminha-se ao GAB/SAP para providências.

*(assinado eletronicamente)*

**JAIRO GUND**

Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca



Documento assinado eletronicamente por **Valdimere Ferreira, Coordenador (a)**, em 30/10/2019, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA SILVESTRE DE SOUZA, Coordenador (a)**, em 30/10/2019, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **ELIELMA RIBEIRO BORCEM, Coordenador (a) Geral**, em



30/10/2019, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAIR GUND, Diretor (a)**, em 30/10/2019, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8952028** e o código CRC **FD141BB2**.

Referência: Processo nº 21000.077056/2019-41

SEI nº 8952028



Processo: **0805679-16.2019.4.05.8500**

Assinado eletronicamente por:

**RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA - Gestor**

Data e hora da assinatura: 20/11/2019 14:36:12

[https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=200826...](https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=200826...)

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.trfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



19112014345523600000003279796





**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1548, - Bairro Capucho - Aracaju - CEP 49080-903

**Nota Informativa nº 6411522/2019-SUPES-SE**

Número do Processo: 02028.001630/2019-37

Interessado: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado de Sergipe - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão e da Cidadã

Aracaju, 14 de novembro de 2019

**APRESENTAÇÃO**

Esta Nota Técnica visa prestar esclarecimentos acerca do Ofício n. 588/2019/PRDC/SE, enviada à Superintendência do Ibama em Sergipe a despachada para a Coordenação Geral de Emergências Ambientais.

O Ministério Público Federal solicita a inclusão dos municípios listados abaixo no mapa de localidades gerado diariamente pelo Ibama:

- a) São Cristóvão/SE;
- b) Nossa Senhora do Socorro/SE;
- c) Santa Luzia do Itanhi/SE;
- d) Santo Amaro das Brotas/SE;
- e) Maruim/SE;
- f) Indiaroba/SE;
- g) Laranjeiras/SE;
- h) Ilha das Flores/SE.

Alega o MPF que os citados municípios foram afetados, mas não constam no mapa do Ibama. Solicita diligências do Ibama nos citados municípios.

**ANÁLISE**

De início, cabe informar que o mapa divulgado diariamente pelo Ibama identifica localidades litorâneas atingidas por óleo. O mapa é gerado com informações que são enviadas de forma padronizada por diversas instituições públicas, como Ibama, Marinha, Defesa Civil e Secretarias de Meio Ambiente.

Os dados são transmitidos por formulário online, no qual constam, dentre outros, fotos da localidade, situação da praia, responsáveis, data e local de vistoria. A metodologia utilizada é adaptada da

ferramenta "SCAT" – *Shoreline Cleanup Assessment Technology* (Tecnologia de Avaliação de Linhas de Praia, em tradução livre).

Esclarece-se, dessa maneira, que o mapa visa tão somente apresentar o histórico de áreas já atingidas e orientar as ações de vistoria e limpeza de praias. Não é objetivo do mapa apresentar impactos socioeconômicos ou quaisquer outras informações não relacionadas à limpeza de praias.

Especificamente, os municípios apresentados pelo MPF não são litorâneos e, portanto, não poderão constar em um mapa que tem por finalidade avaliar a limpeza de praias.

Contudo, observou-se que os municípios pleiteados são limítrofes de municípios litorâneos e, assim, é possível que haja pescadores atingidos nessas localidades, que eventualmente se deslocam para pescar nas praias dos municípios vizinhos.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se que o mapa do Ibama se limita a registrar histórico de ocorrências, orientar as ações de vistorias e de limpeza de praias. Portanto não é pertinente que municípios não-litorâneos sejam acrescentados em tal mapa.

Entende-se que a avaliação de impacto às comunidades pesqueiras não é competência primária do Ibama e deve ser realizada pelos entes responsáveis, em especial a Secretaria Nacional de Pesca, com o estudo das diversas variáveis que podem afetar a qualidade do pescado ou a economia pesqueira de forma ampla.

(Assinado eletronicamente)  
PAULO AMÍLCAR FARIAS JÚNIOR  
Analista Ambiental  
IBAMA-SE



Documento assinado eletronicamente por **PAULO AMILCAR FARIAS JUNIOR, Superintendente Substituto**, em 14/11/2019, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6411522** e o código CRC **EB68CD50**.





## **Nota Pública dos Servidores Ambientais Federais (MMA, Ibama, ICMBio e SFB) sobre o derramamento de óleo no litoral brasileiro**

Em 14 de novembro de 2019.

A ASCEMA Nacional chama atenção para a demora na ação do Governo Federal frente ao atual desastre ambiental envolvendo o derramamento de óleo que está impactando o litoral brasileiro. Somente no começo de outubro, mais de um mês após o aparecimento das primeiras manchas de óleo, o MMA emitiu um ofício para Marinha do Brasil, designando-a como autoridade operacional para ações do Plano Nacional de Contingência – PNC, ficando o restante das ações previstas no PNC em aberto [1]. Desde então as ações de respostas vêm acontecendo de forma desarticulada e descoordenada, trazendo diversas consequências, a exemplo dos prejuízos na orientação e alertas à sociedade sobre os cuidados com a chegada do óleo nas praias e sobre os riscos ambientais e à saúde que ele pode causar.

Em um acidente dessas proporções a ação individualizada dos agentes não se mostra suficiente para a solução do problema. A omissão do MMA no seu papel de coordenar a resposta trouxe um cenário de falta de transparência e articulação de ações e informações, além de dificultar a comunicação entre as instituições, entes federados, academia e sociedade.

Especificamente sobre as ações dos órgãos ambientais federais, destaca-se que áreas técnicas relevantes não foram envolvidas assim que foi enviado o ofício a Marinha do Brasil, que poderiam apoiar prontamente no assessoramento das ações do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), a exemplo do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), do Centro Nacional de Monitoramento de Informação Ambiental (Cenima) e da equipe do Ibama responsável pelo Licenciamento Ambiental das atividades de petróleo e gás, que tem larga experiência nessa área. Apenas recentemente parte dessas equipes passaram a contribuir nas ações para contenção e mitigação do desastre.

Desde 2016, o Cenima executa monitoramento rotineiro de vazamentos de óleo. Com quadro técnico qualificado, poderia ter apoiado desde o início a investigação da origem do vazamento, de forma articulada com outras instituições, como o INPE e as universidades, evitando inúmeros alertas falsos publicados pela imprensa que contribuíram negativamente na gestão do evento e na informação à população.

A coordenação de licenciamento de petróleo e gás da DILIC/IBAMA poderia ter contribuído da realização de modelagem de dispersão do óleo, uma vez que conta com servidores



capacitados e experientes no assunto, evitando que a modelagem fosse pautada em informações de empresas privadas.

O monitoramento aéreo ficou restrito a 10 km de distância da costa, enquanto os indícios do vazamento já indicavam que teria acontecido em alto mar e, portanto, para uma busca mais efetiva da origem do vazamento, seria recomendado que ela acontecesse numa faixa de 200 a 800 km da costa. A opção por monitoramento próximo à costa limitou-se a identificar a chegada do óleo na praia, medida não eficaz para apoiar as ações locais e para reduzir os danos ambientais.

Igualmente questionável foi a forma de divulgação da suspeita do navio grego ser o responsável pelo incidente, apenas pelo fato de estar no local no suposto momento do vazamento, uma vez que não há provas consistentes sobre a data e local do ponto de início dos eventos. Órgãos com especialistas em sensoriamento remoto, como o INPE e o Cenima, não foram consultados para análise do parecer que a empresa HEX apresentou e que foi usado no processo de investigação do navio grego. Teria sido importante que fosse feita a validação do que foi identificado como o vazamento, inclusive onexo causal com o navio "suspeito".

Outro impacto negativo da demora na resposta é a dificuldade de definição dos recursos necessários para ações de emergências, uma vez que a legislação não prevê quem paga a conta no caso de "manchas órfãs". A Petrobras vem assumindo alguns custos, disponibilizando parte de seus equipamentos e equipe técnica para ações emergenciais, partindo do pressuposto de que esses custos serão ressarcidos posteriormente, já que não há responsabilidade da empresa pelo vazamento.

Da mesma maneira, na falta do poluidor pagador, não está claro na legislação a responsabilidade sobre a destinação dos resíduos de óleo coletados. O que não exime o papel do MMA, como coordenador do Sisnama, em articular, orientar e assistir tecnicamente sobre o manejo adequado desses resíduos e a sua destinação final. A simples delegação para os municípios, com apoio dos estados, não solucionará o problema, pois não considera a realidade dos municípios atingidos, que em muitos casos já não conseguem destinar adequadamente os resíduos comuns, assumirem a responsabilidade no manejo e na destinação dos resíduos perigosos.

O MMA ao negligenciar o seu papel articulador com estados e municípios, também deixa de acionar outras áreas técnicas do Sisnama, que já desenvolvem ações cooperadas, a exemplo do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2) e do Gerenciamento Costeiro.





Essas questões poderiam ser resolvidas ou minimizadas se o comando de incidente estivesse trabalhando de forma integrada e transparente em relação às informações que estão sendo produzidas pelas diversas frentes. Ao contrário, em virtude da condução reativa e centralizadora por parte do MMA, que não acionou plenamente o PNC, é estarrecedor que só recentemente as áreas técnicas do governo federal (Ibama, Icmbio e Inpe) estejam contribuindo nas ações para contenção e mitigação do desastre.

Alertamos a sociedade sobre o desmonte das políticas e das Instituições ambientais, que tem levado à morosidade da resposta do Estado brasileiro, com alto custo a sociedade. Ainda que as instituições estejam tentando desempenhar o seu papel, a situação do GAA e do comitê de suporte é de informalidade perante os órgãos de controle, uma vez que não há ato normativo restituindo esses colegiados.

Relembramos que o Brasil dispõe de arcabouço legal e de instituições qualificadas que poderiam ter tratado com clareza e eficiência as funções específicas que incumbia a cada entidade nesse tipo de situação.

Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA – ASCEMA NACIONAL

<http://www.ascemanacional.org.br/> <https://instagram.com/ascemanacional> [www.facebook.com/ascemanacional/](http://www.facebook.com/ascemanacional/)

*Entidade que congrega todas as entidades locais que representam os servidores da carreira de especialista em meio ambiente (CEMA) e do plano especial de cargos do Ministério do Meio ambiente e do Ibama (PECMA), lotados no Ibama, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no MMA e Serviço Florestal Brasileiro.*

Leia também:

[1] Nota Pública dos Servidores Ambientais Federais (MMA, Ibama, ICMBio e SFB) sobre o maior desastre ambiental de vazamento de óleo no Brasil - <http://www.ascemanacional.org.br/nota-publica-dos-servidores-ambientais-federais-mma-ibama-icmbio-e-sfb-sobre-o-maior-desastre-ambiental-de-vazamento-de-oleo-no-brasil/>

[2] Nota Pública da ASIBAMA/RJ sobre o óleo no Nordeste e a omissão do Ministro do Meio Ambiente - <https://asibamario.blogspot.com/2019/10/nota-publica-da-asibamarj-sobre-o-oleo.html?m=1&fbclid=IwAR2wL8ZuKHlMsqOUq5kWt4QF9FjffAbcQomTclgGjP6jPAUyk-s2fCZDgY>



Processo: 0805679-16.2019.4.05.8500

Assinado eletronicamente por:

**RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA - Gestor**

Data e hora da assinatura: 20/11/2019 14:36:12

Identificador: 4058500.3275004

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



19112014344928400000003279791

**MM. Juiz Federal**





Processo: **0805679-16.2019.4.05.8500**

Assinado eletronicamente por:

**RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS  
TEIXEIRA DE ALMEIDA - Gestor**

**Data e hora da assinatura:** 20/11/2019 14:36:12

**Identificador:** 4058500.3275003



19112014334296500000003279790

**Para conferência da autenticidade do  
documento:**

<https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>





Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Sergipe 1ª Vara

Fórum Min. Geraldo Barreto Sobral. Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500.

Centro Adm. Governador Augusto Franco. Aracaju/SE

Horário de Funcionamento: Segunda a Sexta das 09:00h às 18:00h

Fone: 3216-2259/Home page: [www.jfse.jus.br](http://www.jfse.jus.br)

## MANDADO DE INTIMAÇÃO/URGENTE

### **CUMPRIMENTO PELO OFICIAL PLANTONISTA**

PROCESSO Nº 0805679-16.2019.4.05.8500T 1ª Vara

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉUS: UNIÃO E OUTROS

Orienta em 22/11/2019, às 16:30h.  
*Miguel Angelo Feitosa Melo*  
Advogado da União  
Procurador - União em Sergipe

FINALIDADE

**INTIMAR a UNIÃO**, na pessoa de seu Advogado-Chefe, na Avenida Beira Mar, 53, 13 de Julho, Aracaju/SE, "sobre a petição/documentos dos ids. 4058500.3275003; 4058500.3275004;

4058500.3275006 e 4058500.3275009, até o dia 29/11/2019." (despacho de id. 4058500.3284210).

Márcia Rodrigues de Souza Moura

Técnico Judiciário

(De ordem da Portaria PRT.1.9-9/2008 - JF - 1ª Vara)



Processo: 0805679-16.2019.4.05.8500

Assinado eletronicamente por:

**MARCIA RODRIGUES DE SOUZA  
MOURA - Diretor de Secretaria**

**Data e hora da assinatura:** 22/11/2019

15:24:02

**Identificador:** 4058500.3284455



19112215211404100000003289312

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**PROCESSO Nº: 0805679-16.2019.4.05.8500 - AÇÃO CIVIL  
PÚBLICA CÍVEL**

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**RÉU:** UNIÃO e outros

**1ª VARA FEDERAL - SE**

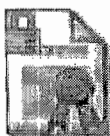
**DESPACHO**

Intimar os réus para se manifestarem, querendo, sobre a petição/documentos dos ids. 4058500.3275003; 4058500.3275004; 4058500.3275006 e 4058500.3275009, até o dia 29/11/2019.

Após, fazer conclusão dos autos para decisão.

**Telma Maria Santos Machado**

**Juíza Federal**



Processo: **0805679-16.2019.4.05.8500**

Assinado eletronicamente por:

**Telma Maria Santos Machado - Magistrado**

**Data e hora da assinatura: 22/11/2019**

**14:48:08**

**Identificador: 4058500.3284210**



19112214410663700000003289065

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF/CONJUR-MMA

**NOTA n. 00372/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**Processo Administrativo Eletrônico (NUP) nº 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08).**

**Interessado/Consulente/Demandante:** Procuradoria da União no Estado de Sergipe - PU/SE.

**Assunto:** Ação Civil Pública envolvendo o óleo no litoral nordestino.

**I - Dos fatos e apreciação**

1. Trata-se do ofício nº 01942/2019/SEJUD/PUSE/PGU/AGU, da Procuradoria da União no Estado de Sergipe, que, no bojo da Ação Civil Pública nº 0805679-16.2019.4.05.8500, atinente ao acidente com óleo no litoral nordestino, solicita, até o dia 27/11/2019, manifestação sobre nota de associação dos servidores públicos federais ambientais.

2. Na oportunidade, remeteu o ofício de demanda (seq. 48) e a documentação a ser analisada (seq. 49).

3. Eis o que importa relatar. Aprecia-se.

4. Verte do processo administrativo eletrônico (NUP) que o Ministério Público Federal juntou, no feito judicial, Nota Pública dos Servidores Ambientais Federais (MMA, IBAMA, ICMBio e SFB) - ASCEMA NACIONAL, com considerações sobre o derramamento de óleo no litoral brasileiro. O objeto desta manifestação é a apreciação de tal documento.

5. O expediente associativo inicia alegando mora do Governo Federal frente ao derramamento de óleo no litoral brasileiro. Aduz, especiosamente, que apenas "no começo de outubro, mais de um mês após o aparecimento das primeiras manchas de óleo, o MMA emitiu um ofício para a Marinha do Brasil, designando-a como autoridade operacional para ações do Plano Nacional de Contingência, PNC, ficando o restante das ações previstas no PNC em aberto". Esse ponto já foi inúmeras vezes esclarecido e, ao contrário do que tenta supor o documento, no sentido de que o Governo Federal se manteve inerte e apenas em outubro foi que iniciou qualquer enfrentamento da questão, na verdade e em essência, em 2 de setembro já havia resposta do Poder Público, conforme expõe a Nota Técnica nº 60/2019/CGEMA/DIPRO, do IBAMA.

6. Ato contínuo, aduz-se uma "falta de coordenação" do Governo Federal para tratar o fato, "a exemplo dos prejuízos na orientação e alertas à sociedade sobre os cuidados com a chegada do óleo nas praias e sobre os riscos ambientais e à saúde que ele pode causar". Tampouco trabalha-se com a verdade no trecho. Como exposto na NT supra, *textus*:

5.22. O Secretário de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde foi oficiado, a fim de indicar representante para integrar a equipe de órgãos do governo que compõe o GAA (Anexo I), no uso das atribuições previstas na Lei nº 9.782/1999. Da mesma forma, foi encaminhado ofício ao Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

5.23. Nesse contexto, a Secretaria de Vigilância de Saúde emi&u um informe com as recomendações para a população e profissionais de saúde (Anexo K), em seguida, juntamente com a Defesa Civil e a Assessoria de Comunicação, emi&u car&lha de recomendações e orientações à população sobre o derramamento de óleo. Em 31 de outubro, a Secretaria de Vigilância de Saúde também emi&u Bole&m epidemiológico.

7. A narrativa segue com críticas relativas à GESTÃO da condução do caso. Ao ver da associação, deveria o GAA ter se valido do INPE, CENIMA, DILIC/IBAMA, etc etc. O objeto processual não versa sobre o acerto ou a erronia de tal ou quais instâncias deveriam ter trabalhado na questão...

8. Também é matéria estranha ao caderno processual judicial se os elementos de informação que levaram a uma maior suspeita do navio grego são suficientes ou robustos para tanto.

9. Tampouco há discussão judicial quanto ao ressarcimento da Petrobrás por "manchas órfãs" ou outros custos decorrentes da operação em curso. No ponto, há um aparente desconhecimento do modelo ressarcitório do Decreto do PNC.

10. Em relação ao papel "coordenador" do MMA, tal já vem sendo realizado nos autos judiciais, em estrita e fiel observância ao quanto determinado pelo E. Tribunal Regional Federal da 5ª Região e, sobre o ponto, em que pese alegação de descumprimento, por parte do MPF demandante, a



Ínclita Juíza do caso consignou, em recente decisão, que "(...) a União comprovou ter convidado os entes estaduais, conforme determinado pelo TRF5 (...)".

11. No mais, quanto às repetitivas alegações da institucionalidade do GAA e demais instâncias, ratifica-se a linha defensiva já adotada anteriormente e de ciência dessa PU/SE.

## **II - Conclusão**

12. À luz do exposto, com supedâneo no art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Complementar nº 73/93, na Lei nº 8.906/1994 e na Lei nº 13.327/2016, concluo, conforme a fundamentação supra e no tocante às competências do Ministério do Meio Ambiente, que os pontos suscitados na Nota da ASCEMA Nacional foram apreciados e, no mérito, não prosperam.

13. À consideração do CONJUR/MMA.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAM DE MATÉRIA FINALÍSTICA EM EXERCÍCIO.

---

Documento assinado eletronicamente por OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 348784158 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS. Data e Hora: 26-11-2019 11:58. Número de Série: 13973383. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 348784158 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 27-11-2019 14:56. Número de Série: 17139232. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

---

**DESPACHO n. 01458/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Aprovo a NOTA n. 00372/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU elaborada pelo Dr. Olavo de Medeiros. Ao apoio para as providências administrativas.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 349562938 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 27-11-2019 14:59. Número de Série: 17139232. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSULTORIA JURÍDICA  
Serviço de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica

**DESPACHO Nº 44526/2019-MMA**

**Assunto: Resposta de comunicação SAPIENS**

Comunicação complementada no dia 27 de novembro de 2019, às 16:23h.



Documento assinado eletronicamente por **Doracy Camelo Braga, Agente Administrativo**, em 27/11/2019, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0502550** e o código CRC **C8D1C342**.

**Referência:** Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0502550



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

---

**COTA n. 00506/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Ao Apoio Administrativo, para solicitar à Secretaria-Executiva do MMA que preste os esclarecimentos demandados pela Procuradoria da União em Sergipe, mediante o Ofício nº 2010 - AGU/PU/SE/AESVNC, **até o dia 05.12.2019.**

Brasília, 03 de dezembro de 2019.

FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES NOGUEIRA  
ADVOGADA DA UNIÃO

---

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 351807558 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES. Data e Hora: 03-12-2019 09:47. Número de Série: 1704835042102943846. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF/CONJUR-MMA

**NOTA n. 00372/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**Processo Administrativo Eletrônico (NUP) nº 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08).**

**Interessado/Consulente/Demandante:** Procuradoria da União no Estado de Sergipe - PU/SE.

**Assunto:** Ação Civil Pública envolvendo o óleo no litoral nordestino.

**I - Dos fatos e apreciação**

1. Trata-se do ofício nº 01942/2019/SEJUD/PUSE/PGU/AGU, da Procuradoria da União no Estado de Sergipe, que, no bojo da Ação Civil Pública nº 0805679-16.2019.4.05.8500, atinente ao acidente com óleo no litoral nordestino, solicita, até o dia 27/11/2019, manifestação sobre nota de associação dos servidores públicos federais ambientais.

2. Na oportunidade, remeteu o ofício de demanda (seq. 48) e a documentação a ser analisada (seq. 49).

3. Eis o que importa relatar. Aprecia-se.

4. Verte do processo administrativo eletrônico (NUP) que o Ministério Público Federal juntou, no feito judicial, Nota Pública dos Servidores Ambientais Federais (MMA, IBAMA, ICMBio e SFB) - ASCEMA NACIONAL, com considerações sobre o derramamento de óleo no litoral brasileiro. O objeto desta manifestação é a apreciação de tal documento.

5. O expediente associativo inicia alegando mora do Governo Federal frente ao derramamento de óleo no litoral brasileiro. Aduz, **especiosamente**, que apenas "no começo de outubro, mais de um mês após o aparecimento das primeiras manchas de óleo, o MMA emitiu um ofício para a Marinha do Brasil, designando-a como autoridade operacional para ações do Plano Nacional de Contingência, PNC, ficando o restante das ações previstas no PNC em aberto". Esse ponto já foi inúmeras vezes esclarecido e, ao contrário do que tenta supor o documento, no sentido de que o Governo Federal se manteve inerte e apenas em outubro foi que iniciou qualquer enfrentamento da questão, na verdade e em essência, em 2 de setembro já havia resposta do Poder Público, conforme expõe a Nota Técnica nº 60/2019/CGEMA/DIPRO, do IBAMA.

6. Ato contínuo, aduz-se uma "falta de coordenação" do Governo Federal para tratar o fato, "a exemplo dos prejuízos na orientação e alertas à sociedade sobre os cuidados com a chegada do óleo nas praias e sobre os riscos ambientais e à saúde que ele pode causar". Tampouco trabalha-se com a verdade no trecho. Como exposto na NT supra, *textus*:

5.22. O Secretário de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde foi oficiado, a fim de indicar representante para integrar a equipe de órgãos do governo que compõe o GAA (Anexo I), no uso das atribuições previstas na Lei nº 9.782/1999. Da mesma forma, foi encaminhado ofício ao Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

5.23. Nesse contexto, a Secretaria de Vigilância de Saúde emi&u um informe com as recomendações para a população e profissionais de saúde (Anexo K), em seguida, juntamente com a Defesa Civil e a Assessoria de Comunicação, emi&u car&lha de recomendações e orientações à população sobre o derramamento de óleo. Em 31 de outubro, a Secretaria de Vigilância de Saúde também emi&u Bole&m epidemiológico.

7. A narrativa segue com críticas relativas à GESTÃO da condução do caso. Ao ver da associação, deveria o GAA ter se valido do INPE, CENIMA, DILIC/IBAMA, etc etc. O objeto processual não versa sobre o acerto ou a erronia de tal ou quais instâncias deveriam ter trabalhado na questão...

8. Também é matéria estranha ao caderno processual judicial se os elementos de informação que levaram a uma maior suspeita do navio grego são suficientes ou robustos para tanto.

9. Tampouco há discussão judicial quanto ao ressarcimento da Petrobrás por "manchas órfãs" ou outros custos decorrentes da operação em curso. No ponto, há um aparente desconhecimento do modelo ressarcitório do Decreto do PNC.

10. Em relação ao papel "coordenador" do MMA, tal já vem sendo realizado nos autos judiciais, em estrita e fiel observância ao quanto determinado pelo E. Tribunal Regional Federal da 5ª Região e, sobre o ponto, em que pese alegação de descumprimento, por parte do MPF demandante, a

Ínclita Juíza do caso consignou, em recente decisão, que "(...) a União comprovou ter convidado os entes estaduais, conforme determinado pelo TRF5 (...)".

11. No mais, quanto às repetitivas alegações da institucionalidade do GAA e demais instâncias, ratifica-se a linha defensiva já adotada anteriormente e de ciência dessa PU/SE.

## **II - Conclusão**

12. À luz do exposto, com supedâneo no art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Complementar nº 73/93, na Lei nº 8.906/1994 e na Lei nº 13.327/2016, concluo, conforme a fundamentação supra e no tocante às competências do Ministério do Meio Ambiente, que os pontos suscitados na Nota da ASCEMA Nacional foram apreciados e, no mérito, não prosperam.

13. À consideração do CONJUR/MMA.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAM DE MATÉRIA FINALÍSTICA EM EXERCÍCIO.

---

Documento assinado eletronicamente por OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 348784158 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS. Data e Hora: 26-11-2019 11:58. Número de Série: 13973383. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 348784158 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 27-11-2019 14:56. Número de Série: 17139232. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

---

**DESPACHO n. 01458/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Aprovo a NOTA n. 00372/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU elaborada pelo Dr. Olavo de Medeiros. Ao apoio para as providências administrativas.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 349562938 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 27-11-2019 14:59. Número de Série: 17139232. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

CERTIDÃO

Certifico que o presente processo foi encaminhado para o arquivo provisório.

27/11/2019

DORACY CAMELO BRAGA



**PROCESSO Nº:** 0815091-57.2019.4.05.0000 - **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**AGRAVANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**AGRAVADO:** UNIÃO FEDERAL e outros

**RELATOR(A):** Desembargador(a) Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto - 4ª Turma

**MAGISTRADO CONVOCADO:** Desembargador(a) Federal Carlos Vinicius Calheiros Nobre

**PROCESSO ORIGINÁRIO:** 0805679-16.2019.4.05.8500 - 1ª VARA FEDERAL - SE

### **DECISÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL maneja agravo de instrumento contra decisão proferida pela MMª Juíza Federal da 1ª Vara/SE que, nos autos da Ação Civil Pública nº 0805679-162019.4.05.8500, entendeu que não haveria como se impor à União a designação, ainda neste mês de novembro, de reunião do Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC com a participação de todos os Estados do Nordeste e o Espírito Santo, determinando, contudo, que o Coordenador Operacional, no prazo de 5 dias, contactasse esses Estados para a realização das referidas reuniões em data a ser combinada com estes.

O agravante relembra que a ação civil pública originária foi proposta com o escopo de compelir a União e demais demandados a acionarem e implementarem de imediato o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, de modo a que fosse dado início a todas as medidas necessárias a minimizar os danos decorrentes do gravíssimo incidente ambiental provocado pelo derramamento de óleo na Zona Costeira Brasileira.

Rememora que tendo sido indeferida a medida liminar pleiteada na ação de origem, interpôs o Agravo de Instrumento distribuído sob o nº 0814134-56.2019.4.05.0000, no bojo do qual fora deferida parcialmente a antecipação de tutela da pretensão recursal para determinar que a União, no prazo de 48 horas, promovesse o convite aos órgãos estaduais do Meio Ambiente de cada Estado afetado, de modo a viabilizar a efetiva participação, no colegiado do Comitê de Suporte, de um representante desses Estados, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00.

Ocorre que, segundo alega, até o momento, a liminar concedida por esta Corte Regional não fora cumprida, visto que a União se limitou a enviar mero convite formal aos órgãos ambientais de cada um dos Estados envolvidos, solicitando, inclusive, a indicação de representante, sem, contudo, marcar nenhuma reunião, de forma que, a

seu ver, não estaria garantida a "participação efetiva" dos Estados do Nordeste no Comitê de Suporte do PNC, consoante determinado pela decisão deste Tribunal.

Defende que, diante dos inegáveis prejuízos provocados pelo vazamento do óleo no litoral brasileiro - inclusive às milhares de famílias carentes que estão sem trabalhar e sem receber os valores que estão sendo pagos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, via Secretaria de Agricultura e Pesca, por supostamente não se enquadrarem nos requisitos previamente estabelecidos por esses órgãos -, o Comitê de Suporte do PNC deve ser reunido o quanto antes, devendo os Estados estarem presentes.

Requer, assim, a concessão imediata de édito judicial que determine *à União que, ante a urgência do caso, marque reunião do Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC, a ser realizada impreterivelmente ainda no mês em curso (novembro/2019), convidando os Estados do Nordeste, o Espírito Santo, o Rio de Janeiro (em virtude da iminente chegada do óleo em seu litoral), bem como, em sendo necessário, eventuais outros Estados da Federação que venham a ser atingidos.*

Pretende ainda que, na reunião a ser realizada, a União assegure:

*a) que todos os entes estaduais possam apresentar e debater as suas reivindicações, demonstrando o que se faz necessário em termos de operações de limpeza de todas as áreas atingidas (praias, mangues, estuários etc), bem como de restauração do meio ambiente, recomposição de perdas socioeconômicas das comunidades tradicionais e dos mais diversos setores como comércio, turismo, serviços em geral etc, além de outros assuntos que os Estados da Federação tenham a tratar a respeito do desastre ambiental;*

*b) que os entes estaduais possam apresentar e debater, em específico, propostas para inclusão, como beneficiários (do auxílio financeiro emergencial a ser implementado pela SAP/MAPA), daqueles que desenvolvem atividades de maricultura (pescadores artesanais, marisqueiras, catadores de caranguejo etc) e que atuam, costumeira e historicamente, no Brasil real, sem inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e/ou com domicílio em município não atingido pelas manchas de óleo, mas que exercem atividade em localidade afetada;*

*c) a duração da reunião do Comitê de Suporte, em dias e horas, que se mostrar necessária, podendo, inclusive, mediante ajuste com os entes estaduais, ser realizada de modo fracionado, por Ministério de Estado ou por conjunto de órgãos atuantes, tudo sob pena de multa diária de R\$ 1.000.000,00.*

Eis o que de relevante havia para relatar. Decido.

Cumpre-me examinar, neste instante processual, tão somente o pedido de liminar substitutiva reclamado, providência que, justamente por se revestir de natureza excepcionalíssima, apenas deve ser ministrada quando presentes, de forma estreita e cumulativa, os requisitos da relevante fundamentação do recurso e do perigo de lesão grave e de difícil reparação em aguardar o julgamento do órgão colegiado.

Com efeito, entendo ser pertinente e elogiável a preocupação do Ministério Público Federal quanto à efetiva necessidade de realização de reunião do Comitê de Suporte do PNC, com a participação de representantes dos órgãos ambientais de cada um dos Estados envolvidos, como forma de viabilizar o debate em conjunto de medidas que minimizem os incalculáveis danos à natureza e à economia regional, provocados pelo grave acidente ambiental envolvendo o litoral brasileiro.

Todavia, ao menos neste momento processual, penso que não haveria razão para se acolher de pronto a tutela de urgência requestada, porquanto, no bojo da decisão combatida, o douto julgador monocrático expressamente determinou "que o Coordenador Operacional contate os Estados, no prazo de 05 dias, para a realização das referidas reuniões em data a ser combinada com os mesmos" (id. 4058500.3259468).

Ao que se observa, o próprio magistrado *a quo* - sensível aos graves prejuízos acarretados pelo derramamento de óleo em questão - ordenou que o Coordenador Operacional, designado pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação, providenciasse não apenas o convite às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente para participar do Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência, mas a realização das reuniões pretendidas pelo MPF em data a ser combinada com os Estados envolvidos.

Nesse contexto, considerando, inclusive, que o prazo designado pelo julgador para cumprimento dessa determinação fora bastante exíguo - 5 dias - entendendo mostrar-se descabida, a menos em princípio, a emissão de eventual ordem para que a União marque reunião do Comitê de Suporte do PNC ainda neste mês de novembro, mormente quando não se tem notícia de eventual descumprimento da referida determinação judicial.

É bem verdade que o agravante ainda pede, em seu recurso, que, na reunião a ser realizada, os entes estaduais possam apresentar e debater suas reivindicações relacionadas às operações de limpeza das áreas atingidas, à restauração do meio ambiente, à recomposição de perdas socioeconômicas das comunidades, bem como à problemática envolvendo os trabalhadores atingidos pelo acidente que estão sem

trabalhar e não se enquadraram nos requisitos estabelecidos pelo MAPA/SAP. Todavia, penso, também nesse ponto, ser desnecessário qualquer ordem judicial expressa nesse sentido, porquanto esses, certamente, serão alguns dos assuntos abordados por cada um dos Estados nas reuniões designadas, haja vista serem estas as adversidades que mais afligem os entes estaduais atingidos, e não há nos autos qualquer elemento que indique uma restrição a priori quanto ao debate de tais pontos no bojo do Comitê de Suporte do PNC.

Por derradeiro, destaco, do mesmo modo, não merecer acolhida o pleito do recorrente no sentido de que as reuniões sejam realizadas em dias e horas que se mostrem necessários, pois seguramente o Comitê de Suporte será reunido com a frequência e por tempo suficiente a que sejam encontradas as medidas necessárias e viáveis à solução das questões relacionadas ao referido acidente ambiental.

Com essas considerações, ao menos por ora, indefiro o pedido de liminar substitutiva requerido.

Intimem-se os agravados para apresentarem contraminuta no prazo legal.

Expedientes necessários.

**Relator**





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE  
**4º. OFÍCIO – TUTELA COLETIVA**

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA 1.<sup>a</sup>  
VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE**

**Processo Judicial n. 0805679-16.2019.4.05.8500**

**MM.<sup>a</sup> Juíza Federal**  
**MM. Juiz Federal:**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República signatário, vem, muito respeitosamente, perante Vossa Excelência, expor e requerer:

**1.** Ciente o MPF dos documentos diversos juntados pelas demandadas.

**2.** O PNC, vale sempre sedimentar, não vem sendo implementado nos termos da legislação. A razão, remarque-se, é uma só: como a União não identifica o poluidor-pagador, ela, que deveria custear integralmente as medidas necessárias, não o faz.

Fato é que muitos são os documentos juntados. O MPF, então, de modo a focar no essencial, diante da urgência do caso, enfatiza duas relevantes situações detectadas:

**I.** A reunião realizada em Brasília-DF, em 18/10/2019, no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, **cerca de 80 (oitenta) dias após o surgimento das primeiras manchas de óleo no litoral nordestino**, é emblemática (ID 4058500.3253877):

“(…)

**A ANVISA citou:**

**1) Que há problemas de ações descentralizadas;**

**2) Que coordena as atividades no local do desastre;**











**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE  
**4º. OFÍCIO – TUTELA COLETIVA**

(...) (MAPA) comentou que há artigos científicos que relatam ocorrência de aumento da população de microalgas tóxicas, após vazamentos de óleos no mar. As biotoxinas produzidas contaminam o pescado e essa contaminação não gera alterações visíveis no pescado. A ingestão dessas toxinas pode causar danos neurológicos. Desta forma, destacou que um plano de monitoramento deve tratar desse assunto.

(...) 4. Comunicação à sociedade

Foi comentado que os órgãos federais precisavam alinhar o discurso para que as informações transmitidas à sociedade não provocassem confusão de entendimento ou alardes desnecessários. (...) (Anvisa) comentou que a Anvisa iniciou a elaboração de nota técnica que informa sobre as ações do órgão e as recomendações de consumo. Os representantes do MAPA sugeriram que seja recomendado que sejam adquiridos somente produtos com SIF. Os representantes da Anvisa destacaram que a informação não pode ficar limitada a esses produtos, uma vez que no litoral, parte relevante dos pescados consumidos são adquiridos de mercados informais. Além disso, destacou-se que parte dos pescados consumidos, como mariscos e crustáceos não possuem SIF, e que, mesmo produtos com o certificado não possuem atualmente análise de HPA. Então, decidiu-se por compartilhar essa proposta com o MAPA para elaboração de uma nota conjunta com informações sobre as incertezas e com orientações básicas sobre a opção por produtos com SIF e também sobre a importância da análise sensorial dos pescados nas demais situações, como primeira medida para mitigar o risco. (...).

3. Nessa trilha, **são nítidos os impactos negativos de não ter ocorrido nenhuma reunião sequer do Comitê de Suporte do PNC** e, mais, mantendo-se afastados dos debates e tomadas de decisões relevantes os Estados do Nordeste, o Espírito Santo e o Rio de Janeiro.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE  
**4º. OFÍCIO – TUTELA COLETIVA**

Ora pois, passados cerca de 80 dias do surgimento do grave desastre ambiental, remarque-se, como é possível um órgão federal da relevância da ANVISA afirmar que até o momento não recebeu solicitação para atuar?; e que, mesmo assim, contataram os Estados envolvidos no desastre e que só receberam respostas de Alagoas e Bahia, informando que, na sua área, nada está sendo feito? Isso parece minimamente razoável?

De igual modo, o que dizer do fato de o Secretário da Aquicultura e Pesca, em transmissão ao lado do Presidente da República, afirmar que a população pode comer pescado que “está tudo 100% avaliado” quando, um dia antes, técnicos reunidos apontavam exatamente o inverso, com a rigorosa necessidade de cautela e estudos a serem efetuados?

Deveras, quando atos normativos determinam, com base técnica e científica, o que deve ser feito e isso não é cumprido, o resultado só pode ser esse: contradições, incertezas, insegurança, danos socioambientais e graves riscos à população.

**É o caso do PNC, remarque-se, não implementado adequadamente.**

4. O MPF, por conseguinte, tem insistido na necessidade urgente de reunião do Comitê de Suporte do PNC, com a participação dos entes estaduais, exatamente pelo fato de que o desastre ambiental é imenso, com danos socioambientais cada vez maiores e é imprescindível que União e Estados afetados, com todos os órgãos federais necessários, se reúnam para avaliar e pactuar medidas a serem concretizadas. E não é preciso que seja com todos os integrantes do Comitê de Suporte em um único dia, numa reunião somente. Evidentemente que isso só não pode, como deve, ser segmentado (exemplo: em um dia, ou mais, que se façam presentes aqueles que têm expertise e atribuições para tratar do tema consumo de pescados; e assim sucessivamente).

Eis que entendeu este Órgão Ministerial que esse DD. Juízo Federal negou esse pleito, razão pela qual se recorreu ao E. TRF. Todavia, a Corte Recursal, por seu E. Relator consignou:

(...) Ao que se observa, o próprio magistrado a quo - sensível aos graves prejuízos acarretados pelo derramamento de óleo em questão - ordenou que o Coordenador Operacional, designado pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação, providenciasse não apenas o convite às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente para participar do Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência, mas a realização das reuniões pretendidas pelo MPF em data a ser combinada



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE  
**4º. OFÍCIO – TUTELA COLETIVA**

com os Estados envolvidos. Nesse contexto, considerando, inclusive, que o prazo designado pelo julgador para cumprimento dessa determinação fora bastante exíguo - 5 dias - entendo mostrar-se descabida, a menos em princípio, a emissão de eventual ordem para que a União marque reunião do Comitê de Suporte do PNC ainda neste mês de novembro, mormente quando não se tem notícia de eventual descumprimento da referida determinação judicial.

E, ao final, o E. Relator destacou:

Por derradeiro, destaco, do mesmo modo, não merecer acolhida o pleito do recorrente no sentido de que as reuniões sejam realizadas em dias e horas que se mostrem necessários, **pois seguramente o Comitê de Suporte será reunido com a frequência e por tempo suficiente a que sejam encontradas as medidas necessárias e viáveis à solução das questões relacionadas ao referido acidente ambiental.**

Assim sendo, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** **requer**, a esse DD. Juízo Federal, muito respeitosamente, que esclareça se, de fato, determinou ao Coordenador Operacional do PNC que, em ajuste com os Estados afetados, efetue **realização de reunião(ões) do Comitê de Suporte** (como entendeu o E. TRF).

Outrossim, reiterando-se postulação precedente e respectivas justificativas (ID 4058500.3200324), também incluída na proposta de acordo não aceita pelas demandadas, **requer** seja instada a União a prestar as seguintes informações, no verbo:

**a)** se os colegiados (Comitê Executivo, Comitê de Suporte e Grupo de Acompanhamento e Avaliação) do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, foram, ou não, extintos pelo Decreto 9.759/2019. Juntar a nota técnica encaminhada à Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com alerta dessa extinção e pedido de recriação dos colegiados, devendo informar e comprovar, também, o encaminhamento final ao pleito;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE  
**4º. OFÍCIO – TUTELA COLETIVA**

b) se o documento apresentado ao MPF como sendo o texto final e revisado do Manual do “Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional”, inclusive contendo nomes de dezenas de pessoas que teriam sido envolvidas em sua elaboração, **datado de 2018** (juntado aos autos na última manifestação deste MPF), **foi aprovado, reprovado ou se encontra em qual fase e perante qual setor/órgão federal? (Tem-se notícia de ata específica o aprovando integralmente).**

c) os nomes dos membros integrantes do Comitê Executivo e do Comitê de Suporte, do PNC, a data e documento pelo qual foram designados e a quantidade de reuniões, presenciais ou não, realizadas.

**É o que requer o MPF.**

Aracaju-SE, data do protocolo eletrônico.

**RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA**  
**Procurador da República**  
**4.º Ofício - Tutela Coletiva**



**PROCESSO Nº:** 0805679-16.2019.4.05.8500 - **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**  
**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**RÉU:** UNIÃO e outros  
**1ª VARA FEDERAL - SE**

## **DECISÃO**

**Excluir** os documentos do id. 4058500.3289071, eis que referentes ao Processo 0503982-67.2018.4.05.8500, sendo, pois, estranhos aos presentes autos.

Com a petição e documentos juntados ao processo no dia 25/11/2019, a União:

1. Informou a criação do grupo de trabalho, no âmbito do GAA, formado por representantes da comunidade científica, que visa a estudar e delinear ações de recuperação das áreas degradadas, com indicação de seus nomes.

2. Apresentou correspondência da Votorantim Cimentos, dirigida à ADEMA (Sergipe) comunicando, conforme resultados de testes realizados, estar apta para receber os resíduos (areia contaminada com óleo) para processamento, colocando-se à disposição para iniciar tal recebimento.

3. Juntou diversas atas de reuniões ocorridas em todos os nove Estados do nordeste, com a presença de vários órgãos, dentre os quais, órgãos ambientais dos respectivos Estados e Municípios.

4. Adunou informe e cartilha da Secretaria de Vigilância em Saúde com recomendações para a população e profissionais de saúde; Boletins Epidemiológicos da referida Secretaria com dados e orientações e informes gerais sobre o derramamento de óleo no nordeste; A organização do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública instituído; Informe da FIOCRUZ oferecendo: Apoio estratégico ao MS e SUS na participação do setor de saúde na resposta ao desastre; Disponibilização da competência técnico-científica e infraestrutura da instituição; Instituição de Sala de Situação no âmbito da Presidência da FioCruz, com envolvimento das direções dos institutos e unidades da Região Nordeste, em apoio ao Centro de Operações de Emergência (COE- Petróleo), do Ministério da Saúde; Suporte técnico-científico aos governos e sociedade dos estados

atingidos; Apoio às populações atingidas no cuidado, monitoramento e assistência diante dos riscos a que estão expostas;

5. Apresentou, ainda, atas de reuniões multiagências com CENAD sobre áreas oleadas no nordeste brasileiro e ata da reunião da ANVISA, MAPA, Marinha e MS.

6. Trouxe laudo sobre a composição do óleo.

7. Relacionou vários profissionais especializados que estão trabalhando na operação de limpeza do litoral brasileiro, com a apresentação de currículos.

8. Juntou também a ata de reunião realizada com representantes do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ICMBio e Prefeitura de Porto Seguro.

9. Informou os nomes dos representantes da SVS que foram indicados a integrar o GAA.

10. Sustentou que, após análise das características do desastre pela Defesa Civil Nacional, evidenciadas nos processos de monitoramento, não foi vislumbrada a necessidade de evacuação de comunidades afetadas. Argumentou que essa providência não se aplica ao presente caso uma vez que não foram identificados riscos à integridade física da população que sejam neutralizados ou mitigados mediante a remoção das comunidades, tais como riscos de colapso de edificações, do terreno ou contaminação do ar por emissão de plumas radioativas ou compostas por gases tóxicos.

Quanto ao Espírito Santo, a União apresentou o Ofício do Capitão de Mar e Guerra / Capitão dos Portos deste Estado informando que:

1. desde 21/10/2019 a respectiva Capitania passou a compor, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente do Espírito Santo e o IBAMA, o Comitê de Preparação da Crise; 2. dentre as atividades realizadas por este Comitê, destaca-se a capacitação de pessoal das Forças Armadas e dos Municípios para as ações de monitoramento e limpeza das praias e captação de material para tais atividades; 3. com a confirmação da chegada do óleo ao Litoral do Espírito Santo, em 08/11/2019, dentro do contexto do Plano Nacional de Contingência, ocorreu a ativação dos Comandos Regional e Local, exercidos respectivamente pelo Comando do 1º Distrito Naval e pela Capitania dos Portos do Espírito Santo, sendo essa ativação facilitada pelo fato de os órgãos envolvidos, federais, estaduais e municipais, já estarem em coordenação; 4. foram apresentadas ao Governador do Espírito Santo as ações até então adotadas e 5. a SEAMA, o IBAMA e o Instituto Estadual do Meio

Ambiente possuem representação no gabinete de crise instaurado.

**Manifeste-se o MPF, sobre as informações/documentações apresentadas, especificando (prazo de 10 dias) quais ações além das que a ré informou estar implementando, requer sejam impostas, a fim de que este Juízo possa avaliar a necessidade ou não de determinar medidas outras.**

No mais, na decisão do id. 4058500.3259468, determinei:

Do exposto, considerando que a União comprovou ter convidado os entes estaduais, conforme determinado pelo TRF5, e, não havendo, neste momento, qualquer medida urgente a ser determinada aos requeridos, determino:

[...]

3) que o Coordenador Operacional contate os Estados, no prazo de 05 dias, para a realização das referidas reuniões em data a ser combinada com os mesmos.

Claro o comando judicial. Inclusive, o próprio TRF5 na decisão do Agravo de Instrumento 0815091-57.2019.4.05.0000 a ele se referiu:

Todavia, ao menos neste momento processual, penso que não haveria razão para se acolher de pronto a tutela de urgência requestada, porquanto, no bojo da decisão combatida, o douto julgador monocrático expressamente determinou "que o Coordenador Operacional contate os Estados, no prazo de 05 dias, para a realização das referidas reuniões em data a ser combinada com os mesmos" (id. 4058500.3259468).

Com efeito, conforme os fundamentos da decisão do TRF5, ao deferir parcialmente a antecipação da tutela recursal e determinar o convite de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado:

Essa integração, na estrutura organizacional do PNC, dos Estados afetados enseja, para além de um estreitamento sob o ponto de vista de um diálogo institucional, a otimização na coordenação nos trabalhos, já que tende a concentrar informações, uniformizar diretrizes e propiciar uma atuação concertada entre todos os entes políticos envolvidos. Além disso, essa medida não traz qualquer impacto significativo nos trabalhos que já vêm sendo realizados. Ou seja, em processo que se afigura com as características que se denomina em doutrina de processo estrutural, a participação dos estados permite a cooperação dos atores envolvidos, sem descuidar da necessidade de que essa regularização ocorra de modo proporcional e equânime, na forma do que prevê o parágrafo único

do art. 21 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Cuida-se apenas de reconhecer, à luz do que prevê o Decreto n. 8.127/2013, a necessidade dessa participação. E, conquanto seja uma imposição legal, não se tem a menor dúvida de que essa ponte entre os Governos Federal e Estaduais, no seio do PNC, viabilizará soluções que atendam ao anseio de todos, que nada mais é do que enfrentar esse grave problema ambiental e minorar ao máximo os danos dele decorrentes.

Diante das várias atas de reuniões apresentadas, com a presença dos respectivos entes ambientais estaduais e municipais, **intimar o MPF para indicar, em 10 (dez) dias, em qual localidade, não está havendo a devida integração entre os entes federados.**

**Intimar, os réus para manifestarem-se, em 10 (dez) dias, sobre a petição do id. 4058500.3291169 do MPF.**

**TELMA MARIA SANTOS MACHADO**  
**JUÍZA FEDERAL**



Processo: **0805679-16.2019.4.05.8500**

Assinado eletronicamente por:

**Telma Maria Santos Machado - Magistrado**

**Data e hora da assinatura: 28/11/2019 23:27:35**

**Identificador: 4058500.3303169**



19112816173351500000003308088

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010  
Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

Ofício nº 2010 - AGU/PU/SE/AESVNC

Aracaju, 2 de dezembro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor  
Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente  
Brasília/DF -

Senhor Consultor Jurídico,

Visando atender a determinação judicial anexa juntada em 28/11/2019 e com intimação realizada em 29/11/2019, nos autos da ACP nº 080567916201940585800, abaixo transcrita:

“(…)Diante das várias atas de reuniões apresentadas, com a presença dos respectivos entes ambientais estaduais e municipais, intimar o MPF para indicar, em 10 (dez) dias, em qual localidade, não está havendo a devida integração entre os entes federados.

Intimar, os réus para manifestarem-se, em 10 (dez) dias, sobre a petição do id. 4058500.3291169 do MPF. (...)”

O referido petitório anexo traz uma série de questionamentos, inclusive enumerado especificadamente os seguintes itens, a saber :

“(…)Assim sendo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requer, a esse DD. Juízo Federal, muito respeitosamente, que esclareça se, de fato, determinou ao Coordenador Operacional do PNC que, em ajuste com os Estados afetados, efetue realização de reunião(ões) do Comitê de Suporte (como entendeu o E. TRF).

Outrossim, reiterando-se postulação precedente e respectivas justificativas (ID 4058500.3200324), também incluída na proposta de acordo não aceita pelas demandadas, requer seja instada a União a prestar as seguintes informações, no verbo:

a) se os colegiados (Comitê Executivo, Comitê de Suporte e Grupo de Acompanhamento e Avaliação) do Plano Nacional de Contingência para



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010

Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, foram, ou não, extintos pelo Decreto 9.759/2019. Juntar a nota técnica encaminhada à Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com alerta dessa extinção e pedido de recriação dos colegiados, devendo informar e comprovar, também, o encaminhamento final ao pleito;

b) se o documento apresentado ao MPF como sendo o texto final e revisado do Manual do “Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional”, inclusive contendo nomes de dezenas de pessoas que teriam sido envolvidas em sua elaboração, datado de 2018 (juntado aos autos na última manifestação deste MPF), foi aprovado, reprovado ou se encontra em qual fase e perante qual setor/órgão federal? (Tem-se notícia de ata específica o aprovando integralmente).

c) os nomes dos membros integrantes do Comitê Executivo e do Comitê de Suporte, do PNC, a data e documento pelo qual foram designados e a quantidade de reuniões, presenciais ou não, realizadas.(...)”

Nestes termos e em face da exiguidade do prazo da União, solicito resposta aos questionamentos supra até as 16hs do dia 06/12/2019, podendo ser antecipada para o e-mail [ana.elisa.carvalho@agu.gov.br](mailto:ana.elisa.carvalho@agu.gov.br) ou [pu.se@agu.gov.br](mailto:pu.se@agu.gov.br).

Atenciosamente,

Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho  
Advogada da União



Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Sergipe 1ª Vara

Fórum Min. Geraldo Barreto Sobral. Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500.

Centro Adm. Governador Augusto Franco. Aracaju/SE

Horário de Funcionamento: Segunda a Sexta das 09:00h às 18:00h

Fone: 3216-2259/Home page: [www.jfse.jus.br](http://www.jfse.jus.br)

*Recebido em  
29/11/2019 às 12h*  
**Andréa Carla Veras Lima**  
Advogada União - AGUIPUS  
www.1300030

## MANDADO DE INTIMAÇÃO/URGENTE

### **CUMPRIMENTO PELO OFICIAL PLANTONISTA**

PROCESSO Nº 0805679-16.2019.4.05.8500T 1ª Vara

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉUS: UNIÃO E OUTROS

#### FINALIDADE

**INTIMAR a UNIÃO**, na pessoa de seu Advogado-Chefe, na Avenida Beira Mar, 53, 13 de Julho, Aracaju/SE, para manifestar-se em 10 (dez) dias sobre a petição do id. 4058500.3291169 do MPF, conforme decisão

de id. 4058500.3303169.

Márcia Rodrigues de Souza Moura

Técnico Judiciário

(De ordem da Portaria PRT.1.9-9/2008 - JF - 1ª Vara)



Processo: **0805679-16.2019.4.05.8500**

Assinado eletronicamente por:

**MÁRCIA RODRIGUES DE SOUZA**

**MOURA - Diretor de Secretaria**

**Data e hora da assinatura: 29/11/2019**

**11: 4:38**

**Identificador: 4058500.3305600**



19112911033132100000003310536

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo>

[/ConsultaDocumento/listView.seam](#)



**PROCESSO Nº: 0805679-16.2019.4.05.8500 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL****AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****RÉU: UNIÃO e outros****1ª VARA FEDERAL - SE****DECISÃO**

**Excluir** os documentos do id. 4058500.3289071, eis que referentes ao Processo 0503982-67.2018.4.05.8500, sendo, pois, estranhos aos presentes autos.

Com a petição e documentos juntados ao processo no dia 25/11/2019, a União:

1. Informou a criação do grupo de trabalho, no âmbito do GAA, formado por representantes da comunidade científica, que visa a estudar e delinear ações de recuperação das áreas degradadas, com indicação de seus nomes.

2. Apresentou correspondência da Votorantim Cimentos, dirigida à ADEMA (Sergipe) comunicando, conforme resultados de testes realizados, estar apta para receber os resíduos (areia contaminada com óleo) para processamento, colocando-se à disposição para iniciar tal recebimento.

3. Juntou diversas atas de reuniões ocorridas em todos os nove Estados do nordeste, com a presença de vários órgãos, dentre os quais, órgãos ambientais dos respectivos Estados e Municípios.

4. Adunou informe e cartilha da Secretaria de Vigilância em Saúde com recomendações para a população e profissionais de saúde; Boletins Epidemiológicos da referida Secretaria com dados e orientações e informes gerais sobre o derramamento de óleo no nordeste; A organização do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública instituído; Informe da FIOCRUZ oferecendo: Apoio estratégico ao MS e SUS na participação do setor de saúde na resposta ao desastre; Disponibilização da competência técnico-científica e infraestrutura da instituição; Instituição de Sala de Situação no âmbito da Presidência da FioCruz, com envolvimento das direções dos institutos e unidades da Região Nordeste, em apoio ao

Centro de Operações de Emergência (COE- Petróleo), do Ministério da Saúde; Suporte técnico-científico aos governos e sociedade dos estados atingidos; Apoio às populações atingidas no cuidado, monitoramento e assistência diante dos riscos a que estão expostas;

5. Apresentou, ainda, atas de reuniões multiagências com CENAD sobre áreas oleadas no nordeste brasileiro e ata da reunião da ANVISA, MAPA, Marinha e MS.

6. Trouxe laudo sobre a composição do óleo.

7. Relacionou vários profissionais especializados que estão trabalhando na operação de limpeza do litoral brasileiro, com a apresentação de currículos.

8. Juntou também a ata de reunião realizada com representantes do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ICMBio e Prefeitura de Porto Seguro.

9. Informou os nomes dos representantes da SVS que foram indicados a integrar o GAA.

10. Sustentou que, após análise das características do desastre pela Defesa Civil Nacional, evidenciadas nos processos de monitoramento, não foi vislumbrada a necessidade de evacuação de comunidades afetadas. Argumentou que essa providência não se aplica ao presente caso uma vez que não foram identificados riscos à integridade física da população que sejam neutralizados ou mitigados mediante a remoção das comunidades, tais como riscos de colapso de edificações, do terreno ou contaminação do ar por emissão de plumas radioativas ou compostas por gases tóxicos.

Quanto ao Espírito Santo, a União apresentou o Ofício do Capitão de Mar e Guerra / Capitão dos Portos deste Estado informando que: 1. desde 21/10/2019 a respectiva Capitania passou a compor, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente do Espírito Santo e o IBAMA, o Comitê de Preparação da Crise; 2. dentre as atividades realizadas por este Comitê, destaca-se a capacitação de pessoal das Forças Armadas e dos Municípios para as ações de monitoramento e limpeza das praias e captação de material para tais atividades; 3. com a confirmação da chegada do óleo ao Litoral do Espírito Santo, em 08/11/2019, dentro do contexto do Plano Nacional de

Contingência, ocorreu a ativação dos Comandos Regional e Local, exercidos respectivamente pelo Comando do 1º Distrito Naval e pela Capitania dos Portos do Espírito Santo, sendo essa ativação facilitada pelo fato de os órgãos envolvidos, federais, estaduais e municipais, já estarem em coordenação; 4. foram apresentadas ao Governador do Espírito Santo as ações até então adotadas e 5. a SEAMA, o IBAMA e o Instituto Estadual do Meio Ambiente possuem representação no gabinete de crise instaurado.

**Manifeste-se o MPF, sobre as informações/documentações apresentadas, especificando (prazo de 10 dias) quais ações além das que a ré informou estar implementando, requer sejam impostas, a fim de que este Juízo possa avaliar a necessidade ou não de determinar medidas outras.**

No mais, na decisão do id. 4058500.3259468, determinel:

Do exposto, considerando que a União comprovou ter convidado os entes estaduais, conforme determinado pelo TRF5, e, não havendo, neste momento, qualquer medida urgente a ser determinada aos requeridos, determino:

[...]

3) que o Coordenador Operacional contate os Estados, no prazo de 05 dias, para a realização das referidas reuniões em data a ser combinada com os mesmos.

Claro o comando judicial. Inclusive, o próprio TRF5 na decisão do Agravo de Instrumento 0815091-57.2019.4.05.0000 a ele se referiu:

Todavia, ao menos neste momento processual, penso que não haveria razão para se acolher de pronto a tutela de urgência requestada, porquanto, no bojo da decisão combatida, o douto julgador monocrático expressamente determinou "que o Coordenador Operacional contate os Estados, no prazo de 05 dias, para a realização das referidas reuniões em data a ser combinada com os mesmos" (id. 4058500.3259468).

Com efeito, conforme os fundamentos da decisão do TRF5, ao deferir parcialmente a antecipação da tutela recursal e determinar o convite de um representante do órgão estadual do Meio Ambiente de cada Estado:

Essa integração, na estrutura organizacional do PNC, dos Estados afetados enseja, para além de um estreitamento sob o ponto de vista de um diálogo institucional, a otimização na coordenação nos trabalhos, já que tende a concentrar informações, uniformizar diretrizes e propiciar uma atuação concertada entre todos os entes políticos envolvidos. Além disso, essa medida não traz qualquer impacto significativo nos trabalhos que já vêm sendo realizados. Ou seja, em processo que se afigura com as características que se denomina em doutrina de processo consociado, a participação dos entes permite a cooperação dos atores envolvidos, sem descuidar da necessidade de que essa regularização ocorra de modo proporcional e equânime, na forma do que prevê o parágrafo único do art. 21 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Cuida-se apenas de reconhecer, à luz do que prevê o Decreto n. 8.127/2013, a necessidade dessa participação. E, conquanto seja uma imposição legal, não se tem a menor dúvida de que essa ponte entre os Governos Federal e Estaduais, no seio do PNC, viabilizará soluções que atendam ao anseio de todos, que nada mais é do que enfrentar esse grave problema ambiental e minorar ao máximo os danos dele decorrentes.

Diante das várias atas de reuniões apresentadas, com a presença dos respectivos entes ambientais estaduais e municipais, **intimar o MPF para indicar, em 10 (dez) dias, em qual localidade, não está havendo a devida integração entre os entes federados.**

**Intimar, os réus para manifestarem-se, em 10 (dez) dias, sobre a petição do id. 4058500.3291169 do MPF.**

**TELMA MARIA SANTOS MACHADO**

**JUÍZA FEDERAL**



Processo: 0805679-16.2019.4.05.8500

Assinado eletronicamente por:

Telma Maria Santos Machado - Magistrado

Data e hora da assinatura: 28/11/2019



19112816173351500000003308088

23:27:35

**Identificador:** 4058500.3303169

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.jfse.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.scam>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

---

**DESPACHO n. 01484/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Distribuo o feito à Dra. Fernanda Fernandes para a análise jurídica cabível.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA EM EXERCÍCIO.

---

Documento assinado eletronicamente por OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 351497543 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS. Data e Hora: 02-12-2019 18:46. Número de Série: 13973383. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA FINALÍSTICA - CMF

---

**COTA n. 00506/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 00744.000321/2019-29 (REF. 00580.003610/2019-08)**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**

**ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL E OUTROS**

1. Ao Apoio Administrativo, para solicitar à Secretaria-Executiva do MMA que preste os esclarecimentos demandados pela Procuradoria da União em Sergipe, mediante o Ofício nº 2010 - AGU/PU/SE/AESVNC, **até o dia 05.12.2019.**

Brasília, 03 de dezembro de 2019.

FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES NOGUEIRA  
ADVOGADA DA UNIÃO

---

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 351807558 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA VASCONCELOS FERNANDES. Data e Hora: 03-12-2019 09:47. Número de Série: 1704835042102943846. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

**DESPACHO Nº 45467/2019-MMA**

**Assunto: Indenização por dano ambiental e outros.**

Ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Qualidade Ambiental,

Incumbiu-me o Senhor Secretário-Executivo, de encaminhar para ciência e manifestação dessa Secretaria, o Ofício nº 2010 - AGU/PU/SE/AESVNC, originário da Procuradoria da União em Sergipe (Processo SAPIENS 0505329).

Por oportuno, solicito que os subsídios sejam apresentados à SECEX, impreterivelmente, até data de **04 de dezembro**, para posterior envio à Consultoria Jurídica, de modo a subsidiar o posicionamento desta Pasta.

Atenciosamente,

SECEX em, 03/12/2019.

**FERNANDO MAFRA PELANDA**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Maфра Pelanda, Chefe de Gabinete**, em 03/12/2019, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0505458** e o código CRC **2E9DDDE2**.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010  
Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

Ofício nº 2010 - AGU/PU/SE/AESVNC

Aracaju, 2 de dezembro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor  
Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente  
Brasília/DF -

Senhor Consultor Jurídico,

Visando atender a determinação judicial anexa juntada em 28/11/2019 e com intimação realizada em 29/11/2019, nos autos da ACP nº 080567916201940585800, abaixo transcrita:

“(...)Diante das várias atas de reuniões apresentadas, com a presença dos respectivos entes ambientais estaduais e municipais, intimar o MPF para indicar, em 10 (dez) dias, em qual localidade, não está havendo a devida integração entre os entes federados.

Intimar, os réus para manifestarem-se, em 10 (dez) dias, sobre a petição do id. 4058500.3291169 do MPF. (...)”

O referido petitório anexo traz uma série de questionamentos, inclusive enumerado especificadamente os seguintes itens, a saber :

“(...)Assim sendo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requer, a esse DD. Juízo Federal, muito respeitosamente, que esclareça se, de fato, determinou ao Coordenador Operacional do PNC que, em ajuste com os Estados afetados, efetue realização de reunião(ões) do Comitê de Suporte (como entendeu o E. TRF).

Outrossim, reiterando-se postulação precedente e respectivas justificativas (ID 4058500.3200324), também incluída na proposta de acordo não aceita pelas demandadas, requer seja instada a União a prestar as seguintes informações, no verbo:

a) se os colegiados (Comitê Executivo, Comitê de Suporte e Grupo de Acompanhamento e Avaliação) do Plano Nacional de Contingência para



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE**

Avenida Beira Mar, 53 – Bairro 13 de Julho - Aracaju-Se - Cep: 49.020-010

Pabx: (79) 3211-7289 - Fax: (79) 3211-0970

Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional – PNC, foram, ou não, extintos pelo Decreto 9.759/2019. Juntar a nota técnica encaminhada à Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com alerta dessa extinção e pedido de recriação dos colegiados, devendo informar e comprovar, também, o encaminhamento final ao pleito;

b) se o documento apresentado ao MPF como sendo o texto final e revisado do Manual do “Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional”, inclusive contendo nomes de dezenas de pessoas que teriam sido envolvidas em sua elaboração, datado de 2018 (juntado aos autos na última manifestação deste MPF), foi aprovado, reprovado ou se encontra em qual fase e perante qual setor/órgão federal? (Tem-se notícia de ata específica o aprovando integralmente).

c) os nomes dos membros integrantes do Comitê Executivo e do Comitê de Suporte, do PNC, a data e documento pelo qual foram designados e a quantidade de reuniões, presenciais ou não, realizadas.(...)”

Nestes termos e em face da exiguidade do prazo da União, solicito resposta aos questionamentos supra até as 16hs do dia 06/12/2019, podendo ser antecipada para o e-mail [ana.elisa.carvalho@agu.gov.br](mailto:ana.elisa.carvalho@agu.gov.br) ou [pu.se@agu.gov.br](mailto:pu.se@agu.gov.br).

Atenciosamente,

Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho  
Advogada da União





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

OFÍCIO Nº 8669/2019/MMA

Brasília, 05 de dezembro de 2019.

Ao Senhor  
Almirante Marcelo Francisco Campos  
Coordenador Operacional do Grupo de Avaliação e Acompanhamento - GAA  
Comando do Primeiro Distrito Naval  
Praça Mauá, 65, Centro  
20081-240 Rio de Janeiro/RJ

e-mail: gaa.secom@defesa.mil.br

**Assunto: Manifestação sobre questionamento judicial - URGENTE**

Referência: Processo nº 00744.000321/2019-29.

Senhor Coordenador Operacional,

Faço referência ao Ofício n. 2010-AGU/PU/SE/AESVNC, de 2 de dezembro de 2019, por meio do qual a Sra. Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho, Advogada da União, solicita manifestação desta Pasta relativamente a questionamentos suscitados no curso da Ação Civil Pública n. 080567916201940585800.

Ante o exposto, solicito a Vossa Senhoria informações sobre o item c) da petição aludida no referido Ofício, a saber, "*os nomes dos membros integrantes do Comitê Executivo e do Comitê de Suporte, do PNC, a data e documento pelo qual foram designados e a quantidade de reuniões, presenciais ou não, realizadas (...)*".

Dada a existência de prazo judicial, solicito que a presente demanda seja respondida em caráter de urgência.

Outros dados julgados úteis.

Anexos: I - Ofício n. 2010-AGU/PU/SE/AESVNC (0506749).

Atenciosamente,

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI  
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 05/12/2019, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0506753** e o código CRC **9BF230AF**.

Processo nº 00744.000321/2019-29

SEI nº 0506753

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br>,  
sepro@mma.gov.br, Telefone:(61)2028-1206








# Re: OFÍCIO Nº 8669/2019/MMA - Assunto: Manifestação sobre questionamento judicial - URGENTE

Evandro Castro Teixeira

qui 05/12/2019 15:27

Para: GAA - Secom <gaa.secom@defesa.mil.br>; Coordenação Apoio Administrativo - SECEX <coad@mma.gov.br>;

 1 anexos (120 KB)

of-8669-mma.pdf;

Em anexo, OFÍCIO Nº 8669/2019/MMA - Assunto: Manifestação sobre questionamento judicial - URGENTE

Favor acusar o RECEBIMENTO.

Atenciosamente,

COAD/SECEX/MMA  
61 2028-1012/1582

---

**De:** GAA - Secom <gaa.secom@defesa.mil.br>

**Enviado:** quinta-feira, 5 de dezembro de 2019 15:24

**Para:** Coordenação Apoio Administrativo - SECEX

**Assunto:**

Teste da secretária do GAA.

Re: OFÍCIO Nº 8669/2019/MMA

[GAA - Secom <gaa.secom@defesa.mil.br>](mailto:gaa.secom@defesa.mil.br)

qui 05/12/2019 15:31

Para: Coordenação Apoio Administrativo - SECEX <coad@mma.gov.br>;

Acuso recebimento.



Rio de Janeiro, RJ, 6 de dezembro de 2019.

Ofício nº 132/2019/GAA-RJ

Ao Senhor:

**LUÍS GUSTAVO BIAGIONI**

Secretário-Executivo

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B

Brasília-DF - CEP 70.068-901

e-mail: sepro@mma.gov.br

Assunto: **Ação Civil Pública nº 0805679-61.2019.4.05.8500**

Senhor Secretário-Executivo,

1. Em atenção ao ofício nº 8669/2019/MMA, referente à decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0805579-61.2019.4.05.8500, interposta na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, em face da União e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), participo que as informações competentes ao Grupo de Avaliação e Acompanhamento (GAA) foram prestadas à Procuradoria da União no Estado de Sergipe por meio do Ofício nº 122/2019-GAA-RJ, de 3 de dezembro de 2019, cuja cópia segue em anexo.

Atenciosamente,

ANDRÉ MORAES FERREIRA

Contra-Almirante

Coordenação Operacional

[gaa.secom@defesa.mil.br](mailto:gaa.secom@defesa.mil.br)

Telefone contato (21) 2197-2609



Rio de Janeiro, RJ, 3 de dezembro de 2019.

Ofício nº 122/2019/GAA-RJ

À Senhora:

ANA ELISA SOBRAL VILA NOVA DE CARVALHO

Advogada da União

Procuradoria da União no Estado de Sergipe

Avenida Beira Mar, 53 - Bairro 13 de Julho

Aracaju-SE - CEP 49.020-010

e-mail: [ana.elisa.carvalho@agu.gov.br](mailto:ana.elisa.carvalho@agu.gov.br)

[william.santos@agu.gov.br](mailto:william.santos@agu.gov.br)

Assunto: **Ação Civil Pública nº 0805679-16.2019.4.05.8500**

Senhora Advogada da União,

1. Em atendimento ao Ofício nº 2011-AGU/PU/SE/AESVNC, recebido em 2 de dezembro do corrente ano, nos autos da Ação Civil Pública nº 0805679-16.2019.4.05.8500, interposta na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, em face da União, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que objetiva, em síntese, compelir as partes demandadas a implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), incumbiu-me o Coordenador Operacional de transmitir as seguintes informações a respeito das questões suscitadas:

Inicialmente, conforme já exaustivamente mencionado nos autos, não obstante a ausência do poluidor, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) tem realizado reuniões com a participação de representantes do Comitê de Suporte de forma direcionada, por meio de assuntos técnicos e específicos, uma vez que se torna inviável tratar de todas as questões em uma única ocasião. Com efeito, foram realizadas diversas reuniões, registradas nas inúmeras atas já juntadas aos autos, com o Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária, Defesa Civil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e diversos outros Ministérios integrantes do Comitê de Suporte.

Desse modo, são agendadas reuniões com os órgãos, conforme apresentadas as demandas, em vários eixos de atuação, sempre que julgado necessário, visando à integração e acertos entre as instituições. Tal fato é claramente demonstrado na reunião do CENAD, destacada pelo MPF, quando, logo em seguida, a Secretaria de Vigilância Sanitária, juntamente com a Defesa Civil e a Assessoria de Comunicação, emitiu cartilha de recomendações e orientações à população sobre o derramamento de óleo e iniciou a publicação dos Boletins Epidemiológicos, além de outras importantes ações realizadas sob coordenação do Ministério da Saúde, como a instituição do Centro de Operações de Emergências (COE-Petróleo), em total consonância com o PNC.

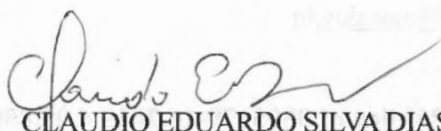
Ressalta-se, ainda, que não há uma designação formal do Comitê de Suporte, mas a representação dos órgãos nas reuniões agendadas.





Por fim, quanto ao Comitê Executivo, cabe esclarecer que o mesmo é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), conforme disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 8.127/2013. O mesmo Decreto, no seu art. 7º, estabelece que compete àquele Comitê elaborar o Manual do PNC.

Respeitosamente,



CLAUDIO EDUARDO SILVA DIAS

Contra-Almirante (FN)

Coordenação Operacional

[gaa.secom@defesa.mil.br](mailto:gaa.secom@defesa.mil.br)

Telefone contato (21) 2197-2609

## Heglisson Couto Pinto

---

**De:** GAA - Secom <gaa.secom@defesa.mil.br>  
**Enviado em:** sexta-feira, 6 de dezembro de 2019 18:24  
**Para:** Sepro  
**Cc:** Assessoria Jurídica; ana christina; vivianne brasil; SE MMA  
**Assunto:** CE nº 241 - 2019 - GAA - RJ Of-132-2019-GAA-RJ-MMA  
**Anexos:** Of- 132-2019- GAA- ACAO CIVIL PUBLICA.pdf; Of-122-2019-GAA-RJ-PU-SE-ACP  
0805679-16.2019.4.05.8500.pdf

### COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA Nº 241/2019

Da: Secretaria do Grupo de Acompanhamento e Avaliação  
Ao: Ministério do Meio Ambiente

Anexo:  
Of-132-2019-GAA-RJ-MMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

**DESPACHO Nº 46924/2019-MMA**

**Assunto: Indenização por dano ambiental e outros**

À Consultoria Jurídica,

Em atenção à COTA n. 00506/2019/CONJUR-MMA/CGU/AGU, bem como considerando as atribuições desta SECEX/MMA constantes do Decreto nº 9.672/2019, esclarece-se o seguinte.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que com a publicação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, o qual extinguiu e traçou regras e limitações para os colegiados da administração pública federal, a estrutura organizacional (comitês) do Plano Nacional de Contingência, PNC, foi extinta.

Conquanto questione-se a existência formal das instâncias do PNC, destaca-se que, no mundo fenomênico, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, o Comitê-Executivo e o Comitê de Suporte efetivamente funcionaram para o deslinde do incidente no litoral brasileiro.

No que tange aos membros do Comitê de Suporte, sua composição encontra-se no art. 11 do Decreto nº 8.127/2013 e reflete uma miríade de instituições, a fim de que se viabilize uma capacidade institucional ampla e capaz de desempenhar sua missão institucional de modo mais eficiente, sempre observando as características do caso concreto. Neste sentido, tal como já registrado no item 4.9 da NT nº 60/2019/CGEMA/DIPRO, do IBAMA, "(...) os órgãos e instituições são acionados somente se forem necessárias ações de facilitação e ampliação da capacidade de resposta". À evidência, laboraria contra a eficiência e a economicidade das ações administrativas que órgãos e entidades que não guardam qualquer relação com o problema em análise estivessem envolvidos, tais como a Polícia Rodoviária Federal e a Receita Federal.

Ainda em relação ao Comitê de Suporte, em que pese o disposto no Decreto nº 9.759/2019, cabe destacar que, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, por sua expertise e vocação institucional para a gestão de desastres através da articulação de órgãos e instituições, coordenou as ações pertinentes, mediante demandas do GAA e através de reuniões presenciais e por vídeo conferência. Várias foram as demandas e reuniões realizadas cujos relatórios e listas de presença já foram anexados aos autos do processo.

Em atenção, rememora-se que uma das reuniões foi realizada no Palácio do Planalto, mediante convocação da Casa Civil da Presidência da República, onde os pontos focais de vários Ministérios e órgãos federais estiveram presentes. Tal lista de presença também já foi anexada ao feito judicial.

No que tange ao Comitê-Executivo e em coerência ao quanto dito supra, após a edição do Decreto nº 9.759/2019, seu funcionamento é viabilizado sem designação formal, por meio de representantes das instituições arroladas no art. 5º do Decreto nº 8.127/2013.

Por fim, relativamente à questão do Manual do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, o IBAMA esclareceu, após compulsar seus próprios processos, que “Embora em estágio avançado, o Manual do PNC ainda possuía alguns procedimentos, como editoração final e consulta, a serem ultimados para os adequados fins do art. 2º, VIII, do Decreto nº 8.127, de 22 de Outubro de 2013, o que não impede seu uso interno enquanto instrumento de experiência acumulada”.

Atenciosamente,

SECEX em, 11/12/2019.

**LUÍS GUSTAVO BIAGIONI**  
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Luís Gustavo Biagioni, Secretário-Executivo**, em 11/12/2019, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0509951** e o código CRC **A8CFE200**.



## **Relatório de Operações do SAPIENS:**

### **As seguintes operações foram realizadas com sucesso:**

Tarefa criada com sucesso no NUP 00744.000321/2019-29 para OLAVO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS!

Tramitação criada com sucesso no NUP 00744.000321/2019-29!



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 9221/2019/MMA

Brasília, 23 de dezembro de 2019.

À Primeira-Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, sala 27  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/n. 923/2019 – Requerimento de Informação n. 1663/2019.**

Senhora Deputada,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/n. 953/19 o qual encaminha, entre outros, o Requerimento de Informação n. 1663/2019, de autoria da Comissão Externa destinada a acompanhar as investigações que visam apurar as responsabilidades pelo derramamento de óleo, acerca de providências da União nas ações de prevenção e resposta ao derramamento de óleo na Região Nordeste.

Em atendimento às informações solicitadas, encaminho, em Anexo, a cópia integral do Processo Sei 00744000321-2019/29.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Anexo:

I - Anexo Processo Sei 00744000321-2019/29 (0514571).

<b>PRIMEIRA-SECRETARIA</b>	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 26/12/19 às 17h00	883114
<i>Yuri</i> Servidor	<i>Wanderlei</i> Portador



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 26/12/2019, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0516074** e o código CRC **D969C571**.